

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE

**Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão
civilizatório**

Cristina Maria Macêdo de Alencar

2003

UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**CAMPO E RURAL NA METRÓPOLE: SINAIS DE UM PADRÃO
CIVILIZATÓRIO**

CRISTINA MARIA MACÊDO DE ALENCAR

Sob a Orientação do Professor
Roberto José Moreira

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Philosophiae
Doctor** em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade, Área de Concentração em
Sociedade e Agricultura.

Rio de Janeiro
Julho de 2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

CRISTINA MARIA MACÊDO DE ALENCAR

Tese submetida ao Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Área de Concentração em Sociedade e Agricultura, como requisito parcial para obtenção do grau de **Philosophiae Doctor**, em 13 de outubro de 2003.

TESE APROVADA EM .../.../....

Roberto José Moreira. Ph.D CPDA/UFRuralRJ
(Orientador)

Henri Acsrald. Dr. IPPUR/UFRJ

Sonia Mendonça. Dra. UFF

Silvana Gonçalves de Paula. Dra. CPDA/UFRuralRJ

Eli de Fátima Napoleão de Lima. Dra. CPDA/UFRuralRJ

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – População Residente na Região Metropolitana de Salvador - 1996/2000

TABELA 2 – Número de alunos matriculados e docentes - RMS 2002 (Anexo 2)

TABELA 3 – Matrícula inicial no pré-escolar, ensino fundamental e ensino médio por localização e dependência administrativa, segundo os municípios da RMS - 1996 (Anexo 2)

TABELA 4 – Número de estabelecimentos rurais, segundo o tipo de ensino na Região Metropolitana de Salvador e Estado da Bahia - 1996

TABELA 5 – Culturas temporárias e permanentes - Bahia/RMS - 1966

TABELA 6 – Produção Animal – efetivo de rebanhos - RMS/1966

TABELA 7 – Outros itens de produção animal Bahia/RMS - 1966

TABELA 8 – Total de imóveis rurais e área, segundo a classificação em módulos fiscais, por municípios baianos - Jul/1998

TABELA 9 – Classificação Nacional de Atividades Econômicas (NAE), sessões A e B (agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, pesca)

TABELA 10 – Extensão do Litoral Continental do Nordeste Brasileiro e de suas unidades federativas, em valores absolutos e relativos

TABELA 11 – Produção de pescado marítimo e estuarino do Estado da Bahia, por município e espécie, no ano de 1998 (toneladas)

TABELA 12 – Nº de pescadores/marisqueiros, por município na RMS - 1992/1993

TABELA 13 – Estabelecimentos e pessoal ocupado, por atividade econômica, segundo municípios baianos – 1996 (Anexo 2)

TABELA 14 – Produtividade mensal estimada, embarcada, por área.

TABELA 15 – Produtividade mensal estimada, desembarcada, por área.

TABELA 16 – Pessoas ocupadas por classe de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo os ramos de atividade na Região Metropolitana de Salvador - 1999

TABELA 17 – Perfil profissional da formação de trabalhadores do rural como meio, em níveis médio e superior, nas décadas de 70, 80 e 90 do séc. XX - RMS 2002

TABELA 18 – Expectativa de identidade de trabalhadores do rural como meio, em relação ao perfil de formação - RMS 2002

TABELA 19 – Sobre a decisão de trabalhadores trabalharem com o rural - RMS 2002

TABELA 20 – Relações que trabalhadores do rural estabelecem com a natureza - RMS 2002

TABELA 21 – Qualificações da cidade percebidas nas narrativas de experiências na atividade profissional - RMS 2002

TABELA 22 – Qualificações do rural e da natureza percebidas nas narrativas de experiências na atividade profissional - RMS 2002

TABELA 23 – Outras atividades desenvolvidas simultaneamente por trabalhadores do rural com ou sem remuneração - RMS 2002

TABELA 24 – Condição de remuneração das outras atividades desenvolvidas por trabalhadores do rural - RMS 2002

TABELA 25 – Como os trabalhadores do rural sentem as diferentes atividades que desenvolvem na vida pessoal - RMS 2002

TABELA 26 – Relações de alteridade percebidas nos sentimentos decorrentes da realização de outras atividades por trabalhadores do rural - RMS 2002

TABELA 27 – Ênfases percebidas no sentimento pessoal de realização de outras atividades por trabalhadores do rural - RMS 2002

TABELA 28 – Festas das quais trabalhadores do rural gostam de participar - RMS 2002

TABELA 29 – Melhor maneira de contribuir para a qualidade de vida no mundo rural, referida no conhecimento científico e na experiência - RMS 2002 (listagem)

TABELA 30 – Melhor maneira de contribuir para a qualidade de vida no mundo rural, referida no conhecimento científico e na experiência - RMS 2002

TABELA 31 – Importância que trabalhadores do rural atribuem ao seu trabalho em decorrência de suas experiências profissionais - RMS 2002 (agregações)

TABELA 32 – Importância que trabalhadores do rural atribuem ao seu trabalho em decorrência de suas experiências profissionais - RMS 2002 (listagem) (Anexo 2)

TABELA 33 – Origem dos sentimentos de trabalhadores do rural em relação à vida na cidade - RMS 2002

TABELA 34 – Sentimentos de trabalhadores do rural em relação à vida na cidade - RMS 2002

TABELA 35 – Origem dos sentimentos de trabalhadores do rural em relação à vida no campo - RMS 2002

TABELA 36 – Sentimentos de trabalhadores do rural em relação à vida no campo - RMS 2002 (Anexo 2)

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Divisão Político-administrativa da RMS

FIGURA 2 – Gerências Regionais da EBDA

FIGURA 3 – Região Turística de Salvador/RTS

FIGURA 4 – Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe

FIGURA 5 – Regionalização segundo os Novos Mundos Rurais Baianos

FIGURA 6 – Regiões Econômicas do Estado da Bahia

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – Colônias de pescadores de águas litorâneas, por área e município.

DEDICATÓRIA

De um modo geral, a quantos anseiam por um mundo melhor, intuindo que, como espécie humana, somos capazes de vislumbrar um padrão de desenvolvimento mais inteiro e mais feliz.

Em particular, a todos os que se dispuseram a interromper seus afazeres e, por cumplicidade, concordaram em falar de suas experiências.

Mais em particular ainda, a meus pais que fizeram com que nossas vidas percorressem caminhos de muitas diversidades e assim criaram oportunidades para aprendermos a coexistência.

AGRADECIMENTOS

Eu poderia apenas agradecer à vida por acontecer imersa numa sincronicidade que nos leva a encontrar pelo caminho o outro de que precisamos. Mas posso também contar uma história com o dizível admitindo que nela está, do mesmo modo, o indizível, como estão o visível e o invisível. Sei, contudo, que corro o risco de parecer ingrata com aqueles e aquelas que eu deixei de explicitar aqui, pelo que já peço perdão declarando que não se trata disso.

Assim, eu buscava um lugar em que eu pudesse desenvolver a pesquisa que agora concluo... pelos programas de pós-graduação onde busquei interlocução eu precisaria fazer adaptações para o processo de seleção. Eles não eram em torno do rural e, de repente, eu comecei a sentir tristeza por precisar abrir mão do meu passado para desenhar um futuro. Certo dia, alguém no CPDA, que desconheço, pôs no correio um prospecto de divulgação do processo de seleção para o ano de 2000, e que num outro dia estava sobre a minha mesa de trabalho na Universidade Católica do Salvador. Coincidência: havia ali uma linha de pesquisa liderada pelo Professor Roberto José Moreira, que veio a ser meu orientador, para a qual eu não precisaria fazer adaptações. E outras coincidências... eu vivia um momento de recolhimento profissional e pessoal que criou um espaço para eu desenvolver, quer no horário de trabalho quer indo sozinha à roça, o meu projeto para a seleção. Pela UCSAL fiz uma viagem que coincidiu com o dia da entrevista no CPDA e assim eu pude estar lá, e depois contar com o apoio institucional para fazer o curso. No prédio em que fui morar, em Petrópolis – com duas das minhas três filhas, Bianca e Lara –, recomendada à imobiliária pelo Professor Jorge Natal, do IPPUR/UFRJ, e contando com tio Alírio Macêdo como avalista, encontrei Márcia, uma pernambucana valente que viabilizou o funcionamento doméstico no exato momento em que minha mudança chegava da Bahia. E quando eu precisei de parceria na administração da moradia, minha amiga Rita Nascimento que fazia o mestrado no IPPUR também precisava de um ponto de pouso e ficamos nós com ela, sua mãe Cotinha e o pequeníssimo Alcides em verdadeira comunidade. A minha filha Livia que ficou em Salvador com Paulinho, meu marido e pai das três meninas, estava feliz com seu namorado e preferia que fosse assim. Quando fiquei sem minhas filhas no Rio de Janeiro, Marcela Moreira buscava alguém para partilhar o apartamento por um tempo determinado, exatamente o tempo que eu precisava. No CPDA, encontrei nos professores das disciplinas que cursei e nos colegas de turma, o preenchimento dos vazios teóricos que eu conscientemente buscava preencher e descobri outros conhecimentos que deram mais consistência às minhas formulações. Encontrei até May, que me mandou para a UFRJ complementar esses conhecimentos, Alain que apesar de senegalês me emprestou a história da “Província da Bahia” e Margarita Gaviria, que extrapolou os interesses acadêmicos e alimentou o espaço pessoal nesse convívio. Amigos e familiares discretamente ficaram quietinhos, à distância, sem cobrar a minha presença, para que eu pudesse realizar meu trabalho. Quando chegou o dia de voltar para a Bahia, uma outra amiga baiana, Márcia Pedreira, doutoranda no CPDA, também estava voltando e eu pude partilhar com ela o mesmo caminhar de mudanças. De retorno a Salvador, encontrei Taísa que precisava de um trabalho que ela pudesse realizar em sua própria residência e cujo apoio nas tarefas de transcrição de fitas, digitação e configuração gráfica da tese foi absolutamente imprescindível para que a tese ficasse pronta em julho de 2003. Antes, durante e depois, conto com o apoio espiritual que me inspira, ampara e reenergiza, contribuindo para que eu

possa lidar com inúmeros percalços pessoais que, parecem, cobram de mim o testemunho de que a coexistência, mais do que a demarcação de fronteiras, se constitui mais favorável à felicidade. Neste instante, passam pela minha mente, várias pessoas que participaram dessa realização e que não estão nesse trecho da história.

RESUMO

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de Alencar. **Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório**, Rio de Janeiro, UFRJ, 2000. 184p (Tese, doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

Este trabalho foi desenvolvido na Região Metropolitana de Salvador – RMS, no período de 2001 a 2003, tendo como fontes primárias produções científicas publicadas na Bahia, na década de 1990, entrevistas com trabalhadores do rural como atividade meio e como atividade fim, e documentos publicados pelo governo do Estado da Bahia na década de 1990. O foco da tese é o desenvolvimento humano na perspectiva da sustentabilidade complexa. Foram então estabelecidas relações entre o conhecimento científico e experiências de ruralidade na Região Metropolitana de Salvador, como nexo de análise da ruralidade na vida metropolitana. Com o referencial teórico metodológico do pensamento complexo foi problematizada a construção do conhecimento científico na relação com a realidade local; foi discutida a prática cultural do conhecimento científico na região a partir do seu uso, transformando externamente a região em urbano industrial, embora ainda resista sua dimensão de ruralidade; foi demonstrada que a imanência da dinâmica econômica urbana industrial na identidade da RMS torna invisível a sua ruralidade sem produzir qualidade de vida satisfatória para seus habitantes; foi repensada a relação entre o rural e o urbano na RMS, a partir da experiência de homens e mulheres, com visões de mundo que põem em questão a eliminação do rural e da ruralidade na região e redefinem suas relações com o próprio desenvolvimento. Como resultado da pesquisa foram apontados indicadores que emergiram da interação entre o rural e o urbano vivenciada nas diversas práticas sociais de cientistas e não-cientistas, que sugerem a possibilidade de um novo padrão civilizatório.

Palavras-chave: campo-cidade, desenvolvimento humano, sustentabilidade complexa.

ABSTRAT

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de Alencar. **Country and rural in metropolis: signs of civilize lifestyle**, Rio de Janeiro, UFRRJ, 2000. 184p (Thesis, Philosophiae Doctor in Development, Agriculture and Society).

The following study was carried out in the Metropolitan Region of Salvador (RMS) in the period between 2001 and 2003. It uses as primary sources of information scientific productions published in Bahia during the 1990's, interviews with rural workers and documents published by the local government of Bahia during the 1990's. These sources form the central body of information used in this thesis. Its focus is human development from the point of view of complex sustainability. With this in mind it establishes a relationship between scientific knowledge and the experiences of the rural community of the Metropolitan Region of Salvador and links this to an analysis of rurality in Metropolitan life. The complex thinking of referential theoretical scientific methodology is used to question scientific knowledge regarding the local reality and the implementation of scientific knowledge in the local culture, focusing on its use to superficially transform the region into an urban industrial area whilst in reality the region retains its rural character. It demonstrates that the emergence of an urban industrial economic dynamic within the Metropolitan Region of Salvador renders its rural nature invisible without at the same time producing a satisfactory quality of life for its inhabitants. The relationship between the rural and the urban within the Metropolitan Region of Salvador is re-thought here focusing on the experiences of men and women with world views and perspectives which put into question the elimination of the rural and of rurality within the region and redefine the relationships of those men and women with regional development itself.

The result of the research was the identification of various indicators of the interaction between rural and urban existence in the diverse social practices of scientists and non-scientists, which in turn suggest the possibility of a new pattern of settlement.

Key words: countryside-city, human development, complex sustainability.

INTRODUÇÃO

COMEÇANDO A PENSAR

Creio que a trajetória de minha vida, que me levou a nascer na cidade de Salvador e a morar em diferentes cidades, metrópoles e outras pequenas cidades, ora marinhas, ora ribeirinhas, ora estâncias hidrominerais, ora semi-árido; e por todo esse tempo indo e vindo a roças nossas e de vários familiares, foi tecendo no meu inconsciente um campo de reflexões. Outro lado dessa trajetória, o meu interesse pela leitura e pela condição de vida da maioria da população, iria interagir transformando essa experiência em conhecimento científico sobre o desenvolvimento humano e, portanto, civilizatório, que se processa nas relações entre o campo e a cidade como alteridade. Desde já explícito que estou considerando a noção de desenvolvimento humano como processo histórico em que a humanidade enfrenta os problemas, que ela mesma se põe, em torno das condições efetivas e potenciais do seu existir. Considerada como processo, a apropriação dessa noção se distingue daquela que a toma um indicador de qualidade de vida.

Localizo o início das reflexões que me encaminharam à realização dessa tese, recortada como objeto de estudo em conhecimento científico e a experiência de ruralidade na Região Metropolitana de Salvador - RMS, quando me deparei com a postulação teórico-epistemológica de que o indivíduo não se constitui categoria analítica para compreender a sociedade. Viria daí a necessidade metodológica de se abrir mão do indivíduo, ou da pessoa, na consideração do social, quer por compreendê-lo numa perspectiva estruturalista de submissão às normas institucionais e funcionais da sociedade, conforme Durkheim, quer por compreendê-lo como representado a partir das relações de produção material de sua vida, enquanto classe social, conforme Marx.

Isto foi em 1979, no curso de mestrado em Desenvolvimento Agrícola no CPDA/FGV¹. Ali já se entrecruzavam diferentes disciplinas para compreender o setor agrícola na matriz do pensamento marxiano, o que me inspirou interesse por processos de diferenciação social. Na elaboração da dissertação, deparei-me com pequenos produtores agropecuários, assentados num Projeto Especial de Colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – PEC/INCRA, numa experiência que teoricamente os encaminharia para a proletarianização. Contudo eles resistiam, criando estratégias de sobrevivência que os possibilitava manterem-se como produtores rurais em plena expansão do capitalismo no campo. Essas estratégias se inserem contemporaneamente na noção de pluriatividade. Vi nessa constatação uma indicação de incompletude do conhecimento científico e de relativa autonomia do desenvolvimento social como experiência humana, frente às tendências demarcadas como caminhos regulares pela ciência, mesmo quando ela nos possibilita perceber as contradições e a não-linearidade da realidade. Na realidade concreta esse olhar destacava, desse modo, conhecimento científico e experiência histórica em interação.

¹ O CPDA, então Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, iniciou sua trajetória vinculado à Fundação Getúlio Vargas/ FGV, atendendo à demanda do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola para formação de técnicos, tendo depois migrado para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ, onde permanece já denominado Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, mas preservando a sigla CPDA.

O estudo dos caminhos da ciência passou a ser para mim de grande interesse e fonte de novas buscas. Procurava conhecer seus percursos lógicos e metodológicos; a crítica a esses percursos nas discussões relativas às relações epistêmicas estabelecidas nas Ciências Humanas e Sociais, assim como a responsabilidade desse conhecimento em relação à qualidade de vida humana com que existimos. Diferentes interesses sociais e a formação de mentalidades estão envolvidos nessa qualidade de vida. Passei então a questionar-me sobre a insustentabilidade da condição contemporânea do mundo em que vivemos, em que a espécie humana põe em risco sua própria existência, dispondo de uma fértil história de produção de verdades científicas que pretendem ser, exatamente, o signo da superioridade da espécie.

Nessa prática social na academia científica, havia um estranhamento... a quase desaprovação pelos marxistas – verdadeiramente interessados em um mundo com menos desigualdade social –, que eu, que também adotava a dialética materialista histórica como percurso teórico-metodológico, fizesse a opção de articular a perspectiva antropológica num diálogo com esse percurso. Bachelard (o Gaston) veio em meu socorro quando, em *O Novo Espírito Científico*, disse que:

“De fato, se o pensamento científico pode movimentar-se entre dois termos opostos, indo, por exemplo, do euclidiano ao não-euclidiano, ele está como que rodeado de uma aura de renovação” (Bachelard, 1978: p.94).

Contudo, não era menos estranho eu buscar aí o socorro, por se tratar de um teórico metafísico. Além disso, causava-me estranheza a ortodoxia metodológica, embutida nessa desaprovação, diante da proposição da lógica dialética, de se constituir em abalo de todo conhecimento rígido, mumificado, admitindo uma infinidade de graus de relacionamento entre os elementos de uma totalidade em condicionamento recíproco (Ver Demo, 1997; Oliva, 1999; Morin 1996 entre outros).

Reverendo minha prática social fora da academia científica, percebi a cidade e o campo sem diálogo, em meio a ruídos de comunicação. Era a década de 1980 quando, ao lado de outros cientistas metamorfoseados em técnicos da ciência aplicada, eu atuava no Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, através da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia - SEAGRI, quer adotando a tradição epistemológica, quer adotando a epistemologia marxiana. Os postulados da ciência quanto à superioridade do conhecimento científico, cuja racionalidade promove a civilização por oposição ao atraso, eram projetados como imaginário urbano em relação ao rural; as disciplinas compunham como colagem as intervenções integradoras ou multidisciplinares. Seguramente, interesses econômicos e políticos perpassam essa apropriação de conhecimento pelo planejamento das intervenções públicas, que, embora denominadas de agrícola, envolvem também a pecuária, a defesa sanitária animal e vegetal, a pesca e a piscicultura, a aquicultura, a produção florestal e o abastecimento alimentar urbano.

Em 1985, houve uma tentativa técnica, em atuação do Governo do Estado da Bahia, de inserir a atividade primária como uma fonte de produção de renda no espaço urbano metropolitano. Foi através de projeto financiado pelo Banco Mundial para a Região Metropolitana do Salvador: o Projeto Metropolitano. Esse projeto foi executado sob a coordenação da então Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER, que também coordenou a sua elaboração. Mesmo com a possibilidade de melhoria da condição de vida de milhares de pessoas na região metropolitana, bem como a melhoria das condições do abastecimento alimentar com produtos “in natura” de origem animal e vegetal, o segmento não foi acatado no projeto sob a alegação de que era o urbano a referência para o financiamento. Ficava reafirmada a ausência do rural na região, desta vez com o aval de um financiador internacional.

A década de 1990, que tomo como foco desta tese, mostra-se plena como época

de uma realidade em que a cidade se tumultua em urbanização sobredeterminada pela indústria; a sobrevivência no campo vai sendo transformada pelos padrões de sobrevivência na cidade industrial, reproduzidos no campo como sistemas de agronegócios; a qualidade de vida é identificada com o conforto material ou relegada a um plano secundário diante da elegância dos modelos científicos e da exuberância do potencial tecnológico. Melhorias habitacionais, sanitárias, educacionais e comunicacional são reivindicadas como próprias da cidade, logo estranhas ao campo, a partir das classificações científicas, mas a cidade se mostra incapaz de atender “in loco” a todas as expectativas de civilidade que ela inspira.

É nesse contexto que vejo relevância em estudar a relação entre o campo e a cidade como experiência integradora. Uma busca de contribuição da ciência com vistas a uma prática social mais feliz e não apenas de maior conforto material, na qual se reconheçam as experiências humanas rurais e urbanas como complementares em coexistência no processo de desenvolvimento humano. Qualidade de vida, desse modo, inclui dimensões subjetivas. Como condição de vida humana historicamente determinada essa noção contempla saúde, educação, saneamento, renda, segurança mas também convívio salutar com a natureza, acesso às conquistas científicas, respeito e valorização do ser humano e da cultura, coexistência na diversidade de modos de vida.

Está em questão a contribuição da ciência ocidental na formação de mentalidades e, portanto, na proposição de um projeto social à medida que, por extensão, está em discussão a legitimidade ou competência dos diferentes usos desse saber. Como dominante, essa proposição exclui, no caso brasileiro, pelo menos dois terços da população enquanto protagonista de projeto social com essa racionalidade.

O centro desse questionamento é, por certo, a natureza do desenvolvimento social que vimos construindo, historicamente, como resultado da pretensão humana de dominar a natureza a partir do momento em que construiu método para desvendar leis do seu funcionamento.

“A dominação da natureza pelo homem é cada vez maior, mas ao mesmo tempo o homem se transforma em escravo dos outros homens e de sua própria infâmia” (Bensaïd, 1999: p 450).

Isto pode ser ilustrado com os dados do IBGE/PNAD 1995², para a Região Metropolitana de Salvador, onde 47,98% dos homens e 64,43% das mulheres, do total de pessoas ocupadas, percebiam um rendimento mensal de até dois salários mínimos, e, respectivamente, 20,80% e 41,33%, quando se considera até um salário mínimo. Vale ressaltar que está no espaço metropolitano a expectativa de melhor padrão civilizatório, apesar da baixa remuneração com clara discriminação sexual.

Para esse questionamento, tomo o existir humano nas relações sociais enquanto espaço natural, ou seja: a natureza humana “é interpretada no contexto da totalidade da natureza. Os homens devem, portanto, ‘reaprender a viver com a natureza’, e não contra ela” (Vicent, 1995: p 221). Além disso, é imperativa, na constituição do ser humano e da humanidade, a relação uns com os outros e com a natureza; sujeitos individual e social em construção do seu próprio projeto – o modo como se quer existir.

Assim, a condição de humanidade se constitui numa conquista da espécie humana para além da sua condição natural, uma conquista social que, sem abolir a determinação natural, requalifica-a. Isto nos remete ao problema gnoseológico que se coloca desde a origem mitológica da espécie humana em Adão e Eva, da relação entre o homem e a natureza, então reconhecida como criação Divina, em que a desobediência

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD

era uma desobediência por processos de conhecimento, movida pela contradição entre o conhecido revelado e o desconhecido que se queria desvendar.

Nessa concepção existencial está também a concepção científica que considera as Ciências Humanas e Sociais como uma unidade. O conhecimento e o real se integram transcendendo as disciplinas e constituindo uma unidade entre objetividade e subjetividade, a partir do resgate da relação com a natureza, para o que a lógica dialética constitui percurso necessário. Há ainda nessa concepção, o reconhecimento da existência de relações naturais que, embora não tenham sido apreendidas pelas culturas humanas, foram intuídas ou pressupostas como existentes, mas externas à nossa compreensão, indo compor aí o espaço da crença e da fé – algo religiosas, algo psicológicas – e/ou o espaço da eterna dúvida, da incerteza como também do ceticismo.

Reconhece-se o espaço da indeterminação no conhecimento científico, fazendo emergir a transcendência no questionamento sobre o sentido daquilo que fazemos, diante dos contrastes sociais em que vivemos. A perspectiva é de reconhecimento de possibilidades de realização humana advindas das experiências de homens e mulheres na produção de suas vidas material e social. Isto é, transcendência surge aqui na sua perspectiva de ética compondo a inquietação científica³, e inclui outros significados, entre os quais o espiritual religioso, compondo os nexos entre as atividades que os sujeitos sociais desempenham e o mundo que estão contribuindo para construir. As narrativas de Sorj e Moreira são esclarecedoras nesse debate contemporâneo de reconhecimento teórico da indeterminação. Assim é que, para Sorj,

“Nenhum sistema de valores sociais, no sentido do conjunto de crenças morais e normas práticas que ajudam a conduzir-se na vida social, possui um caráter coerente ou lógico. Essa é uma ilusão ligada à teologia, à filosofia e a certos sistemas de explicação da realidade social que pressupõem ser possível entender a conduta humana em termos de racionalidade e/ou fidelidade a um único fim. A complexidade da natureza humana e da vida social exige uma maleabilidade enorme nas alternativas de condutas possíveis, abertura na capacidade de aprendizagem e criatividade, que se expressa no sentimento de liberdade, isto é, a vivência de toda decisão como necessidade de selecionar uma resposta dentro do variado repertório de racionalizações possíveis apresentadas pela cultura e elaboradas pela experiência pessoal” (Sorj, 2000: p.29).

E para Moreira,

“No caso da vivência humana estaríamos nos indagando sobre as condições de existência do ser natural humano. Explorando essa indagação, podemos dizer que as diferentes identidades se revelam e se constroem nas relações e, dependendo das nucleações societárias que garantem as autonomias relativas do sujeito e do objeto, pode-se afirmar que nem no objeto e nem no sujeito a identidade, inclusive a rural, revela toda a sua existência. O que podemos verificar, medir e representar são apenas índices, indicadores, traços, elementos e registros da própria existência, de uma identidade sempre não absolutamente revelada.

³ “A Ética, entendida como ciência do ethos, é o saber racional que compreende o espaço humano, os costumes, os hábitos, as normas, os valores e as ações e se instala na história ocidental na Grécia dos séculos VII e VI antes de Cristo. Trata-se de um saber antigo, que inaugura o saber racional pelos filósofos e pensadores. Entende-se que seja a ciência que estuda a práxis do homem orientada para seu fim propriamente humano, ou seja a compreensão e expressão do ser humano orientado ao Dever ser, ao Bem ou ao Melhor” (Rotania, 200: p.15 e 16). Desde Platão a transcendência tem um fundamento ético no processo civilizatório que constitui a polis.

Essa questão tem sido objeto de vários pensadores e carrega também a necessidade de compreendermos que a vida humana contém o grande mistério da ontologia e do sentido, do nascimento e da morte. Esse campo misterioso, presente em todas as manifestações dos sentidos do ser humano e do pensamento, ganha realidade reificada na representação cultural e torna-se a própria realidade. Essa reificação religa (ação de ligar; religar, religião) o conhecível e o desconhecível, o visível e o invisível, o dizível e o indizível, construindo assim um fundamento, que só se torna real pela crença, pela fé, e não pela demonstração” (Moreira, 2002a:ps 9 e 10)

Nesse debate se (re)insere o sentido filosófico do qual se apartou a ciência ao pretender-se conhecimento verdadeiro, porque construído pela razão em oposição à aceitação do conhecimento revelado e, portanto, controlador de todos os processos através de aperfeiçoamentos continuados de tecnologias.

Nessa perspectiva, a transcendência na relação entre o homem e a natureza e os homens entre si é aqui considerada como dinamizada por contradições inerentes ao processo de desenvolvimento humano, isto é, a unidade imanente se fragmenta em elementos contraditórios à medida que se vai constituindo realidade social, na qual diferentes interesses detectados pela pesquisa nos relatos de experiências profissionais impõem o reconhecimento da (im)possibilidade de (e)utopia. Ou seja, as condições de possibilidade dos projetos dos sujeitos individuais e sociais (Ver S. J, 1993; Rouanet, 1993; Jaguaribe, 1993).

Qualquer projeto de desenvolvimento humano se opera mediante trabalho, que, na categorização marxiana do duplo caráter do trabalho – trabalho concreto e trabalho abstrato – contém as dimensões privada e social constituindo uma unidade dialética e, distingue a espécie humana das demais espécies da natureza. Desse modo, tomo a centralidade do trabalho como determinação principal da natureza humana, das condições planetárias e das relações sociais em sentido amplo, que inclui o sociológico, o antropológico, o econômico, o político, etc., em diferentes dimensões objetivas e subjetivas da vida.

O trabalho é então configurado ao ser produzido historicamente pelos homens na relação com a natureza e uns com os outros, numa rede crescentemente complexa de múltiplas determinações estando, contemporaneamente, subordinado direta e indiretamente, pelas lógica e cultura capitalistas.

O trabalho – atividade desempenhada por homens e mulheres para produção material e social da vida – está sendo considerado como um dínamo da vida humana e não apenas do interesse ou da necessidade de os indivíduos adquirirem riqueza material ou como relação de assalariamento, mesmo sob dominação da racionalidade capitalista, instrumental, imediatista, concorrencial e acumulativa, que é seu atual contexto.

Comporta, nesse momento, lembrar que o trabalho é desempenhado por sujeitos concretos que, além de capacidade para trabalhar, energia física existente num corpo o qual ao mesmo tempo em que possibilita trabalhar precisa do trabalho para existir, têm também existência psicológica, subjetiva e cósmica. É com todas essas dimensões determinantes que esses sujeitos se inserem no processo produtivo e na vida em geral, nas relações sociais em que se identificam e se distinguem uns dos outros.

Por isso, considere tanto a dimensão social como a individual, de homens e mulheres, para dar conteúdo à concepção de trabalho como um dínamo da vida humana; atende a necessidades materiais e espirituais e, nesse sentido, possibilitaria a homens e mulheres a realização do prazer de ser construtor de sua própria condição de

humanidade⁴. O trabalho assim compreendido é imanente à condição humana que faz o ser humano transcender sua condição natural e contrarrestar o trabalho dividido entre trabalho com prazer e trabalho sem prazer; ou trabalho que usa a cultura capitalista transformando o prazer em unidades monetárias e trabalho subordinado à cultura capitalista, que transforma unidades monetárias em prazer para quem manda trabalhar, quer no campo ou na cidade⁵. Portanto, trabalho urbano ou trabalho rural.

Já vimos um postulado científico que é o da superioridade desse conhecimento. Compreendo que postulados expressam crenças que abrem espaços de indeterminação. Nesse sentido, problematizo a crença científica explicitada por cientistas sociais do urbano, com a qual me deparei imediatamente na temática desta tese, de que a produção de conhecimento sobre o rural na RMS não tem utilidade para a melhoria da sua vida urbana, tendo em vista a evidente irrelevância da existência de ruralidade nessa região e conseqüentemente de sua apropriação para o planejamento urbano.

Mas a polêmica acadêmica nuclear deste estudo é a própria ruralidade que no decorrer de sua exposição, será explicitada com detalhes. Nesse momento é necessário mencionar como estou enunciando heurísticamente essa noção para demarcar o objeto. Nestes termos, ruralidade está sendo considerada como categoria contemporânea que, expressando possibilidade e efetividade de desenvolvimento humano, pela consideração do homem como ser da natureza, remete à construção de identidades a partir dos fenômenos de pluriatividade, lazer e meio alternativo de vida no campo em interação com a cidade, na qual subjaz a questão da modernidade em sua ambivalência de aventura e rotina. Essa ruralidade tem sua representação construída na relação campo e cidade metropolitanos experienciada na RMS, considerando diversos elementos contingentes na relação com a natureza, tais como: as atividades produtivas, a cultura de origem, a cultura almejada, as transformações de visão de mundo pelas experiências, a injunção do Estado e o enquadramento classificatório das identidades sociais.

Assim, campo, rural e ruralidade, como também cidade, urbano e urbanidade, mesmo contendo diferenças classificatórias, estão internamente referenciadas e, mutuamente relacionadas. A condição de estarem mutuamente referenciadas se coaduna com um olhar complexo em que a referência física e as referências econômica e cultural estão interconectadas, não sendo possível falar de rural ou de urbano independentes do local onde são experienciados.

A natureza perpassa a categoria de ruralidade que parece invisível como metropolitana, mas percebo uma primeira expressão de sua existência nos recursos naturais da paisagem da região. Sete dos dez municípios que integram a RMS margeiam a Baía de Todos os Santos e com ela se relacionam como turismo e lazer, como objeto de trabalho, como via de transporte, como referência cultural. Extenso litoral de mata atlântica em extinção e de vegetações não-nativas, rios doentes e rios sadios, fruteiros em quintais nas habitações de classes média e baixa, rearborização de vias públicas,

⁴ Eugênia S. Wagner (2000) ao ler Hannah Arendt na leitura que esta faz de Karl Marx demonstra a importância contemporânea da reconsideração da categoria trabalho no desenvolvimento humano, principalmente, por implicar na valorização da vida.

⁵ É Walter Benjamin (1994) quem, lidando com a condição prazerosa da *flaneurie* existente na vida urbana de Paris do século XIX, recorre a Marx e Engels para ilustrar a condição a que chegam homens e mulheres a partir da especialização do trabalho e, conseqüentemente, da metamorfose do trabalhador em profissional, que a relação entre cidade e campo possibilita visualizar: “O contraste entre cidade e campo ... é a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo na divisão do trabalho e numa atividade a ele imposta, uma subsunção que transforma um num obtuso animal urbano, e o outro, num obtuso animal rural” [Karl Marx e Friederich Engels, *Die deutsche Ideologie* (A Ideologia Alemã), Marx-Engels Archiv, D. Rjazanov, I, Frankfurt a/M, 1928, pp. 271-2]” Benjamin, 1994: p.206)

áreas de proteção ambiental e mananciais hidrominerais são elementos de sua exuberante biodiversidade, que inclui os dez municípios da região.

Culturalmente, a RMS é reconhecida pelos seus habitantes como parte do Recôncavo⁶. A identidade de RMS é recente, tendo sido assim categorizada na década de 1970, por meio da Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1973, que criou a Região Metropolitana de Salvador – RMS, delimitada como tal quando também o foram as primeiras regiões metropolitanas do Brasil. Na década de 60, o Governo ainda intervinha nessa região como Recôncavo, tendo em 1967 instituído o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo – CONDER, com a responsabilidade pelas diretrizes de planejamento urbano e regional. A identidade metropolitana não-colonial é um dado de realidade de apenas três décadas, quando o espaço territorial que no Brasil Colônia funcionou como extensão da metrópole colonizadora, demarcado como São Salvador da Baía de Todos os Santos, e gradativamente desmembrado em municípios, passa então a ser Região Metropolitana.

“Em agosto de 1974, cria-se o Decreto nº 24.178 que instituiu a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador que manteve a sigla CONDER e passa a ser então uma empresa do Estado, com participação acionária mista. A instituição da CONDER como organismo executivo da política de planejamento regional, foi o ponto de partida para a consolidação da estrutura metropolitana e, dentre os resultados dessa instauração o reagrupamento territorial e a nomeação do Conselho Administrativo da empresa foram as medidas fundamentais que caracterizaram a formação da RMS...” (Oliveira, 1996: p 41).

Informações veiculadas na página oficial da CONDER pelo ciberespaço situam a expansão do órgão em termos de atribuições e de área de abrangência donde sua nova identidade de Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, mantendo ainda a mesma sigla. Essa expansão se deu com a absorção das atribuições da antiga Habitação e Urbanização da Bahia – URBIS, cuja liquidação foi decretada através da Lei Estadual no. 7.435, de 30 de dezembro de 1998, em decorrência da concepção de desenvolvimento integrado, adotado para a Região Metropolitana de Salvador, e objetivado, através de investimentos públicos em infra-estrutura urbana e social, recuperação e preservação do patrimônio histórico, cultural, turístico e ambiental.

Na mesma página oficial há um retrospecto dessas mudanças institucionais. É informado que com sua institucionalização como Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador:

“a CONDER passa a atuar também como órgão executor de obras, coordenador de projetos, além de fornecer assistência técnica aos municípios da RMS. No período de 75 a 78, os setores responsáveis pela implementação na área de transporte, habitação e urbanismo, respondem pela quase totalidade dos investimentos da empresa. No período seguinte, de 1979 a 82, as ações vinculadas à área de Transportes, assumem a liderança dos investimentos (34,5%), seguidos com percentuais para as áreas de saúde (11,4%), entre outros.

⁶ Kátia Mattoso (92) diz que: “Recôncavo significa fundo de baía. Mas o Recôncavo baiano abrange todas as terras adjacentes, ilhas e ilhotas, bem para além das praias, vales, várzeas e planaltos próximos ao mar: uma orla de quase trezentos quilômetros torna bastante fácil a circulação, ainda mais porque numerosos rios se lançam na baía por amplos braços navegáveis. Longas praias, cortadas às vezes por um cabo rochoso, uma enseada pantanosa ou até algumas colinas de baixa altitude, oferecem, quando a maré está baixa, uma espécie de caminho quase contínuo, suave ao pisar do viajante. Caminho de ronda que se insinua em todas as enseadas, costeia todas as ilhas e permite arrastar um barco até uma praia ao abrigo do vento” p.51.

A partir de 1980, evidencia-se, um maior número de implementações, nos municípios integrantes da RMS. No final da década de 80, a Região Metropolitana de Salvador, já estava integrada por dez municípios: Vera Cruz, Itaparica, Madre de Deus, Candeias, São Francisco do Conde, Simões Filho, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Camaçari, e a capital do Estado, Salvador, formando uma área total de 2,205,44 km².

Em todo o período de ação regional, a CONDER desempenhou o papel de agente financeiro, através do Fundo de Equipamentos da Região Metropolitana de Salvador - FEREM, repassando recursos internacionais de projetos do governo estadual, aos municípios pertencentes à RMS. Mais recentemente, através de uma lei estadual que modificou a estrutura organizacional da administração pública estadual, a CONDER estendeu seu universo de ação para as áreas de influência imediata da região metropolitana de Salvador (Lei n.º 6.074 de 22/05/91), como as áreas de proteção por ela também criada e gerida.

Destacam-se entre seus objetivos sociais a competência de elaborar e executar programas e projetos de desenvolvimento de áreas urbanas, bem como planos de recuperação ambiental de áreas degradadas, além de planos de melhorias habitacionais visando à erradicação de doenças em áreas urbanas e rurais, atuar como agente promotor de programas de aplicação de recursos do FGTS, segundo as normas do seu Conselho Curador e também de outras fontes, especialmente os relativos à expansão urbana, drenagem, habitação, erradicação da subabitação, coleta e disposição final de resíduos sólidos, recuperação ambiental, apoio institucional e equipamentos urbanos.

Cabe também à CONDER executar obras de interesse urbano e metropolitano, com base na política de desenvolvimento econômico e social do Estado, ações ambientais voltadas para a qualidade de vida, realizar estudos e pesquisas, bem como sistematizar informações com vista ao conhecimento da realidade urbana, metropolitana e habitacional do Estado, prestar assistência técnica às administrações municipais, inclusive para elaboração de planos diretores, de estudos e projetos de interesse local.

Compete-lhe, ainda, exercer a gestão de parques metropolitanos, de sítios históricos e áreas de interesse cultural e de preservação ambiental, que lhe for atribuída, examinar, para efeito de anuência prévia, a implantação de projetos industriais, de loteamentos e de desmembramentos do solo urbano, bem como as alterações de uso do solo rural para fins urbanos, no âmbito do Estado da Bahia” (<http://www.conder.gov>).

A trajetória da CONDER de Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo, passando por Companhia de Desenvolvimento da RMS e chegando a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, explicita institucionalmente a amplitude do urbano que se desenvolve “com base na política de desenvolvimento econômico e social do Estado”, que se expande da Região Metropolitana de Salvador – RMS para todo o Estado.

Quando focalizada na RMS, essa política fez com que a região, que é a menor região econômica do Estado da Bahia em extensão, fosse a maior em densidade populacional, volume de investimentos e PIB; dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, apontaram que em 1996, dos dez maiores PIBs municipais, Salvador respondia por 37%; cinco municípios da RMS estão entre os dez maiores do Estado e totalizaram 59,5% do PIB desses municípios; a arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria – ICMS, segundo a Secretaria da Fazenda –

SEFAZ, representava, em 1996, 70,74% de toda a arrecadação do Estado.

Em que pese toda essa força urbana na RMS, o rural e o urbano coexistem em atividades de agricultura, pesca, agro-indústria, indústria, serviços, turismo e cultura implementados por sujeitos sociais empregadores, autônomos, donos de negócios familiares, assalariados etc., e em expressões culturais como festas, religiosidade, hábitos alimentares e valores societários, advindos dos modos de viver decorrentes da relação com a biodiversidade, enquanto base socioprodutiva, em sua formação histórica capitalista.

Para dar conta dessa complexidade, estabeleço diálogo entre o conhecimento científico acadêmico, o conhecimento científico aplicado através da estrutura institucional do Estado, e a experiência de pessoas que vivenciam o rural metropolitano. A perspectiva é identificar indicadores de um padrão civilizatório, que tendo sido gestado na interação entre rural e urbano, possibilite integrar o rural e o urbano na realidade metropolitana da RMS. Deste modo, estarei transformando experiência em conhecimento científico sobre o desenvolvimento humano que se processa nas relações entre a vida campestre e a vida cidadina como alteridade.

O ideal seria que esta tese tivesse sido desenvolvida por uma equipe de pesquisadores, tendo em vista que na interdisciplinaridade, que utilizo como requisito metodológico preliminar, é determinante o diálogo entre vários saberes. Como rigor metodológico, é de se esperar que cientistas de áreas relacionadas ao objeto de estudo estejam produzindo, conjuntamente, o conhecimento interdisciplinar. É próprio do conhecimento interdisciplinar que a parceria entre diferentes, conectados por compromissos comuns, provoque releituras e gere conhecimento como experiência coletiva (Ver Morin, 1996; Morin, 2002; Moreira, 2002b; Oliva, 1999; Demo, 1997).

Contudo, o ritual de titulação acadêmica exige produção individual para teses e dissertações, o que restringe o uso desse recurso como procedimento metodológico, ao processo de orientação e de exame do trabalho final. Contudo, é possível relativizar essa restrição com a produção de artigos que são apresentados, comentados e criticados em eventos científicos. Esse foi um recurso que utilizei na realização desta pesquisa, tanto na elaboração teórica de categorias analíticas, como a de campo e cidade metropolitanos⁷, quanto na formulação de diálogo com o ordenamento urbano, articulando as reflexões teóricas à realidade concreta de Salvador⁸.

Fora do espaço da academia científica, o diálogo entre diferentes saberes foi garantido nos procedimentos metodológicos através da realização de entrevistas, num total de 50, sobre a experiência de pessoas que produzem sua sobrevivência no campo, com atividades de agricultura, pecuária, extrativismo, serviços rurais etc., e em atividades relativas ao campo, em órgãos públicos, como extensão rural, planejamento e educação rural. Todas as entrevistas foram consideradas com o mesmo grau de verdade, desde os informantes sem escolaridade até os que têm título de doutor. O lugar que a experiência ocupa na construção desse conhecimento é tão relevante quanto o lugar do conhecimento científico herdado. Desse modo, as narrativas dos entrevistados e a minha interpretação sobre elas compartilham relevância. Dar espaço de destaque às narrativas no texto é um modo de tornar os entrevistados também presentes. Nas suas próprias falas explicita-se a maneira de pensar seus valores, suas subjetividades. A minha interpretação está mediada pelo tratamento quantitativo dos conteúdos expressos pelos entrevistados a partir das questões estruturadas da entrevista. No espaço livre do roteiro

⁷ Para a construção da noção campo e cidade metropolitanos contei com a co-autoria do professor Roberto José Moreira, orientador da presente tese.

⁸ Esse processo possibilitou inserir a discussão da relação entre campo e cidade no Planejamento Urbano e Regional, no espaço de pesquisadores em rede de que participam a UFRJ, a UCSAL e a UNEB.

de entrevista surgiram conteúdos que permitiram maior segurança nas inferências interpretativas que estabeleci. Isto me levou a utilizar, por vezes, longas transcrições⁹.

Embora tenha optado pelo enfoque da experiência como conteúdo de experiência pessoal, também focalizei o conteúdo institucional quando entrevistei pessoas que, ocupando cargos de confiança na direção de órgãos públicos, puderam dar notícias oficiais sobre o município. Parte das notícias locais tem essa fonte, tendo em vista que, para o período 1990 a 2000, quase inexistem informações escritas que formalizem, como diretrizes ou medidas de planejamento, as ações dos governos municipais. As informações estão disponíveis no âmbito estadual. Esse perfil de entrevistado revelou limites entre as convicções pessoais e técnicas e as decisões políticas e, portanto, a apropriação constrangida do conhecimento científico que, nessa disputa, está submetido ao poder político.

A identificação das pessoas para serem entrevistadas obedeceu a um único critério: ser alguém que trabalha direta e/ou indiretamente com o rural. Encontrei-as em seus locais de trabalho – na praia, na feira, no escritório, na escola. Apenas dois momentos foram coletivos: um com a comunidade do distrito de Leandrino, no município de Dias D’Ávila, com extensionista da EBDA, agente do Banco do Nordeste para o PRONAF e o gerente de Agricultura da prefeitura de Dias D’Ávila; o outro na colônia de pesca no município de São Francisco do Conde, quando os pescadores consertavam seus apetrechos de pesca.

Optei por não explicitar a identidade dos informantes – por não ter solicitado autorização para revelá-los –, embora considere que seria mais significativo, metodologicamente, explicitá-las já que utilizo amplamente suas falas para garantir pessoalidade às experiências que, evidentemente, são pessoais. Assim é que, ao final das entrevistas, em resposta ao meu agradecimento por suas participações, eles se posicionavam retomando a sensação mais importante para cada um naquele momento. Por exemplo:

“Eu não sei se atendeu a sua expectativa, mas... pessoas na área agrícola, o profissional da agronomia, da zootecnia, da veterinária, do serviço social, da sociologia dizem:” se meu filho falar que vai ser agrônomo...”. Eu não. Acho que foi uma escolha que eu fiz e me realizei, tanto no aspecto financeiro, quanto no aspecto emocional e no aspecto de satisfação pessoal”. (Entrevistado nº 44).

“Eu só queria agradecer a oportunidade de transmitir as idéias para uma pessoa que fará um trabalho escrito e falado”. (Entrevistado nº 29).

“Eu fico feliz por ter mais projetos, a exemplo de sua tese, na região metropolitana... para se fazer tese ... e até parabênzimo você por sair e trazer novidades...” (Entrevistado nº 46).

“...Dói a gente sentar numa mesa e comer com fartura e saber que hoje estão aí as campanhas. Tudo é válido contra a fome... um prato para a sobrevivência. O trabalhador rural não precisa disso não, gente. Ele precisa que tenha a dignidade dele”. (Entrevistado nº 28).

“Eu gostaria de ver o resultado do trabalho, todo sistematizado...” (Entrevistado nº 17).

“Eu só queria dizer o que já disse: os capitalismos, basicamente de origem americano, judaico e alemão vão provocar grandes contradições e o

⁹ Encontrei em Thompson (1981), com o seu “A miséria da teoria ou um planetário de erros”, a segurança para permanecer com essa perspectiva metodológica. Isto é, em si mesmo, um exemplo de como articulo a relevância entre teoria e cotidiano ou dito como no objeto de estudo desta tese, entre conhecimento científico e experiência.

mundo vai ser transformado... será comunista, não sei quando, mas tenho absoluta certeza disso. É só. (Entrevistado nº 26).

Nessas falas, destaco exemplos do envolvimento emocional que expressa a pessoalidade durante as entrevistas, ora com descontentamento, ora com felicidade, ora com esperança, ora com ansiedade por realizações.

Em relação à produção científica elaborada e publicada na RMS, examinei 34 títulos publicados por editoras localizadas na RMS. A escolha desses títulos recaiu, inicialmente, sobre a existência das expressões rural ou campo e cidade, no título do livro, coletânea ou artigo. Não identifiquei publicação que tratasse do rural na RMS¹⁰. Em seguida passei a escolher títulos que contemplassem as demais noções fundamentais (desenvolvimento, transcendência, trabalho e natureza) que elegi para demarcar a complexidade na relação campo e cidade. Essas publicações são de autores baianos e não-baianos, moradores ou não da RMS. O critério é ter sido aceito para publicação local, o que estou tomando como revelador de um compartilhar científico.

Examinei também notícias sobre reivindicações populares que remetam à relação rural e urbano, veiculadas no jornal “A Tarde”, o mais antigo dos jornais publicados em Salvador sem interrupção de circulação, no período de 1997 a 2000.

Na redação do texto final, recorri a um percurso de idas e vindas entre a teoria e a realidade empírica, como também de idas e vindas entre um capítulo e outro. No percurso metodológico de investigação foi imprescindível o ir e vir das diferentes determinações, da realidade à teoria e à epistemologia. Este movimento aparece no texto de exposição da pesquisa, no interior de cada capítulo. Assim, a aparente linearidade na estruturação dos capítulos da tese não corresponde à dinâmica da investigação, que me fez ir e vir de uma determinação a outra continuamente.

Distribuí o conteúdo da tese em cinco capítulos que se interpenetram, mas que privilegiam separadamente os termos desse diálogo. No primeiro deles, problematizo a construção do conhecimento científico na relação com a realidade local e com produções científicas publicadas na região na década de 1990. No segundo capítulo, discuto a prática cultural do conhecimento científico na região a partir do seu uso transformando-a externamente em urbano industrial, embora ainda resista sua dimensão de ruralidade. No terceiro capítulo, demonstro que a imanência da dinâmica econômica urbana industrial na identidade da RMS torna invisível a sua ruralidade sem produzir qualidade de vida satisfatória para seus habitantes. O quarto capítulo é o nuclear para a tese; nele repenso a relação entre o rural e o urbano na RMS, a partir da experiência de homens e mulheres, demonstrando a diversidade de visões de mundo que põem em questão a eliminação do rural e da ruralidade na região, e gerando aprendizados que redefinem suas relações com o próprio desenvolvimento. No quinto e último capítulo exponho indicadores que emergiram da interação entre o rural e o urbano vivenciado nas diversas práticas sociais de cientistas e não-cientistas, que sugerem a possibilidade de um novo padrão civilizatório.

¹⁰ Esta não é uma situação exclusiva da produção científica local. Verifiquei no “Catálogo de Dissertações e Teses do curso de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ 1980 – 2000”, que do total de 47 dissertações (1980 –89) e 185 teses (1990 – 2000), trinta e sete títulos explicitam a categoria rural, 5 explicitam a relação rural/urbano ou campo e cidade (desses, dois focalizam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro), 1 explicita a relação entre conhecimento e desenvolvimento; nenhuma estuda a pesca.

CAPÍTULO 1 – PARA RELIGAR O QUE FOI SEPARADO NO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

1.1 O Olhar do Conhecimento Científico

A delimitação de um objeto de estudo como “conhecimento científico e experiência de ruralidade na Região Metropolitana de Salvador – RMS” contém em si uma contradição que decorre da classificação da realidade pela ciência, quando a referência para interpretação é a realidade vivida: o metropolitano e o rural se excluem.

A conhecida expressão dita para os que escolhem agronomia, quando chega a hora da inscrição para o vestibular, de que “quem faz carreira no mato é veado”, expressa subjetivamente a objetividade da classificação positiva que tornam o metropolitano e o rural excludentes no mesmo espaço, donde a expansão de um supõe a extinção do outro. Admitindo-se que no metropolitano a apropriação humana dos diferentes recursos da natureza vai reduzindo a existência desses mesmos recursos, não é difícil a partir daí fazer uma analogia entre a expansão antrópica, que é avanço humano e a crise planetária da biodiversidade. Isto constitui uma cristalização do pressuposto de que o rural e o metropolitano são mutuamente excludentes.

A partir dessas considerações, deixo explícita a necessidade de estabelecer um diálogo entre diferentes áreas da ciência e de incluir nesse diálogo a experiência não científica para me aproximar da realidade em estudo.

Portanto, assumindo uma perspectiva crítica à dicotomia entre ciências humanas e sociais, isto é, assumindo a abordagem humana como social tendo em vista a impossibilidade do existir humano fora das relações sociais, tomo as relações sociais como o espaço natural de concretização do projeto humano de construção do seu próprio desenvolvimento. Nesse referencial busco uma formulação científica que inclua o fenômeno da vida na construção de suas representações procurando me apropriar das contribuições da ciência contemporânea que aos poucos vai ganhando espaço no processo de construção de uma hegemonia científica que acolha lógicas não científicas constituintes do processo histórico do desenvolvimento humano, como saberes legítimos nessas representações (Ver Capra, 1982; D’Ambrósio, 1999; Hodgson, 1997; Moreira, 2002a; Alencar & Moreira, 2002).

Esse conhecimento teve na Universidade a resposta aos Mosteiros que, em se mantendo distanciados da realidade objetiva dos homens, produziam um saber que se esvaziava de significado para o desenvolvimento humano. No espaço da Universidade, os hereges davam ouvidos a antigos saberes, pela possibilidade de se encontrar neles algo que, mesmo pelo erro do simplório senso comum, pudesse revitalizar, no sentido mais literal do termo, o conhecimento. Logo, não há novidade nesse procedimento; há um retomar do processo de racionalização que desembocou na constituição da ciência ocidental, mas que, ao se ir pretendendo uma depuração da subjetividade pela separação epistemológica entre sujeito e objeto, produziu um conhecimento dicotômico.

Apesar dessa depuração para os fins científicos de classificação, a realidade comporta um conjunto de investimentos da subjetividade humana e de pressuposições inconscientes dessa subjetividade. Ou seja: o homem é um criador, embora nem sempre consciente, e seu inconsciente, por vezes, é que inspira sua criação quer material quer teórica. Ao admitir esse papel ativo e já não apenas reflexivo, e, ao admitir a ingerência

do inconsciente, o homem perde a ingenuidade, até então cultivada, de neutralidade em relação às suas próprias ações e representações científicas. O resultado disso é o retorno da “dúvida” e da “desmistificação”, com um desencorajamento diante da morte de todo o empreendimento do pensamento até então erguido. Em contrapartida, se reativam outros domínios humanos que, pelo processo de avanço do conhecimento em determinados campos, foram sendo deixados de lado e, conseqüentemente, estacionados, fazendo ressurgir diversas questões colocadas em suspenso até então¹.

Uma questão tida como resolvida e que retomo nesta tese é a não-existência de ruralidade onde a urbanidade imprime identidade social e, particularmente, é o caso do espaço social denominado Região Metropolitana de Salvador - RMS, objeto empírico do presente estudo.

Tomando a ruralidade como emergindo de uma relação mais direta com a natureza e condicionada cultural, política e economicamente, algo representado e vivido, é possível rediscutir questões aparentemente concluídas nas ciências sociais. Essa possibilidade decorre de noções que ressurgiram exatamente porque suas representações fragmentadas não estavam dando conta da realidade concreta. A fragmentação² é acompanhada de dicotomias entre o pensar e o fazer como se separam os lados direito e esquerdo do cérebro, o rural do urbano, o campo da cidade. Essa fragmentação se institucionaliza na formação de profissionais de alto nível para darem conta do pensar um fragmento e do fazer um fragmento; se institucionaliza nas diretrizes de políticas de desenvolvimento ao instrumentalizar cientificamente os interesses hegemônicos que as inspiram.

O fragmento aqui problematizado é o rural e dentro dele a agricultura ou, quando um pouco menos fragmentado, a agropecuária, ou mais integrado, os sistemas agroalimentares como agronegócios ou o problema agrário. Considero uma dicotomia a concepção do rural como sinônimo de agrícola à medida que isso implica que o rural é representação do espaço social sobredeterminado pela agropecuária, setor produtivo. Entretanto, os sujeitos sociais que experienciam o rural produzem a vida material com diversas atividades além da agropecuária e com vivências significantes que formam uma cultura na relação direta e/ou inspirada na natureza. Nessa dicotomia, o rural é um objeto sem sujeitos.

A referência dessa representação na realidade concreta, contudo, nos remete ao período do século XVI ao século XIX, em que foi a agricultura de exportação que determinou a dinâmica da economia no Brasil, portanto, o rural como agrícola e uma realidade identificada por sua dinâmica econômica. Essa representação se expressa ainda hoje, por exemplo, no nome da Secretaria de Estado para o setor: de Agricultura, recentemente acrescida de Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI, embora se insiram nessa Secretaria atividades não-agrícolas do rural, como pesca, piscicultura, aquicultura, etc. Ficam de fora, na identificação do órgão, os elementos do modo de vida rural que não são atividades produtivas agropecuárias. O turismo rural está com a Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia.

A sobredeterminação pela agropecuária e pela indústria, dos modos de vida rural e urbana, não conseguindo açambarcar a vida que não se enquadra em modelos, dá

¹ Essa polêmica envolve o próprio status de cientificidade das ciências sociais e humanas e vem sendo estabelecida, ao longo dos séculos XIX e XX, por Augusto Comte, Karl Marx, Émile Durkheim, Gaston Bachelard, Thomas Khun, Fritjof Capra. Tem em nomes como Edgar Morin, Boaventura de Souza e Ubiratan D'Ambrósio representantes contemporâneos da preocupação sobre a responsabilidade social da ciência.

² Estou considerando fragmentação como a divisão do todo em partes que passam a ser principalizadas de modo tal que são tomadas pelo todo.

elementos para pôr em xeque contradições lógicas. Desse modo, abre espaço para pensar, por exemplo, rural e urbano num projeto relacional que possibilite ver o urbano no campo e o rural na cidade, configurados pelas ciências e pela experiência cotidiana mediada pelo trabalho. Sinto-me aqui acolhida pela construção contemporânea da categoria de ruralidade que configura, em pesquisas recentes, novos olhares para o rural brasileiro.

Buscando identificar o perfil das discussões veiculadas pela comunidade científica local para situar o campo de debates no qual me insiro, nos trinta e quatro títulos que examinei, publicados na RMS, na década de 1990, encontrei diversos autores com preocupações convergentes às que me inquietam. Esse escore é liderado pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, seguida pelo Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, uma organização Jesuíta, e depois pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, vinculada à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado. Também examinei publicações da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Universidade do Sudoeste Baiano – UESB; da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI; e da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER.

Uma dessas preocupações compartilhadas e, certamente, a mais geral, por estar situada no campo da crítica epistemológica, é relativa à interdisciplinaridade. Em 1995 o Instituto de Física da UFBA publicou o volume 7 de Cadernos do IFUFBA, com o título Seminário Geral Interdisciplinar, comemorativo dos 25 anos do Instituto, relatando o Seminário que iniciou em 1992. Encontrei aí vários artigos que pude conectar com a experiência de ruralidade na RMS, embora o rural, quando explicitado, não esteja situado nessa região. É importante destacar que nenhum dos títulos explicita o rural na RMS. Percebo-o como ruralidade, implícito na natureza, que emerge do problema sócio-ambiental trazido pela intensificação urbana e industrial, e desse modo conectada como preocupações científicas.

Nesse Seminário Geral, o recurso à interdisciplinaridade permite que o espaço geográfico da Baía de Todos os Santos, onde se insere a RMS, seja objeto de avaliação crítica do conhecimento, ao difundir uma crença de estabilidade natural, atribuindo mudanças apenas às ações humanas.

“Para todos nós, a Baía de Todos os Santos é uma feição que sempre existiu, pois desde crianças estamos acostumados a vê-la, sempre com as mesmas dimensões... Ninguém consegue imaginar Salvador sem a Baía de Todos os Santos. E isso não ocorre apenas com a nossa geração, pois nas primeiras fotografias tiradas de Salvador, no final do século passado, e nos documentos e mapas feitos durante a colonização portuguesa, a Baía está sempre presente” (Leite, 1995: p.223).

Nessa crítica, a interdisciplinaridade viabiliza diálogo entre as ciências naturais, especificamente a geologia, e as ciências humanas e sociais, em que se insere o imaginário sobre o rural como refratário a mudanças. Posso então inferir que nesse imaginário está presente a transposição de uma visão equivocada da dinâmica natural ao qual o rural está vinculado. O equívoco estaria condicionado por periodizações que precisam ser revistas numa perspectiva do tempo longo da história. Ao mesmo tempo, o novo rural pode ser compreendido como um novo olhar que se apropria de elementos não percebidos anteriormente; ou pelo menos não considerados relevantes pelo olhar disciplinar. Leituras contemporâneas sobre a realidade contemporânea, como a que aqui desenvolvo, por exemplo, não podem abrir mão do percurso histórico que a constitui.

Fazendo um balanço geral das preocupações em comum, encontrei vinte referências à crítica ao conhecimento científico como requisito às formulações então

propostas. As críticas que perpassam os conteúdos trabalhados explicitam a necessidade de releituras em relação a aspectos como: identificação do rural e do urbano por agrícola e indústria/serviço (Araújo, 1992; Couto e Dufumier, 1998); globalização como fenômeno novo ao invés de intensificação da natureza do capitalismo (Godinho, 1998); ideologização do conhecimento sobre dimensões subjetivas ao invés de demonstrá-las na realidade (Reesink, 1998); indicadores de desenvolvimento quando não se efetiva melhoria da qualidade de vida e da renda da população local frente as articulações internacionais (Sampaio, 2001; Veiga, 2001; Couto e Dufumier, 1998); abordagens normativas na caracterização do rural obscurecendo a diversidade da dinâmica local na relação com a cidade (Veiga, 2001; Olivieri, 1999); ecologia devendo ser considerada como preservação e conservação natural e antrópica no patrimônio histórico, cultural e arqueológico (Nascimento, 1992; Silva e Fernandes, 1996); cotidiano devendo ser percebido com o sentido de temporalidade na tessitura das relações sociais de dominação e de autonomia ou contra-hegemonia (Costa, 1991); consideração do trabalho na identidade do sujeito pós-moderno reconhecendo aí as múltiplas dimensões do ser humano – psíquico, cultural, político, ideológico, etc. (Barreto, 2000); leitura da imutabilidade da natureza quando comparada às mudanças antrópicas (Machado e Cardoso, 1996; Leite, 1995); historiografia brasileira ao olhar o urbano a partir do rural (Fonseca, 1993); não consideração da multidimensionalidade objetiva e subjetiva na formulação de representações (Araújo, 1995; Baiardi, 1998; Couto e Dufumier, 1998; Sampaio, 2001; Nascimento, 1992; Barreto, 2000).

Partilho com esses autores a compreensão sobre a necessidade das revisões teóricas explicitadas como requisito para uma nova produção científica. Particularmente, as revisões são necessárias nessa pretensão de compreender as relações entre conhecimento científico e experiência de ruralidade na RMS, à medida que possibilitam um olhar complexo sobre essa realidade e apontam para o conhecimento científico contemporâneo. Acrescento a essas revisões a compreensão de incompletude do conhecimento como mais um requisito para a produção de conhecimento novo que seja inclusivo e não excludente.

A título de exemplo, considero a contribuição de um dos autores examinados, que recorta na saúde bucal seu objeto de preocupação com o ser humano no rural, e o rural identificado pela odontologia se refere a uma delimitação da população de

“residentes e domiciliados na área rural do município...” (Araújo, 1995: p.197). Trata-se de uma classificação normativa adotada a priori, para situar espacialmente a contribuição da ciência aplicada em instrumentalizar

“a disposição dos setores organizados da comunidade, em particular o Estado, responsável que é pelo SUS, visando contribuir metodologicamente para a preservação da saúde pública bucal...” (Araújo, 1995: p.197).

Aqui, o rural, sendo delimitação de uma zona municipal, não incorpora elemento restritivo da classificação formal, tendo em vista que a realidade focalizada é apreendida pelo autor sem o caráter de identidade social rural, no que essa classificação traz distorções (Veiga, 2001: 2002). Percebe-se que a classificação de rural não traz restrições quando o autor diagnostica a baixa qualidade da saúde bucal.

“No Brasil esta realidade é facilmente detectada. Basta o acesso àquelas comunidades das grandes periferias urbanas ou interioranas integrantes da população classificada como ‘de baixa renda’” (Araújo, 1995: p.200).

Ao conhecimento científico é então requerido constituir-se recurso de formação de sujeitos sociais organizados para melhoria de sua qualidade de vida e, portanto, explicitamente sujeitos de um caminho associativo de desenvolvimento humano. Para isto indica, metodologicamente, a integração entre saúde e educação visando

“a promoção e valorização do ser humano, numa proposta participativa” (Araújo, 1995: p.200).

objetivando

“a formação biopsicosocial dos indivíduos, buscando integrá-los à comunidade em que se encontram inseridos” (Araújo, 1995: p.200).

Na verdade, a condição de baixa renda está conectando o rural e o urbano e se sobrepondo a ela o potencial associativo dessas pessoas. O rural é, nessa abordagem interdisciplinar, principalmente, o recurso da localização no enfrentamento de problemas que revelam esgotamento do padrão de desenvolvimento. O padrão de desenvolvimento é novamente objeto de crítica em 1998, em outra publicação da UFBA, mas que desta vez tematiza especificamente o rural, compondo um dossiê sobre as faces do novo rural³. É um dossiê da produção científica sobre o rural, coordenado por Amílcar Baiardi (UFBA), mas com participação de cientistas de vários lugares, que aponta para um perfil de produção científica como crítica à episteme "modelar" e superação da discussão feudal x capitalismo mercantil e modernização do latifúndio x diferenciação social. Nessa direção, identifica como faces do novo rural o neoprodutivismo, o neoassociativismo e o turismo campestre.

“A ‘forma de vida campestre’ engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais –, e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifundiários e plantations às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, pólo industrial. O que há em comum entre as cidades antigas e medievais e as metrópoles e conurbações modernas é o nome e, em parte, a função – mas não há em absoluto uma relação de identidade. Além disso, em nosso próprio mundo, entre os tradicionais extremos de campo e cidade existe uma ampla gama de concentrações humanas: subúrbio, cidade-dormitório, favela, complexo industrial” (Williams, 1989: p.11 e 12).

Resgato as considerações de Williams (1989) sobre a vida campestre para situar o espaço social da pesquisa, tendo em vista que, além de incorporar a relação com a cidade, suas considerações abrem espaço para diversidades entre os extremos campo e cidade. As diversidades para a Região Metropolitana de Salvador se ampliam com a presença de rios, lagoas, mar em diversos usos; as ruralidades se movem entre entusiasmo pelo progresso urbano industrial e nostalgia do agro tradicional. Portanto, modernamente poderiam ser sistematizadas a partir de dois referências gerais, a saber:

a) no do progresso, como via para melhor civilização, a ruralidade significa tradição pré-industrial culturalmente atrasada a ser superada pela industrialização, modernização e urbanização de toda a sociedade. É a imagem predominante e que estimulou o interesse das ciências sociais em olhar o agro e o rural;

b) no do pessimismo em relação ao progresso moderno-industrial a ruralidade significa nostalgia do agro tradicional, atitude favorável à conservação dos seus valores e das suas formas de vida e de socioeconomias e que também serviu de base para os enfoques continuum rural-urbano e de novas ruralidades.

Numa tentativa de periodização dessas abordagens no século XX, no ocidente, poderíamos situar, inspirados em Durán (1999), o populismo agrário norte-americano indo até 1960; o continuum rural-urbano sendo forte até a 2ª Guerra Mundial, quando

³ A Bahia integra o Projeto da UNICAMP sobre a “Caracterização do Novo Rural Brasileiro” no qual se insere a pesquisa sobre “Novos Mundos Rurais Baianos”, coordenada por Vítor de Athayde Couto Filho.

vai decaindo e, a partir de 1950, dá lugar às teorias da modernização como instrumento de mudanças no mundo rural, embora também com dualidades. São abordagens, portanto, coexistentes, tendendo a simultaneidades e recorrências compatíveis com o tempo longo da modernidade. Nessa temporalidade, o padrão de desenvolvimento em vigor faz emergir questões que abrem espaço para incluir outros significados a partir das teorias críticas da modernização.

Nas abordagens sobre o rural, nos títulos que examinei, embora não sendo recortados na RMS, apareceram preocupações como: discutir novo padrão produtivo rural integrado em rede e com o global (Fávero, 1998); crítica ao neoprodutivismo, distinguindo hegemonia e heterogeneidade, considera ultrapassada a sobredeterminação setorial e o PIB como indicador, e incorpora a sustentabilidade no desenvolvimento rural (Couto e Dufumier, 1998); constatação da ultrapassada identificação do rural com o setor primário (Filho e Machado, 1999; Couto e Dufumier, 1998; Ariane, 1992); reconhecimento da integração rural e urbano como favorável à sobrevivência (Baiardi, 1998; Couto e Dufumier, 1998; Filho e Machado, 1999; Machado e Cardoso, 1996); incorporação da sustentabilidade no desenvolvimento (Couto e Dufumier, 1998); a desqualificação da agricultura familiar e os conseqüentes impactos sociais quando os interesses do capital e do Estado são a agro-industrialização (Gonçalves e Machado, 1996). Percebo os antigos enfoques do populismo agrário e do continuum rural-urbano sendo substituídos por uma crítica socioambiental do desenvolvimento imersa na tensão da relação entre Capital e Estado, focalizada como divergência de interesses dos protagonistas desse desenvolvimento.

No dossiê referido anteriormente, Baiardi (1998) sintetiza o eixo do debate sobre o rural na década de 1990 como passando a ser o da modernização sem modernidade e com exclusão percebida na relação entre o rural e o urbano:

“O rural brasileiro exibia segmentos tecnologicamente avançados e neles predominavam relações livres de trabalho que permitiam a alguns agentes participar em condições vantajosas de parcelas do produto, da renda gerada.”... Ao mesmo tempo, a reforma agrária é vista “não mais como viabilizadora de mercado para a indústria mas como geradora de cidadania e de postos de ocupação para a massa de desempregados e subempregados do campo” (Baiardi, 1998: p.16).

O autor recorre ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, na configuração dessa produção científica, em que se avança no ideário de um novo padrão de desenvolvimento.

“Este crescimento deveria estar condicionado às dimensões sociais e ambientais e ser capaz de ensejar um processo sustentável que além da regularidade das taxas de expansão do produto e da segurança no que concerne ao uso continuado dos recursos naturais, tivesse também a marca da reversão dos desequilíbrios sociais, regionais e da desconcentração industrial, através do surgimento de agro-pólos ou, mesmo como utopia necessária, de agro-tecnopólos que exercessem efeito de atração de empresas de base tecnológica, integrantes da cadeia agroindustrial. ... “... transformar a Reforma Agrária em um processo revolucionário no sentido da capacidade de mobilizar recursos ociosos de toda a natureza - naturais, econômicos, tecnológicos, educacionais, de cidadania, etc. - com o objetivo de tornar a vida rural não inferior em qualidade à vida urbana” (Baiardi, 1998: p.16, 17).

E inclui, nesse perfil, o reconhecimento científico do potencial da pluriatividade:

“Por meio dela é possível orientar as expectativas de amplos segmentos da população rural – produtores assentados e não assentados, trabalhadores

sem terra organizados ou não no MST e uma ampla faixa de agricultores que operam na escala familiar, média e patronal - que vêem nesta diversificação rural não agrícola a possibilidade de ascender a estratos de renda mais elevados e, conseqüentemente, melhorar a condição de vida.” (Baiardi, 1998: p.17).

É um momento de avaliação crítica do conhecimento científico em decorrência daquilo que dele transcende como qualidade de vida. Está em questão o condicionamento paradigmático que dá o diferencial dos projetos de desenvolvimento. É inevitável a consideração da base econômica quando a questão é a qualidade de vida. Mas, nessa avaliação crítica, que requer a interação entre sujeito e objeto, é também inevitável considerar bio-psico-socialmente os sujeitos econômicos e as pessoas envolvidas produtivamente. A consideração bio-psico-social dos sujeitos econômicos e das pessoas põe em negociação o paradigma da dinâmica econômica para a acumulação de capital no planejamento das ações governamentais.

Nesse âmbito, insiro, entre os novos questionamentos ao conhecimento científico, a coexistência de rural e urbano como favorável a uma sustentabilidade complexa. Isto significa que também está sob avaliação a consequência social desse conhecimento e, portanto, se constitui como bom ou ruim a partir das experiências históricas concretas e não por enunciados válidos de explicações essencialistas. Como diz Morin (1996)

“Todo o científico serve pelo menos dois deuses que, ao longo da história da ciência até hoje, lhe parecem absolutamente complementares. Hoje, devemos saber que eles não são somente complementares mas também antagonistas. O primeiro é o Deus da ética do conhecimento, que exige que tudo seja sacrificado à sede de conhecer. O segundo deus é o da ética cívica e humana.

O limite da ética do conhecimento era invisível, a priori, e nós transpusemo-lo sem saber; é a fronteira para lá da qual o conhecimento traz com ele a morte generalizada: hoje, a árvore do conhecimento científico corre o risco de cair sob o peso dos seus frutos, esmagando Adão, Eva e a infeliz serpente” Morin (1996: p.30).

Compartilho a compreensão de que a qualidade de vida dá significado primordial ao conhecimento científico naquilo em que é sua consequência social. Nessa perspectiva, busquei identificar nos títulos que examinei – e que focalizam a melhoria da qualidade de vida no desenvolvimento humano –, múltiplas interações entre o rural e o urbano. Para isso, considerei o que os autores destacam em prol da qualidade de vida.

Identifiquei abordagens que pela qualidade de vida valorizam a cidadania, a comunicação interpessoal e propõem ação participativa comunitária (Araújo, 1995; Fávero, 1998; Rubin, 1998); valorizam a subjetividade na sustentabilidade social (Serpa, 1998; Silva e Fernandes, 1996; Olivieri, 1999; Serra, 1998); articulam o rural e o urbano sob a sustentabilidade complexa (Machado e Cardoso, 1996; Serpa, 1998; Baiardi, 1998; Couto e Dufumier, 1998; Silva e Fernandes, 1996; PANGAEA, 1998); articulam o global com o local valorizando-o (Fávero, 1998; Couto e Dufumier, 1998; Veiga, 2001; Correia e Freitas, 1998); valorizam a parceria comunitária para um novo padrão produtivo rural integrado em rede e com o global (Fávero, 1998; Baiardi, 1998); destacam múltiplas consequências sociais dos impactos nos recursos naturais (Nascimento, 1992; Gonçalves e Machado, 1996; Azevedo, 1998); demonstram a existência de atividades econômicas de grande capital que requerem destruição da base produtiva de pequeno capital, legitimada pelo conhecimento científico e pelo Estado (Moura, 1990; Gonçalves e Machado, 1996; Sampaio, 2001); se apropriam da oposição

entre terra e mar no processo de sobrevivência na relação entre o ambiente e os seres humanos (Machado e Cardoso, 1996); destacam a valorização do sagrado em decorrência do impacto nos recursos naturais pela intensificação do urbano (Lima, 1998; PANGEA, 1998; Serpa, 1998); destacam o sagrado nos sentidos da vida cotidiana (Reesink, 1998; Serpa, 1998; Serra, 1998); identificam percepções individualizadas de eco-atitudes no cotidiano (Silva e Fernandes, 1996); apontam a gestão ambiental como função organizacional indispensável (Silva e Fernandes, 1996); percebem a integração rural e urbano favorável à sobrevivência (Machado e Cardoso, 1996; Baiardi, 1998; Couto e Dufumier, 1998; Azevedo, 1998; PANGEA, 1998); aponta sentimento de desvalorização da cultura rural na identidade urbana (Olivieri, 1999); considera os serviços urbanos como humanização (Moura, 1990).

Estabelecida esta atitude crítica, e diante da intensa diversidade de elementos da realidade em questão, a opção epistemológica para compreender as relações entre conhecimento científico e experiência de ruralidade na Região Metropolitana de Salvador, nessa mudança do século XX para o século XXI, recai sobre a perspectiva do pensamento complexo que requisita a interdisciplinaridade como recurso metodológico e como atitude.

Esse caminho metodológico é compatível com o tecido da complexidade, o complexus, que conforme Morin,

“é o que está junto; é o tecido formado por diferentes fios que se transformaram numa só coisa. Isto é, tudo isso se entrecruza, tudo se entrelaça para formar a unidade da complexidade; porém, a unidade do complexus não destrói a variedade e a diversidade das complexidades que o teceram” (Morin, 1996: p.188).

“O método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecemos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras” (Morin, 1996: p.192).

Nessa concepção científica, o compromisso social é com o desenvolvimento humano o qual considero dinâmica do processo histórico em que a humanidade se constitui no enfrentamento de problemas que essa mesma humanidade levanta em torno das condições efetivas e potenciais do seu existir. Portanto, desenvolvimento humano, que (des)envolve para vir a ser e que neste estudo dialoga com o desenvolvimento rural e o urbano, por se constituírem as representações hegemônicas das ciências sociais em torno do entendimento e do direcionamento da dinâmica socioeconômica dos espaços geográficos identificados como campo e cidade respectivamente.

Logo, nesse pensar o rural no metropolitano não trato da polêmica da sociologia rural sobre a sobrevivência do seu objeto de estudo frente às transformações do mundo globalizado e modernizado, e sim do resgate da dimensão natural no emaranhado de relações sociais, tomadas em sentido amplo e complexo, tendo em vista melhoria da condição humana de vida na RMS.

É uma perspectiva de síntese, sim; mas em fluxo contínuo, aberto e incompleto. Jamais com a pretensão de formular modelos explicativos a-históricos ou descontextualizados. Se for possível pensar a proposição de uma lei geral é a de que, sendo impossível a existência humana fora de relações sociais, é preciso estabelecer diálogos entre o natural e o social, mutuamente determinados como expressão cultural. Desvendar como essas relações se constituem e colocá-las a favor da condição humana de existir é um objeto de ciência que permanecerá válido enquanto existir a espécie

humana.

Aqui, estou assumindo um vir a ser contínuo, como um fluxo, que comporta uma dialética complexa onde há incerteza e indeterminação. Esse vir a ser é apreensível, nos diversos momentos históricos, sob condicionamento das experiências vividas. Em termos de vir a ser é vislumbrado a partir do que, também historicamente, a humanidade se põe como problemas a enfrentar num convívio entre continuidade e novidade nas sociedades, que:

“Consideradas como totalidades, são sempre mais ou menos incompletas: de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro. Os pais, filhos de pais, são seguidos por filhos e as mães, por filhas. Trata-se, na verdade, de um fluxo contínuo, uma mudança mais rápida ou mais lenta das formas vivas; nele, só com grande dificuldade o olhar consegue discernir um ponto fixo” (Elias, 1994: p.20).

Esta compreensão corrobora a impossibilidade de se pretender formulação de síntese acabada. A existência de diferentes teorias sociais para pensar o mundo contemporâneo é um indicativo de que o desenvolvimento é desigual no tempo e no espaço, o que faz com que, enquanto uma nação ou uma sociedade tenha sua dinâmica econômica determinada, por exemplo, pela informação, outra o tem pela indústria.

No exercício dessa crítica, a vigilância epistemológica é, a um só tempo, necessária e difícil. O obstáculo estaria em nossas crenças e valores científicos ou não. Estaria também no reconhecimento da interferência da ciência aplicada, em quaisquer dos seus ramos, na transformação da realidade social por meio de ritmos, modelagem e significado; na direção que a interferência imprime em comparação àquilo que se acha que deveria ser.

Na perspectiva da complexidade, com a qual examino a relação campo e cidade na RMS, essa vigilância se expressa, por exemplo, no acatamento de verdades aparentemente incoerentes mas que decorrem das experiências vividas. Assim, frente aos sentimentos que a vida rural inspira e que a vida urbana também inspira a pessoas que trabalham com o rural, como atividade fim ou como atividade meio na RMS, está o cansaço. Sentimento partilhado entre antagônicos: a imagem tão difundida do rural como bucólico, tranquilo e do urbano como estressante. As imagens cristalizadas se constituem em obstáculos epistemológicos. No caso específico desse objeto de estudo, impossibilita a formulação de uma representação afirmativa da tese de coexistência entre o rural e o urbano como recurso de melhoria da qualidade de vida do ser humano no campo e na cidade e, portanto, favorável ao desenvolvimento humano.

No cansaço inspirado pelo urbano, mas também pelo rural, está o reconhecimento do condicionamento das determinações naturais às ações humanas socialmente configuradas. Isto põe, como elemento problematizador, os limites da autonomia frente à alienação, quer esta se processe por dominação econômica, política, cultural, religiosa ou psicológica, em direção a modos mais equânimes de vida. As determinações naturais estariam tensionando autonomia e alienação tanto na relação entre os homens, na relação dos homens com os demais seres da natureza, ou ainda em relação às diferentes dimensões constitutivas desses seres enquanto existência cósmica. Há um mútuo condicionamento entre a configuração da realidade social e o conhecimento sobre ela.

Dito de outro modo, no mútuo condicionamento de apreensão da realidade lidamos com diferentes concepções que se exteriorizam em discurso e/ou ação. Essas concepções são tomadas como verdades naturais pelas gerações sucessivas à medida que estas verdades são encontradas já objetivadas por cada geração. Contudo, a intuição

das possibilidades de melhor qualidade de vida potencializa a interiorização dessa realidade social por meio da crítica. As determinações sociais ampliam as tensões, dilatando as fronteiras da autonomia em relação à alienação.

Avançando em direção a indicadores de padrões civilizatórios que busco identificar na relação entre o rural e o urbano, a ênfase no rural tende a ser maior quando contingências não-pessoais impunham a opção pela migração. Seriam circunstâncias decorrentes da absoluta impossibilidade de sobreviver onde a estrutura produtiva, predominantemente primária, foi totalmente desorganizada e reorganizada industrialmente. Assim ocorreu quando o rural foi “reencontrado” por pessoas que acreditaram incondicionalmente na promessa da modernização industrial migrando do campo para a cidade, e se depararam com a não-realização dessa promessa, mesmo tendo qualificação profissional.

O rural na RMS tem seu significado reforçado pela idealização da perfeição da natureza, e redefinido a partir da década de sessenta com o advento da indústria de prospecção de petróleo. Redefiniu-se por completo a relação dos seus habitantes com a exuberante biodiversidade que caracteriza a região, tendo em vista a sua apropriação para atender às novas necessidades do capital industrial e imobiliário. A situação passa a ser de grave insustentabilidade dos recursos naturais como base produtiva, tornada inacessível à maioria dos seus habitantes que tinham nesses recursos seus objetos de trabalho.

O conhecimento científico inscrito no contexto dessas transformações tem sua representação sobre a região, atualizada como uma região urbana industrial. Nessas circunstâncias, no retorno produtivo das pessoas ao espaço do campo ou da praia, as relações de dependência anteriormente estabelecidas com os grandes proprietários de terra passam a ser estabelecidas com o poder municipal (o emprego na prefeitura e a manutenção com baixa produtividade da atividade rural). O rural fica invisível como espaço social de realização para o poder instituído e para a ciência que constrói modelos analíticos de tendências, os quais, como lógica formal, corretamente irão reafirmar a condição de relevância apenas industrial no desenvolvimento capitalista da região.

É bastante ilustrativa dessas transformações da realidade social da RMS e, conseqüentemente das representações sobre ela, a fala de um funcionário público, agrônomo em São Francisco do Conde, sobre a dinâmica sócio-econômica do município.

“É um município em que toda a arrecadação vem da área industrial e comercial. Industrial por causa da Petrobrás e na área comercial, as empresas que vendem gás de cozinha: Supergasbrás, Butano, Minas Gás, são as empresas que estão alocadas próximo ao terminal da refinaria e comercializam gás de cozinha. Então, no município basicamente é mais forte o industrial e também o comercial. Na agricultura não tem assim, uma cultura especificamente; não tem um pólo de cultivo específico da fruticultura, pra grão e assim por diante. Na pesca também não tem. Então, aqui o desenvolvimento condiz em uma forma global a reboque da área industrial e comercial. A agricultura realmente peca por esse lado e muitas vezes o governante não tem interesse em tocar porque é um município que toda arrecadação, vamos dizer assim, cem por cento da área industrial, vem do petróleo” (Entrevistado nº30).

Sobre a existência da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, continua o entrevistado:

“...todo mundo sabe que a atividade petrolífera é altamente impactante. Então justificaria, porque outrora não se falava em meio ambiente, era só um departamento do meio ambiente. Para dar um cunho maior, um vulto maior,

dizendo que o município se preocupa com o meio ambiente, foi criado o Meio Ambiente, Agricultura e Pesca. Pelo município ser petroleiro, o impacto ambiental é muito grande, então basicamente a gente fica mais voltado para as regiões impactadas na área ambiental, voltadas para a praia, Baía de Todos os Santos e refinaria Landulfo Alves.

Então, o forte dessa Secretaria é controlar esse impacto ambiental que está monitorado, que está gerando problemas para a pesca, reduzindo a área de produção agrícola também. Tem as tubovias, as dutovias, tem as estradas de acesso ao poços de petróleo; o reflorestamento que houve em torno da refinaria, como área de segurança, foi reduzindo o espaço para cultivo convencional de mandioca, aipim, banana, laranja. Foi reduzindo o espaço.

O significado desse espaço de cultivo para a população de São Francisco do Conde, que a prefeitura do município considera que é importante estar olhando para ele, não é o gerador de arrecadação fundamental, mas ele é o fixador de homem no campo. Tem outras atividades sócio-culturais que são importantes manter na área rural produtiva; é importante, mas importante não com prioridade zero. É importante, mas não é tão importante” (Entrevistado nº 30).

Além de informativo, o depoimento transcrito é rico em ilustrações do antagonismo de interesses para os diferentes agentes sociais com a conseqüente divergência de representação sobre a realidade social pelo conhecimento científico.

Nesse contexto de diversidades e de permanência de expectativas sobre o modo que se quer existir, focando o olhar científico sobre dinâmicas relevantes ou irrelevantes, é possível compreender o surgimento de teorias da modernidade, da pós-modernidade, da supermodernidade, da sociedade pós-industrial, com ênfases no cultural, no econômico, no político, no ecológico, no comunicacional, tanto na matriz epistemológica do positivismo, quanto na do materialismo histórico, na busca de explicações também inovadoras. Krishan Kumar (1997) faz um inventário detalhado das novas teorias sobre o mundo contemporâneo, com a compreensão de que

“Todas as teorias são parciais; sua fecundidade reside nos tipos de questão que levantam” (Kumar, 1997: p.72).

É possível reconhecer que essas teorias, sendo sínteses no pensamento, resultam de interação relacional entre múltiplas determinações, configurando o que Castells denominou de organização social:

“conjunto de valores culturais, de mecanismos ideológicos e instituições políticas produzidos pelo processo de contradições sociais e que tendem a reproduzir as relações de produção, distribuição e gestão. Esta organização social se manifesta principalmente através do Estado, da família e dos mecanismos ideológicos” (Castells, 1979: pp. 75-76).

E Elias denominou de sociedade, em que

“...cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. ... É a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos “sociedade” (Elias, 1994: p. 23).

As teorias se renovam mediante processos de crítica que revelam, a meu ver, além do fato de que “todas as teorias são parciais”, insuficientes, com erros e acertos, dimensões que foram se tornando fenomênicas, à medida que a realidade complexa foi se tornando mais instável, mais assimétrica. O capitalismo, ao se desenvolver, vai se

complexificando, e com ele toda a realidade social; a expansão espacial e a intensificação de ritmos vão levando a dinâmica contraditória do capital a limites considerados globais.

A consideração da dimensão humana do indivíduo nos processos sociais possibilita identificar e, em decorrência dessa identificação, valorizar as múltiplas dimensões que transcendem a reprodução capitalista de uma atividade produtiva. Entre as dimensões que transcendem estão os seus valores culturais ou a possibilidade de pluriatividade onde a atividade de maior rendimento financeiro não é a principal em realização pessoal, mas se torna imprescindível na composição da qualidade de vida, integrando as dimensões objetiva e subjetiva. Recoloca-se a negociação com o paradigma da dinâmica econômica de acumulação de capital; desta vez por elementos meta econômicos⁴.

O natural, o social e o humano no rural apontam a necessidade de uma leitura interdisciplinar capaz de apreender sua complexidade e de abrir pistas para o enfrentamento da polêmica da ciência contemporânea em torno da competência científica, na perspectiva da tradição epistemológica, e a consequência social dessa competência, na perspectiva de uma epistemologia crítica no pensamento complexo.

Nessa polêmica estão os cientistas do Círculo de Viena, os da Escola de Frankfurt, além de expressivos nomes não vinculados àquelas escolas, como Hilton Japiassu, Thomas Khum, Fritjof Capra, David Harvey, Boaventura de Sousa Santos, Pierre Weil, Roberto Crema, Ubiratan D'Ambrósio, Edgar Morin, entre outros, possibilitando finalizarmos o século XX vislumbrando, ainda com maior avanço epistemológico do que metodológico, uma nova ciência, conscientes de que, quer seja ciência pura, quer seja ciência aplicada, ela integra o conteúdo histórico do desenvolvimento social. Ilustra esta compreensão, a citação de Herskovits, em Mello:

“Indubitavelmente, deve-se reconhecer, indiretamente a antropologia cultural e as demais ciências humanas são aplicadas a cada instante. No momento em que as universidades permitem a difusão dos conhecimentos científicos dessas disciplinas, estão dotando seus alunos de elementos que permitirão uma mudança de mentalidade e uma nova atitude face à vida cotidiana. O esforço na aplicação de ciências humanas tem sido grande, muito maior, porém, tem sido o pavor à dominação, ao dirigismo, à alienação e à possibilidade de surgimento de um padrão de vida ainda mais ‘desumano’” (Mello, 1995: p.35)⁵.

A única certeza que se coloca é, então, aquela que explicita a crescente complexificação da sociedade conhecida/construída com a interveniência da ciência, e que, no dizer de D'Ambrósio (1999), repousa na organização de

“sistemas subordinados a uma estrutura de poder que, nos países modernos, é, via de regra, estabelecida e avalizada por leis e por uma constituição. A coerência entre distintas estruturas e codificações de conhecimentos de naturezas distintas resulta de uma mesma ideologia, substrato da estrutura do poder” (D'Ambrósio, 1999: p.39).

D'Ambrósio complementa que essa subordinação se operacionaliza mediante a formação de profissionais que são credenciados por um sistema de “filtros” como diplomas, exames acadêmicos etc.

É ilustrativo dessa compreensão o fato de que, dos 13 profissionais que entrevistei por atuarem no planejamento e extensão rurais, cuja formação foi dirigida

⁴ Schumacher, E. F. O negócio é ser pequeno. R J, Zahar, 1983. 4ª edição.

⁵ Herskovits, Melville J. Antropologia Cultural, tomo I pag. 16 citado por MELLO, 1995: p. 35.

para a problemática do mundo rural (agrônomos, veterinários, engenheiros florestais, técnicos agrícolas), 69% teve sua formação marcada por um perfil incrementador da cultura e da lógica capitalistas mediante a habilitação para induzir ganhos de produtividade pela incorporação de novas tecnologias. Esse perfil fica diversificado para os profissionais que atuam nessas atividades, mas cuja formação (artes, filosofia, engenharia, arquitetura, pedagogia, geografia, teologia, sociologia) não privilegia esse recorte.

A multidimensionalidade do rural⁶ e da ruralidade, ao mesmo tempo favorece e requer olhares interdisciplinares.

“...a interdisciplinaridade quer um relativo milagre: horizontalizar a verticalização para que a visão complexa também seja profunda, e verticalizar a horizontalização para que a visão profunda também seja complexa. Seja como for, a interdisciplinaridade parte, como regra, da análise especializada. Quer dizer, seu ‘habitat’ – pelo menos por enquanto – é a verticalização. Ao criticá-la, hoje, não pretende, em absoluto, abandoná-la, mas enriquecê-la com o aporte horizontalizado. Este, entretanto, carace ir na direção verticalizada. Assim, não se trata – jamais – de tornar superficial a análise científica, borboleteando ao léu e metendo-se a entender de tudo, mas de garantir que a visão complexa seja – ela também – suficientemente profunda, para ser considerada científica” (Demo, 1997:p.88).

Na estrutura disciplinar do conhecimento, a episteme interdisciplinar vem *a posteriori*, costurando os objetos temáticos como antecipação da realidade à teoria. No caso da ruralidade, as determinações ambientais da sua dimensão natural constroem o cientista a considerar essa necessidade no processo de conhecimento; de produção de um novo conhecimento.

É preciso lembrar que, embora a questão ambiental tenha nas ciências ambientais campo teórico cada vez mais legitimado como próprio de uma episteme interdisciplinar, a multidimensionalidade do rural não emerge com a problemática ambiental; sempre esteve presente na composição técnica dos sistemas de planejamento, extensão e pesquisa rurais, na diversificada composição das equipes técnicas nas áreas de conhecimento, mesmo quando o rural é denominado agrícola. Com a problemática ambiental fica mais demonstrado que a multidisciplinaridade é insuficiente, requerendo inter e até transdisciplinaridade.

Também não é possível dizer que a multidisciplinaridade dos entrevistados representa o que referi como sendo a composição técnica dos sistemas de planejamento. A composição multidisciplinar tem essa legitimidade para a questão epistemológica quando o recrutamento do profissional se dá pelo reconhecimento da contribuição específica da sua disciplinaridade para a área em que irá atuar com aplicação do conhecimento.

No caso desta pesquisa, este não foi o critério de composição das equipes que trabalham nas prefeituras. Também essas prefeituras não atuam como subsistemas de um sistema setorial de planejamento. O reconhecimento da contribuição disciplinar se

⁶ Moreira (2002) resgata essa construção na experiência do Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, atual Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ: “... o rural, inicialmente formulado como campo temático de ensino e pesquisa pelo CPDA, foi englobado pela noção de desenvolvimento agrícola. Mais como noção do que como conceito, o campo temático ‘desenvolvimento agrícola’ estabelecido no CPDA constituiu-se em uma tênue e múltipla linha fronteira de um ciência interdisciplinar. Esta ciência permitiu e legitimou a convivência e o diálogo dos saberes disciplinares (economia, sociologia, ciência política, história, antropologia, ecologia etc.), bem como o diálogo plural das diferentes formações e interesses acadêmicos dos docentes-orientadores, dos pesquisadores associados e dos alunos” (Moreira, 2002: p.37).

deu como decorrência da prática profissional. Vão sendo descobertos nexos do conhecimento com dimensões da realidade. A condição de ser agente de transformações sociais conectou com a ruralidade todos os profissionais que mencionei como não tendo sido formados para a problemática rural.

As transformações sociais imersas no contexto da questão ambiental remetem o compromisso científico para uma abordagem socioambiental ou de sustentabilidade complexa. Desse modo, a interdisciplinaridade com que examino a temática da ruralidade não decorre da racionalidade de ciência, explicada pelos procedimentos que lhe são próprios, com pretensão de aplicação e validade universais. A racionalidade dada pelos procedimentos próprios da ciência é identificada na tradição epistemológica (Oliva, 1999) em que as variáveis contextuais não contribuem para ampliar os méritos explicativos.

A racionalidade que adoto trata a interdisciplinaridade como atitude; não estão em questão apenas os procedimentos técnicos de pesquisa, mas também uma relação epistemológica de diálogo entre diferentes saberes quer científicos ou não, surgidos da prática concreta dos sujeitos sociais que constituem a realidade sobre a qual se estuda e intervém simultaneamente.

1.2 A ação como conhecimento científico

A força performativa do conhecimento científico, a partir das suas representações, é mediada pelas estruturas de poder econômico (inclui o mercado) e político como um processo hegemônico. Na configuração do mundo contemporâneo, um dos usos basilares mais antigos e mais generalizados desse conhecimento é relativo à satisfação das necessidades imediatas da espécie humana transformando a natureza.

Entre concepções de natureza como interna ou externa ao homem, a natureza como externa é certamente predominante. A natureza externa está, por exemplo, na separação epistemológica entre sujeito e objeto (externo) implementada pela ciência positiva, cerne de toda a polêmica em torno do conhecimento científico, e que se caracteriza fortemente pelo caráter instrumental. E, aí, o capitalismo representa o êxito performativo dessa ciência, quer no que se refere à produção de mercadorias como objetos externos, quer no que se refere à gestão das instituições que regulamentam a sociedade.

Contemporaneamente, a sociedade se depara com o requisito de sustentabilidade da natureza no âmbito social, inspirando teorias e ações políticas e técnicas.

As múltiplas dimensões da realidade social e do ser humano individual perpassam as instituições, as atividades, hierarquizadas quando da formulação de políticas. A hierarquização chega a tornar irrelevantes ou invisíveis muitas dessas dimensões. Contudo, isto não as faz desaparecer da correlação de forças que se estabelecem na operacionalização dessas mesmas políticas, como ocorre em relação à existência do rural na RMS. Existindo na realidade social, as dimensões esquecidas ou relegadas interagem, negativamente, quando se considera o desenvolvimento humano como compromisso fundamental do conhecimento científico.

São escolhas pelo que se quer valorizar como projeto social, como ilustra a experiência de uma empreendedora social em áreas de reforma agrária:

“O país não valoriza o profissional de educação; pode ser de artes plásticas, de matemática, de física, de geografia, ele não valoriza. ... eu acredito que é uma valorização política, do governo do país. ... o que posso aproveitar da minha formação no que eu estou desempenhando agora? O empreendedor trabalha com as dinâmicas internas do assentamento; você tem que detectar se

eles estão conseguindo se organizar, se estão tendo conflito interno. Como você pode detectar um conflito? Através de psicodrama, de dinâmica de grupo. E como você pode resolver isso? Através disso também. A gente pede para fazer um teatro expressando o que está acontecendo aqui e agora. Eles fazem. Eles gostaram e gostam. Eles fazem um teatro e depois a gente diz: vocês podem fazer agora um teatro de como vocês podem resolver isso? ...psicodrama...é uma técnica importante para trabalhar com grupo” (Entrevistado nº 2)

A rica diversidade de conhecimentos com *status* de cientificidade, construídos para compreender ou para intervir na realidade social, é um forte indicador da complexidade dessa mesma realidade. Sendo complexa a realidade, requer interação entre esses conhecimentos para uma melhor possibilidade de operacionalizar projetos sociais favoráveis ao desenvolvimento humano no campo e na cidade.

A dicotomia pensar x fazer, operacionalizada nesse conjunto determinado de relações sociais, exclui o não-cientista do processo de pensar criador. Entretanto, ele é instado a agir sob aquela orientação que lhe possibilitaria o progresso material, além de deter um saber técnico necessário à realização daquela orientação, e de um saber que antecede ao científico. O que estou chamando de orientação pelo conhecimento científico para o progresso material mediado pelas relações sociais é o mesmo que a apropriação institucional desse conhecimento pelo mercado e pela estrutura de poder governamental, ou, mais genericamente, pelo Estado. Isto ocorre, para garantia de autoridade, com o (des)respeito aos saberes não-científicos pela sobredeterminação dos científicos na conformação da realidade. A mediação se dá pelas instituições de formação e de intervenção, instrumentalizando o projeto social dominante como sendo o da modernidade.

Os profissionais das ciências aplicadas, formados em torno do campo rural como elemento de um objeto de estudo, se inserem como protagonistas num determinado conjunto de relações sociais e em determinadas condições, em que se opera dicotomia e ambivalência. Por exemplo, no planejamento de intervenções, acompanhamento e avaliações de políticas para a agropecuária, particularmente, de pequenos produtores rurais, -do qual também fiz parte por uma década -, desenvolvida na Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, dialéticos e positivistas, profissionais das ciências naturais, humanas e sociais, não só coexistiam como construíam juntos a atuação no espaço concreto da agricultura, da pecuária, da piscicultura, da comercialização, dos serviços, enfim, do existir no campo. A ausência de qualquer deles, quando das avaliações processuais, configurava uma dimensão fragmentada e não contemplada daquela realidade, requerendo sua inclusão.

Contudo, não se construía a unidade conceptual em cada sujeito formado fragmentadamente, nem na prática da intervenção, que impunha a necessidade de recuperar a totalidade perdida pela especialização do conhecimento disciplinar a partir do exercício multidisciplinar. Sendo multidisciplinar, a integração entre objetos e áreas de conhecimento, se dava como complementar, adicional e não uma interconexão. A heterogeneidade científica e de consciências quanto às consequências da atuação técnica no natural e no social, punha cada um a defender a relevância do seu campo de saber fazendo-o presente, com competência, naquela prática profissional coletiva.

Isto é, a atitude não era de diálogo entre saberes e sim de cumprimento de tarefas que eram partes do todo. Politicamente, o poder fica instrumentalizado com visão integrada, enquanto o cidadão comum e o cientista, com visão fragmentada. Tem-se aí a ambivalência de criação (inovação) e repetição do inovado o que é um recorte da ambivalência de aventura e rotina como modos de modernização. Na aventura está a criação pela criação, sem teleologismo, e na rotina um processo de produção em série, ou a aplicação das ciências sociais como norteadora do desenvolvimento. Quando esse processo se efetiva na cultura e com a lógica capitalista, parece-me que aí está a força

performativa hegemônica da modernização como ciências aplicadas. O potencial performativo está justamente no seu modo de ser rotina em grande escala para acumulação e expansão do capital. Os avanços tecnológicos passaram a ser incorporados pelo mundo rural em termos de processos vitais e de reprodução de novas espécies animais e vegetais⁷, acrescidos daqueles relativos ao meio informacional.

“As possibilidades, técnicas e organizacionais, de transferir à distância produtos e ordens, faz com que essas especializações produtivas sejam solidárias no nível mundial. Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais” (Santos, 1996: p.192).

“O conhecimento exerceria assim – e fortemente – seu papel de recurso, participando do clássico processo pelo qual, no sistema capitalista, os detentores de recursos competem vantajosamente com os que deles não dispõem” (Santos, 1996: p.194).

A possibilidade de aventura da inventividade não estaria, desse modo, para os que vendem sua força de trabalho para execução de tarefas repetitivas. Poderia ser mais duradoura para os que suas tarefas requerem criação, enquanto estiverem com carta branca para pensar. Seria subversora como cultura subalterna, na perspectiva gramsciana e como lógica contrarrestante à hegemônica.

O espaço para a aventura da inventividade pode ser percebido, por exemplo, nos espaços de capacitação profissional viabilizados pelas instituições, quando o processo é implementado por seus funcionários. É suposto aí a existência de habilidades docentes, certamente não incluída como condição necessária para agrônomos, veterinários, economistas, entre outros profissionais formados para atuar no âmbito do mundo rural. Estaria aí uma possibilidade de o indivíduo agregar satisfação subjetiva em sua identidade profissional a partir do perfil multifuncional do trabalhador contemporâneo.

Uma história narrada por um agrônomo envolvido com a capacitação de empreendedores sociais ilustra esse mecanismo interno das instituições de tornarem-se espaços de formação profissional rompendo a rotina própria da modernidade.

“Uma coisa que vejo como significativa foi uma atividade que participei, aqui no INCRA, de capacitação de empreendedores sociais. O INCRA fez uma seleção interna de servidores, isso em nível de Brasil, para esses servidores passarem a atuar diretamente, acompanhando os assentamentos num trabalho de articulação nos municípios, na região, visando um desenvolvimento do assentamento; um contato do assentamento com os organismos do município e da região, para servir de elo e a partir daí dar um acompanhamento maior aos assentamentos e impulsionar o desenvolvimento dessas áreas. Foi feito um concurso, uma seleção interna. Eu, na época de graduação, tive oportunidade de atuar como professor de cursinho pré-vestibular, de colégio de segundo grau, uma atividade assim complementar... o meu nome foi sugerido aqui na superintendência para atuar na capacitação desses servidores selecionados. Aí eu fui designado para ir para Brasília montar esse curso de capacitação. Eu passei lá duas semanas e no período inicial foram representantes de todos os estados... mas como nem todos os servidores poderiam ficar lá durante todo esse período, aí dentre esses servidores foram escolhidos alguns para permanecer lá e aprofundar e definir esse programa. Eu e um outro colega de outra superintendência é que ficamos lá mais diretamente nessa atividade e para minha grata surpresa a Bahia foi escolhida como pólo de capacitação aqui

⁷ Estamos em plena polêmica em torno da produção de alimentos transgênicos quer para uso humano quer para uso animal.

no nordeste envolvendo cinco estados. (Vieram servidores de cinco estados para serem capacitados aqui, assim como outros estados funcionavam como núcleo)... em todo o Brasil, foi utilizado esse programa que a gente definiu lá, que preparou todo o material e eu vejo contente que deu uma contribuição não só em nível de Bahia, mas também em nível de Brasil na formação desses servidores para estarem atuando nesse programa de empreendedores sociais” (Entrevistado nº1).

Em outra instituição, outro agrônomo declara que há espaço para proposições técnicas em nível gerencial, contudo, sua fala embute também os limites operacionais dessas propostas.

“No ano passado de 2001, nós fizemos, cada um na sua área específica fez a proposta de trabalho para os quatro anos, o plano plurianual. Dentro do plano plurianual, você faz a eleição das propostas para o primeiro ano, segundo, terceiro e quarto ano. Então, foi feito para o primeiro ano: as propostas não foram concretizadas; no segundo ano, não foram concretizadas e isso em quase em todas as áreas da secretaria... Então, a expectativa é que ao longo do terceiro e quarto ano todo profissional quer ter o seu reconhecimento; queimar pestana e fazer um projeto, e esse projeto ser realizado. Todo mundo quer isso. Então, quando você não vê isso acontecer você fica assustado, aquela coisa meio ..., fazer projeto para quê, se fiz já uns dez e há quatro anos e nenhum foi aceito!? Você fica abatido moralmente, você fica até meio preguiçoso, ocioso... fazer de novo, quebrar a cabeça em mais um projeto para não sair do papel? Você fica meio...” (Entrevistado nº 30).

Considerar que a ciência aplicada, no âmbito da intervenção governamental, estaria desconsiderada quer como rotina quer como aventura da modernidade, é pertinente se a ciência política estiver sendo excluída dentre as ciências. Pode, contudo, não ser verdadeiro, por exemplo, se a impossibilidade de ação técnica estiver compondo estratégia de legitimação da diretriz de desenvolvimento econômico e social assumida pelo Estado ou governo, no âmbito da ação desenvolvimentista. A superação do atraso viria pela exclusão e não pela coexistência de setores da economia.

Desse modo, só é possível falar de força performativa do conhecimento científico através das estruturas de poder econômico e político, como um processo de hegemonia e não de homogeneização da realidade com dominação e controles generalizados. A vida social existe também fora das institucionalizações dominantes. E a vida das pessoas existe na vida social e na das instituições. Nessas interconexões, ainda inspiradas pela história do entrevistado nº1, que é de origem rural e teve formação dirigida para o rural desde o nível médio até o mestrado, religam-se dimensões que estavam separadas por classificação. Isto é, a trajetória de vida rural, os diferentes saberes, o espaço da cidade no ordenamento do rural. Todos compõem a formação do empreendedor social como expressão da prática cultural do conhecimento científico que inspira as diretrizes do desenvolvimento social. O compromisso social do conhecimento científico se reafirma na experiência de ruralidade como sustentabilidade complexa, com suas tensões e indeterminações.

Temos nesses depoimentos duas situações de aventura: uma que traz satisfação; outra que traz frustração. A situação de frustração na aventura não decorreria da rotina. Embora não seja o interesse particular desta tese, é possível fazer cogitações de que se trate do uso da vontade política com ou sem respaldo do conhecimento científico.

CAPÍTULO 2 – REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: DICOTOMIA TEÓRICA ONDE HÁ COEXISTÊNCIA

“É preciso dizer e repetir: Salvador e as áreas rurais de seu entorno formavam um todo. Onde, então, acabava a cidade e começava o campo?” (Mattoso, 1992: p100).

Figura 1- Divisão Político-administrativa da RMS



Fonte: CONDER

2.1 – A Diversificada Dinâmica Regional

Abordei, para entrevista, um técnico em agropecuária que há dezesseis anos trabalha com pequenas comunidades rurais no município de Camaçari. Quando eu disse que gostaria de saber se existe o rural naquele município, sua reação foi instantânea e quase indignada: “pensam que Camaçari é só indústria, mas não é. Ainda tem muito rural aqui!” Esta é a expressão mais genérica do que é a Região Metropolitana de Salvador – RMS. Um espaço de diversidades em tensão como também ficam sob tensão

diferentes saberes e diferentes campos do conhecimento científico que se conectam na representação das diferentes realidades existentes na região, como realidades em oposição.

Este entrevistado escolheu dirigir sua prática social para a resistência à tendência homogeneizante da dinâmica industrial que marca o desenvolvimento econômico da RMS. Para ele, a maior importância que reconhece em seu trabalho

“é saber ajudar os produtores a cultivar, a plantar, a criar, sabendo que isso aí ajuda na formação de procurar produzir alimentos, ao invés de ir pra cidade sem ter uma formação. ... É bom eu levar essa tecnologia, trabalhar para esse pessoal porque fixa mais ele no campo; e dando sustentabilidade, desenvolver a atividade dele. ... tem um exemplo, se você quiser lançar no seu trabalho, é muito bom. Aqui em Camaçari, hoje, tem a Ford. Aí um primo de um amigo meu, ele como produtor rural é semi-analfabeto. Ele tem no interior cinquenta vacas de leite; estava tirando mil e poucos reais por mês, não sabia fazer nada, e estava querendo vender as vacas de leite para vir para cá. Então ... a gente leva a nossa tecnologia, conversando com eles, eles vão amadurecendo e vendo que a terra é o lugar para ficar mesmo. A gente conversou com ele, rapaz, não é assim; você já foi criado nisso aí, você já tem o seu sustento nisso aí, você já é doutor na sua área, como é que você vai sair daí, uma pessoa semi-analfabeta, para ir se adaptar a uma realidade de vida completamente diferente? Foi aí que ele parou” (Entrevistado nº 18).

Esse perfil de região industrial começa a se instaurar em Camaçari, no final da década de 1940 com as Indústrias Reunidas AZFA Ltda

“que fabricava óxido de ferro, roxo terra e explorava gesso e tabatinga” (Parente, 2002: p.17),

com o deslocamento de seu departamento administrativo para Salvador enquanto o produtivo permanecia em Camaçari. Logo em seguida a década de 1950 marca, para os então municípios do recôncavo, o advento da prospecção de petróleo e de toda a estrutura da Petrobrás; se concretiza na década de 1970 com a implantação da indústria petroquímica; se expande na década de 1990, com a priorização da indústria do turismo pelo governo do Estado e inicia o século XXI, com a indústria automobilística.

Associado ao perfil industrial está o perfil metropolitano, que como origem de formação histórico-social periodizado com a chegada da colonização portuguesa estava atribuída à cidade de São Salvador, atualmente desmembrada nos municípios de Salvador, Candeias, Lauro de Freitas, Madre de Deus e Simões Filho. Portanto, os municípios de Itaparica, Vera Cruz, São Francisco do Conde e Camaçari, embora agregados à RMS não faziam parte do território que recebeu a tarefa histórica de ser metrópole como os que surgiram enquanto extensão da metrópole colonial (Portugal) como Salvador. Essa diversidade se instaura sobre uma diversificada base rural, com performance de apropriação de espaços capitalistas rurais que haviam se estabelecido em área de exuberante biodiversidade, pelo capitalismo industrial e de serviços.

Portanto, uma apropriação capitalista da biodiversidade via indústria, via agropecuária e via serviços na criação de um modo de vida urbano metropolitano para a região. No enfrentamento da polêmica em torno dos espaços geográficos que emergem da condição de expansão do capitalismo, quando considero o rural e o urbano naquilo que os diferencia, busco o reconhecimento de identidades significantes para o desenvolvimento humano. Isto é, para o como se dá a relação entre as diferenças e as semelhanças.

Considerando o tempo longo da modernidade,

“No espaço geográfico onde está situada a RMS, a relação entre os homens e entre os homens e a natureza ordenada a partir de um interesse dominante

remonta há 500 anos, periodizada pela civilização colonial europeia. Nesse processo em que os interesses pela descoberta de novos lugares eram também interesses por novos domínios, foram dominados índios e africanos com seus processos civilizatórios. Sob esse domínio desenvolveram-se diferentes interações com a terra, a vegetação, os animais e os seres humanos, permeados por também diferentes religiosidades que nessa interação preservou e reconfigurou as identidades sociais de homens e mulheres que efetivamente ocupavam aquele espaço. O início do século XXI testemunha as gerações, descendentes desses dominantes e dominados, metamorfoseadas em protagonistas de um desenvolvimento heterogêneo, e em desnível...” (Alencar, 2002 a).

Todas essas dinâmicas dispuseram de conhecimentos científicos em suas implementações, atribuindo às conquistas humanas decorrentes desses conhecimentos, uma natureza urbana. Daí advém uma cultura tecida pela convicção de que urbanizar o campo é a maneira de fixar o homem no campo, tendo em vista que a vida rural oferece fraco estímulo para o progresso.

“Assim, aumento de salários, habitações dotadas de eletricidade e água corrente, assistência sanitária e social, oportunidades de educação, cultura e recreação, são os meios e os únicos meios que existem para a fixação do homem no campo” (Azevedo, 1962: p. 228).

As perspectivas do cientista social (Azevedo) e a do técnico em agropecuária (Entrevistado nº18) poderão ser complementares a partir da flexibilização da cultura excludente que subjaz às duas narrativas. Uma se apropria da formação tecnológica no âmbito produtivo. É como acontece, predominantemente, com a extensão rural, acrescida de um conteúdo crítico na relação com a cidade, com a industrialização, e, principalmente com a segregação decorrente da falta de escolaridade e do estranhamento pelo não pertencimento. A outra se apropria da clássica dicotomia entre o rural e o urbano como atraso e progresso onde o progresso é inerente ao urbano.

A complementaridade dessas narrativas nos possibilita perceber as realidades vivenciadas como realidades historicamente construídas, possíveis de serem reescritas ao invés de serem cristalizadas como naturais. A cristalização da realidade como natural é um equívoco social que supõe o equívoco da imutabilidade da natureza como já mencionado no capítulo sobre o conhecimento científico, nos fazendo pensar na Baía de Todos os Santos como um espaço que sempre existiu da forma com a conhecemos. Entretanto, além das transformações naturais da Baía¹, há também as decorrentes de ação antrópica, entre as quais as decorrentes das grandes navegações. Na escala geológica de tempo, utilizada por Leite (1995), a Baía de Todos os Santos tal como a

¹ “...Baía de Todos os Santos, vamos situa-la no contexto geológico regional. Ela está localizada na parte mais meridional de uma extensa e estreita depressão, que se estende para o norte até o Estado de Pernambuco. Esta depressão é uma feição muito antiga, que começou a se formar a uns 180-170 milhões de anos (M.A).

Nesta época, a América do Sul e a África constituíam uma só massa continental, pois o Oceano atlântico ainda não existia. Imaginem que, se andássemos cerca de 100 km para leste, estaríamos chegando numa área que atualmente se encontra do outro lado do Atlântico, na costa ocidental da África. Nesta área, entre as atuais costas dos dois continentes, formou-se uma depressão estreita e alongada, que os geólogos chamam de “Depressão Afro-Brasileira”. Ela marca o início do processo de separação dos dois continentes, e teria se estendido de Maceió até o Rio de Janeiro” (Leite, 1995: p 225).

“Há cerca de 150 M.A. ... Dentro dessa depressão se desenvolveu um sistema de rios e lagos, com dunas a oeste. O maior desses lagos se situava na parte mais meridional da depressão (Bacia do Recôncavo), atualmente ocupada, em parte, pela Baía de Todos os Santos.” Nessa escala de tempo.... “...a Baía de Todos os Santos tal como a conhecemos hoje começou a ocupar a parte mais meridional desta depressão a cerca de 01 minuto e meio antes do meio-dia do dia 31 de dezembro.” (Leite, 1995: p. 228).

conhecemos hoje começou a ocupar a parte mais meridional da Depressão Afro-Brasileira,

“... a cerca de 01 minuto e meio antes do meio-dia do dia 31 de dezembro” (Leite, 1995: p.228).

Curiosamente, véspera do dia 1º de janeiro, dia de Todos os Santos no calendário católico. Cento e cinquenta milhões de anos depois, a ação humana periodizava a Baía

“...quando Américo Vespúcio deu o nome de São Salvador da Bahia de Todos os Santos à baía que acabava de descobrir, tinha simplesmente a intenção de homenagear o dia de Todos os Santos de 1503 e de agradecer a Cristo a feliz travessia e a descoberta de um porto magnífico onde poderia, ao abrigo dos ventos e das vagas, descansar e reabastecer-se de água” (Mattoso, 1992: p.41).

Era o dia 01 de novembro daquele ano.

A natureza como expressão divina, transcendente, fica consagrada a partir do nome da baía, resgatando a imanência da natureza. A Baía de Todos os Santos permanece com esse nome como a conhecemos e expressa a transcendência também na Bahia com “h”, cognominada “Terra da Magia e da Felicidade”. Esse é um elemento que perpassa a relação cultural de homens e mulheres com os recursos da natureza nesse território, principalmente através do candomblé, no culto às plantas, aos animais, às cachoeiras, às pedras.

Com a tecnologia de engenharia do século XVI, Salvador é então erguida sobre uma costa rochosa,

“verdadeiro promontório com setenta metros de altura, que fecha e domina uma ampla baía semeada de ilhas e ilhotas. O abrupto promontório em que se ancorou a Cidade Alta corresponde aos 60 a 110 metros superiores, ainda visíveis, dos rebordos desse enorme escapamento da falha Como a parte fronteira da falha de Salvador costeia a orla, restou à Cidade Baixa apenas uma praia estreita, que vai da Conceição da Praia até São Joaquim. Só mais adiante, com Itapagipe, Plataforma, Periperi e Paripe, subindo novamente para Aratu e o norte da baía, é que os terrenos sedimentários emersos formam pequenas planícies costeiras ao pé do escarpamento da falha principal” (Mattoso, 1992: p.41, 45).

Assim construída, estabelece-se tecnicamente um desenho urbano a partir do qual a vida da cidade é gradativamente condicionada reproduzindo o alto e o baixo do espaço geográfico no perfil econômico dos moradores.

A parte estreita que restou à Cidade Baixa foi alargada com aterramentos subseqüentes, modificando o uso potencial natural do lugar em função do uso potencial geopolítico e econômico requerido para o desenvolvimento da então metrópole colonial. Era uma transformação que já antagonizava o natural e o antrópico, tendo em vista que:

“Abaixo de oitenta metros de altitude, os solos do horst surgiram da alteração das rochas cristalinas: são, sobretudo, argilosos (caulinizados), mas firmes. Se horizontais, têm uma certa estabilidade, mas, nos declives mais inclinados, ocorrem freqüentes deslizamentos de terreno após chuvas fortes. Ainda hoje, algumas ruas são conhecidas pela instabilidade. Acima de oitenta metros encontra-se uma camada quase horizontal de sedimentos idênticos àqueles da região baixa, também jurássico-cretácea, que vai do fundo da baía ao noroeste da cidade. Essas argilas margosas, escorregadias, são ruins para os alicerces das casas, mas excelentes para as culturas. A rocha matriz do horst possui todos os elementos nutritivos necessários às plantas, inclusive o cálcio, mas os solos de decomposição antiga são lavados pela erosão, cabendo às raízes profundas distribuir internamente a alimentação necessária ao vegetal. As chuvas e o

vento marinho trazem o iodo e o potássio. Sol e chuva nunca faltam. O subsolo é um verdadeiro reservatório de água para uma vegetação tropical úmida e luxuriante.

Assim – e esta é uma das armadilhas da natureza – as terras onde foi edificada a cidade de Salvador são boas para hortas e pomares, mas não são recomendáveis para construção. Até o declive mais íngreme, o do reverso da falha, desce em pequenos degraus para a praia ou dirige-se para o norte, alcançando os terrenos sedimentários e oferecendo, aos bananais e às culturas de árvores frutíferas, uma exposição magnífica ao sol nascente” (Mattoso, 1992: p.46).

O uso da tecnologia no século XX reproduz a mesma lógica daquela no século XVI. Instaura transformações tão abruptas quanto a de instalação da cidade de Salvador, em que a relação com a natureza é marcada pelo domínio sobre ela em detrimento de uma relação de convívio com ela em favor da espécie humana. Desta vez, a diretriz é a consolidação da identidade industrial do território que passou a ser Região Metropolitana de Salvador, com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, uma das principais fontes de problemas ambientais locais.

“A questão do Pólo é singular com relação à ecologia. Quando foi pensada sua implantação, várias áreas da Bahia foram estudadas para isso. Desde os anos cinqüenta, já se discutia onde implantar o que é hoje o Centro Industrial de Aratu, onde implantar o Pólo. Este último foi implantado depois de uma grande discussão sobre o local. Optaram pelo terreno situado sobre o maior manancial de água subterrânea existente no litoral do Brasil, a região de Camaçari” (Nascimento, 1992: p26).

O Complexo Petroquímico de Camaçari – Copec,

“... está situado em uma das zonas mais ricas em água doce do país, o aquífero de São Sebastião que compreende as áreas do CIA e dos municípios de Candeias, Dias D’Ávila e Camaçari, na bacia hidrográfica do Rio Jacuípe, limitada ao sul pela bacia do Rio Joanes; ao norte, pela bacia do Rio Pojuca; a oeste pela bacia do Subaé e a leste pelo Oceano Atlântico. Os rios Capivara Grande e Pequeno, que recebem resíduos do Pólo, são os principais afluentes do rio Jacuípe.” (Nascimento, 2001: p. 44).

As exigências ambientais que reduziriam o impacto, naquela época, não foram cumpridas. E os impactos se transformaram em riscos e acidentes ambientais. Nascimento(2001) chama a atenção para a velocidade de degradação mais lenta dos resíduos da indústria química orgânica em relação aos despejos de esgotos sanitários configurando degradação do ar, do solo e da água. Como consequência, tem-se insuficiência respiratória nos que vivem ou trabalham na região, movimentação de solo arrastando enchentes, baixíssimos níveis de oxigênio dissolvido na água dos rios. A localização do Pólo não foi, contudo, uma decisão apenas de engenharia. Foi uma decisão econômica e política.

“Camaçari foi escolhida em detrimento do Centro Industrial de Aratu porque já possuía um plano diretor e uma administração própria ligada à Secretaria de Indústria e Comércio, contudo sem utilização, podendo ser moldado de acordo com os interesses dos grupos dominantes” (Nascimento, 2001: p. 35).

Mas os impactos do Pólo, do Centro Industrial de Aratu e demais plantas industriais se expandem por toda a região, ao lado de outros geradores de impacto como a própria urbanização.

Os municípios da região estão agregados a partir dos recursos da natureza, numa APA, a da Baía de Todos os Santos, desta vez com o uso do conhecimento científico mediado pelo Estado, para recuperação e convívio ao invés de dominação. Dessa APA

participam os seguintes municípios da RMS: Candeias, Itaparica, Madre de Deus, Salvador, Simões Filho, Vera Cruz e São Francisco do Conde, criada pelo Decreto Estadual 7595 de 05/06/1999 envolvendo no Recôncavo, águas e ilhas da Baía, com 800km, conforme página do Centro de Recursos Ambientais – CRA (<http://www.cra.ba.gov.br>).

Essa APA constitui ambiente estuarino-lagunar bastante úmido, que apresenta em suas ilhas, remanescentes de mata atlântica e seus ecossistemas associados com manguezais, restingas e áreas úmidas. As praias são belas praias e a região entre-marés das ilhas possui ecossistemas de manguezais com ocorrência de espécies mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) e siriba ou siriúba (*Avicenia shaueriana*). A vegetação de restinga está representada pela aroeira e bromeliáceas entre outras. A qualidade ambiental na APA é diversificada sendo a Ilha dos Frades, município de Salvador, o local mais conservado. Compõe ainda a biodiversidade da APA da Baía de Todos os Santos, rica fauna marinha com aves e botos como o Sotália fluviatis, mariscos e peixes nos manguezais, importantes para a multiplicação e manutenção da biodiversidade marinha. Na restinga há répteis como a cobra verde e como remanescentes da mata atlântica há primatas e outros mamíferos. Existem aí todas as classes de vertebrados.

As comunidades que habitam a área são muito próximas umas das outras, embora bastante diversificadas, encontrando-se povoados de pescadores, grandes áreas de veraneio e áreas de destaques históricos com fortalezas e igrejas antigas. As atividades econômicas principais nessas comunidades são a pesca e o artesanato. Segundo o CRA a agressão mais freqüente ao meio ambiente nessa APA é proveniente da pesca com bomba, já classificada como criminosa pela Lei Federal, e que junto com a poluição mata peixes grandes, pequenos e corais desequilibrando toda a cadeia alimentar. Notícias no jornal A Tarde, sobre uso de bombas, transita da sessão de lazer e informação à de notícias locais passando pela sessão policial². Em toda a APA existe infra-estrutura para o turismo.

Olhar a Região Metropolitana de Salvador, sob a perspectiva da complexidade, requer que se convoque a questão regional para a discussão em torno de sua identidade, inserindo o tempo na categoria de espaço. Mais do que um exercício interdisciplinar com a História, a questão regional estabelece polêmica da Geografia Pragmática com a Geografia Crítica. É um exercício de práxis em torno do positivismo na Geografia,

² Em “Outras notícias de Polícia” em 23.01.97, a matéria “Apreensão de dinamite”, da Editoria, informava que “Policiais de Madre de Deus estouraram um depósito de explosivos na Rua Baixa da Matriz, apreendendo uma grande quantidade de dinamite que era fornecida para pescadores realizarem a chamada “pesca com bomba” naquela região. A delegada Maria das Graças Souza Santos esteve no local e autuou em flagrante Durval dos Santos, 55 anos, que vendia dinamite para os pescadores”. No dia seguinte, 24.01.97, “Outras notícias de Local” noticiava a “Natureza - Pesca com bombas ameaça Lobato e Plataforma” por Maria de Fátima Dannemann, segundo a qual, “Além de ameaçar a fauna e flora marinha, fazer com que construções fiquem ameaçadas, a pesca com bomba começa a atingir também o homem. Em Plataforma e Lobato, subúrbios da área ferroviária de Salvador, é cada vez maior o número de pessoas que ficam surdas ou com lesões auditivas devido aos estrondos que acordam famílias inteiras logo nas primeiras horas da manhã. Reclamar não adianta. A fiscalização desenvolvida pela Marinha, órgãos ambientais e até mesmo ONGs (que distribuem folhetos e materiais educativos entre os pescadores com alguma frequência) tem sido insuficiente para conter os infratores”. Pouco mais de um mês depois, nova matéria continua a divulgar o problema e seu combate, desta vez em “Outras notícias de Lazer e Informação”, a matéria editorial “Fazendo Onda (01/03/97)Perigos da pesca com bomba” informa que “O professor Everaldo Lima de Queiroz, coordenador do Grupo de Proteção Baía de Todos os Santos, afirma que têm crescido as denúncias de pesca com explosivos na Baía de Todos os Santos. Além de continuar a distribuir panfletos e cartilhas, o grupo vem promovendo outras ações de caráter sócio-ambiental, com o intuito de erradicar de uma vez por todas este crime contra o meio ambiente”.

tornando-a instrumentalizadora da intervenção do Estado pelo planejamento econômico, sabidamente propiciador da expansão espacial do capitalismo enquanto probabilidade de homogeneização. Estão em questão as consequências da verdade que esse conhecimento científico difunde na conformação da realidade.

O aprofundamento disciplinar dessa polêmica possibilitou a construção na Geografia Crítica, conforme Amado (1990), do conceito de Região,

“como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula” (Amado, 1990: p.8).

Nesse conceito, no qual é possível um diálogo interdisciplinar, a autora faz estarem presentes a partir da organização social, a história, a socioeconomia, a política, a ideologia.

Contudo, é ainda a mesma Amado que alerta para o fato de que:

“No uso do novo conceito de região, não se pode desprezar, como vêm fazendo alguns autores, os conhecimentos acumulados sobre hidrografia, solos, vegetação e todos os demais fatores ambientais, bem como todos os estudos realizados a respeito da questão do espaço. Insistir nesta atitude levaria apenas ao empobrecimento do conceito e, com o passar do tempo, ao seu abandono, pois a História, a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política e a Economia dispõem de conceitos mais ricos e precisos para trabalharem os aspectos históricos, sócio-econômicos, políticos e ideológicos em foco” (Amado, 1990: p.8).

O alerta é para não se perder de vista os ganhos de aprofundamento do conhecimento que a disciplinaridade conquistou ao fragmentar a realidade. Sem isso, ficaria mais difícil resgatar a totalidade dinamizada pela organização social expressa, por exemplo, na categoria marxiana de modo de produção, adotado por geógrafos, sociólogos, economistas, historiadores, entre outros. Vale salientar, entretanto, que a categoria Modo de Produção passou a ser um contra-exemplo ao ter sido apropriado de forma homogeneizadora das relações sociais pela expansão do capitalismo em espaços não capitalistas, e com isso perdido fertilidade.

Há, nesse sentido, a necessidade de estar atento às lacunas ainda existentes na Geografia Crítica, como explicita Godoy (1990):

“... a tentativa de reconceituar-se a região, à luz do materialismo histórico, ainda não resolveu a contento - pelo próprio fato de que é uma produção bastante recente - duas questões fundamentais em termos epistemológicos:

1ª.) no interior do próprio conceito, a explicação para o processo de homogeneização/heterogeneização do espaço, Francisco de Oliveira opta pela interpretação de que o capital monopolista tem por tendência homogeneizar o espaço e conduzir mesmo ao desaparecimento da região. Outros autores o repetem. Esse enfoque é crucial para o historiador, na medida que, a ser verdadeiro, sua consequência lógica última seria o questionamento da noção de singularidade”

...“2ª.) A segunda questão diz respeito à validade do conceito aplicado para outras temporalidades históricas que não aquela produzida pelo Modo de Produção Capitalista...” (Godoy, 1990: p.32).

Ainda apoiada em Godoy (1990), ao pensar *“Espaço enquanto realidade e enquanto categoria passível de representar e explicar tal realidade”* (Godoy, 1990: p.32), considero que as transformações ocorridas nos espaços locais como decorrência de interações entre espaços sociais, têm constituído espaços mais complexos em termos das diversidades econômica, social e cultural. Essas interações imprimem um

movimento contrarrestante à tendência de homogeneização pela expansão do capitalismo; formam-se novas identidades locais em que elementos antigos resistem, ou se redefinem ou ainda são extintos, numa continuidade histórica não-linear.

Trazendo essa compreensão para o entendimento da identidade regional da Região Metropolitana de Salvador, pela coexistência de rural e urbano ou pela demarcação do campo e da cidade como espaços sociais, é possível privilegiar a sociabilidade ao invés de a atividade produtiva. Privilegiar a sociabilidade no sentido de dar condições de sobrevivência material e social, de governabilidade e de realização humana. Percebe-se, então, que a atividade produtiva, no campo, longe de ser monoativa, tem sido pluriativa. Inversamente é o que ocorria na organização do trabalho no setor industrial, onde apenas um produto era produzido em uma unidade de produção; isto vem se modificando na organização contemporânea pela sociedade em rede nos tempos da reestruturação produtiva de variado matiz.

O privilegiamento da atividade produtiva, que considero ser preciso relativizar, é o que dá centralidade à caracterização do novo rural no Brasil, como recentemente proposto e estatisticamente ilustrado para todo o Brasil por Campanhola e Silva (1999), onde,

“Mesmo na Região Nordeste, que supostamente é essencialmente agrícola, 25% das pessoas ocupadas no meio rural estão envolvidas em atividades não-agrícolas” (Campanhola e Silva, 2000: p. 62).

Assim é que, o “novo mundo rural brasileiro” é caracterizado, resumidamente, por Graziano da Silva citado por Filho (1999), como composto

“...basicamente de três grandes ‘subsetores’ de atividades: a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada à agroindústria; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e, c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados” (Filho e Machado, 1999: p. 16).

Reconheço nessa concepção de rural uma dilatação da referência setorial da economia para uma referência intersetorial. Emerge da base empírica da realidade, a partir de uma redefinição de metodologia estatística, ao tomar a unidade de produção como unidade de referência. Contudo, não avança em termos da sobredeterminação dos espaços pela dinâmica econômica, uma perspectiva que considero restritiva diante da complexidade com que busco compreender o rural metropolitano, num dado padrão de desenvolvimento.

É incontestável que o conhecimento científico, quer disciplinar, interdisciplinar ou complexo, significa uma das maiores conquistas humanas. Também é incontestável que essas conquistas implicam em graves perdas planetárias, de naturezas biótica e abiótica, social e natural; tem gerado segregações sociais de acesso aos recursos naturais quer como objeto de trabalho, quer como local de moradia, quer como paisagem. Uma segregação social por restrição de acesso, pelos socialmente excluídos, a recursos que são imanescentes à sua condição de espécie humana na natureza, transmutando-os em naturalmente excluídos.

Essa segregação se expressa também na desqualificação da identidade social referida na natureza, que não é a dominante ou até mesmo é contra-hegemônica. Se expressa na restrição de acesso a conquistas humanas fundamentais, como ao próprio conhecimento codificado na linguagem através da educação formal. Como bola de neve a segregação se reproduz produzindo imagens, portanto representações, de incapacidade ou de tendência ao não desenvolvimento humano por parte desses mesmos excluídos.

Essa é, de certo modo, a reflexão suscitada pela história de um extensionista rural agrônomo com mestrado em fitotecnia e médico, nessa relação entre conquistas humanas e acesso a essas conquistas.

“Eu vou contar dois casos. Fazendo a extensão rural, aquilo que está dentro da sua cabeça, você tenta passar para o produtor. Aí você vai indo, vai indo, ensinando e depois você tem a decepção de o produtor não ter assimilado. ... Então o seguinte: eu com a cultura do alho, sempre dava treinamento em campo e tal e o alho estava com uma doença; não era uma praga e eu disse ao produtor que ele teria que aplicar um produto para a doença do alho. Ele não sabia o que era praga e o que era doença e eu levei a vida inteira dizendo a ele, distinguindo o que era doença e o que era uma praga e ele me veio com um produto que não era pra doença, era pra praga, mas aí eu disse: - Seu Manoel, não é o remédio para doença. O remédio que o senhor estava colocando era pra praga. Aí, ele me perguntou já depois de três ou quatro vezes o que é praga e o que é doença.

Outra interessante é um senhor que eu trabalhava com abacaxi que a indução floral do abacaxi é com acetileno, um gás que sai do carbureto, e a gente explicava para ele que aquele gás era inflamável, que quando ele fosse fazer a solução para aplicar era misturando a água com o carbureto. Ele, ele ferveria e ele teria que aplicar em seguida e guardar aquilo ali em local bastante seguro, que não poderia chegar fogo junto. Aí, então, ele guardou em um lugar muito seguro que foi em baixo da cama dele. O quarto era escuro e no dia que ele foi pegar o material, ele foi com o candeeiro na mão que não tinha luz elétrica. Ele queimou todo o rosto e eu fui visitá-lo na clínica; internado. E a coisa é o seguinte: a gente pensa que a gente está ensinando, e às vezes a pessoa não está absorvendo, então isso deixa a gente um pouco triste. É o grau de instrução do nosso produtor rural, ele não tem escolaridade, ele precisaria ter escolaridade, para que essa agricultura saísse daí. Sem escolaridade tenho certeza que, voltando e ensinando a ele seria a mesma coisa; agora, para o filho dele, não. Já é diferente, já viu televisão, já frequentou a escola, tem um entendimento maior” (Entrevistado nº23).

Essa história não ocorreu na RMS, embora o técnico resida e trabalhe atualmente em Salvador, mas poderia ter acontecido porque a questão é de acesso à escolaridade, em qualquer que seja o local de moradia. Segundo estatísticas oficiais, a população rural da região é de 47.651 hab, distribuídos nos municípios, como mostra a Tabela 1, conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2000.

Tabela 1 - População Residente na Região Metropolitana de Salvador – 1996/2000

Município MRS	População em 01.08.96 (1)	População em 01.08.2000 (2)					Taxa de Cresci- mento (3)
		Total	Homem	Mulher	Urbana	Rural	
Camaçari	134.901	161.151	80.670	80.481	153.829	7.322	4,55
Candeias	69.503	76.748	38.000	38.748	69.108	7.640	2,51
Dias D'Ávila	37.916	45.312	22.492	22.820	42.650	2.662	4,51
Itaparica	17.975	18.943	9.323	9.620	18.943	0	1,32
Lauro de Freitas	97.219	113.258	55.388	57.870	108.111	5.147	3,89
Madre de Deus	9.961	12.136	5.915	6.221	11699	437	5,06
Salvador	2.221.539	2.440.886	1.148.912	1.291.974	2.439.881	1.005	2,50
São Fco. Do Conde	24.213	26.208	13.062	13.146	21.791	4.417	2,00
Simões Filho	78.229	93.968	46.642	47.326	76.817	17.151	4,69
Vera Cruz	27.628	29.716	15.040	14.676	27.846	1.870	1,84

Fonte: Censo Demográfico

IBGE

(1) Redistribuição da população de acordo com a divisão territorial vigente em 01.08.2000

(2) Resultados preliminares

(3) Taxa média geométrica de incremento anual da população brasileira

Os registros estatísticos para o ano 2000 indicam, conforme Tabela 2 (em anexo), 36.714 alunos matriculados conforme Anuário Estatístico da Educação – SEC. Educação/SEI – Gov.da Bahia, ou seja, 77% da população estaria na escola. Desses, 2.691 são de educação infantil, 32 665 de ensino fundamental e 1.358 de ensino médio. Segundo MEC/SEDIAE/SEEC, publicado pelo INFORMS/CONDER, em 1996 o registro de matrículas era de 25.865 alunos (Tabela 3 em anexo) na RMS que totalizava 209 escolas distribuídas com desnível, naqueles três níveis, como mostra a tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos rurais, segundo o tipo de ensino na Região Metropolitana de Salvador e Estado da Bahia - 1996

Região/Municípios	Tipos de ensino ministrados				
	Pré-escolar	E. Fundamental	E. médio	Supletivo	E. Especial
Total do Estado	7.946	20.173	61	11	2
RMS	70	136	3	0	0
Camaçari	14	24	2	0	0
Candeias	9	26	0	0	0
Dias D'Ávila	2	7	0	0	0
Itaparica	9	13	0	0	0
Lauro de Freitas	1	15	0	0	0
Madre de Deus	-	-	-	-	-
Salvador	5	4	0	0	0
São Fco do Conde	4	23	0	0	0
Simões Filho	25	21	1	-	-
Vera Cruz	1	3	-	-	-

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC, publicado pelo INFORMS/CONDER

É conveniente, por um lado, lembrar que, para o município de Salvador, a baixa ocorrência de escolas rurais não significa, de antemão, que sua população rural não tem, por isso, acesso à escola, tendo em vista a proximidade e possibilidade de locomoção às escolas urbanas. Por outro lado, é preciso que os dados oficiais sejam relativizados, devido a situações como, por exemplo, o fato de que o referido anuário registra a existência de 1.060 alunos matriculados em escola rural no município de Lauro de Freitas para o ano 2000, enquanto funcionários, em nível de coordenação, da Secretaria de Educação do referido município declararam não existirem escolas rurais, tendo em vista que todas estão em sedes distritais.

Além do encontro de dados quantitativos é preciso relativizar as estatísticas de educação rural diante do fato de que estes dados são de alunos matriculados e o problema da evasão, na década de 1990, era ainda crucial. Agregue-se a isto a impossibilidade de estabelecer relação de igualdade entre os alunos que não evadem e os que efetivamente dominam o conhecimento escolar. Nesse sentido, falando da escolaridade geral o Jornal “A Tarde” em matéria editorial de dois de fevereiro de 1997, informou que

“Metade dos 80 mil alunos que se matricularam nas 178 escolas da rede municipal de ensino abandonou as salas de aula no decorrer do ano letivo. A outra metade foi até o fim, mas de forma bastante sofrível”.

Ponderações sobre o acesso à escola que está na área rural e a identificação das sedes distritais com o urbano, têm em comum a classificação do que vem a ser área

rural ou área urbana. A incompatibilidade entre as estatísticas do MEC, da Secretaria de Educação e os depoimentos de funcionários exercendo chefias, denota divergências sobre a classificação tomada como referência para gerar estatísticas.

As denominações de rural ou urbano para o funcionamento do segmento da educação dizem respeito também às classificações político-administrativas. Com essa referência as escolas são categorizadas, conforme informação do MEC/SEDIA/SEEC, que registrou em 1996, a existência de 209 estabelecimentos de ensino classificados como rural, na Região Metropolitana de Salvador, distribuídos entre pré-escola (70) e educação fundamental (136), tanto de origem estadual, quanto municipal e particular, e educação média (3), apenas de origem municipal, em que pese divergências de registros entre os dados gerais do sistema e os observados diretamente nos municípios. Outra incompatibilidade pode ser cogitada a partir do grau de escolarização dos trabalhadores que atuam no rural como atividade fim, e que foram entrevistados durante a pesquisa. Desses, 70% não completaram o ensino fundamental e apenas 10% cursaram o ensino médio. Há ainda incompatibilidade estatística no fato de que o número desses trabalhadores é maior do que o número deles que residem na zona rural, quer na atividade agrícola quer na atividade pesqueira. São exemplos dessas situações os pescadores de Itapuã que moram todos em áreas urbanas, quer no próprio bairro, quer no subúrbio ferroviário, do outro lado da cidade, ou de agricultores familiares que não moram na terra onde trabalham, como encontrei em Simões Filho e Camaçari.

Enfim, quantitativamente há escolas rurais, mas não educação rural ou escolas agropecuárias. O conteúdo programático das escolas está estabelecido no Programa Escola Ativa do Ministério de Educação – MEC, ficando especificado para o rural apenas as classes multi-seriadas. O conteúdo de ruralidade aparece quer nas escolas rurais quer nas urbanas, através da educação ambiental e, nesse caso, inclui habilidades de cultivo agrícola como meio de aprendizado de relações com a natureza.

O desnível no acesso às conquistas humanas quando se escolhe permanecer morando em áreas cadastradas como rurais, é ilustrado, de forma incontestável, em outra história, desta vez de uma agricultora familiar que está concluindo o ensino médio.

“Foi quando eu comecei logo a estudar, que eu era 5ª série. Aí não tinha transporte. Nós estudávamos em Vila de Abrantes, íamos num carro da linha, meu pai pagou um ano de ônibus coletivo. Depois veio o transporte dado pela prefeitura. Foi bom porque aliviou o bolso, mas só que muitas vezes, pelo fato de que a estrada é ruim, umas quatro vezes, quase que nós íamos morrendo. São sete quilômetros e muitas vezes, quando estava chovendo, chegávamos no colégio todo sujo de lama. Mas ia” (Entrevistado nº 21).

Por essa mesma estrada passam os agricultores quando vão levar seus produtos à feira na sede do município,

“...era transporte quebrando, a gente pegava carro de cima, nas ladeiras, para suspender; aquele bocado de gente. Aí a gente pegava aqueles carros, a gente cansava de subir nos braços. Tudo isso a gente marca...” (Entrevistado nº 22).

E o trecho de estrada das histórias dessas agricultoras é de apenas 7km, embora seja na RMS, a região do Estado que tem a maior e melhor malha viária. O intercâmbio entre seus municípios e municípios do Recôncavo é intenso, como inerente ao processo de metropolitização sob a égide do capitalismo contemporâneo. Na região o rural, mesmo que considerado no sentido estreito de setor produtivo fica invisível pela irrelevância frente à extensa dimensão geográfica do estado e a intensidade do urbano industrial promovido como diretriz de desenvolvimento pelo governo do Estado.

Viajando por essas estradas da região se experimenta uma grande variedade de paisagens: da desorganização de desenhos urbanos, que dão a impressão de grandes

favelas a áreas de restos de mata atlântica, passando por pastagens, cultivo em áreas de quintais, extensos dutos e reservatórios de gás. Não é possível esquecer ainda a terrível travessia por dentro do pólo petroquímico ou as magníficas supersas de belas paisagens costeiras de extenso litoral aberto ou manguezais em tranqüilas enseadas, em relevo ondulado.

Ainda assim, nessa diversidade, há registros estatísticos desse rural produtivo, em que pese a desvantagem do rural na disputa com o urbano e o industrial pelos recursos naturais quer na terra quer na água. Nesse contexto é que Estudo publicado pela Fundação CPE/SEPLANTEC (94), Perfil da Nova Agropecuária da Bahia (Silva & Soares, 1994), atendendo ao critério de larga escala de produção, considera a RMS inadequada à produção agrícola, diante de um mercado de terras com preços elevados. No máximo, poder-se-ia pensar em pequena produção hortícola para abastecimento diário do mercado. O rural poderia ser aí estimulado para pecuária leiteira com tecnologia moderna em maior escala para otimizar o espaço.

Este diagnóstico respalda cientificamente a ausência de políticas para o desenvolvimento produtivo do setor agrícola na RMS, o que se expressa, inclusive, na ausência da carteira de crédito rural nas agências do Banco do Brasil em municípios da região. Entretanto, mesmo para a pecuária, que conta com o respaldo científico no sentido oposto, a história relatada por um ex-pecuarista de Candeias, aponta para a não-consideração econômica desse potencial. Ele diz que

“... o Poder Público se esqueceu que Candeias, pela sua extensão territorial, também envolve uma série de áreas com destinação e com o uso pecuário... porque a região é propícia para isso, a parte climática, a umidade relativa do ar, o tipo de pastagem se adapta bem a pecuária do leite... tanto é que hoje Candeias tem uma bacia leiteira considerável... não há uma política muito definida; principalmente o leite depende de muita interferência externa... O leite nos países desenvolvidos, na Europa, Estados Unidos ainda é muito subsidiado e aqui não, o pessoal amarga aqui...” (Entrevistado nº40).

Parece-me um processo de desfiliação a partir do poder político e econômico legitimado pela cultura científica dominante. Isto retarda a percepção das conseqüências sociais negativas para o desenvolvimento socioeconômico da região e o desenvolvimento humano dos milhares de pessoas que têm no setor primário sua fonte de sobrevivência material ou complementação dessa sobrevivência. Sem cogitação é o fato de estar aí uma fonte de sobrevivência subjetiva, de estruturação de valores sociais, de resistência às bruscas transformações culturais como mecanismo de adaptação à realidade contemporânea ou mesmo pós-moderna, de múltiplas facetas identitárias como detalharei no decorrer deste capítulo.

Considerando os indicadores macroeconômicos como elementos que expressam parte significativa da realidade³, é interessante lembrar que as produções agrícolas, pecuárias e pesqueiras ainda aparecem registradas no Anuário Estatístico da Bahia que apresenta a produção agrícola da RMS, com uma pauta de treze culturas agrícolas, tendo movimentado em 1996, R\$ 6.891.000,00, fazendo circular 56.415 toneladas de alimentos, como mostra a Tabela 5.

Não aparece o registro da produção de hortícolas, que, segundo o estudo anteriormente citado, em 1994, era feita em Salvador com tecnologia tradicional e sem cuidados sanitários e assistência técnica. Também não aparece registro de produção de algumas frutas indicadas pelo zoneamento agrícola feito pela SEAGRI para a RMS, a exemplo de jaca, jenipapo, graviola e cupuaçu (vide anexo 1).

Em termos de produção pecuária de médio e grande porte, o Anuário Estatístico não traz dados relativos ao valor monetário, mas chamou-me a atenção a distribuição

³ Mas a que não deve ser atribuído estatuto de identidade homogênea.

mais eqüitativa da produção animal entre os municípios, quando comparada com a produção vegetal, como se vê nas Tabelas 6 e 7. Está mais disseminada a disposição produtiva que o estudo referido anteriormente indica como sendo melhor viabilidade econômica no atual contexto fundiário. No período colonial, a produção animal era tida exatamente como a que “pode vir de longe, já que se locomove”; mas mesmo assim, já eram criados na região desde o século XVI. Os produtos da pecuária de pequeno porte mobilizaram em 1996, um total de R\$ 1.594.700,00.

Tabela 5 - Culturas Temporárias e Permanentes - Bahia/ RMS - 1996

Culturas	Município (nº de)	Estado (ton.)	R\$ (mil)	RMS (ton)	R\$ (mil)
Batata doce	2	20.322	4.953	68	18
C. açúcar	2	4.037.882	212.752	19.295	424
Feijão grão	3	321.662	151.995	10	2
Mandioca	7	2.936.913	387.400	10.770	1.187
Milho grão	2	740.214	94.792	21	2
Banana	7	63.027	79.649	964	1.895
Cacau	2	204.168	217.219	263	207
Coco baia	10	262.573	60.708	12.789	2.603
Laranja	5	3.954.428	94.088	3.760	150
Limão	1	161.951	3.588	80	3
Mamão	1	665.843	87.548	60	5
Manga	7	207.255	19.613	7.695	373
Maracujá	1	754.994	25.144	640	32
Total	50	14.331.232	1.439.449	56415	6901

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia - 1999. SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia V. 13

Tabela 6 - Produção Animal - efetivo de rebanhos - RMS/1996

Rebanhos	nº de municípios	Qtd.Estado	R\$ (mil)	Qtd. RMS	R\$ (mil)
bovinos	10	9.838.136	...	41.957	...
suínos	10	1.804.261	...	22.773	...
bubalinos	4	13.791	...	440	...
equinos	10	647.297	...	3.579	...
asininos	10	402.136	...	2.253	...
muares	10	290.872	...	2.313	...
ovinos	2	2.357.684	...	2.851	...
caprinos	7	2.442.566	...	1.533	...
Total	63	17.796.743		77.699	

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia - 1999. SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia V.13

Tabela 7 - Outros itens de produção animal Bahia/RMS - 1966

Outros prod.animais	Municípios	Estado	R\$ (mil)	RMS	R\$ (mil)
ovos de galinha	10	49.030 (mil dz.)	40.749,20	993 (mil dz)	886,5
ovos de codorna		505 (mil dz.)	182,3	18 (mil dz)	7,2
vacas ordenhadas	10	1.463.268 und.	...	660.303 un	...
leite	10	3.941 litros	227.081,30	1.843 litros	701.0
codornas	1	57.454 und.	...	10.000 un	...
galinhas	10	9.627.104 und.	...	174.347 un	...
galos, frangos(a)pinto	10	18.781.545 und.	...	143.690 un	...
Total			268.012,80		893,7

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia - 1999. SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. V.13

A estrutura fundiária rural da região, mesmo em se tratando de região metropolitana, com intenso mercado imobiliário, com expansão horizontal das cidades, é uma estrutura altamente concentrada, estando 72% dos estabelecimentos no estrato de menos de 1 módulo fiscal, como mostra a Tabela 8.

Tabela 8 – Total de imóveis rurais e área, segundo a classificação em módulos fiscais, por municípios baianos – Jul/ 1998

Municípios	Classificação em Módulos Fiscais (1)									
	Total Geral		Menos de 1		Pequena Propriedade		Média Propriedade		Grande Propriedade	
	Total de Imóveis	Área Total (ha)	Total de Imóveis	Área Total (ha)	Total de Imóveis	Área Total (ha)	Total de Imóveis	Área Total (ha)	Total de Imóveis	Área Total (ha)
BAHIA	407.681	33.699.536,1	315.180	4.772.021,4	65.285	5.538.965,7	20.439	6.748.714,8	6.777	16.639.834,2
Região Metropolitana de Salvador	3.295	66.916,2	2.384	9.541,6	542	7.428,2	262	14.225,0	107	35.721,4
Camaçari	965	23.261,8	642	1.846,3	190	2.700,5	91	5.227	42	13.487,6
Candeias	815	10.598,2	608	1.815,1	139	1.952,5	52	2.829	16	4.001,3
Dias D'Ávila	150	4.673,5	84	281,2	30	416,1	29	1.563,4	7	2.412,8
Itaparica	23	292,4	17	42,7	4	54,8	1	30,6	1	164,3
Lauro de Freitas	173	1.388,7	136	316,8	29	361,6	5	250,9	3	459,4
Mãe de Deus	16	26,1	16	26,1	0	0,0	0	0,0	-	-
Salvador	83	2.103,9	60	99,5	11	81,1	9	371,4	3	1.551,9
São Francisco do Conde	319	11.314,4	274	2.763,5	19	232,3	13	831	13	7.487,9
Simões Filho	656	8.512,1	506	2.073,7	96	1.280,0	43	2.083	11	3.075,5
Vera Cruz	95	4.745,1	41	276,7	24	349,3	19	1.038	11	3.080,7

FONTE: INCRA

(1) Módulo fiscal foi criado para dar respaldo à ação fiscal como também para determinar um padrão de dimensão do imóvel para fins de desapropriação. Para cada município é estabelecido o número de módulos fiscais em (ha) para o cálculo da área mínima que considera o imóvel desapropriável para fins de reforma agrária. O módulo fiscal é resultante da combinação de vários fatores dentre eles os geoclimáticos que indicam o potencial de desenvolvimento naquele município.

A lei 8.629 / 93, classifica os imóveis com área total de 1 a 4 módulos fiscais como pequena propriedade; mais de 4 a 15 como média propriedade; acima de 15 como grande propriedade.

Isto torna essa base rural de extrema importância na perspectiva da sustentabilidade social, frente a situação de desemprego que marca a região. Portanto, importante no sentido de ser trabalhada como questão agrária.

A história de um produtor rural, há dezessete anos em Barra do Pojuca, município de Camaçari é ilustrativa da importância de se democratizar essa base produtiva rural. Ele fala com orgulho de sua produção.

“Tanto crio, quanto planto de tudo também. Eu pouco tiro para o mercado, porque eu só vou para o mercado comprar aquilo o que eu não posso produzir como arroz, o açúcar. Mas a farinha, o feijão, o mangalô, andu, horta, tudo isso eu tenho do meu quintal. A galinha, o peixe, tudo isso da minha própria roça e que se todo mundo visse a vida dessa maneira, seria bem melhor, porque em vez de você ter um pedaço de terra e deixar ele improdutivo, você deveria produzir, tentar fazer ele se tornar sustentável daquela própria terra. Porque hoje eu vejo o desemprego. O índice de marginalidade hoje é porque a maioria dos agricultores deixam de ser agricultores para trabalhar na indústria, trabalhar com o comércio, no mercado, uma série de coisas que abandonou a tradição da agricultura; porque sem agricultura a gente não tem progresso. É uma maneira de pensar, porque é o meu sustento. Eu tiro hoje, eu vivo da minha produção, da minha roça, e eu vivo olhando... Eu sou uma pessoa formada em Administração, minha esposa é formada em professora, mas passamos uma dificuldade terrível porque Salvador está com o campo fechado para o trabalho e eu já estava com quase dois anos desempregado, minha esposa com um ano e meio desempregada. Eu achei que habitando pela roça, a gente iria ter uma vida melhor.

E não me enganei, porque hoje eu vejo que aquele pensamento meu como era uma coisa positiva! Quando eu cheguei na roça não tinha nada. Não tinha galinha, não tinha nada e comecei trabalhando braçal, dando um dia aqui, um dia ali. Hoje eu crio bode, eu crio porco, eu crio galinha, eu crio pato, tenho uma criação pequena de peixe que é para o nosso próprio sustento. Hoje eu não compro uma galinha no mercado, porque eu tenho na roça. Eu não compro um feijão de corda porque eu tenho. Eu não compro um tempero verde porque eu tenho. Eu sou um produtor pequeno, mas um produtor, porque além de eu tirar o meu sustento e pra meus filhos, eu levo para vender também na cidade, mesmo com um pouco de dificuldade porque a gente não tem um transporte ainda. Usa o meio de transporte (cedido pela Prefeitura), carro de mão, no burro, mas não deixo de ter o meu final de semana com dinheiro no banco” (Entrevistado nº 11).

A existência de imóveis rurais na RMS, conforme a já citada Tabela 8, sugere o potencial fundiário da região para a ocupação da mão-de-obra em exploração agropecuária. Tem-se aí um total de 3.295 imóveis rurais. Os dados do IBGE (1995-1996), que podem ser observados na Tabela 9, são sugestivos de que esse potencial não se efetivou, já que se registra a existência de apenas 908 estabelecimentos com exploração agropecuária, dos quais 701 estão sob a responsabilidade do seu proprietário.

Tabela 9 - Classificação Nacional de Atividades Econômicas (NAE), sessões A e B (Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração florestal e Pesca)

Condiç. do Produtor	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
Município								
MRH – Salvador	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Camaçari	185	6.615	1	0	---	---	5	221
Candeias	136	6.478	---	---	---	---	1	
Dias D'Ávila	49	4.195	1	58	---	---	---	---
Itaparica	9	227	---	---	---	---	1	---
Lauro de Freitas	48	131	2	1	---	---	3	4
Madre de Deus	10	9	---	---	---	---	---	---
Salvador	89	9.795	8	12	---	---	39	315
São Francisco do Conde	140	10.905	46	124	1	17	---	---
Simões Filho	35	1.285	1	1	---	---	36	105
Vera Cruz	30	976	24	128	---	---	8	46
Total	731	40.616	83	324	1	17	93	691

Fonte: Censo Agropecuário de 1995 – 1996 IBGE

Esta diferença entre o que poderíamos chamar de oferta potencial e oferta efetiva fica aumentada ao considerarmos que o IBGE está contabilizando como estabelecimento agropecuário “todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária... (<http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censo.../conceitos.sh>). Logo, conta-se entre os estabelecimentos agropecuários, imóveis rurais e urbanos, passando a ser determinante para a classificação, o uso que se faz do imóvel.

A existência de mais 177 produtores cadastrados pelo IBGE, fora da condição de proprietário, não garante a redução desse hiato, porque eles podem estar inseridos como estabelecimento em área de imóvel rural de produtor proprietário.

De outro modo, pela característica de estabelecimento que se refere a ser “formado de uma ou mais parcelas” pode estar sendo incorporado mais de cem imóveis rurais no estabelecimento. Isto se traduziria, diretamente, em concentração fundiária.

Essas referências levam a crer na existência de questão agrária na RMS, embora a região seja considerada sem potencial para a reforma agrária tendo em vista a ampla regularização da propriedade dos estabelecimentos rurais.

É nessa direção o depoimento do presidente do sindicato de trabalhadores rurais de São Francisco do Conde.

“... Resolver a questão da terra para poder plantar... Primeiro porque aqui tem muita terra improdutiva, nós não conhecemos nem o dono para que a gente possa ir ao INCRA e o INCRA ir lá para dar a pessoa que não tem terra; porque tem muita terra que está no mato, não tem nada plantado, está lá jogada, não se planta nada e o povo às vezes está morrendo até à mingua, indo para a prefeitura pedir uma cesta básica. Hoje, uma cesta básica, amanhã e aí? Eu acho que tem como resolver através de pegar a terra e dar para o povo plantar.” (Entrevista nº47).

Na mesma direção falou um técnico em planejamento no município de Candeias, pensando inclusive na municipalização da reforma agrária.

“Na minha opinião, existem duas carências básicas do pessoal que vive no campo: o primeiro é a falta de direito de propriedade aonde eles moram. Essa é a carência maior, porque não adianta a gente treinar uma mão-de-obra se o cara não tem onde aplicar. Por outro lado, não adianta você dar a terra e dizer

simplesmente “tome aqui e se vire”, não é assim que nós vemos a maneira de melhorar a qualidade de vida desse pessoal no campo. Então eu acho que a aliança entre a propriedade, a regularização fundiária daqueles que têm a propriedade e não têm o direito de propriedade registrada e legalizado, enfim, dar a posse da terra devidamente legalizado, para que com essa posse possa garantir um futuro financiamento para poder aplicar aquilo que tiver adquirido dos treinamentos que a gente fornece... dentro da qualificação, vai também informações que permita a pessoa perceber a responsabilidade que ele tem com o meio ambiente, para evitar as queimadas, enfim, aquelas agressões que a gente sabe que acontece com aquelas pessoas que não tem o conhecimento da sua responsabilidade com a natureza” (Entrevistado de nº 29).

Em relação à atividade pesqueira, as estatísticas não recebem o mesmo tratamento sistemático que as dos demais segmentos produtivos, não sendo possível estabelecer relações criteriosas entre a RMS e o Estado. Contudo, a extensão em que é possível ser desenvolvida a atividade pesqueira na Bahia, como mostra a Tabela 10, é claro indicativo de seu potencial em relação ao restante do país.

Tabela 10 -Extensão do Litoral Continental do Nordeste Brasileiro e de suas unidade federativas, em valores absolutos e relativos.

Unidades da Região	Extensão Absoluta (Km)	Extensão Relativa (%)	
		Região	País
Maranhão	640	17,43	7,10
Piauí	65	1,77	0,71
Ceará	573	15,62	6,36
Rio Grande do Norte	399	10,87	4,42
Paraíba	130	3,54	1,54
Pernambuco	178	4,85	1,97
Alagoas	335	9,12	3,77
Sergipe	163	4,44	1,80
Bahia	1.118	32,36	13,20
Nordeste	3.671	100,00	40,78
	7.920 *	-	-
Brasil	9.000 **	-	100,00

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA. Perfil do setor pesqueiro.

(Litoral do Estado da Bahia) Salvador, 1994.

Nota: * - Não incluindo as grandes reentrâncias do litoral brasileiro.

** - Incluindo tais reentrâncias

Internamente à região, os últimos dados diretos produzidos pela Bahia Pesca S/A (1998) trazem 13.097,30 toneladas de pescado capturados e 12.391 pescadores e marisqueiros em nove dos dez municípios da região, como mostram as Tabelas 11 e 12 a seguir, excetuando-se o município de Dias D'Ávila que nos processos de reestruturação do território, por desmembramento de Camaçari, ficou sem mar.

Tabela 11 - Produção de pescado marítimo e estuarino do Estado da Bahia, por município e espécie, no ano de 1998 (Toneladas)

Espécie	Camaçari	Lauro de Freitas	Salvador	Simões Filho	Madre de Deus	Candeias	São Francisco do Conde	Itaparica	Vera Cruz	Total
Total	588,0	142,4	5.425,20	306,2	1.394,20	1.305,80	1.080,70	778,3	2.058,50	13.079,30
%	1,4	0,3	13,2	0,7	3,4	3,2	2,6	1,9	5,0	31,7

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca Marítima e estuarina do Estado da Bahia - 1998.

Tabela 12 - N° de pescadores/marisqueiros, por município na RMS - 1992/1993

Municípios	Pescador/marisqueira		%/total
	Absoluta	%/ PEA	
Camaçari	580	2,2	4,68
Candeias	356	2,3	2,87
Dias D'Ávila	-	-	-
Itaparica	997	33,8	8,05
Lauro de Freitas	35	0,3	0,28
Madre de Deus	1190	9,6
Salvador	5380	0,1	43,43
São Franc do Conde	1452	32,4	11,72
Simões Filho	60	0,5	0,48
Vera Cruz	2341	64,8	18,89
Total	12391	10,9	100

Fonte: Levantamento da Pesca Artesanal Costeira e Estuarina do Estado da Bahia - Bahia Pesca, 1992/93

Das transformações sociais decorrentes de interações entre o rural e o urbano, a configuração do que vem a ser comunidade pesqueira é um exemplo significativo. Como caracterizado no Perfil do Setor Pesqueiro elaborado pela Secretaria da Agricultura da Bahia através da Bahia Pesca, é o

“local onde a maioria dos pescadores e marisqueiros residem e desenvolvem as suas relações econômico-sociais. Essas comunidades nem sempre correspondem ao local de desembarque, especialmente nos grandes centros urbanos, onde os pescadores moram na periferia tendo que realizar grandes deslocamentos até o ponto de desembarque do pescado. Este fenômeno também se repete nos locais que sofrem influência do turismo, principalmente devido a ação da especulação imobiliária” (Bahia, 1994: p.18)

Seguramente, este é o perfil da RMS, onde o turismo também interfere negativamente no ganho do pescador com a presença dos turistas pescadores em alta estação, como é o caso, em especial, dos municípios de Itaparica e Vera Cruz situados na ilha de Itaparica. A especulação imobiliária, entretanto, gera impactos ambientais, que não são sazonais como os do turismo. São difíceis de serem revertidos conforme descrito, em entrevista a um professor da UNEB, Jorge Nascimento, publicada em 1992.

“Tem toda aquela faixa litorânea, onde as comunidades de caiçaras⁴ foram completamente atropeladas por um processo de turismo que não só prejudica a vida do pescador, introduzindo novos hábitos, mas também lhes rouba a identidade cultural.

A primeira consequência é a retirada do pescador, pois a tendência da ocupação é a valorização dos lotes mais próximos à praia, onde eles habitam. Isto significa a expulsão desse caiçara para áreas mais distantes da atividade que ele desenvolve. É essa a consequência mais clara e imediata, social e ecológica. Toda essa região litorânea é o contato do que chamamos hidrosfera, da parte de água da terra, com o que chamamos geosfera, a parte dura, a parte sólida do planeta. Então, o litoral é o contato das massas líquidas com as massas sólidas, em termos globais.

O mar, o trabalho das ondas na linha de maré alta/maré baixa tem influências no ciclo hidrológico do continente. Os rios têm uma influência que chamamos estuarinos, que formam as lagoas e as restingas, nada mais que afloramentos do lençol freático. Antes de chegar à praia, eles às vezes aparecem, ressurgem ali e criam um ecossistema muito rico e de fundamental importância para relações de troca entre a geosfera e hidrosfera, funcionando como barreira. Nos manguezais há todo um processo de filtragem da água dos rios; os manguezais depuram toda a substância tóxica agressiva que se dirige ao mar, funcionando como um filtro. E as restingas, de maneira análoga, também exercem este papel. Acontece que a especulação imobiliária se dá em cima desses ecossistemas. O que na realidade é uma completa substituição de ambiente. Na concepção dos engenheiros de hoje, é fundamental, para se construir uma casa, se fazer um aterro para a fundação. Então, num terreno situado em ecossistema cuja maior característica é a permeabilidade das areias, a circulação de águas, dá-se a substituição por terreno cuja principal característica é ser impermeável, em decorrência do cimento, do asfalto, da compactação de terra, do barro. Então, esses reguladores do contato geosfera/hidrosfera simplesmente deixam de existir”(Nascimento, 1992: p.22)”.

Além desses impactos, que decorrem da apropriação de conhecimento científico pelos que detêm poder econômico e político, a atividade pesqueira artesanal e descapitalizada, na região, também produz prejuízos ambientais com determinadas práticas produtivas já proibidas como o uso de bombas que, como vimos anteriormente por informes do CRA, além de destruir o ecossistema é a agressão mais frequente ao meio ambiente da APA Baía de Todos os Santos e também mutila pescadores que, apesar disso, continuam a utilizá-las.

No mar aberto a biodiversidade também é ameaçada como base produtiva pelo processo de industrialização o que foi emocionalmente descrito por um pescador que também é mergulhador em prospecção de petróleo, tem nível médio de escolarização, e olhando o mar de Itapuã com a coloração meio amarela escura ele chama a atenção:

“... olhe como você está vendo a água aí. Você sabe o que representa isso aí? Isso aí simplesmente representa uma descarga de um efluente que se chama titânio. Hoje é da Tibrás, aonde existe uma descarga no meio do mar, do enxofre, do resíduo de todo o processo químico que ele faz, essa coloração que você está vendo aí. Aí se junta com as águas de chuvas dos rios, e olhe a água limpa onde está, lá no horizonte, lá longe. Então essa água,(porque no fundo do mar, lá na Tibrás, existe um tubulão que eles dão o bombeio; de três em três meses eles dão a descarga), quando o mar se agita, as ondas no fundo do mar, aí remove esse sistema que está decantado que é este resíduo. Você vê as pedras

⁴ Caiçaras são os pescadores artesanais.

amarelas. Aí antigamente você chegava de noite e encontrava lagostinha, você encontrava um polvo, hoje você não vê um limo; está vendo? Você só vê tudo amarelo, você não vê uma pinaúna. Hoje, por exemplo, é dia de você ver - é pena que não está sendo filmado - é dia de lavar as embarcações; uns ficavam lavando aqui e outros iam ficar esperando a maré secar e pegar um balaio de pinaúna, pegar umas palhas de coqueiro e fazia... Então essa era a vida do homem do mar; hoje você não encontra mais essas coisas porque o próprio homem fez com que o marisco, a pinaúna, deixasse de existir na beira da praia. Quanta criança tem hoje aí que não sabe o que é uma pinaúna?” (Entrevistado nº 9)

Na RMS, turismo, pesca, indústria e moradia têm alavancado o processo de degradação ambiental, das formas mais rudimentares, como o uso de bombas na captura de peixes, às mais sofisticadas, como as tecnologias de construção civil e produção petroquímica. Isto evidencia que a natureza não é prerrogativa do rural; ela está no produto orgânico e no transgênico, como também no gás de cozinha e no titânio, ou ainda na festa de São João ou no ritual do candomblé. Em todos esses casos estão expressões culturais da natureza, mais ou menos mediadas.

Na ruralidade, as relações com a natureza são mais diretas ou menos mediadas, e ficam também mais explicitadas quando é vivenciada em interação com a urbanidade, particularmente a metropolitana. Também na ruralidade a condição de degradação da qualidade ambiental se expressa, e com tal ênfase, que o único aparato legal veiculado pela SEAGRI em sua página, na internet, se insere no direito ambiental (vide anexo 1).

Enfim, a RMS se constituiu em verdadeiro laboratório da ciência no domínio produtivo da natureza, o que necessariamente implicou num domínio também para fins habitacionais e de infra-estrutura urbana, consolidando uma prática cultural do conhecimento científico na relação com a natureza, que fez emergir a questão ambiental como o ícone mais visível dessa ruralidade que expressa possibilidade e efetividade do desenvolvimento humano pela consideração do homem como ser da natureza.

2. 2 – Diversidade nos Municípios na RMS

Cada um dos dez municípios da RMS guarda particularidades em meio a grande diversidade de características que lhes são comuns. A característica que agrega a todos é a inserção na região geográfica do Recôncavo. Outra característica agrupa os municípios em dois espaços geográficos: o continente, onde estão oito dos dez municípios, e a ilha.

A Ilha de Itaparica, onde ficam os municípios de Itaparica e Vera Cruz, é um dos redutos da RMS cuja identidade social atravessou os séculos como o lugar para refúgio da agitação de Salvador e refazimento pelo contato com sua exuberante natureza; as pequenas cidades e a metrópole separadas e conectadas pela Baía de Todos os Santos.

Itaparica

Itaparica, ou “cerca feita de pedras” na linguagem Tupi, foi uma das sesmarias, doadas por Tomé de Souza a seu primo, o 1º Conde de Castanheira. De sesmaria, por resolução régia (2/12/1814) foi a Distrito, cuja sede era a povoação ou arraial de “Ponta das Baleias”, e daí a Freguesia (19/01/1815), com o mesmo nome. Está ligada à história da independência da Bahia como campo de batalha, tendo sido emancipada em 25 de outubro de 1831. Chegou à categoria de cidade em 31 de outubro de 1890, quando um

itaparicano, Virgílio Clímaco Damásio foi governador do Estado, interinamente. Tem, em 35 km² (1,59% da RMS) além do distrito sede, os povoados de Amoreiras, Manguinhos, Misericórdia, Ponta de Areia e Porto Santos, em altos Tabuleiros compartimentados com planícies altas e estreitas. O município foi estância hidromineral e, como tal, de interesse da segurança nacional, tendo, conforme o Censo de 1970, apenas a sede do município como núcleo urbano e

“...os demais aglomerados populacionais distinguidos como povoados ou vilas de feições rurais – área residencial de pescadores com casas esparsas de veranistas – implantadas ao longo dos sítios costeiros”(Bahia, 1977a: p47).

A biodiversidade do município de Itaparica conta com os riachos e córregos de Gameleira, Jacaré, Penha, Vera Cruz, Campinas e São Simão, e os lagos Lessa, Grande, Pequena e Cavala, sendo sua média pluviométrica anual entre 2.000mm e 2.100 mm, com o período chuvoso de abril a junho. Sua biodiversidade está também na vegetação, com cinco zonas de cobertura vegetal: zona de Mata Cerrada, correspondendo aos tabuleiros, de vegetação arbórea baixa e densa; zona de Mata Secundária, com vegetação mais alta que a Cerrada; zona de culturas com extensas capoeiras, arboricultura associada a cultura de subsistência; zona de coqueiros, com vegetação rala e favorecida pela ecologia praiana; e a zona de mangue, quase sem vegetação. Entre as zonas há ainda ilhotas de vegetação arbórea alta antiga. Os solos, limitados para uso agrícola com culturas temporárias, são como os do município de Candeias, os Podzol Argilo-arenoso e Montemorilonita (Massapê), com formação geológica de areia grossa e argilosa, aquífero de porte limitado por sua espessura, mas potencializado pela formação ilha (composição argilo-arenosa) e sedimentos de praia e aluviões que engloba areias e dunas em toda região costeira. Sua participação na produção agrícola registrada pelo Anuário Estatístico é apenas com duas culturas permanentes, coco da baía e manga, mas com volume de produção que o coloca em quinta posição na RMS. Na estrutura administrativa do município, os serviços de infraestrutura e a defesa do meio ambiente estão em uma Secretaria. Pesca e agricultura não estão contempladas por ações municipais quer como atividades produtivas quer como geradores de impacto ambiental, embora a população nativa sobreviva da coleta de frutas e da pesca, que conta com pescadores organizados como Colônia de Pesca.

As características de Itaparica são em muito semelhantes à de Vera Cruz, o outro município que compõe a Ilha, tanto por suas características naturais quanto pelas características econômico sociais, bem como pela ordem de problemas decorrentes da reação ao fenômeno da metropolitanização e das transformações econômicas do Recôncavo, a região contígua. *“O turismo intenso acabou”*, diz um funcionário da prefeitura. As duas marinas existentes não pertencem ao município. Uma é da Marinha do Brasil e a outra foi privatizada. Os grandes empregadores são a prefeitura e o comércio, e a arrecadação é proveniente de IPTU, Royalties do petróleo e ICM.

A EBDA tem uma estação experimental de produção vegetal que está sendo questionada pela prefeitura enquanto retorno para o município. Há também um viveiro de camarão sobre o qual a prefeitura não tem informações oficiais.

Vera Cruz

Vera Cruz foi desmembrado do município de Itaparica, em 30 de julho de 1962, pela Lei Estadual nº 1773, ficando com 211 km², 9,57% da RMS, quando a Ilha entrou em declínio com a mudança da economia do Recôncavo, de agro-exportadora para industrial, na década de 50. Compõe o município os distritos de Cacha-Prego, Jiribatuba e Mar Grande, além de povoados entre os quais se destacam Gamboa e Gameleira.

“Não há uma centralização de equipamentos e tanto a sede quanto os

distritos e povoados são servidos pelos mesmos tipos de estabelecimentos variando muito pouco em termos quantitativos” (Bahia, 1977b: p.37).

A vida comunitária em Vera Cruz é perpassada de festas religiosas, típicas da religião popular que se firmou como religiosidade decorrente do processo de colonização miscigenado e dominador, envolvendo novenas, missas festivas e procissão no dia do Santo festejado, bailes noturnos, que acontecem por todo o município e obedecendo ao mesmo calendário para os festejos católicos e de candomblé, assim distribuídos: São Bento (janeiro) – Duro, N.S. Candeias (fevereiro) – Ilhota e Conceição, N.S. Penha (abril) – Penha, Exaltação da Stª Cruz (maio) – Gameleira, Nosso Senhor da Vera Cruz, o padroeiro, (14/09) – Baiacu (atual Mar Grande), N.S. da Conceição (dezembro) – Jaburu e S. Benedito (móvel) – Barra do Gil. Como lazer, estão futebol, dominó, bilhar e bar além da tradição rural de rinha de galo.

O município de Vera Cruz conta, entre suas atividades produtivas, com o artesanato, o petróleo, as indústrias têxteis, de produtos alimentares, de cal, óleo, dendê, tijolos, tapetes e capachos, e de saveiros – esta última em situação crítica, além da tradicional pesca e das atividades de lazer, recreação e turismo. A pesca ainda continua sendo um elemento importante na economia do município, tendo em 1998 respondido por 5% da produção estadual de pescado, com 2.058,5t, ocupando a terceira posição no estado. Lazer, recreação e turismo já constituíam uma aptidão do local na década de 1950, principalmente nos aglomerados de Gameleira, Jaburu, Ilhota e Gamboa, e é melhor viabilizado com o sistema de interligação a Salvador por ferry-boat, a melhoria das vias internas e do sistema viário Nazaré das Farinhas – Bom Despacho, que juntos integram o município ao triângulo BR-324 /BR101/BA245.

Em Vera Cruz como em Itaparica o veraneio não abrange turismo de massa e os veranistas buscam ali, apesar das restrições, que vêm sendo diminuídas, as particularidades ambientais de seu ecossistema, o qual dispõe, inclusive, de água mineral. Entre as restrições, de serviço, por exemplo, está a poluição da Baía de todos os Santos, com seus efeitos danosos às praias, à água e à pesca, e que no final da década de 1990 passou a ser alvo de tratamento através do Programa Baía Azul.

Com relevo de altos tabuleiros e topografia de planícies baixas e estreitas intercaladas por blocos elevados, Vera Cruz é recortada por vários rios como os Artur Pestanha, Campinas, Riacho da Penha e Riacho da Estiva; lagoas: Lessa, Grande, Pequena e Cavala, tendo solo argilo-arenoso e massapê e subsolo de areias grossas e argilosas, sedimentos argilo-arenosos com razoáveis possibilidades com relação a aquíferos e sedimentos de praias e aluviões que englobam areias e dunas em toda a costa. A temperatura local varia entre 25°C a 30°C, e a pluviosidade média anual entre 2000mm e 2300mm (há registro de que seja 1340mm/ano). Ainda compondo sua biodiversidade, tem uma cobertura vegetal dividida em mata cerrada, mata secundária, capoeira e mangue com vegetação arbórea e ecologia praiana.

A CONDER avaliou na década de 70, que

“O turismo e principalmente o veraneio não deram o impulso necessário para que o município retomasse o período de ascensão econômica, o que traria benefícios à população residente, em forma de emprego e receita para a Prefeitura Municipal. Ao contrário, prejudicaram elevando os preços de bens e serviços para uma população cuja característica básica é o baixo poder aquisitivo. A construção de residências sazonais não absorve uma parcela significativa da população local como ocorre em Lauro de Freitas. Na realidade, embora seja intenso o sistema de parcelamento do solo os adquirentes de lotes o fazem com a finalidade de construir num futuro não determinado ou de especular” (Bahia/CONDER, 1977: p.67).

Esse perfil aponta para uma situação bastante ilustrativa da tentativa de se

performar a realidade a partir de referenciais estranhos às características locais (tanto de ordem natural quanto social) e identificados com interesses econômicos da lógica e da cultura capitalista, pondo em questão o desenvolvimento que daí decorre como um desenvolvimento regional com ganhos endógenos.

Itaparica e Vera Cruz, então,

“... com a consolidação do polo de veraneio da Região Metropolitana de Salvador, ganharam novos e mais nítidos contornos, desarticulando o frágil sistema de subsistência local.

O quadro das trocas realizadas entre Itaparica e o continente, reforçado brutalmente pelo processo de metropolização, se examinado do ponto de vista da qualidade das relações, mostra-se claramente desfavorável à Ilha.

Os desequilíbrios e as contradições de diversas ordens geradas nesse contexto parecem ser dorsalizadas por problemas vinculados ao mercado imobiliário.

Alguns estratos sociais de Salvador, principalmente, atraídos em parte pelos encantos naturais e, de outro, pela oportunidade de realização de lucros rápidos dentro da atual corrida especulativa, vem se apropriando dos setores urbanos mais dotados e da área costeira de maiores atrativos.

Esses fatos vêm contribuindo significativamente para a redistribuição espacial das populações locais, anteriormente agrupadas e assentadas em determinados pontos dos territórios por força de uma série de valores culturais e condicionantes estruturais comunitários.

Pode-se notar claramente que a retaliação imobiliária na Ilha tem afastado da atividade pesqueira e da fruticultura os segmentos sociais tradicionalmente aí ocupados.

Do ponto de vista social, tal quadro implica, quase sempre, em síndromes de adaptação que podem levar à desarticulação cultural, o que comprometeria o papel de Ilha dentro da estruturação metropolitana proposta”(Bahia, 1978: p.8). O diagnóstico aponta também “o bloqueio de acesso público às praias, por condomínios fechados; a destruição da paisagem por loteamentos irregulares; o desmembramento das glebas ocupadas por chácaras, no centro da Ilha, lotes pequenos, mesmo se encarados como urbanos e a invasão de veículos a motor nos núcleos construídos para a circulação de pedestres e de animais” (Bahia, 1978: p.10)”.

A especulação imobiliária expulsa as comunidades que se localizam em praias propícias ao veraneio e substitui gradativamente áreas rurais, onde eram desenvolvidas atividades primárias, por loteamentos, repetindo a expulsão de não proprietários da terra. O rural produtivo dá lugar a outro tipo de rural perfeitamente integrado aos circuitos do capital, produzindo, desta feita, uma subordinação indireta do trabalho ao capital, com suas conseqüências típicas de acumulação e expropriação. A especulação imobiliária toca num elemento central da condição de ruralidade que é a relação com a terra, sendo o fenômeno mais ostensivo da relação de dominação do modo urbano sobre o modo rural. Nesse sentido é a dimensão mais geral do elemento fundante do rural no capitalismo que é a propriedade privada da terra, e da biodiversidade.

Essa dinâmica atravessa as décadas que se seguem à de 1970 e chega ao final do século XX expandida para a região. O desenvolvimento, classificado como regional, atende, efetivamente, a interesses até globais e muitas vezes em contradição com os interesses da população local. A região é então considerada como de estagnação, decadência etc., que ganha visibilidade na segregação espacial do local de moradia.

Salvador

Do outro lado da ilha, está o município de Salvador, que, como cidade, foi oficialmente fundada a 29 de março de 1549, por Tomé de Sousa, como recurso para consolidação da colonização portuguesa diante do fracasso das Capitanias Hereditárias. Para isto Tomé de Souza foi instruído quanto à demarcação de sua abrangência, ou Termo, que vem sendo gradativamente reduzida por desmembramentos, chegando ao século XX com apenas 313 km², estando o restante do Termo distribuído entre os municípios que compõem a RMS e parte das regiões Recôncavo e Litoral Norte.

“Todas as fontes indicam que os limites desse Termo, definido no século XVI, não foram modificados até o século XIX, tendo incluído ao longo de todo esse tempo sete paróquias rurais, habitadas basicamente por agricultores dispersos: Nossa Senhora da Conceição de Itapoã, São Bartolomeu de Pirajá, São Miguel de Cotegipe, Nossa Senhora do Ó de Paripe, Nossa Senhora da Piedade de Matuim, Sant’Anna da Ilha de Maré e Nossa Senhora da Encarnação de Passé. A estas sete paróquias, muito próximas da cidade, deve-se acrescentar, por um lado, as de São Bento do Monte Gordo e do Divino Espírito Santo (que formaram, no fim do século XVIII, o povoado de Abrantes) e as de São Pedro do Açú da Torre e do Senhor do Bonfim da Mata (que, na mesma época, formaram o povoado de Mata de São João)”(Mattoso, 1992: p.100).

A integração entre o rural, o urbano e a transcendência religiosa que coexistiram na formação da cidade nucleada em paróquias, que atualmente são bairros com intensa dinâmica urbana, pode ser recuperada como informação histórica através de testamentos e inventários post mortem onde se

“descrevem as casas modestas – com duas ou três peças, térreas, raramente com primeiro andar, construídas com taipa, mas freqüentemente cobertas de telhas, abertas para um pequeno jardim com hortas plantadas – que, aqui e ali, sempre em torno de igrejas, formavam os núcleos de povoação, desprovidos de estruturas administrativas”

Sobre as paróquias de Nossa Senhora de Brotas e Nossa Senhora da Vitória...

“Produtoras de mandioca e de frutas, N.S. de Brotas e N.S. da Vitória eram verdadeiras roças quase vazias, onde uma população rural tirava proveito das riquezas do solo e da abundância das águas. Na primeira, alguns pescadores praticavam a pesca da baleia, pois seu território incluía várias praias situadas no litoral norte da baía de Salvador, onde se encontravam dois abrigos de pesca, ou armações: a Armação de Saraiva e a de Gregória. Não podiam ser qualificadas de centros urbanos, até porque inexistiam serviços já implantados nas outras paróquias (arruamento, transportes, iluminação noturna)” (Mattoso, 1992: p.100).

À sensação bucólica dessa descrição, entretanto, é preciso acrescentar que já no século XVII, em plena efervescência mercantilista, se registrava em Salvador sentimento de nostalgia diante de uma cidade que não dispunha de saneamento satisfatório. Em que a Cidade Alta – área residencial mais nobre – despejava seu esgotamento sanitário na Cidade Baixa. A Cidade Baixa, centro comercial, agroindustrial e residencial simultaneamente – mas que se firma como comércio –, ia sendo degradada socialmente a partir de intensa dinâmica urbana decorrente de sua função de metrópole colonial, quando ainda se confundiam no mesmo espaço o rural e o urbano.

A interação rural e urbana permanece até os dias atuais com as contradições inerentes ao padrão de desenvolvimento que atualiza a dominação e a segregação

herdadas do período colonial. É preciso lembrar que o Termo de constituição da cidade de Salvador foi “loteado” em sesmarias “concedidas” a homens da corte enquanto os aldeamentos indígenas eram entregues aos religiosos. Essa estrutura fundiária chegou ao século XX pelo reconhecimento da propriedade das terras mediante o sistema de aforamento sobre o qual se assenta a ocupação urbana.

Os cientistas sociais acompanharam esse processo de conquista do local de moradia e identificam os sujeitos sociais em decorrência da correlação de forças políticas, econômicas e sociais nos diferentes momentos históricos. Num primeiro momento eram enfiteutas, ou seja, pagavam o foro pela ocupação da área. Num segundo momento eram ocupantes, por terem suas presenças tacitamente permitidas pelos proprietários porque estariam tomando conta e criando ou atraindo benfeitorias em terras sem uso e, por fim, virou caso de polícia e passaram a ser denominados invasores, frente a uma crise de realização do mercado imobiliário.

A RMS estava, então, às vésperas da chegada da indústria petrolífera, nas primeiras décadas do século XX, quando

“O que hoje é a periferia de Salvador, dificilmente poderia ser chamado de “urbanos” até as primeiras décadas deste século. As próprias distinções entre “urbano” e “rural” eram bem menos nítidas que hoje. Os depoimentos de moradores de terrenos não reclamados àquela época poderiam ser atribuídos quase integralmente a famílias de posseiros que, na busca de sobreviver como pequenos produtores, investem na fertilidade de uma porção da mata” (Moura, 1999: p. 26).

Sendo pouco valorizada, a terra urbana viabilizava assim o assentamento dos que chegavam mediante dinâmica social mais equilibrada. Nas décadas seguintes, com a intensificação da industrialização e, particularmente com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, acirra-se o fenômeno clássico de separação entre o local de moradia e o local de trabalho demarcando claramente a segregação social e intensificando a construção, o setor terciário e o subemprego.

Portanto, emana de Salvador a demonstração da liderança do capitalismo industrial moderno sobre a dinâmica do desenvolvimento econômico e social da região. Importa-se mão-de-obra altamente especializada de outras regiões do país e de outros países detentores de desenvolvimento científico em tecnologia avançada.

Na década de 90, essa dinâmica é acrescida da priorização do desenvolvimento do turismo pelo governo do Estado, estando a atividade receptora de fluxos turísticos como a principal atividade do setor terciário, trazendo pessoas de “diversos mundos e reinos distintos”⁵.

Na tensão que se estabelece nessa hegemonia, cientistas sociais politicamente posicionados a favor dos segmentos sociais subalternos disputam a performance da realidade na constituição da categoria “Ocupação”. Uma denominação que legitima as invasões enquanto alternativa de acesso à moradia e inserida no direito burguês, frente a opinião pública, à medida que:

“A intelectualidade universitária e os agentes de modo geral visualizam a pertinência e o valor de movimentos populares mediante um aparelho teórico e de linguagem que o apresente como válido e admirável” “Por outro lado, sua adoção em Salvador tem como contrapartida uma certa criminalização do

⁵ A expressão “diversos mundos e reinos distintos” está numa narrativa de Miranda (1989) sobre Salvador do séc. XVII, no cenário de onde Gregório de Matos, intelectual oposicionista, observava a movimentação mais intensa da cidade e que é atualmente o centro histórico, com intensidade comercial e turística ampliadas, mantendo-se como espaço religioso – simbolizando a importância da religião católica na composição da cidade – onde estão situadas a Catedral de Salvador e a Igreja de São Francisco que se integram a outras igrejas, monastérios, conventos, colégios e casas de saúde também implantados pelas missões religiosas.

termo invasão justamente nas invasões, causando às vezes perplexidade: aquilo que nas conversas comuns e descontraídas é uma experiência de que se fala com naturalidade e humor teria que ser nomeado por um termo que não reúna a mesma força de expressão. Os moradores que convivem mais freqüentemente com os agentes e costumam falar com os vizinhos sobre ‘os problemas da invasão’, quando compõem uma mesa ou tomam de um microfone, pronunciam-se sobre ‘o problema da nossa ocupação’” (Moura, 1990: p. 38 e 39).

Percebo a cidade de Salvador com uma performance que apresenta em sua configuração atual diversas características de um espaço metropolitano. É uma cidade da modernidade, abriga populações concentradas; relaciona-se de forma ampliada com outras cidades, regiões e países, é o lócus de decisões políticas, está intraconectada por redes de infra-estrutura urbana, como a viária, por onde transitam intensamente, em desigualdades sociais, pessoas e veículos; é vitrina das maravilhas da economia de consumo e com elas, das ambivalências desse tempo e modo de gestão da cidadania num espaço. Por tudo isso, Salvador é emblemática como espaço metropolitano na RMS. Ali, a intensidade, o excesso, a concentração, a expansão apontam para uma realidade objetiva configurada como metropolitana e que compreendo como rica de múltiplas determinações na coexistência de campo e cidade.

Nesse espaço atrativo, porque metropolitano, grande mobilidade populacional traz muitas pessoas do interior, ou rurais, que reproduzem em seu universo particular na metrópole, os valores e o modo do viver interioranos. Os bairros onde se aglutinam ganham fisionomia de pequenas cidades embora com alta densidade populacional.

As relações mais diretas de sociabilidade resgatam culturalmente a ruralidade, na Salvador metropolitana acrescida da vivência religiosa presente na cidade desde a sua fundação e também identificada com as forças da natureza, inclusive as produtivas. Essa vivência se firma enquanto religião popular identificada como cultura baiana por sua expressão de fé e resistência. Misturam-se as religiões formais e as espiritualidades nativas e africanas, vindas com os escravos, apesar de todo o controle exercido pelo clero que não podia evitar a exposição da miséria em meio à transcendência.

“A porta da igreja estava repleta de miseráveis e loucos. Com tanta riqueza, havia grande pobreza e muita gente morria de fome” (Miranda, 1989: p.14).

Se no espaço urbano em que padres e igreja estavam concentrados deixando visualizar seu poder e exercendo um controle sistemático, a experiência espiritual era diversificada e complexa, é de se esperar que no espaço rural a religiosidade mais íntima – quer de portugueses, de índios, africanos ou judeus – tenha gerado uma religiosidade diferente. Ambas, porém se exprimiam, entre outras formas, por superstição, presente até os dias atuais e signo de baianidade apropriado no mercado turístico, a exemplo das fitas que hoje são enroladas nos pulsos dos baianos e dos turistas que visitam o santuário do Senhor do Bonfim, em Salvador.

Para além das supertições, há em Salvador uma experiência de absoluta imbricação entre condições objetivas de vida e subjetividade mediadas pela relação com a natureza e a religiosidade na vida metropolitana. No vetor pobre de expansão da cidade, borda oriental da baía de Todos os Santos e extremo oposto às belas áreas de turismo do litoral norte da cidade, fica o Subúrbio Ferroviário. No subúrbio está localizada a Bacia do Rio do Cobre e situado um complexo de bairros de população com padrão social de médio a indigente; com alto índice de evasão escolar e analfabetismo; doenças infecto contagiosas, ocupando clandestinamente parte significativa da área. Ocupam também o Parque Metropolitano São Bartolomeu/Pirajá com 1500 hectares, dos quais 75 hectares pertence ao

“Parque São Bartolomeu, a maior referência dos cultos afro-brasileiros

da Cidade e do Estado. A floresta, as nascentes, as cascatas (Nanã, Oxum e Oxumaré) e as rochas (Pedra do Tempo e Pedra de Omulú) são consideradas áreas sagradas, objeto de culto e peregrinação, desde a metade do século XIX. A área, sede de ritos e cerimônias de caráter individual e coletivo, fornece plantas e ervas sagradas para uso litúrgico e medicinal nos terreiros” (PANGAEA, 1996: p.4).

No Parque São Bartolomeu/Pirajá existe densa Mata Atlântica, ambientes fluviais e marinhos, pântanos e a última área de manguezais no Município de Salvador, além da represa do Cobre, a mais importante reserva de água potável do Subúrbio Ferroviário, que abastece 110.000 pessoas, conforme o relatório do PANGAEA (1996). Este era o espaço da nação Tupi que na Bahia de Todos os Santos mantinha grandes aldeias de três, quatro e até dez mil pessoas como informa o Memorial Pirajá (98), constituindo a ancestralidade que hoje coexiste com a africana e européia.

Entre as diversas atividades desenvolvidas pela população do subúrbio – domésticos, biscateiros, pedreiros, ajudantes de pedreiro –, a maioria como economia informal mas também formalmente incluídos – petroleiros, profissionais liberais, bancários, comerciantes locais, funcionários públicos –, estão também atividades rurais como pesca, mariscagem, agricultura, criação de gado, caça, extração de madeira para construção de carvão – por posseiro, arrendatários, proprietários. Daí advêm impactos no meio físico e biótico do Parque. Acrescem-se a outros decorrentes da expansão de favelas e da atividade de mineração pela Pedreira Civil/Supermix. Entre os impactos, a precariedade de saneamento ambiental termina por fazer lembrar a Cidade Baixa do século XVII, onde se misturavam lama e esgoto, e acrescentam a novidade do século XX, de extinção de espécies animais e vegetais. Se incluem na extinção espécies utilizadas para os rituais afro-brasileiros. É um ambiente de violência que tem reduzido a utilização do Parque como área de lazer, pela população, que prefere a praia.

A condição de degradação da diversidade de ecossistemas, com lagos, rios, manguezais, dunas, matas e coqueirais, como consequência principalmente da expansão urbana e da industrialização, não ficou restrita a esse lado do município. Perpassou todos os seus quadrantes chegando ao limite oposto, em Itapuã, avançando pelos municípios ao longo do entorno da Baía. No enfrentamento da questão ambiental foi criada além da APA Lagoas e Dunas do Abaeté, que ocupa 1800ha, a maior parte deles em Itapuã, os Parques ecológicos de Pituaçu e São Bartolomeu e o Horto Municipal da Mata dos Oitis.

Lauro de Freitas

Saindo do município de Salvador na fronteira com a APA Lagoas e Dunas do Abaeté chega-se ao município de Lauro de Freitas – nome dado em homenagem a um candidato ao governo do Estado da Bahia que faleceu em desastre aéreo em 1950, quando estava em campanha eleitoral. Foi uma estratégia para conquista da autonomia do município por desmembramento de Salvador. Originalmente o local era a freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, que em tupy significa Água Vermelha. A freguesia passa a distrito (1931), sub-distrito (1943), novamente distrito (1954), e chega a município (1962, Lei nº 1753), com 93 km², os povoados de Portão e Areia Branca e dividido pelo rio Ipitanga. Pertence à bacia hidrográfica do rio Joanes, barragens de Ipitanga e Cachoeirinhas. Passa a ser área de interesse de segurança nacional, mediante decreto 1225 de 22.06.72. Em 1967, pela Constituição Estadual, perdeu parte do seu território para Salvador, referente ao que hoje são os bairros de São Cristóvão, Valéria, parte de Pirajá e Itapuã, além do aeroporto.

Por estar situado em área contígua a Salvador, o município de Lauro de Freitas é

o único da RMS que tem uma de suas fronteiras como extensão urbana contínua. Tem intensa movimentação não apenas por rodovias, o que é comum a todos, mas também por transeuntes, serviços de saúde, educação, financeiro, assistências técnicas etc., e comércios. Entre outros empreendimentos ligados a elementos rurais, vem se ampliando o de jardinagem, chegando mesmo a configurar uma concentração deles. Outros seriam casas de produtos agropecuários, venda de pequenos animais, em meio a forte especulação imobiliária de formação de condomínios de casas em amplos terrenos para quintais e jardins, além de chácaras.

O município de Lauro de Freitas é pioneiro na condução autônoma da gestão ambiental, já municipalizada sendo, inclusive, o líder da Associação Nacional de Municipalização do Meio Ambiente – ANAMA.

Enquanto problema, a questão ambiental em Lauro de Freitas expõe a contradição da natureza exuberante e de intensa beleza paisagística em convívio com a degradação ambiental decorrente principalmente da pressão urbana, mas também pela pesca predatória, embora seja o município com menor número de pescadores, conforme Tabela 12 da Bahia Pesca para 1992/1993⁶.

Um entrevistado em Lauro de Freitas fala da dificuldade de lidar com a educação ambiental diante das diferenças sociais decorrente da pressão do crescimento da cidade, sua vizinha.

“Salvador cresce para cá e empurra para cá tanto o que é bom, quanto o que é problemático. As comunidades carentes todas vêm buscar espaço aqui porque não estão tendo mais lá. Então é muito difícil na hora da educação ambiental você chegar para uma comunidade que não tem um emprego e querer que ela não mate a lagartixa. Os meninos estão comendo passarinho mesmo, tem gente comendo cobra. Aqui nesse rio Joanes a gente já parou um barco uma vez, quando a gente viu uma comunidade com uma cobra enorme na mão correndo e festejando, que tinha conseguido pegar a cobra na margem do rio. Nós encostamos o barco e aí fomos conversar com o pessoal. O “cara” que estava com a cobra na mão disse “meu amigo, jogar essa cobra novamente dentro d’água, você está maluco? Isso aqui é o pirão dos meus ‘inchadinhos’ durante quatro dias. Você sabe quantos quilos tem aqui? Isso aqui dá uma moqueca maravilhosa.” E aí, você vai dizer o quê? Na hora que o “cara” está tirando, derrubando uma árvore para derrubar a madeira para fazer a cumieira do telhado do barraco dele, você vai dizer o quê para ele? Quando você sabe que tem outra estrutura poderosa que agride o meio ambiente de uma forma muito mais danosa...” (Entrevistado nº 25).

Na produção agrícola não há registro de degradação ambiental. Lauro de Freitas está entre os últimos – é o sétimo município – em participação agrícola na região, produzindo três culturas permanentes e uma temporária em um clima de temperatura que varia entre 21°C e 30°C, com pluviosidade anual entre 1900mm a 2000mm. Com relevo de planície litorânea de um lado do rio Ipitanga, e ondulado do outro, tem alguns vales nos quais percorrem os rios que deságuam no Ipitanga. A vegetação é de florestas ombrófilas onde o relevo é mais alto, restinga arbórea sobre as áreas de terraços marinhos, ciperáceas onde há lagoas, charcos, várzeas, brejos e pântanos, gramíneas e vegetação rasteira típicos de dunas litorâneas.

Ainda o mesmo entrevistado resgata na memória, sua juventude envolvida com esse rural produtivo em Portão, atualmente, um bairro:

⁶ A Bahia Pesca informa a existência de 35 pescadores e o diretor de Gestão Ambiental da Prefeitura fala de mais de 50 pescadores habilitados de uma só vez pelo Projeto de Gerenciamento e Ordenamento da Atividade Pesqueira.

“Meu pai tinha um sítio em Portão, quando não existia estrada do coco, eu comecei a vir para cá. Eu era pequeno e comecei a criar porcos e fazer uma horta aqui em portão, eu era menor, não podia dirigir. Vinha dirigindo escondido, levava o material escondido para vender na cidade. Nessa época, a gente navegava com um barquinho de alumínio no Rio Joanes. Era como se a gente estivesse na Amazônia, no Pantanal. Essa imagem ficou muito forte, muitos anos depois, depois de eu ter dirigido a Companhia de Navegação Baiana, depois de ter dirigido o Detran, e algumas coisas assim, da máquina pública em paralelo às minhas atividades de pequeno empresário, vim morar aqui em Vilas, e aqui em Vilas tive a oportunidade de ver como o rio Joanes estava diferente daquela época de pequeno...” “...Lauro de Freitas está totalmente inserido na bacia do Joanes, tudo tem a ver com o Joanes, a qualidade da balneabilidade nas nossas praias de Buraquinho, Vilas e Ipitanga depende fundamentalmente do que o Joanes deságüe...” (Entrevistado nº 25).

Os dois momentos desse depoimento trazem vivências de interação com a natureza, em um mesmo território, o do município de Lauro de Freitas, mas de matizes antagônicos. No período de aproximadamente quatro décadas, foi possível testemunhar transformações locais na biodiversidade que polarizam a abundância e a carência. A mesma natureza sendo mediadora de referências culturais que a ressignificam: de fonte de fertilidade produtiva a objeto de crime ambiental. Processos produtivos sob um padrão de desenvolvimento urbano industrial imediatista, ritmo intenso e dinâmica socialmente excludente, imprimiram uma coexistência de antagonismos nos modos de vida rural e urbano. É preciso perceber a realidade social em sua construção histórica enfrentando assim a alienação de, ao considerar a natureza em sua imanência, significá-la como determinista. É possível assim percebê-la como culturalmente construída. (Moreira, 1993; 2002; 2002a), à medida que a cultura fala do mundo que é dado mas também é mutável.

A coexistência entre rural e urbano tem uma periodização na década de 1970. Até 1970, dos 93 km² de área do município, 90,57 km² era de área rural (97,4%); nessa década passou a ser loteada de forma acelerada a partir da expansão residencial e de lazer do município de Salvador, — o que foi favorecido pela implantação da rodovia BA-099 que chega até o município de Mata de São João no Litoral Norte —, anexando loteamentos à malha urbana original.

O processo de urbanização que se segue é acompanhado de delimitação territorial, conforme sejam as condições econômicas dos moradores, repetindo o processo já conhecido em Itaparica, Vera Cruz e Salvador, conforme o Censo Predial de 1970.

“À medida que as áreas rurais tomam feições urbanas e são loteadas para uma população de média e alta renda, novas habitações com características duráveis surgem principalmente nos loteamentos situados na faixa da orla marítima e nas margens do Rio Joanes. Os loteamentos situados nas áreas próximas à rodovia CIA-Aeroporto tendem a absorver uma população de média e baixa renda e, conseqüentemente, os padrões das habitações que aí se desenvolvem são de padrões médios e inferiores. Trabalhando, na sua maioria, em Salvador, a população de baixa renda procura localizar suas habitações nas proximidades do bairro de São Cristóvão (Salvador) na localidade denominada Itinga, em loteamentos populares situados nas proximidades da estrada CIA-Aeroporto” (Bahia, 1977c: p 66).

A situação de exclusão que se configura parece comum em espaços alvo de desenvolvimento induzido e que em Lauro de Freitas pode ser percebido no predomínio de loteamentos inacessíveis à população local, dados as dimensões e os preços dos lotes.

Restringe-se assim um desenvolvimento endógeno com melhor padrão de qualidade, o que fica para os que têm melhor nível de renda e que, simultaneamente, são originários de outros locais como visitantes: os conhecidos veranistas. Nesse processo foi construída a Estrada do Coco, que liga Salvador a Lauro de Freitas mas também a Camaçari onde está situada a Mullenium que, quando ainda era TIBRÁS (Titânio do Brasil), foi o móvel da construção dessa estrada.

“O fenômeno “Veraneio” ... foi intensificado até caracterizar o município hoje, principalmente como zona de lazer da classe média e em alguns casos até da classe alta, com surgimento de inúmeros loteamentos, parte dos quais voltados para grupos de renda razoável. As terras do município que possuíam baixo valor econômico foram rapidamente envolvidas pelo mercado imobiliário regional que abrange atualmente uma especulação em grande escala dentro do município acentuando-se o processo de transformação da estrutura econômica da área. Paralelamente, Lauro de Freitas vem desempenhando a função de cidade-dormitório para parcela de população de baixa renda” (Bahia, 1977c: p. 36).

Esse fenômeno, contudo, tem se desdobrado em nova consequência, que é a transformação de papel funcional, de veraneio para residência permanente, de população de classes média e alta, que buscava mais espaço, menos intensidade urbana, mais natureza, enfim, mais rural. Foi o que ocorreu com o loteamento Vilas do Atlântico, que permaneceu classificado como zona rural tendo em vista que para classificar uma população como urbana o IBGE considera

“... aquelas que estão concentradas na sede municipal e nas sedes distritais. Na medida em que Lauro de Freitas não está dividido em distritos, foi classificada como urbana apenas a população residente na sede municipal, sem levar em conta outros aglomerados, com concentração populacional de relativa importância, como Portão” (Bahia, 1977c: p. 41).

A transformação de veraneio em moradia intensificou a densidade populacional de Vilas do Atlântico assim como a oferta de serviços; manteve-se, contudo, o predomínio de edificações horizontais.

Com os loteamentos também se reduzem as atividades agropecuárias e crescem o comércio e os serviços ligados à construção civil. A diretriz governamental é firmar como funções do município, habitação, recreação, lazer e turismo. Já existem: hotelaria com unidades de pequeno e médio portes “do tipo hospedagem de aldeias” ou “colônias de férias”, “campings” e recreação paisagística – apesar da criação em 1973, de Pólo Industrial no Município (decreto municipal nº 140/73 de 10.07.73). Predominam indústrias de pequeno e médio portes ligadas à construção civil, alimentos, móveis, beneficiamento de sisal e calçados.

A paisagem como elemento econômico se expressa fortemente no município através dos inúmeros estabelecimentos comerciais de jardinagem ao longo da Estrada do Coco. As praias, que em Lauro de Freitas são de rio e de mar com amplos coqueirais, ficaram para veranistas sem piscina e moradores de outros municípios (já existem áreas em que os loteamentos isolaram o acesso público a tais praias, privatizando biodiversidade que ainda está em equilíbrio). O futebol, festas juninas e religiosas – de Stº Antônio e do Padroeiro, Stº Amaro de Ipitanga, bilhar, dominó e festas dançantes ficaram para a população local de baixa renda. Com a população de baixa renda também está a memória local, tanto produtiva quanto cultural e, conseqüentemente a experiência de ruralidade que se impõe como questão ambiental para a sustentabilidade.

“...meio ambiente tem muito com cultura; se você não trabalhar a raiz cultural de cada comunidade, você não tem como fazer com que ela vá dar valor à árvore. A árvore faz parte dela assim como a cantiga de roda que a avó dela

cantava faz parte dela, como o bordado que a avó fazia e assim por diante, não tem como a gente separar a questão das artes, das raízes culturais e artísticas do ambiente físico, vegetal, mineral e animal; isso é uma coisa integrada” (Entrevistado nº 25).

A ocupação urbana é, seguramente, o elemento de reconfiguração territorial de Lauro de Freitas, que se por um lado acontece pela iniciativa popular de construção civil, por outro utiliza o conhecimento científico como recurso de construção de infraestrutura e de indicação de melhores ganhos especulativos. Dispondo de conhecimento como recurso e dos poderes econômico e político, o processo de urbanização produz ocupação indevida das áreas de preservação permanente (manguezais) por empreendimentos imobiliários, ao longo do estuário do Rio Joanes, além da impermeabilização asfáltica generalizada.

Camaçari

Continuando a percorrer a Estrada do Coco, a paisagem litorânea mesclada de rio é um convite à contemplação permanecendo o perfil de loteamentos nas duas margens da estrada que já pertencem ao município de Camaçari. O Pólo Petroquímico não é visível nessa área; passa-se pela Milenium, fronteira com a APA do rio Capivara, onde se vê o encontro do rio com o mar.

O Município de Camaçari, que tem Abrantes e Monte Gordo como Distritos, é originado de uma aldeia indígena litorânea, tendo sua formação decorrente da ocupação pelos jesuítas palco de violência simbólica e física.

“As principais missões religiosas, que pertenciam aos padres da Companhia de Jesus, aos frades capuchinhos e aos franciscanos, reuniam índios catequizados, com os quais os religiosos construíam capelas e organizavam plantações e currais para o gado. ...Durante o século XVII, as duas grandes famílias de sesmeiros – os Ávila da Casa da Torre e os Guedes de Brito da Casa da Ponte – conseguiram expulsar de suas terras todas as missões religiosas” (Mattoso, 1992: p.74).

Camaçari, que em tupi-guarani significa árvore que chora, embora dê nome ao município é uma árvore em extinção, o que motivou a Prefeitura a iniciar um trabalho de arborização da cidade priorizando o replantio dessa árvore. Curiosamente, tem como uma parceira neste projeto uma das maiores multinacionais produtoras de agrotóxicos, a Monsanto, também localizada em Camaçari.

O município ocupa 32,56% da área total da RMS, com seus 718 km², dos quais 42km em faixa costeira. Tem clima úmido, com pluviosidade média anual entre 1700 a 1900mm (período chuvoso entre abril e junho), com solos do tipo podzol hidromórfico, podzólico vermelho alíco e areias quartzosas marinhas. É um município rico em belezas naturais, margeado por praias de rio e de mar simultaneamente. Abriga projetos de preservação ambiental como o Projeto Tamar – de tartarugas marinhas e ainda uma aldeia hippie. Tem fazenda de turismo rural como também grandes indústrias poluidoras. Cresce em loteamentos e chácaras e desloca os moradores locais da beira mar pelo mercado imobiliário, para dar lugar aos que chegam atraídos por suas belezas e com padrão de renda médio e alto.

A existência de ruralidade no município estaria sob tensão decorrente da marca industrial impressa em sua economia. Ainda assim Camaçari produziu em 1996, 12.272 toneladas de uma pauta de dez produtos vegetais entre os quais se destacaram coco da baía e mandioca. Ocupa o terceiro lugar entre os municípios da RMS quando se considera o volume de produção agrícola. Em nível municipal, há uma atuação

sistemática e conjunta da Prefeitura através da Gerência de Agricultura e Pesca – GEAP em parceria com a Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais – FUNDIPESCA, mediante convênio, junto a pequenos produtores familiares, envolvendo os circuitos da produção e da comercialização de alimentos.

Essa expressão de ruralidade que desaparece enquanto intervenção do Estado, dá lugar àquela que emerge dos impactos ambientais e que faz o Estado reaparecer, desta vez na gestão do meio ambiente. A riqueza da biodiversidade e a incidência de impactos produzidos pela dinâmica urbano industrial de Camaçari faz com que o município seja contemplado com duas Áreas de Proteção Ambiental – APA, a da lagoa de Guarajuba e a do rio Capivara, além de integrar a APA de Joanes/Ipitanga. O município integra três das cinco APAs da Região Metropolitana. A tensão inerente à sustentabilidade se intensifica tendo em vista que permanece em franco desenvolvimento como dinâmica dominante, a expansão industrial e o turismo, num ambiente em que,

“ ... pode-se sentir odor característico acompanhado, às vezes, de um gosto amargo-metálico. ... Esta situação crônica corresponde às emissões consideradas normais no processo produtivo e é agravada quando ocorrem acidentes ambientais.

As estatísticas de saúde da Secretaria Municipal evidenciam que a partir de 1985 as doenças respiratórias registram-se em segundo lugar como principal causa morte, fato esse que persiste até 2000” (Nascimento, 2001: p. 101)

Entretanto, este não é um fenômeno que se expressa apenas como diferentes dinâmicas econômicas. Na verdade, a relação entre os homens e entre os homens e a natureza tem sido marcada pela dominação e, conseqüentemente, por desníveis na qualidade de vida tanto na vida urbana quanto na rural decorrente do modo de apropriação capitalista da biodiversidade.

Dias D’Ávila

Seguindo para Camaçari pela nova estrada que leva à indústria automobilística Ford, ou pelas vias internas ao Pólo Petroquímico, chega-se ao município de Dias D’Ávila, cujo nome homenageia Francisco Dias D’Ávila, um bandeirante que teria dado início nesse local, a uma feira (de Santo Antônio do Capuame ou Velha do Capuame). Registra-se como tendo sido a primeira do Estado da Bahia, onde passavam tropeiros e boiadas e serviu como centro de abastecimento das tropas libertadoras nas lutas pela independência da Bahia. A localização da feira decorria do fato de que as primeiras fazendas de gado com suas edificações se instalaram na faixa litorânea e foram abrindo fronteira, a partir de onde se fixou a feira, na direção da zona norte do Recôncavo.

De feira a povoado Feira do Capuame, Dias D’Ávila passa, em 22 de fevereiro de 1962, mediante a Lei nº 1625, a Estância Hidromineral, tendo em vista o potencial terapêutico das águas do Rio Imbassay, descobertos pelo Padre Camilo Torrend. Só em 1985⁷ é que Dias D’Ávila é emancipado, desmembrado do município de Camaçari, ao qual era vinculado administrativamente, herdando, nesse processo, a metalurgia de cobre, transporte, cozinha e alimentação industrial e serviços gerais de apoio e manutenção industrial.

Constitui-se então, de uma sede municipal, um núcleo urbano (Nova Dias D’Ávila) e dois núcleos rurais (Imboacica e Biribeira), numa área de 208 km² (9,43% da RMS), integrando a bacia hidrográfica do Rio Jacuípe com os rios Imbassay e Jacumirim como os mais importantes.

O município de Dias D’Ávila também tem modificado o seu perfil de ponto de veraneio terapêutico das cidades vizinhas, como condicionado geograficamente,

⁷ Josildete Oliveira (1996) menciona o ano de 1988 como sendo o da emancipação do município.

“na medida em que as propriedades medicinais das águas do subsolo local determinaram a tendência de ocupação do solo urbano, centrado na implantação de residências de veraneio e na introdução da atividade balneária. ... A implantação de sítios de veraneio dotaram a cidade de um quadro ambiental particular, desde quando a sua composição ficou mesclada por espaços verdes e por uma arquitetura urbano-rural” (Oliveira, 1996: p.72).

Mas, com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, do qual, a empresa Caraíba Metais é ali instalada; chegam problemas de educação, saúde e saneamento. O que se esperava era que a Caraíba Metais seria capaz de atrair uma concentração de indústrias para seu entorno. Deveria também servir como núcleo urbano de apoio, requerendo investimentos em infra-estrutura correspondente, o que não aconteceu. Também não aconteceu a esperada dinamização local pela demanda do cobre produzido pela Caraíba Metais, além de ter diminuído o fluxo de veranistas e redirecionado a migração para a atividade que redefiniria a dinâmica socioeconômica do município.

“Nesse processo, o tecido urbano cresceu em torno da periferia da cidade e, paralelamente, foi planejado o bairro Nova Dias D’Ávila que veio a ser implantado numa área adjacente; fora do perímetro urbano inicial. ... com um ligeiro crescimento periférico da zona urbana tradicional ... a paisagem permaneceu basicamente estável.... observa-se uma convivência funcional entre as atividades anteriores – turismo balneário moderado e setor hidromineral ativo – e as atividades recentemente instaladas – a indústria e os serviços de apoio industrial” (Oliveira, 1996: p.73).

“...o município mantém as suas características de outrora, da época que aqui era estância hidromineral. ... foi feito um trabalho de revitalização da bacia do Imbassaí, que era exatamente onde antes era lama medicinal, era balneário e tudo o mais. A outra parte, a cidade de Dias D’Ávila, na chegada do Pólo, aí perdeu um pouco daquela característica de cidade dormitório como era considerada antes, em função das pavimentações, aliado à oferta de turismo do Litoral Norte, do surgimento de complexos, de Sauípe, que encurtou a distância; então as pessoas hoje preferem se instalar na orla marítima em razão da facilidade e até dos atrativos.

Dias D’Ávila é um município sem orla... as pessoas até vinham de trem, de Salvador pra cá; isto não existe mais. ... é uma cidade quase que industrial, em função da influência que ela tem com o Pólo Petroquímico. Nós temos no nosso distrito industrial, hoje, cinquenta empresas gerando um pouco mais de quatro mil empregos...” (Coordenador da Gerência de Agricultura da Prefeitura de Dias D’Ávila).

Ao lado das ricas características hidrominerais (tem aí caulim de excelente qualidade para produção de cerâmica), o município tem ainda uma cobertura vegetal de floresta densa, com áreas de cerrado e áreas de transição entre cerrado e restinga, em solos do tipo podizol hidromórfico e podizol vermelho amarelo álico, com aspectos geológicos de arenitos, conglomerados, folhelhos e depósitos fluviais, num relevo composto por planícies marinhas e fluviomarinhas e por tabuleiros do Recôncavo. É assim classificado com aptidão regular para lavoura e silvicultura, e quase inaptidão para pastagem natural. Sua participação na produção de culturas temporária e permanente foi das menores da RMS em 1996, segundo o Anuário Estatístico, ficando na oitava posição com apenas três produtos. Está presente na pecuária e integra a APA Joanes/Ipitanga da qual participam também outros municípios da RMS como Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, São Francisco do Conde, Simões Filho e Candeias.

Na estrutura administrativa do município, a Prefeitura conta com uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com quatro coordenações: agricultura, meioambiente

e defesa civil e qualificação profissional; com uma escola de arte e cerâmica. A riqueza mineral do município é valorizada devido à qualidade de sua argila, matéria prima para a produção de cerâmicas portuguesas com alto valor de mercado.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico avalia o perfil do município como sendo de serviços e a dinâmica da agricultura como “necessariamente de subsistência”⁸.

O perfil de produção para consumo próprio que marca a agricultura do município decorre, segundo o técnico responsável pela Coordenação de Agricultura, da sua localização em torno do Pólo Petroquímico e da necessidade de correção da acidez do solo argilo-arenoso que oneraria o produtor.

A Associação de Produtores Rurais de B. V. de Stª Helena é mencionada como ilustrativa desse perfil de consumo próprio, tendo em vista que, do seu quadro social de aproximadamente trezentos associados, apenas trinta produzem em escala comercial. É uma associação que conta com assistência técnica da EBDA, assistência gerencial e financeira do Banco do Nordeste, apoio da Prefeitura.

Nos quatro distritos do município, que são Leandrinho⁹, Biribeira, Boa Vista de Stª Helena e Boacica, as pessoas “preferem trabalhar nas cerâmicas ou nos areais”. A diversidade do rural em Dias D’Ávila inclui, portanto, a produção mineral, e resiste numa coexistência visível para os que têm o rural como objeto de trabalho, embora classificados normativamente de forma dicotômica.

“Os distritos municipais, apesar de terem infraestrutura de bairro, não são rurais. Para você ter uma idéia, em função dessa infraestrutura que eu falei, no censo só aparece na zona rural de Dias D’Ávila, 2900 habitantes, mas as atividades que lá existem são necessariamente rurais” (Coordenador da Gerência de Agricultura da Prefeitura de Dias D’Ávila).

Candeias

O município de Candeias teve um processo de formação originado de uma romaria de devoção a N. Sª das Candeias, uma expressão da religião do povo, cujas práticas complementavam a religião oficial e se constituíam, no campo e na cidade em relações diretas e pessoais com os santos.

Dessas relações diretas advinham as promessas e o seu pagamento em novenas e romarias, por exemplo, em prol de proteção para situações da vida cotidiana, quer se tratasse do amor, da fecundidade ou da agricultura.

“Com efeito, São João e Nossa Senhora do Ó, adorada outrora sob a forma de uma mulher grávida, eram amigos dos agricultores, a quem ajudavam tanto quanto aos namorados. Quando as pessoas queriam chuva, mergulhavam Santo Antônio n’água. Quando um incêndio devorava as plantações de cana, colocava-se a imagem do santo numa janela da casa do senhor até que o fogo se apagasse. A noite de São João também era a festa da agricultura, sobretudo do milho, que servido como canjica, pamonha ou bolo, guarnecia as mesas de ricos e pobres” (Mattoso, 1992: p.394 e 395).

A religiosidade popular é capitalizada politicamente e explicitada na página oficial da Prefeitura de Candeias, na *internet*, atualizada em 2002, ao iniciar a caracterização da cidade afirma que

“Fé e trabalho são os dois pilares que construíram e constroem a nossa cidade. Hoje, mais do que nunca, Candeias está no rumo certo, com uma administração séria, moderna e com muita fé no futuro”.

⁸ Subsistência é compreendida como no senso comum, produção para consumo próprio.

⁹ Leandrinho é o distrito que recebia mais emanções poluentes da Caraíba Metais. Há informação de controle sensível dessa poluição a partir da instalação de equipamentos filtrantes na empresa.

A marca de religiosidade do local ainda se mantém com elemento que agrega as pessoas em torno de uma identidade, nas festas juninas e romarias, o que faz com que o município de Candeias receba

“...frequentemente visitantes de inúmeros municípios de Estado, provenientes em sua maioria da área rural, que para aí se dirigem movidos pela crença dos milagres atribuídos a santa padroeira da cidade.”(Bahia, 1977d: p87).

Do mesmo modo que a fê permanece, o campo agrícola desapareceu na ‘fala’ de apresentação do município pela prefeitura (como também de suas ações de desenvolvimento ali divulgadas) tendo ficado a identidade que decorreu do fato de que, Candeias serviu de base de apoio, no recôncavo, à exploração e refino do petróleo, o que veio a substituir a cana-de-açúcar em produção latifundiária na dinâmica econômica e lhe valeu um brusco crescimento da população e dos serviços durante a década de 1950, período de maior intensidade do extrativismo na região, quando foi emancipada por Lei Estadual nº 1.028, em 14 de agosto de 1958.

O município, que é integrado pelos povoados de Passagem dos Teixeiras, Cova do Defunto, Caboto, Passé e Roça Grande, ganha fisionomia de industrialização e urbanização, deslocando geograficamente a atividade agrícola, elevando os preços da terra e modificando o seu uso. Também a população se desloca e se concentra no núcleo urbano do município o que é diagnosticado pelo governo do Estado como evidência, por um lado, da pouca relevância da área rural no que se refere à fixação populacional, por outro, da predominância das atividades de caráter estritamente urbano dos seus habitantes. A maioria dos habitantes é de migrantes de áreas urbanas, guardando semelhança e intensidade com a atração migratória exercida por Camaçari e Simões Filho.

Simultaneamente a esse processo é também diagnosticado pela CONDER que *“O povoado de Roça Grande, ligado a Candeias por estrada asfaltada, expande-se linearmente ao longo da mesma, com habitações de taipa e alvenaria em estado razoável de conservação. Grande parte das casas situa-se no meio de lotes bem arborizadas e com pequenas culturas de subsistência, dando ao povoado características rurais”* (Bahia, 1977d: p.78).

Do mesmo modo, no povoado de Rio do Cunha, onde predomina a pesca.

No âmbito da identidade político-administrativa, pelo Decreto 1225 de 22/06/72, o município também foi considerado área de interesse de segurança nacional, enquanto funcionalmente se firmava como cidade-dormitório para a população que dinamizou a atividade petrolífera.

“Observou-se que, embora tenham declinado as arrecadações provenientes de atividades rurais, desorganizadas pelos trabalhos de exploração petrolífera, a renda que o município passou a receber proveniente de royalties e ICM foi muito superior à renda agrícola auferida anteriormente, o que possibilitou sua dinamização”(Bahia, 1977d: p.35).

Com o Porto de Aratu propiciando integração econômica regional, no setor secundário, a Petrobrás respondia como principal força dinamizadora, ao lado Centro Industrial de Aratu – CIA (em parte localizado no seu território), com a atividade petroquímica a partir do petróleo e do gás natural, integrado também à produção do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Em 2002, contudo, a sede municipal de Candeias já expressa em sua paisagem o descontrole sobre o ritmo da dinâmica populacional, firmando-se com a típica imagem empírica das grandes favelas metropolitanas.

“Pessoas que vêm de outras regiões tentam emprego em Salvador e não conseguem; aí vêm para cá e as pessoas vêm sabendo que tem terrenos que pertencem ao Estado. E sabendo disso eles começam a criar os bolsões de

miséria e isso reflete na qualidade de vida da cidade. Ao mesmo tempo que Candeias é uma cidade rica, tem royalties das empresas, tem os royalties do petróleo, dentre outras rendas, tem o porto de Aratu, é uma cidade que tem uma renda alta, mas é muito pobre; muito podre.

Candeias está em cima de morros e aqui é principalmente formação barreira, que é um terreno sedimentar bastante argiloso. ... as pessoas começaram a construir casas em terrenos foreiros, ou invasão mesmo. Se você passear em torno da cidade, você vai perceber que poucas ruas tem calçadas regulares. As pessoas começaram a invadir. Isso também se deve ao fato de que até a década de 1980 Candeias era área de segurança nacional. O prefeito que vinham para cá ..nomeados pelo Governo Federal ... pouco conheciam o município ...faziam enriquecer ilicitamente...

A área urbana de Candeias refletiu isso... são poucas as áreas verdes dentro do município. As casas, você observa que não tem os loteamentos bem definidos, como o exemplo que a gente vê o distrito de Nova Dias D'ávila, que são lotes, tem a área verde e tudo. Candeias não tem isso. Você vê um certo inchaço, as casas muito próximas umas das outras. As ruas foram construídas de forma irregular. Não existe uma avenida dentro da cidade, não existe. E isso reflete na qualidade de vida das pessoas” (Entrevistado nº 45).

O conteúdo do posicionamento técnico que marca esse depoimento inspira uma inferência direta da qualidade de moradia, com a adoção governamental de uma identidade local. De modo mais amplo, a importância de se lidar com a questão da identidade local se evidencia para fins de políticas de qualidade de vida. A constatação pelo próprio governo, de que

“É na esfera municipal que a falta de qualificação do professorado predomina, sobretudo na zona rural, onde não existem condições mínimas de receptividade destes profissionais, inclusive incentivo salarial capaz de motivar o deslocamento de professores qualificados; os professores são recrutados entre os residentes do povoado” (Bahia, 1977d: p.83),

pode ser entendida como expressão da pouca importância atribuída à zona rural na consideração de o que é relevante na identidade do município.

Nessa construção de identidade também mudou a estrutura fundiária do município que, conforme informações disponíveis na página da Prefeitura na internet, além do relatório da CONDER, reduziu a área de grandes propriedades de 8. 380 hectares, em 1960, para 2. 854 hectares, em 1970. Nessa década o município modifica sua posição na pauta de produção econômica destacando-se na produção granjeira. Na década de 1990 já é um novo perfil que se apresenta, desta vez no setor terciário, com forte dinâmica comercial, abastecendo inclusive o município vizinho São Francisco do Conde. O comércio fica mais intenso por ocasião da romaria, à Igreja de N.S. das Candeias, de Janeiro à Páscoa.

Os 233 km² que correspondem à área de Candeias representa 10,57% da RMS, com relevo bem variado de colinas elevadas e planícies alagadas. Integra a Bacia Hidrográfica do Rio Joanes, sendo mais importantes para o município, os rios Juruçu, Jacarecanga e São Paulo. Sua pluviosidade anual varia de 1600mm e 1800mm, com período chuvoso entre abril e junho, e apresenta uma zona de mangue onde a vegetação é quase ausente, exceto pela presença de florestas de galerias no fundo dos vales e uma zona de mata secundária, constituída de arbustos, árvores esparsas e gramíneas. Os solos que lhes correspondem são os indiscriminados de mangue e o Massapê (podzol - montemorilonita), que seriam desfavoráveis à agricultura pela pobreza de nutrientes. Estão numa constituição geológica de

“rochas calcárias duras que constituem as zonas salientes ao norte do

município (pertencentes à formação aliança), nas rochas moles argilo-arenosas (zonas baixas intermediárias) pertencentes a formação ilhas e na superfície plana e baixa ligeiramente inclinada de oeste para leste, resultante da formação São Sebastião. Esta formação, com sua porosidade elevada e considerável espessura, constitui o melhor Aquífero da região, no que diz respeito ao aproveitamento das águas subterrâneas” (Bahia, 1992).

Apesar desse perfil natural qualificado por uns como desfavorável à agricultura, e por outros como sendo o solo massapê apto a frutas, dendezeiros, pastos e reflorestamento, o município de Candeias respondeu em 1996, conforme dados do Anuário Estatístico da Bahia 1999, ao lado de Camaçari, pela maior diversidade de culturas temporárias e permanentes produzidas na RMS (nove culturas).

Candeias, que no final de 2002 conquistou autonomia para a sua gestão ambiental, e integra as APAs Baía de Todos os Santos e Joanes/Ipitanga, absorveu de modo intenso o padrão urbano industrial decorrente da chegada da Petrobrás.

Madre de Deus

Ao lado de Candeias está o município de Madre de Deus, uma ilha já conectada ao continente, que primeiro pertenceu aos Jesuítas e depois, a oito lavradores. Ponto de apoio de embarcações entre usinas de cana-de-açúcar e a capital, tinha sua economia também dinamizada pela produção de cana-de-açúcar, produtos de olarias, pesca, confecção de renda e transporte marítimo. O município, com 11,00 km², que foi desmembrado de Salvador e emancipado em 1989 pela Lei Estadual nº 5.016, é formado pelas ilhas de Madre de Deus, Maria Guarda e Vacas (esta última desabitada).

A via de acesso é por rodovia asfaltada, ladeada por uma paisagem que, na chegada ao município, expõe a sua principal função: ser reservatório de gás. Na entrada para a sede do município, a margem direita da rodovia é acompanhada por dutos e reservatórios enquanto na margem esquerda está a área residencial. Em dado momento desponta a Baía de Todos os Santos. O centro da cidade está mais próximo e a diversidade produtiva modifica a paisagem de gaseoduto. Ficam mais visíveis as casas com quintais de árvores frutíferas, animais pastando, o ancoradouro, a pesca, a mariscagem e as ilhas que pertencem a Madre de Deus e a que pertencem a Salvador. A orla da baía que margeia a cidade recoloca o contato direto com a natureza, imediatamente, a partir da paisagem.

O papel de economia expresso pela atividade petrolífera se instaura, como nos demais municípios da RMS, que, com suas ilhas e quintais com árvores frutíferas, ao lado das atividades de pesca, mariscagem, compõem ainda a paisagem.

A exploração de petróleo ocupa metade do território de Madre de Deus. Segundo declaração direta da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do município, 40% da área do município é de propriedade da Petrobrás. Na década de 1960 foi implantado o Terminal Marítimo de Madre de Deus –TEMADRE, que passa a ser Dutos e Terminais da Bahia, Sergipe e Alagoas – DTBASA, com instalações da Petrobrás, de 336km de tubulações que transportam subprodutos do petróleo para a Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe e para algumas empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari. A característica de ser lugar de refúgio dos que moram em cidades, vai perdendo espaço para a atividade petrolífera. Vêm sendo expulsos veranistas, a pesca e a mariscagem, devido aos acidentes ambientais que têm poluído as praias e os manguezais. Ainda assim, está registrado pela Bahia Pesca a produção mensal de 130.400kg de peixe, 13.516 kg de crustáceos e 1.157 kg de moluscos (dados de 92/93 em levantamento direto sobre o Perfil do Setor Pesqueiro).

Com solos próprios (podzólicos bem drenados e com alto teor de argila embora

com pouca matéria orgânica na camada superficial) e impróprios (halossolos e areias quartzosas) para agricultura, num clima de temperatura que varia entre 22°C e 31°C e pluviosidade anual entre 1800mm e 1900mm, ocupa a 10ª posição em relação à produção agrícola da região. Tem cobertura vegetal de floresta densa, com restinga tipo arbórea pela influência do mar.

Não apenas a dinâmica econômica mas também a demográfica foi modificada com a exploração do petróleo. A população anteriormente de veranistas, nos dias de hoje é basicamente de nativos e trabalhadores das empreiteiras que servem à Petrobrás. Tem se expandido a ocupação espontânea de Madre de Deus requerendo ordenamento da ocupação e uso do solo, inclusive pela característica de alto risco ambiental.

O município integra a APA da Baía de Todos os Santos. É expressivo do alto padrão de riscos ambientais decorrentes de atividades produtivas, fato que coloca as questões de saúde e de meio ambiente reunidas numa mesma Secretaria do Governo municipal. As questões sanitárias que surgem com a urbanização acelerada estão sob controle, com quase 100% de pavimentação, abastecimento de água, esgoto sanitário e lixo em aterro sanitário.

São Francisco do Conde

Entre Madre de Deus e Candeias está o município de São Francisco do Conde, com bela paisagem de relevo ondulado e com sua sede pouco modificada pela modernidade. Dentre os municípios da RMS é o que tem relação mais cotidiana como o município de Santo Amaro, no Recôncavo.

São Francisco do Conde recebeu seu foro em 1693, em meio à concepção de que para colonizar era preciso vencer os obstáculos naturais e a resistência dos índios nativos, para o que foram realizadas verdadeiras guerras de extermínio (1549 – 1572) quando do governo de Mem de Sá (1558 – 1572). Segundo a historiadora Kátia Mattoso, ele próprio comandou a expedição decisiva em 1559 e mandou construir, em grande sesmaria, na região de São Francisco do Conde, um engenho, chamado Sergipe do Conde, depois doado aos jesuítas. Há a versão de que a doação teria sido feita em 1629 a religiosas Franciscanas e os próprios doadores iniciado, no lugar chamado sítio, a construção do convento e da igreja, inaugurado em 1636, vindo a ser chamado São Francisco do Sítio ou Sítio de São Francisco. Depois de passar a sítio foi elevado a vila, com o nome de São Francisco da Barra do Sergi do Conde até chegar a município, com sede e os distritos de Mataripe e Monte Recôncavo, bem como os povoados de D. João, Paramirim e Santo Estêvão, ocupando 184 km² (8,34% da RMS).

O rural em São Francisco do Conde se mostra mesmo na zona urbana do município, que é a área central da sede colonial, em que “Algumas habitações assumem características rurais, situadas em meio a amplos lotes destinados a culturas de subsistência. Conservam estas mesmas características as habitações localizadas na zona rural” (Bahia, 1992: p.75). No lazer, novamente se registra a rinha de galo convivendo com futebol, bares, praças, jardins e parques infantis, ao lado do potencial paisagístico – vista da plataforma marinha a partir da topografia acidentada e do registro histórico das ruínas da primeira Escola Agrícola da América Latina, que funcionou num “prédio neo-clássico construído em 1885, com 365 janelas abertas para os quatro pontos cardeais” e do exemplo da arquitetura rural do ciclo canavieiro, no Engenho Cajaíba, que pertence ao município de Santo Amaro, mas cede bela paisagem a São Francisco do Conde.

A experiência religiosa popular também se mostra em São Francisco do Conde nas festas religiosas, sempre antecedidas de novenas, tridos, trezenas e procissões, num calendário que inicia em 1º de janeiro – a da Mãe D’água (canoas, saveiros, atabaques,

presentes), segue em 28 de janeiro – São Gonçalo (padroeiro da cidade, em 2 de fevereiro – N.S. do Monte (no distrito de Monte Recôncavo), 4 de outubro – São Francisco de Assis, até dezembro, com N. S. da Conceição da Praia.

Sendo a sede mais distante de Salvador na RMS, São Francisco do Conde está situado na Bacia Hidrográfica do Subaé, seu rio principal, com os riachos Sergimirim, Macaco das Pedras, Gauíba, Bomba, Paramirim e das Almas. Tem sua zona agrícola em massapê, rico em matéria orgânica, produzindo cana-de-açúcar e frutas, o que o coloca em primeiro lugar no volume de produção agrícola da RMS, apesar de sua topografia condicionar o cultivo a períodos não-chuvosos e com tecnificação mecânica. Seu relevo é fortemente ondulado de planícies alagadas entre elevações, platôs mais amplos e declividades menores; temperatura entre 20°C e 29°C e pluviosidade anual entre 1700mm e 2000mm. Tem zona de mangue, com vegetação quase ausente, que ainda é fonte de pescado, embora degradada pela poluição vinda da indústria de celulose, situada em Santo Amaro da Purificação, pelo rio Subaé.

Contudo, segundo diagnóstico da CONDER, apesar desta localização, sob o ponto de vista hidrogeológico é um município pobre em recursos hídricos.

“... SFC não dispõe de grandes cursos d’água, podendo mesmo ser considerado pobre em água corrente” (Bahia, 1977e: p.23).

Falta água potável.

Na dinâmica de desenvolvimento econômico que se desencadeou a partir da implantação da Petrobrás na região, mesmo com a instalação de uma refinaria, ocorre estagnação relativa quando comparado com Candeias. Em termos de fixação populacional, São Francisco do Conde se mantém com funções agropecuárias além da adquirida função industrial e a não tão dinâmica função residencial. Também já considerada área de interesse de segurança nacional, conforme o Decreto 1225 de 22/06/72. Os fenômenos da estagnação e do dinamismo têm perpassado a história do município, tendo em vista que o ancoramento de sua economia tem ocorrido privilegiando uma atividade econômica em cada época. Os povoados e distritos foram sendo criados dinamicamente; foram caindo em estagnação, sendo reativados, a cada momento produtivo.

Assim é que o município sai da sua tradição de produtor de cana-de-açúcar, passa a produtor de cacau e extrativismo de gás natural e petróleo, além do refino de petróleo (Refinaria Landulfo Alves – RLA), volta à cana, desta vez energética, incentivada pelo então Instituto do Açúcar e do Alcool, e chega ao final da década, segundo a CONDER, com a cultura da mandioca tendo

“uma produção inexpressiva sem nenhuma representatividade para o município; está mais ligada à economia de subsistência, sustentada por mão-de-obra familiar e dirigida ao auto-consumo da população rural do município, embora também vinculada a um mesmo mercado urbano em expansão, como potencial para atendimento do abastecimento deste, caso não sofresse a ação desorganizadora da estrutura de comercialização” (Bahia, 1977e: p.35).

Mais do que registrar o rural como produtor familiar em nível de subsistência, sem dar dinamismo por si próprio ao comércio urbano, numa dinâmica econômica de tantas mudanças essa citação se constitui em rica ilustração do olhar performativo em que o critério qualitativo de relevância é não apenas o econômico mas ainda mais recortado, o econômico de reprodução ampliada e voltado para o urbano.

Nessa dinâmica, se ativa e desativa atividades econômicas, apesar dos seus sujeitos constituintes, independente do setor produtivo em questão. Foi extinta a RLA, do que se extinguiu também a Vila Operária de Mataripe, autônoma em relação ao restante do município, criada para funcionamento da refinaria e polarizada por Candeias. A atividade rural, que insiste em permanecer, é atingida também na produção

pesqueira. Segundo ainda o mesmo documento, a situação da pesca é insuficiente para atender a demanda potencial local e, sendo rudimentar,

“... além dos prejuízos acarretados pela exploração petrolífera na área o município em estudo vem sofrendo grandes perdas pela ação poluidora sobre o rio Sergimirim dos resíduos industriais de unidades localizadas no município de Santo Amaro” (Bahia, 1977e: p.35 e 36).

Contraditoriamente, do ponto de vista do que venha a ser expressivo ou inexpressivo para o município, o mesmo diagnóstico registra que os dinamizadores da economia (refinaria, aglomerações industriais vizinhas com infraestrutura viária, unidades de distribuição de gás), não geraram impacto para a população em idade ativa local, trouxeram forâneos, e

“...apesar do pouco dinamismo característico do setor primário em São Francisco do Conde é ele que absorve o percentual mais significativo da mão-de-obra local, o que se relaciona aos baixos níveis de remuneração percebidos pela população local e mantidos nos setores de construção civil e serviços, setores que absorvem o pessoal mais instável do município mantendo os baixos níveis de remuneração do setor agrícola” (Bahia, 1977e: p.74).

Fica criado um ciclo vicioso de afirmação do pouco dinamismo, de secundarização das pessoas que têm nessa dinâmica a produção material e social de vida, e não investimento pelo pouco dinamismo. Novamente um confronto com a identidade local e o privilegiamento da dinâmica de acumulação de capital em modo urbano e industrial.

Simões Filho

Simões Filho, que integrava o Termo de abrangência de Salvador, tem sua sede situada onde anteriormente era a área de Água Comprida, assim chamada devido às águas da Bahia de Todos os Santos penetrarem longamente na região. Com baixos tabuleiros e colinas, o município pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Joanes, banhado pelos rios Ipitanga, Cururipe, Itamboátá, Muriqueira, Imbiruçu e os riachos de São Miguel, Cantagalo, Macaco e Jacaracanga. Apresenta temperatura anual entre 21°C e 31°C e pluviosidade anual entre 1000mm e 1500mm. Compõem a sua biodiversidade os manguezais típicos de orla marítima, florestas tropical e atlântica e florestas em desenvolvimento. Seus solos de tipo massapê pertencem às ordens vertissol e ultissol com formações Barreiras e São Sebastião.

O desmembramento de Salvador ocorreu em 1961, e sua nova identidade de núcleo residencial para os trabalhadores de baixa renda, veio com a

“... decisão política fundamentada em estudos feitos desde a década de 50, que propunham a possível localização mais viável para um Centro Industrial Baiano, como sendo aquela tanto mais próxima quanto possível de Salvador, porém fora do perímetro urbano, embora vizinha à Baía de Todos os Santos” (Bahia, 1977f: p.33),

donde a localização, no município, do Centro Industrial de Aratu – CIA. O CIA é instalado no município apesar de sua marcada fisionomia rural e da ausência de infraestrutura básica para acolhimento do incremento populacional decorrente dessa industrialização concentrada.

Emancipado mediante esse desmembramento com os povoados de Santo Antônio, Rio das Pedras, Mapele, Santa Luzia, Aratu e Cotegipe, o município de Simões Filho ocupa uma área de 207 km², 9,39% da RMS, passando a constituir-se área de interesse de segurança nacional conforme Decreto 1225 de 22/06/72, época em que na produção agrícola, passou a ser cultivado mandioca, coco e banana. Acresceram-se

os povoados de Nova Canaã, Núcleo Habitacional Rubens Costa, Pitanga, Palmares, enquanto os de Aratu, Mapele, Santa Luzia e Cotegipe se constituem zona de ocupação industrial. Em 1996, o município contava, segundo o IBGE, com a 4ª população da RMS, de cerca de 78 mil habitantes dos quais, cerca de 17 mil na zona rural.

Simões Filho tem sua paisagem marcada pela devastação das matas para implantar cana e engenhos na produção de açúcar nos séc. XVI e XVII com usinas e engenhos que chegaram a servir de quartel quando das lutas pela independência da Bahia. Sua formação urbana está ligada à Rede Ferroviária Federal que, em 1853, por concessão do governo imperial construiu a linha ferroviária saindo de Salvador para Juazeiro via Alagoinhas e, em 1891, do mesmo modo a que ia de Mapele a Minas Gerais, do que surgiram os povoados de Aratu, Mapele, Santa Luzia, Água Comprida e Góes Calmom.

Tem uma economia dinâmica que o coloca como o 5º maior município do estado e o 4º da RMS em volume de PIB do qual o setor primário participa com as culturas de banana, coco, cana-de-açúcar, feijão e mandioca, além de reflorestamento com eucalipto. Essa dinâmica, como a dos demais municípios da RMS, responde a indução à metropolização dirigida pelo Governo do Estado considerando uma divisão social do trabalho intra-regional em que a CONDER, em meados da década de 70, designa

“... para Simões Filho as funções industrial, residencial e de proteção ao ambiente... ... Simões Filho deveria ter em relação ao CIA as mesmas características de Camaçari/Dias D’Ávila em relação ao COPEC” (Bahia, 1977f: p.13).

Segundo ainda o Relatório citado, em avaliação encomendada pelo Governo do Estado, no fim da década de 60, as funções deveriam ser de habitação, agropecuária e indústria em que era desenvolvida avicultura em produção familiar de quintal, comercializada no próprio município, e que

“apesar dessas características, contribuíam expressivamente para formação da renda familiar da área”, (Bahia, 1977f: p.33)

enquanto que a avicultura em granjas era atividade secundária de proprietários que não residiam no município e comercializavam em Salvador.

O setor terciário da economia do município era então, basicamente, abastecimento alimentar de diversas naturezas como feiras, estabelecimentos comerciais na sede e quitandas nos povoados, além da sede da Central de Abastecimento – CEASA. Não houve, neste setor, impacto correspondente ao ocorrido em Candeias, provavelmente pela proximidade e facilidade de acesso a Salvador. Foi melhorada a comunicabilidade e o incremento econômico com a implantação da rodovia Salvador – Feira de Santana, posteriormente, BR-324.

A contemporaneidade é de fato complexa, em excesso; excesso que também caracteriza a supermodernidade concebida por Augé como superabundância factual, superabundância espacial e a individualização das referências, que

“... resulta concretamente, em consideráveis modificações físicas: concentrações urbanas, transferências de população e multiplicação daquilo a que chamaremos ‘não-lugares’, por oposição à noção sociológica de lugar, associada por Mauss e por toda uma tradição etnológica àquela de cultura localizada no tempo e no espaço. Os não-lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estabelecidos os refugiados do planeta. Porque vivemos uma época, também sob esse aspecto, paradoxal: no próprio momento em que a unidade do espaço terrestre se torna pensável e em que se reforçam as grandes redes multirraciais,

amplifica-se o clamor dos particularismos; daqueles que querem ficar sozinhos em casa ou daqueles que querem reencontrar uma pátria, como se o conservadorismo de uns e o messianismo de outros estivessem condenados a falar a mesma linguagem - a da terra e das raízes” (Augé, 1994 : p. 36 e 37).

A perplexidade diante da dificuldade de explicar fenômenos antes que eles se reconfigurem ou resignifiquem, parece motivada pela veloz e crescente heterogeneidade das condições em que vivemos. Essa referência ajuda a pensar a realidade social contemporânea na qual

“a rapidez, a profundidade e a imprevisibilidade de algumas transformações recentes conferem ao tempo presente uma característica nova: a realidade parece ter tomado definitivamente a dianteira sobre a teoria” (Santos, 1995: p.18).

Nesta compreensão, a realidade é conformada pela interação entre a realidade empírica e o conhecimento, ou realidade concreta pensada.

“A realidade aqui é a relação entre o campo e a cidade, como insustentável de permanecer em dicotomia entre o rural e o urbano, agricultura e indústria, economia moral e capitalismo, atrasado e modernizado, natureza e técnica, vida natural e vida artificial, em meio a tantas inovações organizacionais, produtivas etc., que intensificaram o ritmo e a diversidade dos eventos na contemporaneidade de um capitalismo em escala global. Portanto, um excesso de urbanidade excludente da ruralidade” (Alencar, 2002: p.2,3).

Para compreender a RMS em sua multiplicidade, precisei pensar uma noção teórica que não apartasse o campo da cidade nem o rural do urbano e, de imediato me deparei com um “campo” que por ser natural acolhe a praia, mas por ser social se distingue dela. Nessa territorialidade, em todos os municípios da RMS reconheço o rural agrícola e não agrícola, tanto quanto reconheço o fato de o rural não ser contemplado na constituição da identidade regional. Quando não está invisível, o rural na região está desqualificado como irrelevante enquanto indicador macroeconômico. Como natureza é visível para o lazer, o turismo e para a questão ambiental que considerados no presente estudo estão contemplados no rural não agrícola.

A desqualificação macroeconômica do rural antecipa e é seguida de destruição de atividades produtivas que são substituídas por outras inovadoras. Portanto, desqualificação seguida de inovação, como uma teleologia da modernidade que contém a separação epistemológica entre sujeito e objeto, à medida que separa o trabalho do trabalhador quer esteja produzindo ciência ou agricultura ou indústria. Desse modo, é desconsiderado que é através do trabalho que a humanidade se constitui como tal. E que, pelo trabalho, homens e mulheres individualmente constroem suas vidas e o sentido delas compoem suas identidades individuais e sociais. E isto se dá numa trajetória que constrói sentidos de vida expressos objetivamente na produção material e social da existência.

A separação entre o sujeito e sua própria inserção produtiva promovida, como fenômeno que lhe é externo, revela o caráter do trabalho como lógica e cultura capitalistas fetichizado pela mercadoria e pela racionalidade produtiva na perspectiva da acumulação e da expansão do capital. Como extensão dessa racionalidade, há que se esperar que as identidades sociais eleitas pela convergência entre interesses capitalistas e do Estado sejam aquelas definidas pelo setor dinâmico da economia conforme indução pelo Estado mediante diretrizes de desenvolvimento.

A estruturação dos espaços ganha plasticidade que acompanha essas diretrizes difundidas pela mídia em processo dirigido de publicização das ações governamentais. Essa publicização dá elementos para a renovação da teorização sobre a dinâmica territorial. Desse modo, as novas teorias para explicar as dinâmicas sociais continuam

respondendo a este ou àquele senhor, a estes ou àqueles interesses, dizendo cartesianamente isto ou aquilo da realidade em estudo ou dizendo dialeticamente isto e aquilo dessa mesma realidade.

Os últimos cinquenta anos do século XX foram palco de profundas modificações no ordenamento territorial da RMS. As mudanças expressam uma vontade política que se implementa sob um vasto processo de desestruturação produtiva do setor primário.

A ciência positiva apropriada em todo o seu potencial instrumental liderou a formação de profissionais no âmbito tecnológico e no âmbito intelectual para dar organicidade a esse processo. Tudo parecia estar sob controle a partir das certezas que as diferentes áreas da ciência produziam para intervir na realidade.

Estava-se convencido de que o continuum rural urbano performaria a realidade e constituiria sua história.

Mas, “a realidade parece ter tomado definitivamente, a dianteira sobre a teoria” e no reordenamento territorial não se processou a superação do rural pelo urbano. O rural reaparece porque ocupou brechas materiais e imateriais.

Permaneceu presente dos recursos da natureza, apropriados produtivamente, aos valores culturais, que permitem vislumbrar dimensões transcendentais que religam o ser humano a essa mesma natureza que é a biodiversa.

Homogeneizar a diversidade da realidade social como se transformou policultura em monocultura imprimindo à estrutura pluriativa do rural a estrutura monoativa da indústria, foi um processo que fugiu ao controle instrumental da ciência.

Nesse contexto de conhecimentos, percebe, então, o rural e o urbano em coexistência no mesmo território, onde o urbano é metropolitano, fazendo surgir a representação do rural metropolitano. É, por certo, um novo olhar; possível na perspectiva da complexidade. Com essa perspectiva, além da não-dicotomização do campo e da cidade, outros significados podem ser buscados na representação do rural metropolitano. Entre esses significados, estão inseridos alguns indicadores necessários a um reordenamento territorial que suponha um novo padrão civilizatório.

Transcender esse conhecimento na direção da qualidade humana de vida para os seres humanos é pressuposto, a ser explicitado como teleologia, que só na experiência concreta pode deixar de ser apenas representação ideal. Já temos a experiência histórica da nebulosa ambientalista¹⁰ como excelente mecanismo de vigilância epistemológica frente a notícias, que inspiram elaborações, como a que se segue, em circulação pelo ciberespaço.

“Zeferino da Silva, o Zeca dos Passarinhos, Brasileiro, casado, desempregado. Detido por fiscais do Ibama, espancado e engaiolado por tentar vender um casal de pardais na feira de Duque de Caxias. Crime contra a natureza, inafiançável.

Foi visto numa cela infecta e promíscua de delegacia, comendo o pão que o diabo amassou. José da Silva, descascador de árvore, brasileiro, casado, desempregado. Detido pela polícia e engaiolado por descascar árvores para fazer chá para a mulher que tinha doença de Chagas. Crime contra a natureza, inafiançável. Foi visto numa cela infecta e promíscua de delegacia, comendo o pão que o diabo amassou. Henri Philippe Reichstul, Presidente da PETROBRÁS. De Origem estrangeira. Responsável pelo derramamento de 1 milhão e 300 mil litros de óleo na Baía de Guanabara, matando milhares de peixes e pássaros e animais marinhos; responsável pelo derramamento de cerca de 4 milhões de litros de óleo no Rio Iguaçu, destruindo a flora e fauna e comprometendo o abastecimento de água em várias cidades da região. Crime contra a natureza. Encontra-se em

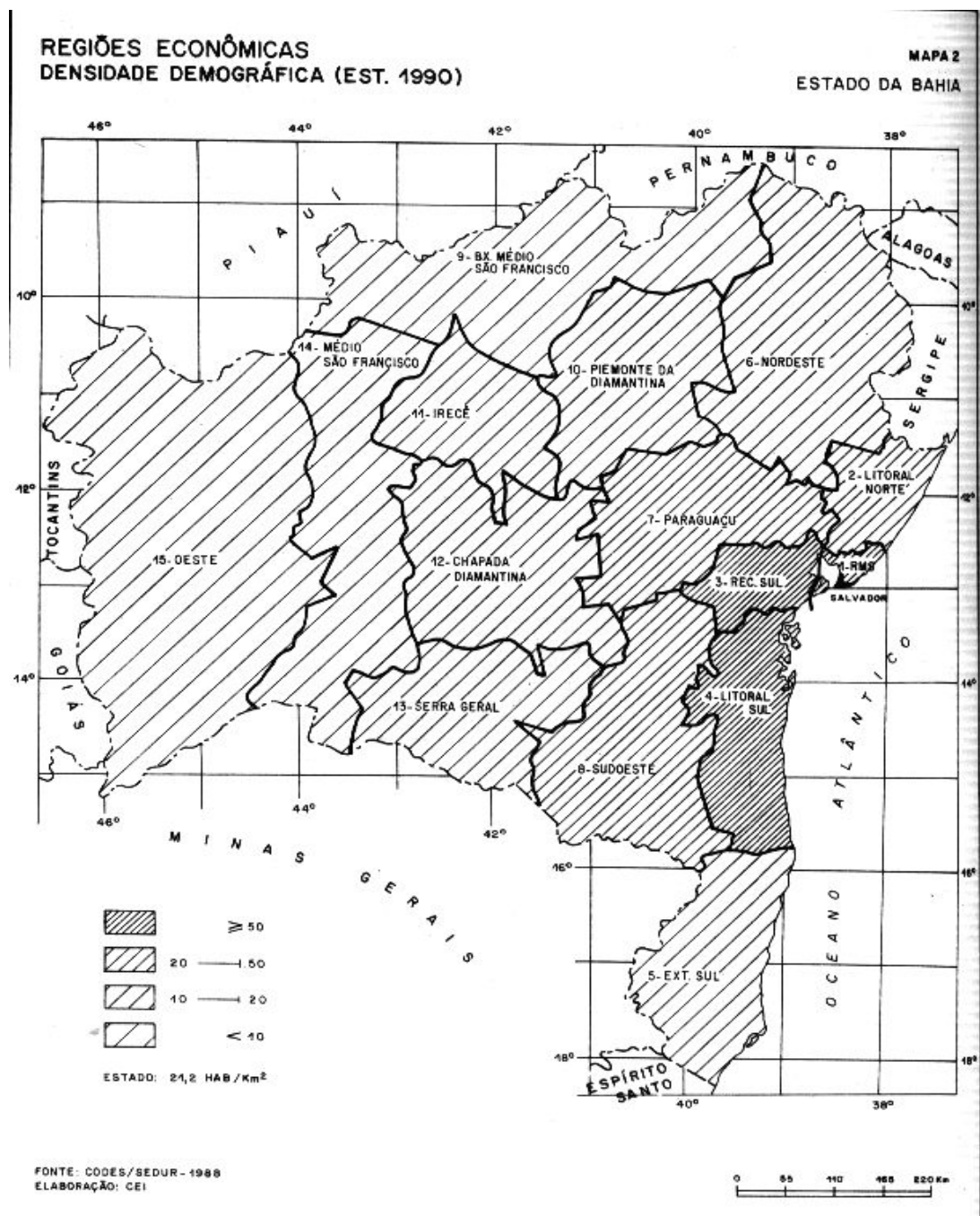
¹⁰ Moreira, 1999b.

liberdade. Pode ser visto jantando nos melhores restaurantes do Rio e de Brasília” (Mensagem que circulou via e-mail em janeiro de 2002).

A experiência humana na conformação da sua realidade social tem constituído tensões, disputas, que ao lado de cooperações e, muitas vezes, é impulsionada por indignação diante das contradições que essa mesma experiência imprime.

São interesses antagônicos que emergem das relações entre indivíduo e sociedade, entre o público e o privado, entre o que seria ético e o não ético, sob a égide da formação histórico-social do capitalismo. Nesse contexto é que a dinâmica econômica foi posta como imanente à condição metropolitana que configura a identidade regional hegemônica da RMS. Estando determinando a regionalização oficial de planejamento para o Estado, a imanência econômica condiciona também as diretrizes de desenvolvimento que deverão, gradativamente, ir redefinindo as identidades regionais das demais quatorze regiões econômica que compõem o Estado (ver mapa a seguir).

Figura 6 – Regiões Econômicas do Estado da Bahia



CAPÍTULO 3 – A IMANÊNCIA DA DINÂMICA ECONÔMICA NA IDENTIDADE DA RMS

3.1 – Superar o Rural com o Urbano Industrial para Desenvolver a Região

Em 2002, apresentei o projeto desta tese num evento científico da área do planejamento urbano e regional, em Salvador, onde estiveram reunidas universidades pública e comunitária da Bahia e do Rio de Janeiro. Ali, ouvi de um cientista daquela área que “não há desenvolvimento humano no rural”. Isto me levou à seguinte inferência: o ser humano constitui-se como tal apenas a partir do surgimento da urbis. Quando considero a espécie humana constituindo-se historicamente e olho essa história como um tempo longo, a assertiva do cientista não consegue convencer-me de que estou lidando com argumento verdadeiro. Contudo, a assertiva ganha foros de argumento válido se nele subjaz o sentido de que é natural a existência humana em cidades e, mais radicalmente, em cidades metropolitanas, o ícone contemporâneo desse desenvolvimento. Nesse caso, a condição natural de o ser humano existir nas relações sociais estaria reescrita como sendo condição natural o ser humano existir em cidades, tomadas como base material do modo urbano de vida.

Encarnando essa problemática na delimitação desse estudo tomo a dinâmica de desenvolvimento induzida pelo governo do Estado da Bahia. Os investimentos programados para a década de 90 pretendiam descentralizar o crescimento econômico ainda macrocefalo na RMS, para outras regiões. Vejo operacionalizada a assertiva de que não há desenvolvimento humano no rural, numa política que pretende reduzir disparidades regionais promovendo

“a urbanização de algumas áreas ainda bastante ruralizadas, ao mesmo tempo em que viria consolidar outros aglomerados urbanos localizados no seu hinterland. Para isso, do total de 34 milhões de dólares anunciados, em torno de 40% serão aplicados na indústria, enquanto os demais setores terão uma participação reduzida, com destaque apenas para o segmento de infra-estrutura”(Ribeiro, 1998: p.152).

O que está sendo levado para as demais regiões do Estado é o que promoveu em intensidade o reordenamento territorial da região enquanto região metropolitana, numa regionalização categorizada como econômica.

É possível afirmar que essa diretriz de política de desenvolvimento insere a construção de identidade do Estado numa narrativa urbano industrial de modernização para superar o atraso rural e, portanto, superar a impossibilidade de desenvolvimento humano. Nestes termos, é possível falar em paradigma de desenvolvimento regional operacionalizado como diretriz. Portanto, uma diretriz legitimada pelo conhecimento científico postulado pelo planejamento urbano. Sob essa diretriz há um extenso caminho ainda a ser percorrido pelo governo estadual tendo em vista que nessa virada de século, sob essas diretrizes de desenvolvimento, o mundo rural baiano é responsável por 59 % da população do Estado e por 44% de sua população economicamente ativa¹. Uma medida institucional que põe como

¹ Os percentuais foram calculados a partir das tabelas 3 e 3a in Filho & Machado, 1999. “Segundo dados da PNAD de 1997, o Estado da Bahia tem, aproximadamente 44% da população ocupada na zona rural, o que representa, em termos absolutos, o maior contingente de pessoas ocupadas no meio rural do País. Estima-se que, historicamente, esse fenômeno se deva, em grande parte, à forte capacidade de fixação do agro baiano e à reduzida atração exercida pela maioria das cidades do estado, como também à importância do trabalho em tempo parcial na agricultura”.

estandarte essa diretriz é a requalificação da CONDER como Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Nessa abrangência, a CONDER envolve também o rural como espaço onde devem ser combatidas doenças infecciosas.

Essa identidade social vem sendo tecida como tarefa histórica ambivalente, herdada do processo de colonização com as características de metrópole colonial do tipo

“representado por cidades fundadas com objetivos comerciais por populações emigradas durante o período colonial, tendo somente dois setores de atividade: o setor primário regional e o setor terciário. ... Estava neste caso Salvador, cidade portuária, eminentemente comercial e cuja atividade principal era, sem dúvida, o encaminhamento, para o exterior, dos bens de consumo produzidos em sua hinterlândia.

As metrópoles coloniais eram fortemente marcadas pela influência do mundo rural a que estavam ligadas. Como regra geral, não passavam de simples pontas-de-lança do mundo voraz das nações colonizadoras e não poderiam exercer o papel metropolitano que, em circunstâncias diferentes, sua massa e seu peso humano lhe poderiam ter conferido. Por outro lado, as metrópoles coloniais crescem e prosperam em detrimento da região em que se situam. As pequenas cidades fundadas para estender sua influência ao campo nunca conseguem seguir seu ritmo de crescimento e, muito menos, superá-la em importância e vigor econômico. Esse crescimento macrocéfalo das metrópoles herdadas dos tempos coloniais ainda pode ser constatado em quase todos os países do Novo Mundo”(Mattoso, 1992: p.76).

Uma ambivalência está justamente no caráter macrocéfalo que permanece, mas desta vez com sua massa e seu peso humano, embora ainda com dinâmica econômica estruturalmente exógena como analisa Gabrielli (1998) e não mais identificada numa integração regional geográfica como até o século XIX, donde nova ambivalência, desta vez decorrente do planejamento metropolitano e da trama da vida urbana, como elucida ainda Mattoso:

“A capital não pode ser dissociada da baía, da qual é ciosa guardiã, mas também não o pode ser de sua hinterlândia, esse Recôncavo celeiro de açúcar e de farinha. O gado pode vir de longe, já que se locomove. Mais que qualquer outra cidade, a da Bahia está ligada à sua imensa hinterlândia agrícola, pois é seu mercado e seu elo com o mundo exterior. Não há uma só família da cidade que não tenha laços com uma família do interior; não há tempestade na baía que não faça subir as águas dos rios do recôncavo; não há má colheita lá que não cause pobreza aqui. Ontem, como hoje, Salvador não era somente um porto que se estendia ao longo da Cidade Baixa. Era uma cidade em que os limites administrativos quase não contavam. As paróquias urbanas nunca esqueciam suas irmãs do interior, e a população humana permanecia densa até dezenas de quilômetros longe do mar. É impossível compreender a cidade da Bahia sem compreender seu Recôncavo” (Mattoso, 1992: p. 51 e 53).

Essa história da Bahia no século XIX, como ainda chamam os baianos à cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, ou ainda Salvador, vem sendo reescrita com a delimitação em nível nacional, das regiões metropolitanas, lembrando que até meados de 1974 o governo do Estado interveio nesse território como região Recôncavo, através do

A retenção da mão-de-obra no campo está diretamente ligada à estrutura agrária. Do mesmo modo, em toda a região Nordeste a estrutura agrária da Bahia é marcada por um alto grau de concentração da terra em poucos grandes estabelecimentos e por um grande número de pequenos estabelecimentos (minifúndios) com área insuficiente para garantir o sustento da família que nela trabalha. Essas são características que, de alguma forma, induzem ao êxodo” (Filho & Machado, 1999: p. 16).

Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo – CONDER, com a responsabilidade pelas diretrizes de planejamento urbano e regional. A partir daí, no processo de redefinição da identidade regional é que a CONDER do Recôncavo é transformada em CONDER – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, ponto de partida para a consolidação da estrutura metropolitana. Com esse contexto institucional, a relação intra-regional é deslocada da dinâmica rural urbana, ou campo e cidade, para o apoio ao desenvolvimento industrial, e nas suas duas últimas décadas do século XX acrescida do lazer e do turismo.

Tendo em vista que o ordenamento socioeconômico no qual se insere a RMS é um ordenamento capitalista, a propriedade dos recursos naturais, e entre eles a da terra, é condição determinante para as relações que daí se desdobram. Nesse contexto, a questão ambiental que se configura diante dos problemas ambientais específicos da RMS decorre de seu projeto metropolitano, no qual a industrialização é alavancada por um dos segmentos industriais de maior risco ambiental que é o petroquímico. Isto está visível. A questão agrária, contudo, não tem tanta visibilidade. A apropriação privada da biodiversidade é potencializada como renda da terra diferencial em que há concentração de investimentos produtivos também diversificados, numa estrutura fundiária rural concentrada. Vale a pena lembrar que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA definiu o módulo fiscal com o fim de desapropriação de áreas para reforma agrária e que, para os municípios dessa região, ele varia de 5 a 7 hectares, expressando as características geoclimáticas semelhantes desses municípios, num mercado de terras com preços elevados, o que também se traduz em intensidade de concentração de capital onde há concentração de terras.

Até o ano de 2002 havia o registro no INCRA de apenas uma área em avaliação para assentamento rural na RMS, a área do Açú da Capivara, no município de Camaçari. Houve em 1993 uma solicitação de regularização fundiária junto à Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, de uma área em Simões Filho, para uso agrícola, tendo o processo sido arquivado por se tratar de um loteamento para uso residencial, devidamente regularizado, como Loteamento Cidade de Deus, junto à Prefeitura daquele município. Existe assentamento rural em área da Prefeitura de Camaçari e proposição técnica na Prefeitura de Candeias para municipalização da reforma agrária. Em São Francisco do Conde o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais pleiteia acesso à terra com regularização da propriedade rural, mas acha difícil um processo de reforma agrária no município devido ao fato de que “todos terminam sendo parentes”. Essas informações sugerem que a não-existência de registros institucionais nos âmbitos federal e estadual, de disputas pelas terras, precisa ser relativizada enquanto diagnóstico de não-existência de questão agrária. Embora inexistam áreas rurais coletivas na RMS, regulamentadas pelo órgão federal responsável pela Reforma Agrária, isto também não implica em inexistência de demanda potencial por atividades rurais na região, o que poderia ser considerado como uma região sem “vocação” rural.

A convicção científica em torno do urbano excludente, espaço social de intenso uso dos processos de comunicação de massa, com o que se difundem as conquistas humanas disponibilizadas de modo concentrado para as cidades metropolitanas, é assumida também pelos profissionais que trabalham com o mundo rural. Estas conquistas que expressam conforto, bem estar material, estariam fora da opção difundida como “voto de pobreza”, popularizada como própria dos que escolhem trabalhar com o mundo rural em geral e com a pequena produção familiar em particular. Aliás, isto também é válido para as áreas das ciências humanas e sociais em geral marcada no imaginário a condição de restrição e excludência dos que privilegiam a dimensão humana do ser. São nuances da separação entre sujeito e objeto, rural e urbano. Reencontrei essa convicção após doze anos afastada do setor

público agrícola, quando retornei aos novos órgãos desse setor no Estado da Bahia, para estudar a ruralidade na Região Metropolitana de Salvador – RMS. Após os cumprimentos acolhedores, 100% dos ex-colegas de trabalho, dispersos nos diferentes órgãos públicos, ao ouvirem a minha pretensão disseram: “ah! você está agora trabalhando com o urbano!” A essa exclamação, que eu respondia negativamente, seguia-se a de que “não tem rural na RMS, pelo menos significativamente”. Esta avaliação só variou para os profissionais que estão diretamente desenvolvendo projetos rurais em municípios que integram a RMS. Continuei a conversar com os ex-colegas de planejamento agrícola, lembrando de que havia a atividade pesqueira. Vinha então a exclamação: ah! é mesmo tem a pesca! ...Uma visão também coerente com a prática de trabalho desses profissionais, que embora atuem com o envolvimento de múltiplas profissões o fazem por atividade produtiva, ou ainda mais recortado, por produtos. Além disso, a apropriação da natureza é privilegiada quando o recurso é terra, e é pouco percebida como biodiversidade.

Desse modo, explicitava-se a fragmentação da intervenção na realidade, a partir da classificação de um olhar da ciência aplicada, que de imediato performa o isolamento entre o campo e a cidade, à medida que, como decorrência do trabalho que desenvolve, cada pessoa vê a realidade recortada em seu objeto de trabalho, assumindo a relevância que lhe é atribuída a partir da dinâmica da economia. A exclusão assumida pela intervenção governamental referendada pela percepção homogeneizada da realidade acrescentou à fragmentação um sentimento de subalternidade do rural em relação ao urbano, que torna invisível parte da realidade que se vive transformando-a em inexistente.

Certamente, esta é uma situação de desconforto na experiência e no conhecimento científico relacional. Contudo, esse desconforto em se saber o que existe onde se está, quando se trata de reconhecer o rural e o urbano, não é coisa de nosso século. É de muito antes, mas vou ater-me a ilustrar a situação para a Salvador do século XIX, com referência histórica trazida por Mattoso (92) por compartilhar com a escolha da autora para aproximar-se dessa qualificação. Senão vejamos:

“Em pleno século XIX o legislador não conseguia delimitar a urbe com certeza e precisão: usos, costumes, perícias e regulamentos nem sempre eram coerentes entre si. Como pode o historiador, obrigado a definir seu objeto, precisar então a parte do território que deseja estudar? O primeiro caminho – porta estreita – considera ‘urbano’ todo território coberto por uma rede de imóveis contínua e densa, onde já estava instalada a rede de serviços essenciais de uma cidade (iluminação, água, esgotos, saúde pública, transportes); ou a área cujos habitantes tinham acesso a setores secundário e terciário bem desenvolvidos; ou ainda a área sistematicamente considerada pelos habitantes e pelos viajantes estrangeiros como pertencente à cidade propriamente dita. Ora, a centena de viajantes que passaram por Salvador no século XIX quase sempre só mencionaram as paróquias do Centro. Vitória teve o privilégio de figurar em várias descrições, mas foi porque, após a Independência, residiam ali muitos estrangeiros.

O segundo caminho – solução ‘aberta’ – passa pela adoção de critérios mais humanos e menos rígidos, que permitam integrar à cidade uma área mais extensa. Em vez de considerar o grau de urbanização, pode-se levar em conta a infinita complexidade dos gestos cotidianos, das relações sociais fundamentais, da trama da vida urbana que estabelece ligações entre comunidades mais ou menos próximas. Esta solução – que, como regra geral, adotei – permite compreender melhor a razão da enorme disparidade existente nos dados demográficos anteriores a 1872 e diminui o

peso dos erros de avaliação cometidos pelos contemporâneos” (Mattoso, 1992: p.103 e 104).

Diante da dificuldade de separar, nos esquemas classificatórios, o que está articulado na vida social, é preciso questionar os indicadores que se utiliza para definir esses esquemas que nos distanciam da trama da vida nas relações que ela estabelece com o seu próprio contexto, mas que nos convencem, de serem eles, expressões verdadeiras da realidade a que se referem. A necessidade de questionamento fica patente quando a classificação da realidade, feita com o recurso à leitura estatística, parece ter dado elementos no século XX para solucionar a difícil tarefa de entendimento do que é complexo, simplificando-o. Assim é que classificar o que é rural e o que é urbano parece ter ficado resolvido, para a RMS, conforme estudo feito pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (99), sobre mudanças sociodemográficas recentes, ao constatar que

“Como toda a RMS já era em 1991, um grande espaço urbano – e não mais um espaço híbrido - o perfil de distribuição rural-urbana da população não se alterou muito entre 1991-1996... os levantamentos censitários se baseiam, para identificação da situação do domicílio dos entrevistados, exclusivamente nos critérios político-administrativos. Isto é: população urbana, nos censos, é aquela residente nas sedes municipais (cidade) e distritais (vilas), enquanto que a população rural é toda aquela residente em fazendas e roças e outros tipos de aglomeração de qualquer dimensão, mas não reconhecidas legalmente como cidade ou vila. Assim sendo, grandes bairros urbanos, como Vilas do Atlântico² e outros, de habitantes de classe média baixa, ficam incluídos, equivocadamente, na categoria censitária de população rural” (Bahia, 1999: p.29 e 30).

Essa crítica à classificação se resolve com uma atualização normativa dos espaços. Não se refere a concepções de ciência ou de mundo como a que Veiga (2001) estabelece, exatamente em relação à densidade demográfica, enquanto critério de urbanidade, em que 150hab./km² é critério suficiente de urbanidade inclusive para os países da OCDE. Sobre esse critério o autor diz que ele provoca uma “discrepância gritante” que

“...está na obrigatoriedade legal de que os habitante de qualquer sede municipal e distrital sejam considerados urbanos” (Veiga, 2001: p195)

a exemplo do guarda florestal que mora em reserva, populações indígenas, agricultores que residem na sede etc..

Com essa possibilidade de construir “realidades”, de dar formas à realidade social a partir de representações pelas ciências aplicadas é possível compreender que se considere pouco relevante o rural na RMS, informado por uma leitura estatística da realidade. Sendo própria e necessária à ação do Estado, a leitura estatística precisa ser relativizada diante da institucionalização das relações sociais que daí advém, e das decisões de política que ela subsidia. A força performativa da institucionalização está em categorias das ciências humanas e sociais e também das naturais. Por exemplo, o que é ou não é mineral para os municípios da RMS produtores de petróleo, como, por legislações tributárias, “o tributo que incidia sobre o mineral a 7% em favor do município produtor passou a 1%, deixando neste instante o petróleo de ser mineral para fins tributários” (Olivieri, 1999: p.33) Certamente, um arbítrio de poder que transforma uma das determinações da realidade, no caso a fiscal tributária, em a determinação da realidade, se sobrepondo aos aspectos sociais, econômico, cultural, geográfico ou ambiental.

² Refere-se a um bairro no município de Lauro de Freitas que surgiu como condomínio fechado para classe média alta, privatizando trechos de praia.

Assim como a classificação mineral tem impactos na política tributária, o reconhecimento do rural apenas onde a classificação político administrativa estabeleceu essa identidade, se desdobra em implicações de política econômica. É o caso do não acesso ao crédito do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF. É o caso também da desconsideração das características de produção sujeita a fenômenos da natureza, típicas de atividades rurais, quando se trata de financiamento ou apoio à pesca, como relata um pescador em Salvador:

“Olhe, o rural eu entendo é do agricultor; mas a pesca também está incorporada porque o Ministério da Agricultura ele é um todo, ele não se divide. Então, o Ministério tem um departamento que é voltado somente para a pesca. Então existe o rural que é no caso o homem do campo, e existe o pescador também rural que faz parte ao Ministério da Agricultura. Não sei se está certo mas pelo que eu sinto, é como eles organizam porque quando a gente vai pedir qualquer coisa, ao Ministério, agente vai ao Ministério da Agricultura. Então, nós estamos integrados ao Ministério no sistema, no departamento rural. Tudo que a gente pede, agora mesmo esse financiamento desses barcos que nós fizemos aqui, isso está lotado no Ministério da Agricultura. Então o que a gente está fazendo? Nós estamos junto ao banco, junto a alguns políticos, que eles façam um novo contrato. Nós compramos esses barcos com uma carência de dois anos, aí que entra o problema do rural, e no Ministério da Agricultura, pelo rural, são dez anos a doze anos. Então a gente quer que a gente consiga fazer isso também. Porque, durante seis meses a pesca é muito difícil... em pleno inverno. Nós estamos em agosto, é o mês mais perigoso que existe pra tudo, a senhora sabe disso, pra as rodovias, pro próprio mar, pra as empresas, pra tudo, é um mês de muito risco de acidente. Então, o que a gente está tentando conseguir junto com o governo federal e o Banco do Nordeste é uma renegociação para que o pescador. Porque todos eles querem pagar suas obrigações. Mas eles querem pagar de uma forma mais... que eles possam trabalhar e possam de três em três meses ter o dinheiro lá e depositar na conta do Banco do Nordeste”.

A pouca relevância do rural na RMS pode estar, certamente, nos dados de que a região dispõe, relativamente, de pouco campo, já que ocupa apenas 3.068,5 km², 0,13% de um total de 567.295,3 km² do Estado da Bahia. Ainda mais expressivo para a avaliação é que a atividade agrícola dava ocupação em 1995, conforme dados IBGE/PNAD, a apenas 34.490 pessoas de um total de 1.172.584 pessoas ocupadas na RMS nos diversos ramos de atividade. Mais ainda, a população rural (47.651 habitantes) é apenas 1,57% da população total (3.018.326 habitantes) da RMS, dados do IBGE para o ano de 2000; essa participação percentual se eleva para 8,08% (46.646 habitantes) quando se exclui a população de Salvador, que é de 2.440.886 habitantes³, e que, como vimos, já causava polêmica com sua demografia no século XIX.

É possível constatar no levantamento feito pelo IBGE-1996, sobre estabelecimentos e pessoal ocupado, por atividade segundo os municípios baianos (vide tabela 13 no anexo 2), que as atividades exclusivamente rurais, isto é, agricultura, pecuária, avicultura, exploração florestal, pesca e indústrias extrativas, responderam, naquele ano, apenas por 0,6% do pessoal ocupado na RMS, o que corresponde a 4365 pessoas.

Quantitativamente, como dinâmica populacional, como classificação normativa, como política administrativa, a avaliação pode estar correta. Também pode ser totalmente

³ Cálculos da autora - Total c/ SSA – 3.018.326 urbana- 2.970.675 (98,43%) rural – 47.651 (1,57%); Total s/ SSA – 577.440 urbana- 530.794 (91,92%) rural – 46.646 (8,08%).

subvertida por olhares interdisciplinares e complexos, com que se perceba dimensões qualitativas da ruralidade dando conteúdo de sociabilidade, ou mesmo fazendo “renascer” o rural, quiçá particularmente motivado pelo caos urbano. Não incluo aqui a consideração de intensidade de produção como relativizador das estatísticas por considerar que não se trata fundamentalmente de valorização de um setor produtivo e sim de compreender elementos de significação, contraditórios, ambivalentes, mas efetivamente fundamentais da sociabilidade, que se estabelece na relação entre o campo e a cidade, na qual a caracterização econômica é um desses elementos de significação. Dito de outro, modo é uma compreensão que para estar mais próxima de vida cotidiana considera o econômico embebido no social.

Considerar todos esses elementos sem hierarquizá-los classificatoriamente e interconectando-os nos levaria a perceber a RMS como um ícone da pretensão de sustentabilidade. Da RMS emanam as diretrizes ambientais para o Estado e nela estão inseridas cinco Áreas de Proteção Ambiental – APAs que implicam diretamente na qualidade de vida de toda a população local quer esteja ou não em sedes, distritos ou povoados, quer seja classificada como rural ou como urbana. O impacto na qualidade de vida é geral até porque os rios das bacias hidrográficas que são suas unidades de referências desconhecem as classificações normativas e atravessam zonas rurais e zonas urbanas, embora muitos nas zonas urbanas tenham se tornado esgotos a céu aberto e outros, nas zonas rurais, tenham secado.

Na tentativa de compreender significados por trás das representações, principalmente naquelas que subsidiam a intervenção pública, busquei, na institucionalização dessa intervenção pelo governo do Estado da Bahia através de seus órgãos, onde estão o rural e o urbano. Encontrei, por inferência, o rural atomizado em órgãos responsáveis por atividades produtivas do setor primário, ligados às Secretarias de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI; de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia – SICM e de Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC.

Assim, o rural enquanto espaço de relação direta com os recursos naturais, é alvo da intervenção do Estado por segmentação da atividade produtiva: a agricultura e a pecuária com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, a pecuária como defesa sanitária com a Agência Estadual de Defesa Animal da Bahia – ADAB, a pesca com a Bahia Pesca, o investimento, a regulamentação da terra como produtiva com a Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA e o abastecimento alimentar com a Empresa Baiana de Alimentos – EBAL e a Central de Abastecimento – CEASA; todas essas instâncias vinculadas à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI. O urbano fica contemplado pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER e, quando conveniada, pela Coordenação de Ação Regional – CAR, esta última também atuante no rural dos municípios das demais regiões do Estado. A questão ambiental que também incluo na ruralidade está inserida na SEPLANTEC, através do Centro de Recursos Ambientais – CRA.

Nessa estrutura organizacional, fica formalizada a ação centralizada para o urbano e descentralizada para o rural, o que também pode ser pensado como percepção enquanto unidade e enquanto fragmento, respectivamente. O que seria o rural inferido a partir das atribuições dos órgãos é setor produtivo, atividade produtiva ou produto; o urbano é o metropolitano, a condição de vida na cidade.

Seria puramente ideológico dizer que a leitura estatística produtivista do rural como setor produtivo ou atividade produtiva impossibilita ver a diversidade, a integração entre atividades agrícolas e não agrícolas, e que essa perspectiva dá homogeneidade à compreensão do Estado sobre o mundo rural. A homogeneidade se revela, sim, como inspiração de políticas

na noção de que para o desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador está contemplado apenas o urbano, coerente com o já citado diagnóstico da dinâmica populacional, de que a RMS é “não mais um espaço híbrido” de rural e urbano. Essa homogeneização impossibilita perceber a ruralidade contribuindo para a governabilidade da vida na cidade metropolitana e ainda sobredeterminando o modo de vida em outras cidades dessa Região.

É possível dizer que há uma hegemonia e que visões mais complexas, ainda estão subalternas, na perspectiva econômica. O Projeto Rurbano (Silva, 1996) nesse âmbito inovou ao introduzir as famílias como unidade de análise para focalizar a questão da pluriatividade⁴ donde foi possível reconhecer a diversidade do mundo rural baiano (Filho, 1999) e classificá-lo como “novo rural atrasado” e “novo mundo rural desenvolvido”. Também foi possível dizer que

“ainda são as regiões cujos espaços rurais são atrasados que ditam a dinâmica da população e da ocupação rural na Bahia e, nesse sentido, da pluriatividade” (Filho& Machado, 1999: p.19).

Nessa perspectiva, o rural também é reconhecido na microrregião Salvador, onde está situada a RMS que, ao lado de outras microrregiões agregadas por essa pesquisa como Região Litorânea Tradicional, está classificada como “novo mundo rural desenvolvido”, que

“por terem bons recursos naturais e estarem bem localizadas, já foram as responsáveis pelo desenvolvimento agropecuário (e econômico) baiano, com a produção do cacau, da laranja e do fumo, dentre outras culturas. Nesta região, apesar de suas culturas tradicionais estarem em crise, surgem outras alternativas, inclusive não agrícolas, como as atividades voltadas para o turismo” (Filho& Machado, 1999: p.19).

O novo rural baiano se insere na noção de novo rural brasileiro, fundamentado no *continuum* rural-urbano que gerou temáticas como a desruralização, ruralização, desvalorização, revalorização sociocultural ou intelectual da ruralidade referenciada no progresso como via para melhor civilização. No *continuum*: ruralidade – tradição pré-industrial culturalmente atrasada a ser superada pela industrialização, modernização e urbanização de toda a sociedade. E, portanto, um novo como sinônimo do sucesso do projeto de industrialização enquanto padrão de sociabilidade, o que não é novo. Estaríamos, nessa perspectiva, diante da tendência que configurou a sociedade pós-industrial, como Castells caracteriza-a a partir da transformação da estrutura do emprego, nos períodos 1920-70 e 1970-90;

“A principal distinção analítica entre os dois períodos origina-se do fato de que, durante o primeiro período, as sociedades em exame tornaram-se pós-rurais, enquanto no segundo período elas realmente se tornaram pós-industriais. Quer dizer, houve declínio maciço do emprego rural no primeiro caso e rápido declínio do emprego industrial no segundo período” (Castells, 1999: p.230).

A heterogeneidade produtiva na noção de novo rural brasileiro, embora tenha ponto de contato através da pluriatividade, com a ruralidade na formulação de Carneiro (1998), diverge

⁴ A novidade metodológica do Projeto se refere a estudos disciplinares da economia, tendo em vista que a família é unidade de análise tradicional na antropologia, com o que pude beneficiar-me quando da realização de minha dissertação de mestrado – Em Terras (de) Alguém, defendida no CPDA em 1983, identificando entre os produtores do Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho em Bom Jesus da Lapa, o que chamei de estratégias de sobrevivência, reconhecidas no conteúdo do que, no Projeto Rurbano, é qualificado como pluriatividade. Na produção antropológica contemporânea que também lida com a pluriatividade está a de Maria José Carneiro (1998).

desta enquanto concepção teórica, a partir da inversão da anterioridade do abstrato em relação ao concreto na representação, à medida que de dois conjuntos de fenômeno, quais sejam

“o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola”,
e ocorre

“procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade” (Carneiro, 1998: p.56),
propõe considerar a ruralidade

“não mais como uma realidade empiricamente observável mas como uma representação social, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades não homogêneas e que não estão necessariamente remetidas à produção agrícola” (Carneiro, 1998: p. 72).

Mas há ainda um terceiro olhar, o de Wanderley (2000), no qual se verifica uma dupla determinação de coexistência entre o concreto (tomado a partir da atividade produtiva) e o abstrato (expresso em representações sociais), de modo que

“...as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura – não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local etc. ... baseando-se em fontes distintas, formula a hipótese de que o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade”(Wanderley, 2000: p. 89 e 90).

A abordagem de Wanderley parece mais pertinente aos nexos que venho estabelecendo a partir das leituras disciplinares e de interconexões entre objetividade e subjetividade, imanência e transcendência, local e global, concreto e abstrato. Portanto, prefiro falar de ruralidade, olhando a pluriatividade no campo, como algo que não é novo e que vem ganhando sentido adicional ao se constituir um padrão organizacional da sociedade no que se refere à atividade produtiva, qual seja o de reconhecimento de uma identidade social complexa em que o trabalho, se tomado em sua complexidade, ainda mantém centralidade.

Contudo, parece que esse olhar contém também o anseio (o que requer vigilância epistemológica) de resgatar como novo o que “estava destinado à superação” e que vem ocorrendo quer por iniciativas oficiais, quer por movimentos socioculturais de difusão e gradual assimilação de uma série de comportamentos, sistemas de valores, atividades ocupacionais e atitudes voltados para a consideração do rural. Poder-se-ia dizer que da impossibilidade de conter o campo em isolamento e de homogeneizá-lo sob o modelo da cidade, é possível pensar no reconhecimento da permanência de elementos de sociabilidade do campo nas relações de produção da vida material na cidade e vice-versa.

Certamente, estamos diante tanto de uma nova realidade como de uma insuficiência teórica para ler a realidade que se constitui de múltiplas dimensões, aumentando a incerteza e o relativismo que chegam a causar mal estar como destaca Mingione (1991) e que requerem um novo olhar:

“... sentimiento de malestar que... parece tener un origen común, a saber, una insatisfacción cada vez mayor com el concepto de “desarrollo” y los varios paradigmas teóricos que lo expresan. Tiene que ver tanto com el cambio de la

realidad social como con unos instrumentos de interpretación inadecuados. ... “...fenômenos socioeconômicos previamente ignorados o infravalorados, como las actividades informales, el autoabastecimiento, el papel económico de la familia y de las relaciones étnicas y la variedad de las estrategias laborales de las unidades familiares, no puede expresar-se teóricamente, si no es con muchas dificultades, dentro de um marco de análises teórico construído predominantemente sobre los modelos del empleo oficial y de una conducta económica racional de los individuos singulares” (Mingione, 1991: p. 33 e 34).

Retomando o espaço social da RMS e seguindo ainda a referência produtiva, a Companhia de Energia Elétrica da Bahia – COELBA registrou em 1996 a existência de 447 consumidores rurais de energia elétrica, ao lado dos consumidores residenciais (615.882), industriais (4.522), comerciais (59.349) e outros (2.814). Esta classificação revela, de um outro modo, como o rural é subestimado em metodologias de representação estatística, mesmo que as informações delas decorrentes sejam utilizadas para programas governamentais. É o caso da eletrificação rural que ao ser instalada servirá para os diferentes tipos de consumidores dessa classificação, quer estejam em espaços rurais, quer tenham sido classificados geograficamente ou político e administrativamente. Há nessa classificação uma homogeneização do rural, a partir do zoneamento físico geográfico e uma exclusão das atividades não agropecuárias (indústria e comércio) ou mesmo a moradia, como possíveis de estarem em áreas rurais. Em janeiro de 2003, Paramana, uma bucólica localidade da Ilha dos Frades, no município de Salvador, passou a ser dotada de energia elétrica, possibilitando a seus moradores o uso de eletrodomésticos e, compreensivamente, a corrida aos aparelhos de televisão. Ainda não há informação da atualização normativa do lugar: se permanece rural por ser povoado ou se passa a ser urbana por ter em quase sua totalidade consumidores residenciais de energia elétrica.

É importante explicitar aqui que estou destacando a subestimação do rural enquanto o referido estudo de mudanças sociodemográficas recentes, que considera toda a RMS como um grande espaço urbano (SEI, 1999), aponta a subestimação do urbano. Por detrás dessas subestimações e que a meu ver, é o que precisa ser privilegiado, está o fato de que se trata de modos de vida que terão mais possibilidade de completude para o ser humano, quanto mais integrado estejam, possibilitando equilíbrio de ritmos, de intensidades, de objetividades e de subjetividades. Enfim, favorecendo a já complicada e complexa sustentabilidade.

3.2 Outras Regiões para os Municípios da Região Metropolitana

Os referenciais produtivo, administrativo e geográfico dispersos entre os diferentes órgãos geraram diferentes critérios de agregação dos municípios e daí diferentes regionalizações que foram se sobrepondo ou substituindo as regionalizações definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Microregiões Homogêneas (MRH) e Microregiões Geográficas (MRG)/Mesoregiões, além da Região de Planejamento, Região Administrativa e Região Econômica adotadas, pelo Estado da Bahia, conforme definidas pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC, desde 1970. Por certo, há diversidade de abordagens teóricas de tratamento da questão da delimitação regional mesmo entre os profissionais que subsidiam tecnicamente o planejamento do estado, inclusive sobre que delimitação deveria estar apoiando esse planejamento.

Para Porto e Carvalho (1995), a Macrorregião de Salvador (envolve 20 municípios dentre os quais os da Região Metropolitana de Salvador)⁵, deveria ser o ponto de focalização do planejamento, tendo os autores chegado a essa configuração a partir da crítica à teoria da polarização como explicativa da dinâmica econômica que os levou à opção pela dinâmica decorrente da articulação de circuitos de capital como determinação em primeira instância e pelo caráter político em última instância. Seriam três os circuitos – em todos eles as atividades do mundo rural estão inseridas, e a RMS está inserida neles –, ou seja: o primeiro

“resgata recursos naturais e econômicos estaduais e os inclui, pela indústria, pela agroindústria, pela mineração, pelo comércio, etc., no mercado nacional e mundial. ... é este o circuito que dá rumo e dinâmica ao movimento geral da economia do estado, como é evidente também que é ele que domina os demais, fazendo com que o ritmo dos demais seja um reflexo do seu próprio dinamismo. ...O segundo... tangenciando o primeiro ou mesmo incluído nele, tem alcance apenas estadual ou, ... ultrapassa ... em pequena medida. ... São capitais que exploram certas matérias-primas de origem agrícola, que exploram os ramos de confecções local, doces, etc. O terceiro ... se volta para a subsistência e a troca de pequenos excedentes que vão às feiras, a algumas indústrias maiores e outras domésticas, etc.” (Porto e Carvalho, 1995: p.21 e 22).

A macrorregião está dividida em subespaços, não necessariamente coincidentes com a delimitação de municípios, que são: Pólos Industriais, Pólos Urbanos Terciários, Salvador Ampliada, Feira de Santana e Rede de cidades dispersas e secundárias.

Apesar da divergência nos diferentes domínios científicos, que coexistem no âmbito do setor público através dos seus cientistas sociais, a regionalização definida pela SEPLANTEC como a oficial para o planejamento governamental do Estado é a que delimita os espaços como regiões econômicas, sendo a Região Metropolitana de Salvador uma dessas regiões do Estado. São quinze as regiões econômicas na Bahia e a RMS é a menor delas em extensão e a maior em densidade populacional, volume de investimentos e PIB, conforme dados da SEFAZ, SEI e IBGE, já mencionados.

Embora os municípios da RMS apareçam em diferentes regionalizações de acordo com a finalidade de intervenção pelo Estado, focalizo esses municípios enquanto RMS porque essa regionalização contém em si o elemento que perpassa a simplificação da realidade como diretriz de planejamento: posta em xeque nesta pesquisa, a determinação da realidade pela dinâmica econômica sob a teleologia da metropolização, constituindo, assim, contemporaneamente, a identidade social hegemônica da região. Problemático essa identidade regional de modo a deslindar sua heterogeneidade a partir do termo excludente da ruralidade, que é o cerne de sua representação: o urbano metropolitano.

A identidade regional como homogeneamente metropolitana desloca, em princípio, desse território, um olhar avaliativo na perspectiva de considerar positivamente a existência de um aspecto da realidade que estaria em antagonismo: a ruralidade. A marca dessa identidade é a suposição de uma tendência à homogeneização.

Diante dessa condição regional, é compreensível que, embora o cadastramento de imóveis rurais observe a regionalização econômica, a ação de assistência técnica e extensão rural que é de atribuição da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, seja implementada a partir de escritórios cuja abrangência municipal foi definida operacionalmente. Assim, os municípios da RMS estão distribuídos nas regiões de Alagoinhas (Camaçari e Dias D'Ávila – no escritório de Mata de São João), Feira de Santana (São Francisco do Conde – no escritório de Sto. Amaro; Candeias, Madre de Deus e Simões

⁵ Os municípios que não são da Região Metropolitana de Salvador são: Feira de Santana, Catu, Pojuca, Mata de São João, São Sebastião do Passé, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Maragogipe e Salinas.

Filho – no escritório de S. Sebastião do Passé), Cruz das Almas (Itaparica e Vera Cruz – no escritório de Nazaré) e o escritório central em Salvador, que atende a Salvador e Lauro de Freitas.

Figura 2 - Gerências Regionais da EBDA



Fonte: EBDA

Exceto o escritório de Salvador, todos os demais estão situados em municípios considerados rurais, o que explicita a externalidade e a intencionalidade na adoção do critério econômico para a regionalização. A diretriz norteadora do planejamento do Estado da Bahia e, particularmente do desenvolvimento urbano como formador de uma identidade regional para a RMS deve, assim, ser expandida para todo o Estado. Sendo a instância governamental uma instância dominante no ordenamento social, essa formatação da realidade da RMS vai gradativamente expandindo o status conceitual de metropolitana, da cidade de Salvador para toda a região, o que faz soar como anacrônico o pensamento de reconhecer aí o campo. É relevante assinalar que a valorização socioeconômica da agricultura e da pecuária para o desenvolvimento, destacando o abastecimento alimentar, a ampliação de emprego, a geração de renda e a fixação do homem no campo, constitui um dos sentidos primordiais da ação da EBDA como disponibilizadora de assistência técnica e extensão rural. Sua atuação envolve também os municípios da RMS contemplados na regionalização operacional da empresa.

O planejamento de políticas e o planejamento de operacionalização de programas observam territorialidades diferentes. Numa análise de consistência entre as medidas de política e a sua inserção territorial, não se justificaria a inclusão e/ou a não-inclusão de

determinadas medidas. Portanto, há nessa dupla regionalização um paradoxo entre o geral e o específico na diretriz governamental urbano industrial homogeneizante como metropolitano. Ao mesmo tempo em que o Estado fomenta o projeto urbano industrial como diretriz geral, fomenta também como diretriz específica a valorização socioeconômica em sentido inverso de fixação no campo, enquanto um padrão de identidade regional para extensão rural. Dito de outro modo, o apoio ao rural nos municípios da RMS tem validade lógica mediante instituições que não observem a regionalização econômica em seu funcionamento, tendo em vista que a dicotomia estabelecida para orientação geral do Estado desfilia as identidades locais que não estão compatíveis com a identidade regional estabelecida pelo Estado. A dicotomia é tanto entre campo e cidade, rural e urbano, quanto entre o global e o local, subalterno à dinâmica do capitalismo contemporâneo que é um capitalismo globalizado e globalizante.

Há ainda uma outra regionalização operacional no Estado da Bahia para o rural produtivo, que é relativa à atividade pesqueira como classificada pela Bahia Pesca S/A, empresa estatal vinculada à SEAGRI. O critério é a classificação dos recursos pesqueiros, o que aloca os municípios da RMS em duas áreas: os municípios do continente estão na área 02 e os da Ilha de Itaparica na área 03, onde são consideradas as pescas costeiras e estuarinas, que em 1993 envolvia 12.391 pescadores e em 1994, 12.714, dos quais 7.286 em municípios da RMS, conforme pesquisa direta realizada pela Bahia Pesca (vide Quadro 1 e Tabelas 14 e 15).

Quadro 01 - Colônias de pescadores de águas litorâneas, por área e município (Continua).

ÁREA / MUNICÍPIO	Cód. da Colônia	Abrangência	N.º de Pescadores
ÁREA 02			
Camaçari	Z-14	Todo município	860
Madre de Deus	Z-48	Todo município	260
	Z-01	Rampa do mercado / Boca	650
	Z-02	do Rio	
		São Joaquim / Mapele	890
		Ilha de Maria Guarda	
	Z-03	Porto de Nossa Senhora	680
Salvador		Ilha de Bom Jesus	
		Paramana	
		Caboto	
	Z-04	Passe	390
		Tororó	
		Ilha de Maré	
	Z-06	Buraquinho / Piatã	918
Santo Amaro	Z-27	Todo município	500
São Francisco do Conde	Z-05	Todo município	720
Saubara	Z-16	Todo município	1.360

Fonte: Perfil do setor pesqueiro, litoral do Estado da Bahia. Salvador, 1994.

Quadro 01. Continuação

ÁREA / MUNICÍPIO	Cód. da Colônia	Abrangência	N.º de Pescadores
ÁREA 03			
Itaparica	Z-12	Todo município	650
Jaguaripe	Z-36	Todo município	460
Maragogipe	Z-07	Todo município	1.540
Nazaré	Z-09	Cachoeira	
		Todo município	500
Salinas das Margaridas	Z-13	Aratuípe	
		Todo município	650
		Mar Grande	
		Barra Grande	
		Gameleira	
	Z-08	Barra do Pote	346
		Barra do Gil	
		Coroa	
		Conceição	
		Matarandiba	
Vera Cruz		Catu	
		Jiribatuba	
	Z-10	Tairu	1.080
		Aratuba	
		Barlinque	
		Cacha Pregos	
		Ponta Grossa	
	Z-11	Campinas	460
		Baiacu	

Fonte: Perfil do setor pesqueiro, litoral do Estado da Bahia. Salvador, 1994.

Como piscicultura, existe na região uma estação, a Joanes II, localizada no município de Camaçari, com área total de cultivo de 8.800 m². Não há registros estatísticos de aquicultura na região, estando ainda iniciando empreendimentos de pequenos produtores orientados pelo SEBRAE, também em Camaçari e Candeias.

Nem todos os pescadores são registrados nas Colônias de Pesca; a diferença entre eles, em 1999, foi de 1.592 pescadores no total das áreas 02 e 03 onde estão os municípios da RMS, conforme Tabela 14 e 15. Essa tabela possibilita também estimar o número de marisqueiras nas duas regiões, num total de 8.222, totalizando 22.528 homens e mulheres que têm na pesca sua principal atividade.

Tabela 14 - Produtividade mensal estimada, embarcada, por área.

Área:	N.º Pescadores (A)		N.º Embarc.	%	Produção Embarcada				Total (B) (Kg/mês)	%	Produt. B/A
		%			Peixes (Kg)	%	Crustáceos (Kg)	%			
01	847	3,3	396	4,3	208.125	5,0	4.742	0,4	212.867	4,0	251.32
02	8.160	31,5	2.944	32,1	1.038.302	25,1	94.902	8,0	1.133.204	21,3	138.87
03	6.146	23,9	2.259	24,6	452.980	11,0	228.700	19,2	681.680	12,8	110.91
04	5.531	21,4	1.861	20,3	817.050	19,8	152.190	12,7	969.240	18,2	175.24
05	2.073	7,9	534	5,8	271.800	6,6	82.300	6,9	354.100	6,7	170.82
06	3.082	12,0	1.187	12,9	1.342.676	32,5	629.103	52,8	1.971.779	37,0	639.77
Total	25.841	100	9.181	100	4.130.933	100	1.191.937	100	5.322.870	100	205.99

Fonte: Perfil do setor pesqueiro, litoral do Estado da Bahia. Salvador, 1994

Tabela 15 - Produtividade mensal estimada, desembarcada, por área.

Tabela 15 - Produtividade mensal estimada, desembarcada, por área.										
Áreas	N.º Marisqueiras (C)	Produção Desembarcada					Total (D) (Kg/mês)	Produtivida de D/C	Total B + D	
		Moluscos (Kg)		Crustáce o (Kg)						
01	493	4,6	11.435	5,7	23.908	9,6	35.343	7.9	71.69	248.210
02	5.198	48,0	102.295	51,3	59.937	24,1	162.232	36.2	31.21	1.295.436
03	3.024	28,0	60.540	30,3	75.212	30,2	135.752	30.3	44.89	817.432
04	1.089	10,0	15.685	7,9	25.290	10,2	40.975	9.1	37.63	1.010.215
05	538	5,0	9.517	4,8	21.734	8,7	31.251	7.0	58.09	385.351
06	477	4,4	-	-	42.943	17,2	42.943	9.6	90.03	2.014.722
Total	10.819	100	199.472	100	249.024	100	448.496	100	41.45	5.771.366

Fonte: Perfil do setor pesqueiro, litoral do Estado da Bahia. Salvador, 1994

Como no Estado da Bahia em geral, na RMS a atividade pesqueira é tecnicamente artesanal e com relações sociais de produção familiar, quer no segmento de pesca (utiliza embarcações e aparelhos de pesca), quer no de mariscagem (coleta manual e com poucos apetrechos). Essas características definidoras da pesca na RMS como pesca artesanal a mantém pouco transformada pela lógica e pela cultura capitalistas e, portanto, com baixa rentabilidade e poucos melhoramentos. Em meio à alta capitalização da região em relação às demais regiões do estado, a atividade pesqueira permanece na contramão de um padrão de desenvolvimento capitalista. Baixa sustentabilidade e poucos melhoramentos foram, por muito tempo, identificados como característica de ruralidade, apesar de ter sido na atividade agrícola e de pastoreio que a cultura do melhoramento começou a gestar o que contemporaneamente conhecemos como produtivismo capitalista. Melhoramentos não se constituem, portanto, característica de não-ruralidade; senão, como identificar produtivamente a existência dos transgênicos e dos agronegócios em geral, da aquicultura, maricultura, etc.?

Há ainda uma regionalização que cabe ser mencionada, tendo em vista a existência de espaços como hotéis fazenda ou turismo ecológico que são hoje considerados turismos rurais, e que estão contempladas no planejamento para o desenvolvimento do turismo no Estado. Nessa regionalização, o estabelecimento de uma Região Turística de Salvador, agrupa alguns municípios da RMS.

O critério de agregação turística e que, portanto, dá territorialidade à região, é o fluxo de visitantes e a existência de rede de infra-estrutura turística, estando na Região Turística de Salvador – RTS, parte das regiões: Salvador Ampliada (onde estão Salvador, Lauro de Freitas, parte de Camaçari e parte da Ilha de Itaparica); Litoral Norte (onde estão parte de Camaçari, e parte de Lauro de Freitas); Zona de Valença/Cairu e a rede de cidades históricas do Recôncavo (onde está São Francisco do Conde). Embora o turismo esteja entre as prioridades de desenvolvimento do Estado, ele não poderia se sobrepor à regionalização econômica, tendo em vista a não-identificação, pelo menos até o momento, de potencial turístico generalizado em todo o Estado, exatamente porque se trata de uma característica de identidade local não deslocável como se faz com plantas industriais.

Map of Salvador, Bahia, Brazil, showing the city and surrounding areas. Key locations include:

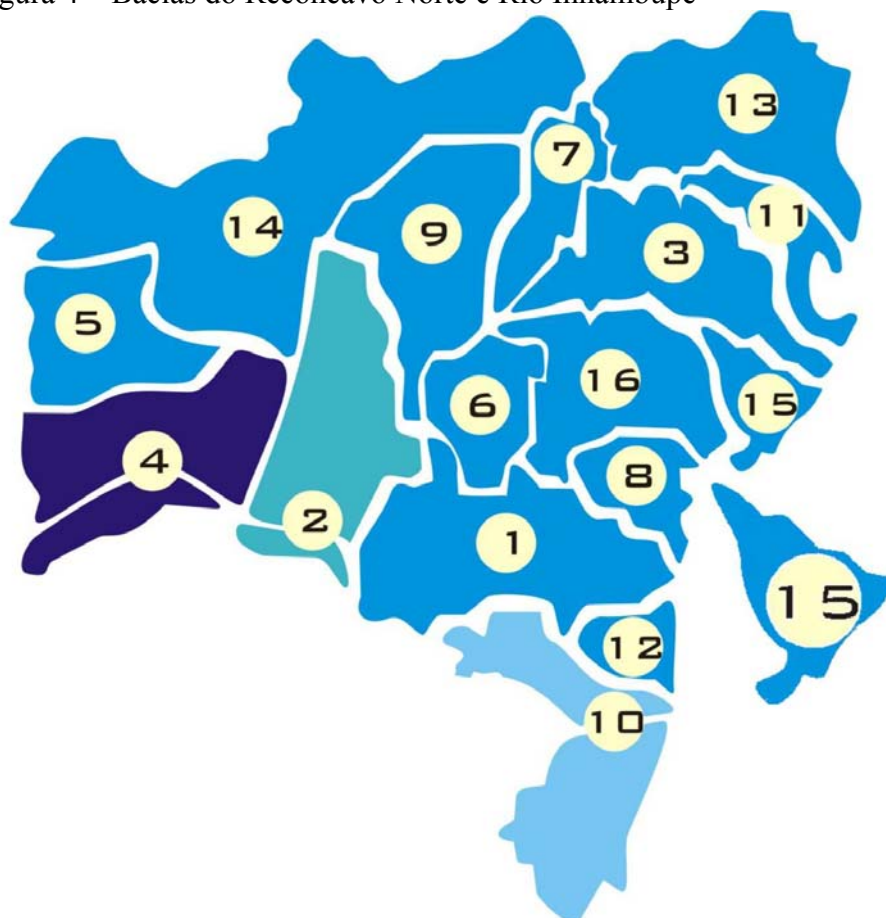
- São Francisco do Conde
- Madre Deus
- Ilha dos Fraudes
- Ilha de Marmelazeira
- Ilha de Itaparica
- Vera Cruz
- Barra
- Rio Vermelho
- Pituba
- Pitiuba
- Piaçã
- Parque do Aboatê
- Itapua
- Lauro de Freitas
- Vilas do Atlântico
- Arembépe
- Parque das Dunas de Abrantes
- Parque do Capivara
- Guarajuba
- Dias D'Ávila
- Camacari
- Simões Filho
- Cia Aeroporto
- Plataforma
- Periperi
- Ribeira
- Baía de Todos os Santos
- Porto de Aratu
- Porto de Salvador
- Terminal Ferry Boat
- Complexo do Cobre
- Via Parafuso

Highways shown: BR 324, BA 099.

Há ainda, subsidiando ações do governo do Estado, a regionalização a partir das Bacias Hidrográficas, estando a RMS situada na Bacia do Recôncavo Norte⁶ que contempla cinco Áreas de Preservação Ambiental – APA's:

89

Figura 4 – Bacias do Recôncavo Norte e Rio Inhambupe



Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos - SRH

1. APA Baía de Todos os Santos (inclui: Candeias, Itaparica, Madre de Deus, Salvador, Simões Filho, Vera Cruz, São Francisco do Conde) Decreto Estadual 7595 de 05/06/1999. No Recôncavo, águas e ilhas da Baía, com 800km. Constitui ambiente estuarino-lagunar bastante úmido, que apresenta em suas ilhas, remanescentes de mata atlântica e seus ecossistemas associados com manguezais, restingas e áreas úmidas. Possui grandes fluxos turísticos devido às belas praias. Em sua biodiversidade, registra-se na região entre-marés das ilhas: ecossistemas de manguezais com ocorrência de espécies mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) e siriba ou siriúba (*Avicenia shaueriana*). A vegetação de restinga está representada pela aroeira e bromeliáceas entre outras. A Ilha dos Frades, município de Salvador, é o local mais conservado da APA. Abriga rica fauna marinha com aves e botos, como o Sotália fluviatis, mariscos e peixes nos manguezais, importantes para a multiplicação e manutenção da biodiversidade marinha. Na restinga há répteis como a cobra verde e como remanescentes da mata atlântica há primatas e outros mamíferos, bem como todas as classes de vertebrados. Suas comunidades são próximas, mas diversificadas, com povoados de pescadores, grandes áreas de veraneio e áreas de destaques históricos com fortalezas e igrejas antigas. Como atividades, o forte são a pesca e o artesanato. Segundo, o CRA a agressão mais freqüente ao meio ambiente é a pesca com bomba, já classificada como criminosa pela Lei Federal, e que junto com a poluição mata peixes grandes, pequenos e corais desequilibrando toda a cadeia alimentar. Em toda a APA existe infra-estrutura para o turismo.

2. APA Lagoas e Dunas do Abaeté, Criada pelo Decreto Estadual nº 351 de 22/09/87, está localizada em Salvador numa área de 1800ha, para preservar dunas e lagoas que favorecem a vida de espécies difíceis de serem encontradas em outros ecossistemas além de assegurar um patrimônio natural da cidade, de muita beleza. Tem dunas fixas, móveis e semimóveis, transformadas pelos ventos, com vegetação herbácea e arbustiva onde se encontram algumas espécies de bromélias e orquídeas, vegetação responsável pela manutenção das dunas frente ao vento e as chuvas, como também é importante para a fauna (periquitos, papagaios, répteis, roedores). Suas lagoas são escuras, em forte contraste com o branco da areia, tendo inspirado compositores e a imaginação lendária popular com “mistérios da lagoa do Abaeté”. Itapuã é o bairro onde está inserida boa parte dessa APA. Os conflitos ambientais mais fortes advêm da pressão antrópica urbana, com retirada de areia para construção civil e poluição com entulhos. É um ecossistema frágil e de difícil recuperação.

3. APA Joanes/Ipitanga, criada pelo Decreto 7596 de 05/06/1999. Dos municípios da RMS, envolve: Salvador, Lauro de Freitas, Candeias, São Francisco do Conde, Simões Filho, Dias Dávila e Camaçari, com mais de 60.000 ha nas bacias hidrográficas dos rios Joanes e Ipitanga, abrangendo suas nascentes, represas e estuário, sendo responsável por 40% do abastecimento de água da região. É área de praia com vegetação de restinga remanescente da Mata Atlântica. Além das nascentes dos rios, as aves do lugar representam a importância da APA. A vegetação apresenta remanescente de Floresta Ombrófila Densa onde podem ser encontradas espécies como a sucupira, o munici, pau-pombo e outros. Sua restinga é típica de dunas, podendo ser encontradas ainda, além de bromélias e orquídeas, canelas-de-ema e sempre-viva compondo a paisagem de arbustos e árvores que alimentam a fauna. O manguezal que ainda sobrevive no Estuário do Rio Joanes é também típico com espécies como o mangue-vermelho, o mangue-branco e o mangue-siriúba que abriga a fauna e a flora local. Existem muitas espécies animais que se adaptam às alterações no ecossistema, mas também existem as que são típicas de determinados ambientes e por isso estão ameaçadas de extinção pela destruição do seu habitat e pela caça, como o aracuã (*Ortallus arucuan*), a maria-verdinha (*Hermitriccus nidipendulum*) e o pintasilgo-do nordeste (*Carduellis yarelli*). Como espécies migratórias, existem maçaricos (*Charadrius* spp.) e gaivotas (*Sterna* spp.). Entre mamíferos encontram-se raposas (*Cercopithecus thous*) e coelho-tapeti (*Sylvilagus brasiliensis*). Por fim, répteis como teiú (*Tupinambis teguxin*), tartarugas marinhas e serpentes. Entre as agressões ambientais registra-se: despejo de esgotos doméstico, efluentes industriais nos mananciais hídricos, extrações predatórias de areia, arenoso e argila, ocupação desordenada do solo inclusive em áreas de preservação permanente (dunas, manguezal e margens de rios), depósito irregular de resíduos sólidos, desmatamento e queimadas. Sistema viário existente: BR-324, BA - 093, BA - 099 (Estrada do Coco), via CIA-Aeroporto, via Parafuso, canal de tráfego e outras.

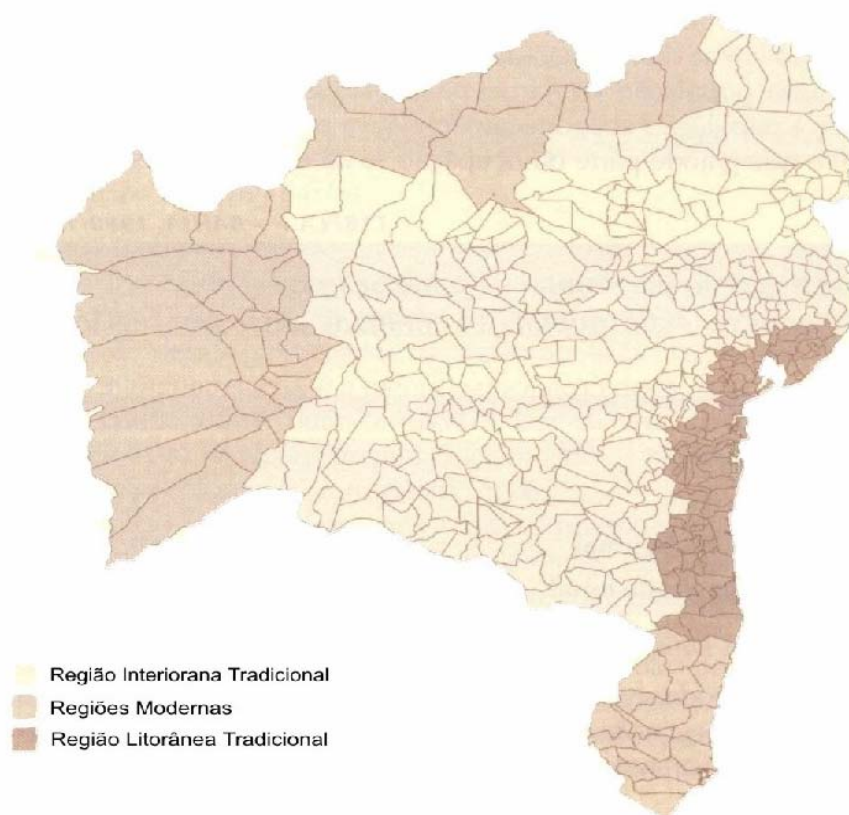
4. APA Lagoa de Guarajuba – Resolução CEPRAM 387 de 27/02/1991. São 230 ha no município de Camaçari. Recursos naturais associados à importância dos substratos naturais, vales panorâmicos e adequada compatibilização dos recursos ambientais com os aspectos sociais, econômicos, culturais, educativos e recreativos. É um complexo lacustre/lagunar com vegetação de restinga (como aderno – *Emotum ainae*, o ingá – *Inga marginata* e a orquídea) arbórea, arbustiva e herbácea, coqueiral, capoeira que compõe a paisagem com brejo, manguezais e praia (com vegetação resistente ao sal, a exemplo da salsa-da-praia – *Ipomea* sp.). Aves aquáticas. Tartarugas marinhas, crustáceos, aracnídeos e insetos; peixes como o Tucunaré, anfíbios e répteis, e mamíferos como o saquí (*Callithrix* sp.) e a raposa. Uma laguna variável entre 500 e 2000 m em direção ao Oceano atlântico a partir da Estrada do Coco, incluindo a Lagoa de Guarajuba entre o rio Jacuípe e o rio Pojuca. Em suas

comunidades está a conhecida segregação social em prol da média e alta renda de Salvador e Camaçari. Impactos ambientais registrados decorrem de lixo, queimadas, construção de acesso a loteamentos impedindo os movimentos circulatórios normais da água e dificultando a vida animal e vegetal na lagoa. Está em sua área a rodovia BA - 099 até Guarajuba.

5. APA Rio Capivara – Camaçari, 1800ha. Limita-se com a Millenium (antiga Tibrás), o rio Jacuípe, o rio Capivara Grande e o Oceano Atlântico. Seu ecossistema é composto de rio, brejo, praia, mangue, lagoa, restinga, mata secundária e duna. Sua flora é a própria de restinga com destaque para: cajueiro, mangabeira, murici e pau-pombo; orquídeas como enciclia (*Encyclia dicrhoma*) e cactáceas. A fauna predominantemente herbívora precisa da flora, como o coelho-tapeti, jararaca, jibóia; aves como o gavião-carijó (*Buteo magnirostris*) e o sabiá-da-praia (*Mimus gilvus*); rica em invertebrados. Sua comunidade é de nativos – pescadores, agricultores e comerciantes que moram no arraial de Arembepe, veranistas e moradores de condomínios, além dos hippies na Aldeia Hippie. Os impactos ambientais registrados decorrem de queimadas, desmatamentos, extração de areia, degradação dos mananciais hídricos, construção nas margens do rio Capivara, fora dos limites permitidos.

Por fim, é imprescindível mencionar a, certamente, mais atual regionalização do Estado, desta vez criada para instrumentalizar a pesquisa do Projeto Rurbano (não respalda ainda ações do Estado) de modo a mostrar a distribuição da População em Idade Ativa (PIA), tendo sido diferenciados os espaços regionais a partir das tendências de ocupação e dinamismo entre elas que ficaram classificadas como Região Interiorana Tradicional, Regiões Modernas (três áreas não-contínuas no estado) e Região Litorânea Tradicional (onde está a RMS).

Figura 5 – Regionalização segundo os Novos Mundos Rurais Baianos



Fonte: SEI/1999 – Novos Mundos Rurais Baianos

É incontestável que o planejamento, como a pesquisa, requerem direcionamento e, nesse sentido, recorte da realidade sobre a qual se vai intervir ou pesquisar. Efetivamente não é disso que trato nessas reflexões, e sim da unicidade de sentido que é dado a esse recorte e que elege a dimensão produtiva da economia como sua única determinação; da homogeneização do desenvolvimento em direção a essa dimensão produtiva da economia (mesmo que em diferentes setores produtivos) e no caso da RMS para um sentido apenas urbano industrial.

Entretanto, a classificação do IBGE/PNAD 1999 para os ramos de atividade conforme a Tabela 16, a seguir, não possibilita classificá-los com segurança em rurais ou urbanos, a não ser para agrícola como rural e a indústria da construção como urbana.

Tabela 16 – Pessoas ocupadas por classe de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo os ramos de atividade na Região Metropolitana de Salvador – 1999

RAMOS DE ATIVIDADE	CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (salários mínimos)								
	Total	Até 1 / 2	Mais de 1 / 2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem Rend. (*)	Sem Decl.
Agrícola	31.795	2.667	2.870	5.539	1.436	205	821	16.822	1.435
Indústria de Transformação	99.302	3.694	12.101	28.321	30.162	8.409	10.665	2.871	3.079
Indústria da Construção	94.585	6.362	17.437	26.674	29.544	4.720	3.489	5.128	1.231
Outras Atividades Industriais	15.175	-	1.232	3.076	5.741	2.460	2.461	-	205
Comércio de Mercadorias	219.545	24.214	45.547	65.039	45.349	12.109	11.899	10.874	4.514
Prestação de Serviços	326.045	33.244	125.993	88.222	46.578	10.261	4.309	12.106	5.332
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	81.663	1.026	9.234	20.721	21.541	9.647	16.621	205	2.668
Transporte e Comunicação	61.761	2.463	4.514	9.849	31.393	8.003	3.694	205	1.640
Social	154.514	5.334	24.013	40.828	42.273	18.058	13.543	7.180	3.285
Administração Pública	66.899	820	4.926	10.879	25.653	11.693	11.286	-	1.642
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	29.131	616	3.283	4.720	6.770	6.563	6.359	-	820
TOTAL	1.180.415	80.440	251.150	303.868	286.440	92.128	85.147	55.391	25.851

Fonte: IBGE–PNAD/1999. (*) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Para o recorte que estou estabelecendo, no intuito de apreender a experiência de ruralidade na RMS a partir de trabalhadores e trabalhadoras em atividades exclusivamente rurais ou relacionadas ao campo, o desenho da realidade que esses dados revelam é inadequado. Não estariam desagregados aí os trabalhadores no serviço público vinculado ao rural nem jardinagem das cidades, nem a educação rural, nem os do comércio de alimentos in

natura ou agroindustrializáveis, nem os serviços domésticos de jardinagem, de cuidados com animais domésticos; nem os dos serviços da medicina veterinária, etc. A Tabela 13 já referida detalha atividades rurais incluindo atividades não agrícolas, mas também não inclui as nuances que destaco como relevantes na consideração do rural na contemporaneidade, ou do rural metropolitano. Enfim, mesmo que eu adotasse a configuração da identidade regional ou social a partir exclusivamente da dinâmica econômica, não seria possível apreender a dimensão qualitativa da relação entre o campo e a cidade a partir dos indicadores setoriais macroeconômicos.

A identidade da RMS como exclusivamente urbana, porque metropolitana, integra uma hegemonia de visão de mundo que a experiência do existir de homens e mulheres põe em questão e desloca a relevância da performatividade social dos esquemas classificatórios do conhecimento científico aplicado à intervenção governamental para a efetividade das condições de vida. A identidade da RMS também insinua a existência de um Estado paradoxal ou apenas regulador dos diferentes interesses em disputa pelo domínio, seja rural ou urbano, bem como da precariedade que se expõe como esgotamento do padrão que objetiva essa hegemonia.

Esse padrão que reproduz a riqueza de forma ampliada e concentrada, e a precariedade de forma ampliada e distribuída se revela, por exemplo, nos índices de desenvolvimento social - e que podem ser inferidos a partir dos dados da Tabela 16. Além disso, se apropria das visões em confronto e que configuram uma disputa pela performatividade da realidade social, estendendo a mesma lógica de acumulação para as dimensões esquecidas ou relegadas – a qualidade de vida, o sentido dos modos de viver - e que ressurgem nesse embate trazendo mais questionamentos sobre o que vem a ser rural ou urbano.

Os dados de rendimento mensal, constantes na referida tabela, são ilustrativos do esgotamento do padrão socioeconômico de organização produtiva, onde apenas um ramo de atividade, pouco esclarecido como “outras atividades industriais”, gera rendimentos a partir de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, todos os outros incluindo rendimentos de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, mesmo sendo em área metropolitana, onde a expectativa civilizatória é de melhores condições de vida material.

Compreender a RMS na perspectiva do pensamento complexo permitiu reconhecer diferentes identidades na agregação dos seus municípios, conforme diretrizes econômicas específicas para o desenvolvimento local. Essas identidades existem em tensão com a identidade global inerente à diretriz geral de desenvolvimento urbano industrial que já não se restringe à RMS, ao contrário, é geral também para o estado da Bahia. É um processo de tentativa de superar o rural com o urbano industrial. Contudo, outras dimensões da realidade, além da econômica e da política, como a natural e a cultural, reemergem frente à precariedade do desenvolvimento homogeneizante. E o conhecimento científico é reelaborado para dar conta da diversidade e da coexistência na identidade local, quiçá para instrumentalizar novo padrão de intervenção pública.

CAPÍTULO 4 – O RURAL E O URBANO NA EXPERIÊNCIA VIVIDA

4.1 Visões de Mundo

Como é real a ilusão de que o cientista olha com isenção para o seu objeto de estudo!... É como acreditar que o artista não admira sua obra ou quem ama, seja cientista ou não cientista, não defende aquilo ou aquele(a) a quem ama. De outro modo, é como acreditar que cada ser humano se envolve do mesmo modo com aquilo de que gosta e aquilo de que não gosta; ou ainda é como acreditar que o único sentido de trabalhar é sobreviver.

Assim, nossos conhecimentos são perpassados por diferentes crenças que, se estão no âmbito do conhecimento científico são considerados como postulados. E, no conhecimento científico e fora dele, operam disputa e cooperação de visões de mundo; de significados e interesses dos diversos agentes sociais referenciados a determinada realidade; nesse caso, na realidade da relação entre o rural e urbano na RMS.

Durante o desenrolar da pesquisa tive oportunidade de ouvir, entre profissionais técnicos e cientistas sociais, em situações diversas de bate papo e de debate acadêmico, a repetição da verdade da irrelevância do rural na RMS. No debate acadêmico de profissionais que focalizam o urbano e o regional, em conexão, a representação do rural estava unicamente referenciada na condição produtiva de setor primário. Daí vinha a assertiva de não ser perceptível a utilidade da discussão dessa relação para o planejamento da cidade metropolitana de Salvador. Uma brecha de possibilidade se abria quando a consideração era ampliada para o âmbito regional diante da diversidade de caracterizações econômico-sociais e ecológicas dos municípios que compõe a região.

Dois campos de disputas se revelam nessas interlocuções: o primeiro acerca da delimitação do objeto de pesquisa de cada pesquisador no que diz respeito a o quê ser pesquisado naquele objeto. Se existem objetos de estudo antagônicos em relação ao mesmo objeto empírico, há um risco de que pelo menos um dos resultados de pesquisa esteja equivocado e, nesse caso, essas explicações sobre aquela realidade seriam erros científicos. A possibilidade de cooperação surge com a interdisciplinaridade que requer acolhimento ao juízo de erro científico como recurso para elaboração de nova, mas sempre parcial, verdade.

O segundo campo de disputa diz respeito ao objeto empírico em si mesmo e assim haveria um problema de fronteiras na delimitação do território de atuação de cada cientista, e as ciências que focalizam um território em disputa estariam em outro risco, o de perderem seu objeto constituinte e, assim, deixarem de existir. O debate sobre o fim do rural e com ele a sociologia rural é exemplo dessa disputa.

Os dois campos de disputa se inserem num conhecimento científico que supõe o mundo com fronteiras, por vezes intransponíveis; sem diálogo, o que se traduz do ponto de vista metodológico em separações disciplinares a partir de uma visão em comum. Mas suponhamos que essas fronteiras possam ser permeabilizadas e que se consiga estabelecer um diálogo entre esses territórios. Para quê serviria isto se a ação sobre o mundo é mesmo por partes?

Isto me faz lembrar uma disputa nuclear no âmbito das ciências econômicas em torno da teoria que funda os pilares dessas ciências, que é a teoria do valor, ou seja: se a teoria não conseguiu ainda transformar o valor em preço, um conteúdo subjetivo em objetivo, nem na construção smithiana, nem na ricardiana, nem marxiana ou nos seus

neos, e se na realidade imediata a economia opera com preços, para que estudar o valor? Estabelece-se objetivamente uma teoria dos preços. E o valor, que estaria lastreando as escolhas econômicas relativas ao padrão de ordenamento da sociedade, sai de discussão.

Do mesmo modo, se o rural, como dimensão natural do ser humano e do planeta tende a desaparecer para que o ser humano se torne pleno na ordem urbana, porque reabilitá-lo onde já se conseguiu submetê-lo aos imperativos do desenvolvimento? O conhecimento percorre assim uma trajetória que o torna meio para alcançar fins pré-estabelecidos, que se vinculam a visões de mundo dos sujeitos protagonistas, como esclarece D'Ambrósio (1999).

“Difícilmente poderemos compreender o objetivo e a própria trajetória do conhecimento sem atentarmos para sua origem, isto é, sua geração, até sua incorporação como uma prática cultural e a sua eventual expropriação e manipulação pelo grupo que detém o poder. O ciclo do conhecimento, isto é, sua geração, organização intelectual e social, e difusão, pode ser sintetizado no esquema:

*a realidade [entorno natural e cultural]
informa [estimula, impressiona]
indivíduos e povos*

*que em consequência geram conhecimento
para explicar, entender, conviver com a realidade,*

*e que é organizado intelectualmente,
comunicado e socializado, compartilhado e organizado socialmente,*

*e que é então expropriado pela estrutura de poder,
institucionalizado como sistemas [normas, códigos],
e mediante esquemas de transmissão e de difusão,
é devolvido ao povo mediante filtros [sistemas]
para sua sobrevivência e serviço ao poder.”(D’Ambrosio, 1999: p.37, 38).*

O esquema de D’Ambrósio pretende expressar uma síntese e não demarcar etapas, como se poderia supor. O fundamental é marcar que nos situamos na contemporaneidade, quando a ciência já percorreu caminhos que a constituíram supostamente neutra, para garantia de objetividade, num confronto com percursos dialéticos e fenomenológicos como proposições de objetivação e de legitimação da subjetividade, mas também de aperfeiçoamentos metodológicos para garantia da objetividade. A focalização no aperfeiçoamento metodológico, sendo de inspiração positivista, é direcionada para o conhecimento. Com essa direção age neopositivamente, isto é, fazendo a crítica ao conhecimento e não à realidade, investigando até que ponto as teorias têm probabilidade de ser referendadas ou refutadas.

Ao estabelecer o processo de compreensão fazendo interagir conhecimento científico e experiência de ruralidade, estou transcendendo a preocupação com o aperfeiçoamento metodológico como objetivo, embora isto se inclua para superação das fronteiras no conhecimento e entre ele e a realidade.

O conteúdo da relação que deve ser estabelecida com o mundo, nesse processo de desenvolvimento, está condicionado por fronteiras no conhecimento e por uma visão de mundo genérica que expressa o privilegiar um relacionamento objetivo, de transformação direta e externa da natureza, e a partir daí, da sociedade. Nessa perspectiva a produção de tecnologia atenderia perfeitamente aos questionamentos de o

que fazer, onde fazer e para quê fazer dado o ethos econômico aceito como direcionador das escolhas relativas ao padrão de desenvolvimento da sociedade. Este critério atenderia o caso específico do território que escolhi para delimitar o objeto de estudo dessa pesquisa, que é a Região Metropolitana de Salvador, a qual está inserida na dinâmica do capitalismo contemporâneo.

A produção de tecnologia é, seguramente, o fenômeno mais sedutor da ciência moderna chegando mesmo a constituí-la como sinônimo. E, não é mais possível cogitar de um caminhar na história da humanidade que renegue essa conquista da humanidade, de tal modo internalizada que é vivenciada como algo já dado e tão avançado que é sempre surpreendente que essa ciência ainda anuncie novidades.

Essa visão de mundo, acrescida da conseqüente difusão dessa tecnologia, está na formação da maioria dos profissionais, de nível superior, que entrevistei, que ainda atuam no setor público agrícola do Estado da Bahia, os quais receberam essa formação nas décadas de 1970 e 1980 e os que iniciaram sua formação em nível superior na década de 1990. Eles foram formados, em sua maioria, pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, mas também pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, e pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Na última década, aparece também uma faculdade particular, a de Tecnologia e Ciência – FTC. A formação desses profissionais está nas áreas de ciências naturais e exatas, ciências humanas e sociais, filosofia e artes. Em termos de percentuais, 68,8% dos perfis profissionais priorizavam a produção e difusão de tecnologias (Vide Tabela 17).

Tabela 17 - Perfil profissional de formação dos entrevistados de nível médio e superior nas décadas de 70, 80 e 90 do séc. XX - RMS 2002

<div> <div>Década de graduação por área</div> <div>Perfil profissional</div> </div>	Década de 1970			Década de 1980			Década de 1990			Frequência	
	Ciências naturais e exatas	Ciências humanas e sociais	Artes	Ciências naturais e exatas	Ciências humanas e sociais	Artes	Ciências naturais e exatas	Ciências humanas e sociais	Artes	Absoluta	%
Tecnológico (olhando o produto) (1)	7		7	5						19	37,6
Capacitação local (3)				2						2	6,2
Visão integrada/plural (2)					1	1		1		3	9,4
Humanista/transformador (2)				1	1			1		3	9,4
Desenvolvimentista/intervenção social (3)		1	1							2	3,1
Capitalista (1)							1			1	3,1
Acadêmico/pesquisador (1)	2	1	3			1				7	12,5
Sustentabilidade (1)							1			1	3,1
Generalista/ várias habilidades (ecclético) (1)	1		1	3						5	12,5
Zelo profissional (2)				1						1	3,1
Total	10	2	12	12	2	2	2	2	0	44	100

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole"/ RMS-2002.

Obs: Cálculo de agregação:

	%
1 Geração e difusão de tecnologia = 22	68,8
2 Perspectiva humanista, integrada e plural = 7	21,8
3 Indutora de desenvolvimento sócio econômico = 4	9,4

Se 1+ 3 = 78,2%

2 = 21,8%

Quando examinei esse perfil, agregando os perfis indutores de desenvolvimento sócio-econômico (categorias 1 e 2 do perfil profissional), esse percentual subiu para 78,2%. Nessa tecnologia, a preocupação com a sustentabilidade ambiental do planeta só vai aparecer na formação de profissionais na década de 1990, constrangida pela cultura e pela lógica capitalistas. Quando isolado da produção e difusão de tecnologias, a sustentabilidade ambiental responde por apenas 6% da formação, ao lado de perfis que privilegiam a perspectiva humanista, integrada e plural, fundamentalmente nas áreas das

ciências humanas e sociais e das artes, tendo ocorrido essa avaliação na área das ciências naturais e exatas apenas por um profissional formado em arquitetura.

Pequena maioria desses profissionais (53,85% - vide Tabela 18) considerou que o perfil do curso atendia às suas expectativas, no momento de suas formações, embora qualitativamente, essa consideração tenha tido diferentes motivações.

Tabela 18 - Expectativa de identidade dos profissionais com o perfil da formação - RMS 2002

Tabela 10 - Expectativa de identidade dos profissionais com o perfil da formação - RMC 2002										
Década de graduação por área	70		80			90			Frequência	
	Ciências naturais e exatas	Ciências humanas e sociais	Artes	Ciências naturais e exatas	Ciências humanas e sociais	Artes	Ciências naturais e exatas	Ciências humanas e sociais	Artes	Absoluta %
Expectativas										
Atendia as expectativas (1)	4	1		4	3		1	1		14 53,85
Faltava o humano, o social e o cultural (frustração) (2)	1						2			3 11,54
Faltava o espiritual (2)						1				1 3,85
Desvalorização política do profissional (2)						1				1 3,85
Agente da agroindústria vendedor de insumos (crítica ambiental) (2)	1			1						2 7,7
Fazer política de oposição (2)		1								1 3,85
Faltava a orientação para o uso da agricultura química (2)				1						1 3,85
Faltava olhar crítico para o uso de agrotóxicos/ Meio ambiente (2)	2			1						3 11,54
Total	8	2		7	3	2	3	1		26 100

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole"/ RMS-2002.

Total de expectativas = 26

Cálculo de agregação:

(1) 53,8%

(2) 46,2%

Por exemplo, uns buscavam o perfil tecnológico e encontraram; outros consideravam a tecnologia um aprofundamento científico. Em ambos os casos, a área do conhecimento era a das exatas e naturais. Nas humanas buscavam ampliar as considerações humanas. Essa avaliação envolveu, portanto, as diferentes áreas do conhecimento, sendo que em termos de formação acadêmica, o diferencial vem com os profissionais das artes e das ciências humanas e sociais, com perspectivas que propõem uma visão integrada do ser humano e pluralidade de abordagens científicas e de possibilidades de atuação profissional.

Nesse quadro de satisfação, as insatisfações, tratadas por alguns como frustrações, deram o conteúdo da disputa na prática social a partir das visões de mundo que existiam previamente à formação acadêmica. Lidar com a insatisfação constituiu a contribuição individual em favor da não homogeneização da cultura científica que permanece hegemônica até o final do século XX. Essas visões de mundo se expressam no conteúdo da prática profissional dos 38,47% que se sentiam frustrados em decorrência, subjetivamente, da falta de consideração relevante sobre o humano e o social, sobre a dimensão espiritual do ser e, objetivamente, sobre a desvalorização política dos profissionais formados para a educação, e o se verem transformados em “vendedores de insumo”.

Não deixou de existir também aquele aluno que nem se deu conta do perfil acadêmico sob o qual ele estudava porque seu objetivo era político e sua inserção político-cultural lhe possibilitou uma meta cognição capaz de garantir a aprovação formal.

Diante da instrumentalização que o conhecimento científico herdado disponibiliza para se lidar com o mundo, constituindo uma cultura científica de controle sobre os eventos, as visões de mundo carregam consigo um potencial de subversão.

Na experiência dos trabalhadores do rural que entrevistei, esse potencial foi incorporado ao cotidiano como um diferencial de qualificação.

4.1.1 Visões de mundo rural e urbano

Os posicionamentos teórico e prático entre profissionais que atuam no rural como atividade meio distinguem-se enquanto visões de mundo que dão conteúdo às percepções sobre rural e urbano. Conseqüentemente, distinguem-se as interações dessas pessoas com esses mundos. Nesse contexto, selecionei momentos de três entrevistas que denotam disputa e cooperação, decorrentes das diferentes visões de mundo. Dizem respeito a vivências de profissionais que atuam em lugares diferentes e incorporam experiências de outros diferentes rurais além dos rurais metropolitanos, embora a vivência de moradia incorpore o urbano metropolitano.

As visões de mundo criam discordâncias entre colegas de trabalho, por exemplo, a partir da formação política e científica de matriz marxista.

“A minha base teórica, na verdade, não bate com a grande maioria das pessoas com que eu trabalho. Com as ilusões das atuais diferenças teóricas de envolvimento, participação, relação dialógica entre técnico e agricultor, facilita em parte. As metodologias hoje usadas são uma grande enganação, ao meu ver, de fazer processos participativos, na qual se diz é o tônus de hoje, principalmente com base no desenvolvimento estratégico local, outra grande farsa, que tem por baixo um eixo educacional reacionário, contra as mudanças. Isto porque parte do princípio de dizer que “todos juntos”, como se não existissem as classes sociais com interesses antagônicos e reconciliados, mesmo que eles não saibam disso. Não se pode juntar o dono de terra com o sem terra e

se diz que vai se fazer um processo de desenvolvimento a partir da agregação dos diversos extratos sociais; não se fala mais em classe sociais, isso é proibido, isso é jurássico. Jurássico são os que falam isso, mas de qualquer forma facilita, no processo para conviver. Na hora de fazer mesmo eu tenho divergências muito fortes, conduzo o trabalho de minha cabeça, nas discussões, posso até... ah, tá bom, vamos fazer desse jeito, mas na prática eu faço do meu jeito, porque depois de trinta anos de profissão, vivendo... Tenho até proteção sindical porque eu participo do sindicato da categoria, e aí tenho imunidade sindical, que se o medo não me permitisse... Como eu não tenho ameaça, aí, eu posso fazer mesmo porque o medo não existe, não sei se tivesse medo... se resistiria. Perder o emprego agora...” (Entrevistado nº 26).

Outra experiência relativiza a opção pelo rural, motivada, na década de 1980, pelo apelo do então Presidente da República, João Batista de Figueiredo, com o “Plante que o João garante”. Transformações vividas pelo rural, sob a diretriz urbana, obrigam a atualizar o conhecimento científico em direção às mudanças da realidade.

“Hoje, eu penso de uma forma diferente, por eu ter ficado quase vinte anos na extensão, na produção rural ligado direto à zona rural, eu estou vendo que tenho que começar a reciclar os meus conhecimentos e começar a me aproximar da urbanização na profissão, ou seja, mexer com jardinagem na zona urbana, fazer um cursinho de reciclagem de urbanização, de controle de pragas urbanas. Então, estou querendo mais vir para a área urbana e, paralelo a isso, eu estou fazendo o curso de gerenciamento ambiental que é para ficar mais próximo, porque o futuro é a área ambiental. Estou tentando ver se eu consigo não abandonar totalmente a minha agronomia, mas dar um novo rumo, dar um novo destino, pois eu não posso jogar fora vinte anos, se não você vai ser um cara burro, pô! Você demorou vinte anos para decidir que a sua não era essa! Não, não é por aí. Então tem que se ir aos poucos para ver se você vai se adaptar a nova carreira, ou seja: urbanização da agronomia, a parte de jardinagem, a parte de controles de pragas urbanas, não é? E a área ambiental” (Entrevistado nº 30).

Numa experiência de trabalho desde o início da chegada da Petrobrás na região, é vislumbrado no rural, o repouso; condição que aparece entre as narrativas sobre o rural como elemento de desqualificação como algo não mais pretendido pelos jovens.

“A vida no campo, pra mim, é minha aposentadoria. No dia em que eu puder me livrar de morar na cidade e puder morar numa chácara, numa fazenda... porque com o conhecimento que a gente acumula durante quarenta e cinco anos de experiência, a gente tem conhecimento de causa para julgar o quê que é melhor para a vida e a saúde, principalmente da pessoa humana. E com isso, viver no campo, para mim, seria o coroar das minhas experiências, porque eu vou morar no campo, eu vou viver no campo, porque a qualidade de vida que a gente pode obter no campo é muito maior do que na cidade, não tenho a menor dúvida” (Entrevistado nº 29).

Os três entrevistados lidam com a ruralidade em Salvador, São Francisco do Conde e Candeias, respectivamente, e suas falas, divergentes, expressam momentos de síntese entre suas formações profissionais e suas experiências, que guardam em comum o fato de resultarem de interações entre o rural e o urbano na prática profissional, critério universal da amostra entrevistada nesta pesquisa.

Escolhi essas experiências para ilustrar essa reflexão sobre visões de mundo rural e urbano, considerando que elas expressam a amostra de entrevistados quanto à formação profissional, no fato de que, nem todos os cursos promoveram uma formação

voltada para o mundo rural, como é o caso das artes, da pedagogia, da engenharia e até da sociologia. Na verdade, apenas os cursos de formação agropecuária ou produtiva em relação a recursos naturais passíveis de reprodução (vegetais e animais) é que focalizavam o rural como perfil profissional, então apenas produtivo, como centro das preocupações dos cursos em nível de graduação.

Portanto, as diferentes visões de mundo rural e urbano que aqui aparecem estão sustentadas não apenas em conhecimentos formais, mas também em experiência de vida. Na experiência, o próprio conhecimento é ressignificado sem perder o reconhecimento de seu valor de recurso para lidar com a dinâmica da realidade social, política, econômica, cultural e natural.

No caso das ciências sociais na década de 1970, com a disciplina sociologia rural já estabelecida na América Latina, desde a década de 1940¹, a questão rural compunha o quadro das preocupações sociais. Contudo, a formação desses profissionais das Ciências Sociais foi marcada pela questão urbana sob a inspiração da expansão econômica conhecida como o Milagre Brasileiro em que o Estado assumiu o papel de catalisador da dinâmica econômica, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Um dos entrevistados, sociólogo formado nessa década, lembra que:

“o tema assim de certo modo mais estudado na época era a questão da marginalidade urbana, não a marginalidade no sentido criminal, mas as pessoas ficavam à margem da sociedade. Não se tinha o conceito de exclusão social ainda e o próprio conceito de marginalidade era discutido no sentido de que não havia uma situação em que as pessoas ficavam à margem da sociedade, mas de estarem integradas a ela mediante padrão de vida baixo, até mesmo miserável. Visto dessa maneira a temática incluía também a marginalidade social, a preocupação com as condições de vida de grande parte da população. E também havia preocupações com as questões da classe operária, a retomada do processo de industrialização e as reivindicações, as greves, o sindicalismo, a própria natureza da industrialização que estava sendo posta em prática no Brasil. Ao lado disso, já havia um interesse crescente sobre as questões da sociedade no meio rural dado o processo de modernização do campo, da modernização das estruturas produtivas. Na verdade, se deu o crédito como o carro chefe, e com as políticas também, as políticas tecnológicas, de assistência técnica, de extensão rural, de cooperativismo e de certa forma, de maneira muito tímida e controlada, politicamente controlada, a política de reforma agrária. No setor público havia a perspectiva de incorporação de agrônomos, veterinários, sociólogos, assistentes sociais, o pessoal formado na área de comunicação, de economia, desde quando havia uma verdadeira expansão de Programas: programa de capacitação de mão de obra, programa de desenvolvimento rural integrado, programas relacionados à questão de nutrição das populações rurais, de saúde. Vários aspectos eram abordados dentro de uma ótica desenvolvimentista, apesar de termos um governo fortemente centralizado, autoritário, com preocupações de controle das relações políticas da sociedade, tanto na cidade quanto no campo, muito forte. Mas de qualquer maneira, o perfil que se delineava, para o profissional, era de trabalhar na área de educação como professor, trabalhar na área de pesquisa, como pesquisador e também na área de assessoria desses programas que incluíam principalmente as atividades de planejamento. Sem dúvida, algumas vezes essas atividades principais se mesclavam na prática profissional” (Entrevistado nº 50).

¹ Foi fundada em novembro de 1969 a Associação Latino-Americana de Sociologia Rural – ALASRU

No âmbito das ciências naturais, entre profissionais que atuam no planejamento e na extensão rurais na RMS, formados nas décadas de 1970 e 1980, o perfil predominante e dominante era, no contexto de expansão da economia,

“... um perfil voltado especificamente para a questão tecnológica. Então, nesse período, a questão social da agronomia como um todo não era levado muito em consideração. Disciplinas voltadas para a sociologia, para a extensão, eram disciplinas que as pessoas iam, inclusive, com a idéia de que poderia passar tranqüilamente porque a importância não era tão grande. Então era voltado muito para a questão da tecnologia, da venda de insumos, agrotóxico, insumos agrícolas, fertilizantes de um modo geral. A visão era uma visão de aumentar a produtividade independente da forma que fosse. Então, o homem não era encarado como um todo. Se o feijão produzisse mais era mais gratificante para quem estava formado. Se o homem estava doente aí já era outra questão, era uma questão para o médico” (Entrevistado nº 3 formado em universidade pública).

A formação na década de 1990, sem o recorte na temática rural, acrescenta nesse perfil profissional predominante a incorporação da condição de sustentabilidade, embora nem sempre percebendo o todo nessa condição. A consideração da questão ambiental, no âmbito empresarial, constituindo um perfil de formação acadêmica, é percebido como conflitante, sob o crivo crítico de profissionais em formação, e que já atuam no rural na RMS com qualificação agropecuária de nível médio. Haveria dificuldade de conciliação com a cultura capitalista que permanece como diretriz fundamental do ordenamento da sociedade.

“É algo muito individual. o aluno ali já começa um instinto de individualidade que me preocupa muito. ... é que essa distância é como se fosse uma rivalidade... ele já se arma no sentido de estar sempre em competição. .. estimulam que equipes entrem em debates para ver qual é o melhor... o que você pode fazer melhor do que o outro” (estudantes de engenharia ambiental em faculdade particular de Salvador).

Percebo a questão da sustentabilidade surgindo, na esfera privada de ensino superior, como objeto de ciência com a demanda de geração de nova tecnologia capaz de administrar os constrangimentos da questão ambiental no capitalismo. O desenvolvimento do capitalismo vem sendo instrumentalizado, tradicionalmente, pela ciência dominante, na formação de profissionais também em universidade pública². Assim como a instrumentalização do capitalismo perpassa a formação profissional no ensino público e no particular, perpassa também a conexão entre o rural e o urbano.

A visão de conexão entre mundo rural e mundo urbano, aparece nas decisões de política e de economia, à medida que gera consequências do tipo êxodo rural, relocação de homens e mulheres na divisão social do trabalho, e com a vida de outras cidades, países ou regiões, necessariamente conectadas pela sustentabilidade na globalização.

² A vivência do CPDA é ilustrativa, no contexto dessa problemática, como percebida por Moreira (2002). “Registramos o paradoxo original do CPDA. A legitimação “conservadora” da FGV abrigava um quadro docente e um programa de pesquisa crítico, acadêmico e politicamente. O programa vivenciou assim mais um campo fronteiro nebuloso. Carregava uma formulação acadêmica inovadora que era e deveria se tornar a sua fonte prioritária de legitimação. Tal legitimação técnico-científica, no entanto, estava incorporada em pessoas oriundas de um estrato de intelectualidade crítica à ordem instituída pelo poder militar e seu pacto conservador, do qual fluíam os recursos do programa e que incluíam a própria FGV. Tal tensão foi vivida internamente na busca do “projeto” do CPDA, que só poderia ter sustentação institucional se e quando se mantivesse na ordem de legitimação estritamente acadêmica, o que acabou se realizando por sua produção científica, pela natureza e a amplitude das pesquisas realizadas, pelas atividades de intercâmbio técnico-científico e pela titulação de seu corpo docente” (Moreira, 2002: p.39).

Certamente, a materialização dessas decisões requer um saber que viabilize controle e possibilidade de um lado, e espetacularização de outro. Um sistema de educação técnica sustentada pelo Estado cumpre este papel criando adicionalmente um tipo de intelectual estritamente ligado ao trabalho industrial e que atue como elemento de persuasão reunindo humanismo e técnica;

“... os altos intelectuais urbanos confundem-se cada vez mais com o autêntico estado-maior industrial. Os intelectuais de tipo rural são, em sua maior parte, “tradicionais”, isto é, ligados à massa social camponesa e pequeno-burguesa das cidades ... ainda não elaborada e movimentada pelo sistema capitalista ...” (Gramsci, 1979: p. 12 e 13).

Evidentemente, o percurso histórico de expansão da cultura e da lógica capitalistas em relação com a vida em diferentes cidades, países e regiões vai expressando suas metamorfoses e a desses intelectuais que vão também modificando suas temáticas de estudo, mas que permanecem sob a hegemonia da lógica e da cultura capitalistas.

Contudo, a diversidade de formações profissionais dos entrevistados revela que as contradições, tensões e disputas se diversificam entre eles que atuam conjuntamente e, portanto, em cooperação, com os perfis que advém de cursos não especificamente delimitados para o mundo rural e com crenças sobre o sujeito rural. É o caso da presença de profissionais das áreas de humanidades (pedagogia, filosofia, geografia) e artes, onde a visão é mais integradora como concepção e como prática. Quando o ser humano ganha principalidade na intervenção sobre a realidade social, as habilidades profissionais se requalificam enquanto competências pedagógicas. Isto é, são habilidades apropriáveis quer no campo ou na cidade, porque fertilizações, combates a pragas e doenças, ganhos de produtividade, ou mesmo produção orgânica, são apenas atividades. Seres humanos são seus sujeitos com felicidades e frustrações, com necessidades reprodutivas da espécie e também com sentidos culturais (sociais, políticos, familiares, espirituais) que são necessidades subjetivas. Nesta perspectiva, meio e fim precisam guardar correspondência de sentidos quando o desenvolvimento humano dá a direção do conhecimento em teoria e prática.

Recorro a entrevistas que mostram a grande diversidade de relações com o mundo numa visão geral e com o mundo rural em particular. A primeira delas é a de uma pedagoga, especialista em gestão pública, funcionária pública que já migrou por diversos setores, tendo iniciado sua atuação na indústria e comércio e que atualmente gerencia, em âmbito municipal, agricultura e pesca.

“... eu me sinto assim, como se eu fosse o canal, para tentar buscar melhoras para eles mesmos, para tentar ouvir, para tentar chegar perto. Como eu sou uma pessoa que, acredito que eles fazem de mim uma ponte, se eu não conseguir resolver os problemas deles, pelo menos eu vou saber ouvir, vou dar o retorno. E aí, que você tem que ter muito jogo de cintura para você não comprometer seus chefes, a hierarquia e nem desapontá-los. ... Eu posso até omitir, mas mentir eu não gosto. E é isso que eu acho que pra eles, o fato de ouvir, estar perto deles, de respeitar, de valorizar eles, eu acho que há uma resposta. Eles mesmos dizem que nunca foram tratados dessa forma. ... sendo valorizados por uma pessoa que pode estar acima deles e ao mesmo tempo tão próxima deles.

... Eu acho que é um sentimento de felicidade neles, apesar da luta, do desencanto com os resultados porque quando eles plantam, tem muitas áreas aí que deveriam ter uma ajuda para ser irrigada; é um investimento alto, então há um desencanto muito grande com os produtos, esperando ter um resultado e

vem tudo o contrário. Mas mesmo assim, eles são felizes no mundo deles e que a gente que fica aqui de fora, fica assim pensando que seria melhor não conhecer hoje o que conhecemos para tentarmos ser felizes com tão pouco como eles são. Isso dá uma coisa assim, mexe com o interior da gente, muito, muito, muito” (Entrevistada nº 17)

Seguramente o olhar humano não é determinado em última instância pela formação acadêmica. Antes, é algo cuja dimensão de vida vai ressignificando essa formação pelas experiências vividas na multiplicidade de situações possíveis em meio à diversidade da realidade vivenciada. Desse modo, os profissionais de áreas de ciência, com pouco ou nenhum diálogo na perspectiva científica dominante hegemonicamente, interagem na experiência concreta e dialogam mediados pelos diferentes saberes, ocupando espaços de relativa autonomia dos sujeitos sociais.

“Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar” (Gramsci, 1979: p. 7 e 8).

Essa atividade intelectual assim desenvolvida é que possibilita reconstruir a formação profissional. Por exemplo, tendo formação científica tecnicista na área de ciências naturais e exatas e já tendo visão de mundo focalizada no humano e no social, o entrevistado nº3, extensionista já nosso conhecido de outras reflexões, relata que:

“Eu fiz um trabalho em Formosa do Rio Preto durante três anos e pouco, logo depois que eu me formei, com pequenos produtores e trabalhadores rurais que praticamente não tinham terra. E a gente entendia que tinha que se envolver no processo, que tinha que ter capacitação tal qual o outro que tivesse terra. Depois eu fui trabalhar em Inhambupe, lá eu trabalhava com pequenos... vim para trabalhar com os pequenos, mas lá tinha muitos médios produtores e médios e grandes pecuaristas. Aí foram os meus confronto, o meu choque e o choque maior, inclusive quando eu fui transferido. O prefeito que era um grande pecuarista, ainda está vivo, ele praticamente me devolve, porque ele não esperava. ... “ eu esperava aqui um veterinário com a visão de grande...” Aí eu ia ser devolvido. Ligaram para o presidente da empresa... aí foi aquela coisa. De repente eu fui começando a trabalhar, fui me envolvendo e eu terminei sendo vice-presidente do hospital de Inhambupe. Era uma sociedade que tomava conta do hospital e eu me envolvi com essa parte de macrobiótica, essa coisa natural de plantas medicinais, orgânicos, e tal, já naquela época e o filho do prefeito era engenheiro civil, tinha uns restaurantes macrobióticos aqui em Salvador (até morreu de acidente ele e a esposa) e ele pediu o meu trabalho. Chegou um japonês chamado Hélio Hiroshi que começou a trabalhar dentro de uma comunidade. O que é que eu fiz?... Eu tinha que trabalhar com os grandes lá tinha que fazer os projetos porque era a empresa, e eu me envolvi nessa comunidade. E fui morar praticamente com eles; eu trocava o que eu tinha de natural, que eu trazia da roça, que eu via de mais orgânico e natural e eles me ensinavam esse trabalho comunitário com horta orgânica, macrobiótica. Então eu fiquei morando nos dois mundos; nessa fazenda e com Hiroshi e a equipe dele. Terminou eu trabalhando com a colônia Roberto Santos, só de produtores sergipanos. Aí me envolvi de cara, dividi trabalho com os técnicos. Eu era o chefe da unidade, quer dizer eu terminei só me envolvendo com os pequenos e os

outros técnicos que queriam mais trabalhar com os grandes, eles ficavam.

Eu tive a oportunidade, já envolvido com essa comunidade de Hiroshi, de trabalhar com os Índios Quiriris, lá em Mirandela, região de Ribeira do Pombal. Então aí eu já não fiz esse trabalho pela empresa, eu já ia sábado e domingo... era um trabalho com pequeno produtor em que eu queria entender um pouquinho dessas relações, da cultura, dessas plantas medicinais deles... que a gente fazia uma troca muito grande.

Bem, no Rio Grande do Sul, já no mestrado, eu procurei desenvolver um trabalho em que a gente tentou fazer uma relação entre a cultura popular e a dominante e onde a gente começou a discutir, foi um trabalho muito curto, não foi do jeito que eu pensava em acabar, mas foi do jeito que eu pensava com o tempo que eu tinha. Uma relação entre a religiosidade popular e a oficial, a medicina popular e a oficial e a assistência técnica agropecuária oficial e a popular, aquela dos rezadores e dos vendedores quanto essa que a gente faz aqui na empresa, entendeu? ... Meu mundo era aquele e se não fosse por ali eu não iria para lugar nenhum” (Entrevistado nº3).

A história dele não termina aí. Antes, chega ao rural metropolitano na RMS através de escolas com a educação ambiental, dos terreiros de candomblé com os cuidados agrônômicos sob um referencial sagrado, de hospitais psiquiátricos com o cultivo terapêutico, chegando a inspirar a inserção dessas demandas, como programação institucional, na própria empresa de desenvolvimento agrícola onde trabalha desde a década de 1970.

Existe ainda a situação daqueles que, ao saírem de seus laboratórios de pesquisa, se deparam com a ação humana, cientificamente fundamentada, na contramão da natureza, da sustentabilidade natural e social, inclusive porque não se deu o diálogo entre os próprios agentes promotor e difusor desse conhecimento. É o caso de um agrônomo, mestre e doutor em genética que é uma “pessoa fechada”, como os colegas da área de genética, tanto em Cruz das Almas, como em Viçosa, como no México, por onde passou estudando.

Ele diz que,

“...veja bem, eu sou uma pessoa de área de trabalho muito especializada, não é? Eu sempre costumo dizer o seguinte: o extensionista ele tem mais discernimento do que um pesquisador de falar o geral, entendeu? Se a gente for conversar dentro da minha área de trabalho, a situação é uma, aí se você for me puxar para coisas mais abrangentes aí eu realmente tenho dificuldade.

... É, do cara ficar no seu laboratório, lá, isolado. Quer dizer, o cara que não interage com o resto, entendeu? Esse tipo de cara não interage com a sociedade de uma maneira geral como um extensionista, o extensionista interage mesmo, com o público dele, com a sociedade, com o ambiente dele, dentro do município. Hoje o extensionista tem uma interação muito forte com o setor de serviços, com a religião, com todas as religiões, quer dizer, ele é um cara extremamente versátil, ao passo que o pesquisador, um cara mais especializado, ele vê as coisas mais em cima daquela área que ele trabalha.

... Existe aquela coisa do pesquisador gerar tecnologia, entregar a tecnologia para o extensionista que não soube como aquela tecnologia foi gerada, entendeu, o extensionista pega aquela tecnologia e passa para o produtor. Às vezes aquela tecnologia não é a tecnologia adequada para aquela tipologia de produtor, entendeu? Porque o extensionista não participou da elaboração do projeto de pesquisa, ele não participou de uma etapa anterior, do

diagnóstico que identificou o problema, depois, a montagem do projeto de pesquisa para resolver o problema, então ele recebe o resultado frio. A receita para transferir ao produtor. Isso é uma coisa que tem que ser quebrada. Por isso em todas essas equipes de trabalho, tem que ter a figura do extensionista participando desde o diagnóstico até a transferência do resultado para o produtor.

... uma pessoa de paredes fechadas... Eu tiro por mim, eu sou uma pessoa de fraca interação com aqueles que me cercam, os vizinhos, entendeu? Eu não sei se é por isso, por essa característica, talvez seja, eu acho que tem muito a ver. Você vê que o extensionista é uma pessoa mais de um nível de inter-relações do que o pesquisador. Mais isso aí é com certeza. ... na cidade grande, piora... Eu, por exemplo, eu moro ali na Pituba³, o conjunto que eu moro são trezentas famílias, eu frequento a casa assim, de umas cinco ou seis. Que dizer, se fosse um cara, um extensionista que estivesse ali, eu lhe garanto que ele conheceria todo mundo. Conheceria todo mundo, com certeza” (Entrevistado nº 24).

Se eu não estivesse considerando como válidos os diferentes olhares sobre uma mesma realidade, com diferentes prioridades no recorte dessa realidade, eu diria que essas narrativas dizem respeito a diferentes objetos de estudo. Interações pessoais diretas e intensas, interações pessoais frágeis, desenvolvimento humano complexo com envolvimento de valores espirituais, culturais, intenso envolvimento de trabalho, cada uma dessas leituras poderiam estar sendo tomadas como mutuamente excludentes. E ainda há leituras diferenciadas que agregam relatividades à multiplicidade de leituras de mundo até aqui relatadas, e todas elas constituindo o mundo rural e o mundo rural e urbano metropolitanos.

Admitidos o comprometimento do pesquisador, do extensionista, do gestor público; a configuração de um mundo rural pleno de processos de desenvolvimento humano, em correlações de forças condicionadas pelas visões de mundo dos seus sujeitos individuais e/ou sociais, em conexões com o mundo urbano – é preciso reconhecer que só a absoluta ausência de neutralidade nos leva a falar de cada uma dessas experiências e desses mundos com valorizações positivas e negativas de forma excludente. Cientificamente, está aí a evidência da necessidade de, por um lado, constante vigilância epistemológica e, de outro, um olhar complexo que possibilite trabalhar essas relações numa interação aberta e incompleta entre o rural e o urbano de modo a constituir essa interação numa categoria interpretativa.

Ainda no âmbito dessas reflexões, cabe a transcrição de outra narrativa por trazer outras dimensões da relação rural e urbano, quando ele procura desenhar um movimento geral da dinâmica no mundo rural. É um sociólogo, declaradamente urbano, o mais urbano dos que trabalham com o rural que eu encontrei, soteropolitano que adora praia, e que só conseguiu ficar longe dela durante os três primeiros anos de sua vida profissional. Em sua narrativa, o rural vem absolutamente articulado com o mundo urbano, e também repleto de valorações ideológicas comprometidas com sua visão de mundo, que foi sendo reforçada ao longo de sua experiência profissional e política.

“... a vida no campo, nesses trinta anos que eu tenho tido uma convivência, evidentemente que se modificou bastante. É claro que ela se modificou diferencialmente, em função de determinadas regiões do Estado para outras....

³ Pituba é um bairro de classe média e média alta em Salvador.

O movimento geral que se nota é que não está havendo uma correspondência com a melhoria dos meios de comunicação. As pessoas tiveram uma transformação muito forte em função dessas próprias informações que chegaram, - televisão em todo canto e tal - e não tiveram uma mudança do padrão econômico equivalente.

Então, é o que todo mundo sabe, ocorreu e ainda ocorre, apesar da redução bastante significativa, uma evasão muito forte, principalmente da juventude, ninguém fica mais no campo depois de uma determinada idade, está saindo mesmo, entendeu? Continua indo para os centros urbanos. Ninguém vai querer ficar pegando no cabo da enxada, tem a tecnologia mesmo, porque o camponês não está a fim mais, quer dizer, ninguém está a fim de ficar dez horas por dia, - dez horas não, porque camponês só trabalha quatro, cinco horas por dia e olhem lá, eles não agüentam, até porque não agüenta, ninguém fica no cabo de uma enxada mais do que isso. É um trabalho sazonal, o camponês trabalha muito pouco, camponês não, o trabalhador rural não assalariado trabalha muito pouco, ele é sazonal e é evidente isso. Ele tem razão, ninguém quer ficar fazendo calo na mão não, isso é uma ilusão. Não tem nada de bonito isso, fazer calo na mão. É bom fazer calo na ponta dos dedos no computador e eles sabem disso e eles sentem isso. Então está todo mundo procurando é máquina para fazer, é trator, mesmo que o trator tecnologicamente não seja bom para os terrenos semi-áridos, mas é essa questão e ele está saído da roça.

E a juventude sai mesmo e o fundamental é porque a atividade produtiva não tem uma rentabilidade que encante alguém a ficar através dela, prefere procurar qualquer coisa em qualquer outro lugar, mesmo que tenha educação, mesmo que tenha saúde. Se não mudar o patamar do processo produtivo, a tendência ou é a urbanização de determinadas áreas do mundo rural. Já ocorre com favelização de médias e até de pequenas cidades, porque todo mundo vem para a área urbana, mesmo nas pequenas cidades. Isso é algo que está aí, é só pegar o censo, não sei como vai ser a história da análise desse censo aí, mas o que você vê é que as pequenas cidades hoje têm favela, porque ninguém vai ficar na zona rural sem telefone, sem televisão, sem água encanada e como não existe produção econômica que justifique essas coisas chegarem lá, não vão chegar. Então ele vem para onde tem e a atividade agrícola a esse nível é insuficiente para que atraia as pessoas da cidade para ficarem nela, só ficam mesmo os velhos porque não tem mais jeito, não quer mais saber, porque não pode nem sair para receber a aposentadoria.”(Entrevistado nº 26).

Todas as narrativas que utilizei para esse diálogo em torno das visões de mundos rural e urbano são das experiências de trabalhadores que atuam no rural como atividade meio. Considerando as experiências de trabalhadores que atuam no rural como atividade fim, tomo, de imediato, uma situação que difere qualitativamente da avaliação censitária anteriormente narrada que é, incontestavelmente, uma dimensão efetiva da realidade social, em que pese diferenciações qualitativas dentro dela.

Para isso escolhi uma jovem que se prepara para fazer o vestibular de engenharia ambiental; uma agricultora que também vende na feira, onde a encontrei, os produtos da horticultura orgânica de sua unidade familiar de produção.

“... desde pequeno nós íamos para o brejo com ele, (o pai), porque era um brejo; desde pequena a gente pegou essa coisa para agricultura. E acho bastante importante, porque ensina a gente muitas coisas que muita gente não sabe; quem mora na rua não sabe. Sabe outras coisas que a gente não sabe, mas a gente também tem para ensinar a elas o que a gente sabe e elas para ensinar a

gente o que a gente não sabe.

... Essa vida que eu vivo, eu sinto uma vida assim, feliz, alegre, eu me sinto bastante feliz onde a gente mora, mas às vezes eu sinto assim um pouco vazio, porque lá não tem assim, como as pessoas saem para se divertir, não tem uma praça, área de lazer não tem, aí dá assim um vazio, pois se tivesse isso lá, seria mil vezes melhor.”

Ela vai estudar em Salvador para fazer engenharia ambiental. Lá

“é mais desenvolvido”... porque “... tem mais oportunidade de estudo, cursos, coisas assim, e lá na zona rural, não, é mais quieto, calmo, a pessoa tem mais... não sei nem como explicar isso! ... não troco lá por lugar nenhum, apesar de que na cidade, mas...”

Considerarei algumas das inúmeras narrativas que trariam mais ilustrações de variada nuance das condições objetivas e subjetivas que interagem na trajetória de vida de cada homem e cada mulher em geral, e em particular na vida dos que trabalham o rural quer como atividade fim, quer como atividade meio, na RMS. Permaneceram nessa relação ao longo de suas vidas, mesmo estando esse campo de atuação, nesse território, submetido à dinâmica geral de acumulação capitalista pela industrialização e pela intensificação urbana, que supõe a sua superação.

Nesse sentido, pude observar que a trajetória das gerações antecedentes à desses trabalhadores foi a presença mais marcante na motivação para que eles atuassem profissionalmente no mundo rural. Uma trajetória que pode ser lida como amarras, resistência à mudança, mas se o são, estão afetivamente consentidas. A história de vida dos antepassados se mistura ao prazer da vida no campo como motivação para trabalhar com o rural, para 40% dos entrevistados (Vide Tabela 19).

Tabela 19 - Sobre a decisão dos trabalhadores de trabalharem com o rural - RMS 2002

Atuação no rural Motivação para a decisão	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio				Sexo		%	
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	ONG/ empresa	Planejamento	Extensão	Ensino	Ambulante	Homem	Mulher	* **
Opção prévia (gostar)		1	2	2	1			4	2	12 9,7
Decorrência da história de vida dos antepassados (gostar do rural)	7	4		4	4		1	13	7	40 32,2
Modo de vida melhor para educar	1							1		2 1,6
Atender a convite de órgão público				5				4	1	10 8,1
Disponer da terra	1							1		2 1,6
Mais tempo para a família	1							1		2 1,6
Complemento financeiro		1						1		2 1,6
Imposição das circunstâncias	1	2			4			4	3	14 11,3
Falta de emprego na cidade metropolitana	1							1		2 1,6
Falta de emprego no local de origem	1	6		1				7	1	16 12,9
Falta de alternativa de escolas				1	2			3		6 4,8
Visão crítica a partir da formação			1	1				2		6 4,8
Outras circunstâncias alheias ao rural				2		1		2	1	6 4,8
Profissão do futuro				1				1		2 1,6

Fonte: Pesquisa direta para a tese "Campo e rural na metrópole"/ RMS-2002.

Cálculo: * Cada motivação dividido pelo total de entrevistados (nem todos registraram).

Leitura: em x % de entrevistados, há y motivação.

** As motivações não foram excludentes. Totalizam 62 registros de motivação. Tomadas como excludentes foram lidas internamente às motivações, ou seja, percentual de registro de cada motivação em relação ao total de registros de motivação.

Obs: Não há variação significativa nos dois cálculos, mantendo-se as predominâncias.

Esse percentual se divide em 55% para os que atuam no rural como atividade fim e 45% para os que atuam como atividade meio, estes últimos predominantemente de funcionários do setor público agrícola no Estado da Bahia. Se se agregar a esse gostar o daqueles que não têm simultaneamente a trajetória dos antepassados, esse percentual vai para 52%.

Estas não são, entretanto, condições exclusivas da motivação para se engajarem nas atividades com o mundo rural, motivações fortemente subjetivas. Agregam-se a elas motivações objetivas de possibilidade de acesso à escola, a emprego, e em decorrência da ascensão profissional para assumir cargos de confiança, compondo um conjunto de

situações que se somaram nessa tomada de decisão. Para traduzir quantitativamente essa realidade, pontuei as motivações como exclusivas e atribuí frequência a elas, considerando o total de entrevistados. Por exemplo, alguém que, tendo escolaridade técnica e não tendo estabilidade de emprego, opta por ser pequeno agropecuarista porque já tem terra disponível e pode assim manter relações mais diretas e constantes com seus familiares, na educação dos filhos. São, desse modo, qualificativos positivos, que se agregam à trajetória e ao prazer em 26,0% das motivações. Considerei qualitativamente negativa a motivação de não ter outra opção, quer por falta de emprego ou de escola ou incapacidade individual de estabelecer alternativas, frente, por exemplo, ao analfabetismo, o que totalizou 38,0% das motivações.

Em se tratando do mundo rural imerso no mundo urbano metropolitano, e subalterno culturalmente, chama-me a atenção o alto percentual de motivações positivas incluindo-as em torno do modo de vida rural mais integrado ao modo de vida urbano. Como tira-teima, estabeleci uma base de cálculo fictícia transformando em exclusivas as motivações e em amostra o universo de motivações. Mantendo a mesma agregação utilizada para os cálculos com amostra real, a frequência é de 32,2% para as motivações decorrentes da trajetória dos antepassados assumida com prazer, 30,6% para as motivações que considerei qualitativamente negativas e 30,6% para as motivações que considerei qualitativamente positivas, independentemente da trajetória de vida consentida, o que, sendo considerado agregadamente, elevaria para 62,8% a frequência positiva. No cálculo considerando os entrevistados, esse percentual é de 78%.

Há ainda um percentual de 14% relativo àqueles que passaram a trabalhar em atividade ligada ao rural por força das circunstâncias, sendo que entre esses há os que, a partir daí, assumiram o gostar do que fazem. Vou transcrever a história de uma artista plástica, especialista em psicodrama, que trabalha no INCRA, uma carioca que mora num sítio em Lauro de Freitas e atua em áreas de assentamento rural. Objetivamente ela está entre os 38% que incluem motivações negativas e subjetivamente estaria entre os 78% com motivações positivas.

“Eu trabalhava na Sunab, e a Sunab foi extinta. Também não escolhi trabalhar na Sunab. Eu fiz concurso para o MEC, e o MEC como resolveu não absorver os concursados, aí, fui colocada na Sunab. ... fui trabalhar no IBAMA, porque eu achava que tinha o perfil, aquela coisa da natureza. Eu tinha mais perfil do que na Sunab porque era uma coisa mais para o sensível... no interior, num lugar mais natural, no campo, porque eu sempre gostei de estar mais perto do campo, é uma coisa com o que me identifico muito. Então aí foi que a Sunab foi extinta e eu fui alocada no INCRA; não tive escolha.

Na época foi um choque, eu fui colocada assim.. não gostei realmente. De repente... Mas, menina, eu sou muito espiritualista, ao extremo; eu confio muito em Deus, demais, e minha vida tem sido muito protegida por ele, e, hoje eu digo: foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida, foi uma coisa de Deus ter me colocado aqui, porque me sinto assim uma pessoa realizada profissionalmente. Claro que a gente tem os problemas internos, de burocracia, de não conseguir atender; nenhum trabalho consegue essa perfeição, não é mesmo? Mas, chegou aqui, primeiro de tudo o órgão me abriu muita possibilidade de lidar com as coisas que eu tinha estudado lá fora, de dinâmica de grupo, de administração, totalmente.

Eu comecei logo fui tomar conta da sessão de desenvolvimento pessoal e profissional que era exatamente onde se fazia programação de teatro, a gente fez teatro aqui, dinâmica de grupo, Ikebana – que é aquele curso do equilíbrio através das flores, enfim, a gente fez muitas coisas. Então, de repente eu vi que

tinha aquela possibilidade de fazer o que eu gostava. Eu fui jogada, sem querer, aonde eu queria estar.

Aí surgiu um concurso interno para empreendedor social, que era para fazer o que faço aqui, no campo, só que gerenciando tudo do assentamento, se faltar água, se faltar luz... Quando eu cheguei no ano passado eles estavam todos morando em lonas, debaixo de lonas. Primeiro, fizemos esse trabalho todo interno de dinâmica de grupo, de detectar através das dinâmicas e dos estudos com eles, o que é que aquela área poderia produzir bem, as vocações verdadeiras mesmo. Porque uma coisa é você chegar lá e dizer: vamos aqui fazer farinha; às vezes eles têm vocação para ecoturismo, para criar cabras, a região é seca dá bem cabras. Então a gente procurou logo capacitação; se detectou isso, é cabra, então vamos capacitar em caprinocultura. E teve realmente, para depois eles receberem o crédito e aplicar bem. Se eles não têm esse estudo então podem receber o crédito e não aplicar bem, aí eles não voltam a receber crédito, entende? Bem, aí eu vi a possibilidade de juntar ainda mais as coisas: estar no campo que era uma coisa que eu gostaria, fazer um trabalho social (eles agora não estão mais na lona, estão em casas de dois quartos com qualidade), eu já me sinto gratificada. Não poderia ter acontecido nada melhor na minha vida” (Entrevistado nº 2).

E há casos singulares em que a imposição das circunstâncias para atuar no rural não se deu por falta de escolaridade ou de emprego, ou por mobilidade entre órgãos públicos, mas em decorrência do perfil político, do engajamento na militância política partidária de esquerda. Um sociólogo diz que não decidiu trabalhar com o rural,

“... decidiram por mim. Eu fiz concurso para a área de educação, naquela época, dos colégios integrados algo assim, não me lembro... Passei, até bem classificado, quando fui me apresentar, não permitiram por questões políticas. As outras hipóteses, também, resultaram nisso, a única que restou e que eu fiz o concurso que só pedi folha corrida, eu levei dois meses para conseguir uma ... a folha corrida também nunca saia porque eu tinha um processo na Justiça Militar, Federal e isso atrapalhava a folha corrida. Mas, na extensão, me deram tempo suficiente para eu arrumar uma série de padrinhos que foram lá e garantiram que a polícia me desse folha corrida, sem nenhum registro, aí eu pude me empregar, então pronto. Não houve uma intenção básica de ir para a zona rural, aliás, porque eu sou muito urbano” (Entrevistado nº 26).

No outro extremo da condição social está uma agricultora sergipana, alegre, que diz que escolheu o que, na verdade, foi uma imposição das circunstâncias, porque

“... eu nunca trabalhei em firma que eu não tenho leitura. ... Não estudei, é, e aí levei embora pra aqui. O marido trabalhava por aí, depois está de certa idade também as firmas não querem mais ... E chegamos aqui, começou trabalhando aí em firma, quando não deu mais, a prefeitura mesmo doou esse pedacinho de terra da Fazenda São Francisco para a gente trabalhar e nós estamos lá há uns quatorze a quinze anos” (Entrevistado nº 12).

Entre um extremo e outro está uma baiana de Canavieiras, com escolaridade de primeiro grau completo, presidente da Associação de Agricultores de Jordão, que diz ter decidido trabalhar com roça porque sempre foi

“... apaixonada por agricultura, desde pequena. Engraçado que eu não nasci na roça, mas eu sempre fui louca. Meu desejo era ter uma terra para plantar, pra tirar tudo, tirar o sustento de lá da terra e graças a Deus eu consegui e pra mim não tem coisa melhor. É uma felicidade, eu me sinto tão feliz quando eu estou lá dentro!” (Entrevistado nº 19).

Ela tem casa no município de Dias D'Ávila, onde “de vez em quando” vai passear.

Assim como as experiências subjetivas dão colorido às visões de mundo na vida cotidiana, há também imbricações entre conhecimento científico e experiência de vida do sujeito do conhecimento, em que a reflexão sobre a prática social quer científica ou não é permeada pelo que transcende dela enquanto consequências políticas. As consequências políticas do conhecimento científico podem constituir um elemento cognitivo capaz de produzir obstáculo epistemológico que vem do caráter essencial e realizante do pensamento científico. Por isso, deve ser mantido sob vigilância, tendo em vista que, como alerta Bachelard (1978)

“...é na atividade científica que talvez se veja com maior clareza o duplo sentido do ideal de objetividade, o valor ao mesmo tempo real e social da objetivação. Como disse Lalande, a ciência não visa unicamente “à assimilação das coisas entre si, mas sobretudo à assimilação dos espíritos entre si”. Sem essa última assimilação, por assim dizer, não haveria problema. Entregues a nós mesmos, ante o mais complexo real procuraríamos o conhecimento pelo lado pitoresco, do poder evocador: o mundo seria nossa representação. Se, ao contrário, estivéssemos inteiramente entregues à sociedade, buscaríamos o conhecimento pelo lado geral, do útil, do convencionado: o mundo seria nossa convenção. De fato, a atividade científica é uma predição, ou melhor, uma predicação. Chamamos os espíritos à convergência anunciando a novidade científica, transmitindo ao mesmo tempo a uma só vez um pensamento e uma experiência, ligando o pensamento a experiência numa verificação: o mundo científico é portanto nossa verificação. Acima do sujeito, além do objeto imediato, a ciência moderna funda-se no projeto. No pensamento científico, a meditação do objeto pelo sujeito toma sempre a forma de projeto” (Bachelard, 1978: p.95 e 96).

Como conhecimento científico, as diferentes narrativas sobre o rural, principalmente no âmbito da sociologia rural, chegam à contemporaneidade carregadas de projetos sociais. A fiscalização maior se dá, nessa produção científica, não pelos defensores da objetividade positivista, mas pelos combatentes das inspirações burguesas. De inspiração burguesa seria, por exemplo, o interesse pela propriedade privada da terra nas lutas pela reforma agrária; ou a preservação de valores que privilegiassem a modernização produtiva, entre outras. Quando, então, o cientista social escolhe pensar, verificar as diferentes perspectivas sobre o rural, privilegiando a compreensão de uma sociabilidade que seria tomada como predominante nas relações sociais no campo, e com condições de possibilidade na direção de um modo de vida com maior sustentabilidade, ele se põe vigilante de modo a:

1. não ser qualificado como pensamento gerador de práticas políticas reacionárias, dominadoras;
2. não ser qualificado como empirista ou materialista vulgar;
3. não ser qualificado como conservador se reconhece a existência do rural localizado, diante da sociedade globalizada;
4. e, diante da impossibilidade de negar a existência do rural, buscar alternativas do novo que terminam por desconsiderar a gênese, na qual o não-agrícola já estava presente. Por exemplo, a compreensão de que uma identidade rural contemporânea se dê a partir da permanência do sujeito na ocupação agrícola aliada a outras atividades que não o identificam como comércio, artesanato, em diferentes relações de trabalho.

Diante dessas experiências contemporâneas, e como mecanismo de superação daquele obstáculo epistemológico, considero o rural sobredeterminado por construções sociais que simbolizam alternativas objetivas e subjetivas às insatisfações e aspirações

mobilizadas pela experiência de intensa urbanidade globalizada, imprevisível, virtual.

Assim é que falo de ruralidade no campo ou na praia como espaço produtivo e social que permite relação mais direta com a natureza. Daí advêm sentidos e valores circunstanciados pela propriedade privada da biodiversidade e especificamente da terra, seu principal meio de produção, que por vezes inviabiliza o acesso ao mar, também meio de produção. Aí existem simultaneamente atividades de cultivo, criação e captura de animais (pecuária, aquicultura e pesca), extração mineral e vegetal e, portanto, rural agrícola, rural pesqueiro, rural agrário, rural extrativista e rural agro-industrial em interação estratégica com elementos culturais como festas, crenças, atividades de lazer que assumem caráter econômico e expressões de sociabilidade apropriadas ou não como mercadorias⁴.

Uma verificação pelo pensamento complexo possibilita compreender o rural na indeterminação do vir a ser de uma existência que integra total ou parcialmente em simultaneidade, o territorial, o físico, o econômico, o social, o cultural, o ideológico, o natural, o institucional, o pessoal, entre outros elementos, como história legitimamente construída por seus sujeitos constituintes, em interação com o urbano metropolitano sobredeterminado pela intensificação de eventos movidos pela modernidade.

Na constituição de sentidos e valores de urbanidade a imersão na natureza se dá mais mediada pelo artefato material (tecnológico, por ex.) e imaterial (planejamento, ordenamento político e econômico, por ex.)⁵. A mediação pelo artefato imaterial das políticas de desenvolvimento é determinante nessa relação à medida que emana da cidade e, particularmente da cidade metropolitana um sistema de planejamento que visa performar a vida rural, por vezes, sem que seus agentes planejadores sequer conheçam o espaço físico e, muito menos o espaço social sobre o qual intervém. Portanto, projetos políticos cientificamente construídos apesar dos sujeitos da realidade a que se referem.

Se o rural como realidade empírica nem sempre é conhecido pelos planejadores, como representação ele também nem sempre é conhecido pelas pessoas que vivem das diferentes atividades primárias com as quais o rural é identificado, quer sejam analfabetas, quer estejam às portas da universidade. Destaco aqui percepções do rural por pessoas que atuam diretamente no que estou denominando rural produtivo. Esse desconhecido é diversificadamente conhecido e se revelou, na reflexão dessas pessoas como algo mais do que uma atividade.

Para um pescador, num primeiro momento, o rural é o trabalho na roça; na praia o trabalho é pesca. Ao fazer essa distinção, ele lembrou que a aposentadoria do trabalhador na roça, e na pesca, eram pelo Funrural. E comentou:

“Sobre alguma semelhança entre o trabalho na roça e na pesca, os dois tem risco e não tem um ganho certo. Na roça é mais arriscado do que no mar para o pescador porque ele já conhece o mar e na roça ele não conhece os bichos que podem atacar. O trabalho na roça também acalma; se teve aborrecimento em casa, pega a enxada vai mexer com a terra e quando volta não tem briga” (Entrevistado nº 4).

Para outro pescador, a pesca não é o rural porque

“É a vida do campo e a vida do mar. Mas é quase idêntico. Primeiro você quer ver aquele dom para a roça, e o outro tem aquele dom para a pesca. Como se diz o ditado: cada macaco no seu galho. Porque lá eu não vou dizer

⁴ Nesse debate considero como pensamentos de sínteses contemporâneas, os autores brasileiros Carneiro, Maria José, 1998; Silva, José Graziano da, 1999; Wanderley, Maria Nazareth 2000; Moreira, 1999b, 2000, 2002a, 2002c e, como base empírica, a realidade da Região Metropolitana de Salvador .

⁵ Aqui tomo como referência autores como Williams, Robert, 1989; Berman, Marshall, 1982 e Simmel, Georg, 1987.

nada, e eles vêm aqui também não vão dizer nada; eu não sei pegar uma enxada, eu não sei nada, agora aqui eu sei dizer as minhas letras. Agora mesmo eu estou executando uma rede e ele aqui já não entende nada disso; a mesma coisa é eu sair daqui para o campo. Não posso concordar que é a mesma coisa porque é como se diz o ditado: cada macaco no seu galho. Lá eu não vou dizer nada, a mesma coisa é ele chegar aqui. A gente pega uma jangada, pega uma canoa, faz acrobacia no mar, e a mesma coisa eles lá, pode dizer, pode pegar... pegar uma enxada, estrovenhar a terra” (Entrevistado nº 5).

Outro pescador, que também é músico, percussionista e compositor, com mais uma reflexão, que não lhe veio de imediato à minha pergunta. Num dado momento aparece um jovem pescador e ele se inspira.

“Sobre a vida rural me trouxe uma feição na minha frente, esse garoto. É um garoto que eu não vi a mãe dele engravidar, mas vi a mãe dele ficar gestante, vi nascer, vi se criar, sei o tamanho que está e como está. Esse é um espelho da vida nossa aqui; nasceu aqui, se criou aqui, está até hoje aqui. Já é pai de filho, esse é de um que veio dar muito exemplo. Isso tudo é um trabalho que a gente, dessa vida rural vem tendo aqui para cultivar esse povo e explicar a eles o que é o melhor”.

Diante dessa resposta, perguntei se eu poderia então entender que a vida rural, pra ele, é a vida que inspira valores de respeito, ao que ele respondeu:

“de respeito, de consideração, de luta pela sobrevivência, vivendo e pensando sobre ela, vivendo e aprendendo” (Entrevistado nº 8).

Um produtor familiar rural, diz:

“O rural para mim é você estar no campo, você produzir, você trabalhar, você desenvolver uma coisa que hoje está se acabando. Porque hoje o fazendeiro diz: eu sou agricultor, eu sou pecuarista, mas ele na verdade não é. Quem faz tudo é a máquina. Então ele deixou de ser. Então, hoje eu sou porque vivo disso. Eu sou um rural porque trabalho com a enxada, e minha mão está cheia de calo. Eu trabalho com a enxada, eu trabalho com tudo que mexe com a terra” (Entrevistado nº 11).

De forma sintética, uma feirante diz que o rural é:

“A natureza, o peixe. Tudo que provem da natureza faz bem ao ser humano” (Entrevistado nº 13).

Nessas expressões sobre o rural, é possível perceber, como percebeu Gramsci, quando discutia o papel de intelectuais na organização da cultura (Gramsci; 1979), que, felizmente, todo ser humano intelectualiza sua existência, seja cientista ou não. É possível perceber que, na produção material e social da vida, o ser humano como indivíduo constitui sua identidade social. A representação dessa identidade pelo conhecimento científico precisa contemplar a vivência do sujeito no objeto, em meio a uma correlação de forças pela configuração de identidade. No caso em estudo, a reconsideração do rural na identidade da RMS, inspirada pela condição urbana metropolitana traz de imediato, a questão ambiental, tornada visível pela poluição. Um aprofundamento no estudo dessa condição torna também visíveis as implicações do padrão produtivo, portanto, econômico, na gestão dessa condição urbana de vida. As dimensões natural e social da vida ficam inseparáveis, requalificando a questão ambiental como socioambiental e ampliando o campo de intervenção do Estado.

Natureza, habilidades e sentidos subjetivos de humanidade perpassam essas noções de rural, mesmo quando a intenção é entender o que une diferentes identidades numa mesma instituição previdenciária. Todas essas visões de mundo de não-cientistas rurais metropolitanos interagem como cultura subalterna com as visões dos cientistas,

do poder político e econômico na configuração da realidade em que vivem, tornando-se invisíveis nessa correlação de forças.

4.1.2 Visões de mundo sobre sustentabilidade

As entrevistas que realizei, quer com profissionais de nível superior quer com os profissionais sem escolaridade fundamental completa, trouxeram, com diferentes matizes, a relevância da relação com a natureza, que para mim ancora a ruralidade incluindo a sustentabilidade. Por vezes a natureza aparece com clara identificação do rural com a atividade agrícola, com a terra e com o campo – trabalhar a terra para produzir –, por vezes incluindo todas as atividades realizadas diretamente na natureza, mas com clara distinção entre a atividade rural e a pesca, da qual também distingue a mariscagem e a captura por mergulho.

Trouxeram, também com relevância, o poder político nas experiências desses habitantes da RMS, tanto como responsável por um ideário modernizador, embora sem melhoria das condições de vida e de trabalho para o rural ligado à terra e à água, quanto como responsável pelas precárias condições de vida e de trabalho, com permanência de práticas produtivas sem tecnologia moderna, sendo, portanto, reconhecido pelos entrevistados esse poder na conformação das condições de vida rural.

Nas visões de mundo sobre sustentabilidade na interação entre rural e urbano está o modo de vida condicionado objetiva e subjetivamente pela relação mais imediata com a natureza, sob constrangimentos decorrentes do padrão de ordenamento sócioeconômico da RMS. Para apreender essa dimensão na experiência dos entrevistados, pedi que me contassem uma história que tenha sido marcante em sua experiência profissional e, a partir daí, pedi que identificassem o rural, a natureza e a cidade na sua história.

Nem todos conseguiram estabelecer essas relações, mencionando a compreensão de cada uma dessas categorias por fora da história, principalmente quando tentavam estabelecer uma relação entre cidade e natureza. No âmbito científico, a cidade como o espaço natural transformado pela técnica rumo à civilização é, ainda hoje, a compreensão que predomina quando se pretende olhar o campo, cujo demérito estaria em não possibilitar o desenvolvimento pleno das relações capitalistas e, portanto, da civilização. Na cidade estaria a vitória de ser humano, diante da determinação de ser natural que no campo é mais difícil de ocultar, onde o ritmo do cotidiano está mais próximo do resto da natureza.

Independentemente da história narrada, questioneei sobre a qualidade da relação que estabelecem com a natureza ao que os entrevistados mencionaram um primeiro grupo de relacionamentos de respeito, amor e prazer, contemplação e reconhecimento de que natureza é vida e, desse modo, integra homem e natureza. Nessa percepção, há a inquietação pela falta de consciência ambiental que ainda predomina em geral. Num segundo grupo, relações com a natureza se expressam como uso conservacionista, crítica ao preservacionismo, necessidade de explorar a natureza para que o homem exista e suportando a poluição.

Procurei ler essas relações para compreender se as visões de mundo sobre sustentabilidade estão firmadas em um ideal ou se elas emergem da realidade concreta empírica. Nesse sentido – embora reconhecido que toda visão de mundo é em si subjetiva, e que ao expressá-las quantitativamente estou lhes dando objetividade –, agreguei essas qualidades de relacionamento em dois grupos: aquele que chamei de primeiro grupo, que percebo como mais afeito ao ideal e por isso predominantemente

subjetivo, apresenta frequência de 49% do total de registros de qualidade de relações que os trabalhadores declararam estabelecer com a natureza. O segundo grupo, mais afeito à realidade empírica e por isso predominantemente objetivo, apresenta essa frequência em 51% (Vide Tabela 20).

Tabela 20 - Relações que trabalhadores do rural estabelecem com a natureza - RMS 2002

Atuação no rural Qualidade de relação	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio					Sexo		Frequência %
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	Planejamento	Extensão	Ensino	Ambulante Administrativo		Homem	Mulher	
Respeito (Sub)	1	1	3	2				5	2	12,73
Prazer/ amor (Sub)	1		3	2		1	1	4	4	14,54
Uso conservacionista (Ob)	3	2	7	5			1	15	3	32,73
Crítica ao preservacionismo (Ob)			1	1				2		3,63
Local de trabalho e de prazer (Ob)				1				1		1,82
Suportando a poluição (Ob)		1						1		1,82
Contemplativo/ gratidão/ bucólico (Sub)		2	2				1	4	1	9,1
Aprendizado do reconhecimento de que a natureza é vida (íntegra homem e natureza) (Sub)	1		3	2	1			6	1	12,73
Necessidade de explorá-la para o homem existir (Ob)	1		1	1				3		5,45
Local de trabalho (Ob)		3						2	1	5,45
Total de registros								43	12	100

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole" / RMS - 2002.

(Sub) Subjetividade 27 - 49%

(Ob) Objetividade 28 - 51%

Portanto, uma condição de equivalência estatística que ancora a sustentabilidade tanto na realidade concreta empírica, quanto no campo do ideal. Ademais, essas relações se afirmam objetivamente, mesmo quando a qualidade da relação é subjetiva. Essa leitura se firma com destaque na relação de uso conservacionista que responde aproximadamente por 33% das relações estabelecidas, percentual muito próximo de equiparação às relações subjetivas. Se agregada à relação de crítica ao preservacionismo, por estar no cerne da mesma determinação, essa frequência (46%) praticamente se iguala à subjetiva (49%), expressando a complexidade da questão ambiental. A questão ambiental tomada como relações de interesses a serem privilegiados, respaldados em diferentes visões de mundo, transforma a sustentabilidade em campo de disputas objetiva e subjetiva com rebatimento na escolha de ações ambientalistas a serem empreendidas.

Tomo a história escolhida pelo Entrevistado nº3, extensionista rural, como sendo a mais relevante dentre as suas inúmeras histórias, como experiência emblemática da condição complexa da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões e com diferentes interesses. Ele escolheu falar de uma história de frustração.

“Uma das frustrações maiores que eu tive no campo profissional e que talvez eu não fizesse hoje por conta da experiência, da coerência que a partir dos tempos eu fui solidificando, é, por exemplo, ... eu ajudei a botar uma organização de produtores, um número de produtores, pra baixo monetariamente. Quando eu trabalhava em Inhabupe, a cultura do maracujá deu uma certa margem, todo mundo ia plantar maracujá porque a indústria de maracujá, Maraú dava uma carta de intenção... E eu só queira ver o produtor crescer.

A falta de conhecimento, muitas vezes, até tomar uma atitude - que pra mim era certa, mas se não der certo..., depois eles vão dizer que sou eu o errado. Então, ... muitas vezes deixei, por essas questões, o produtor tomar certos caminhos E você vê o cara perder o dinheiro, ter que vender uma vaquinha pra comprar, pra cobrir o projeto do banco, o banco não alisa, e depois eu chegar e pensar... Puxa! Eu ajudei a afundar esse barco, entendeu? Depois eu fiz essa leitura, fiz as críticas, socializei essa crítica e em vários momentos, em várias reuniões grandes, coloquei a quem teve culpa dessa situação. Se a gente começasse a trabalhar mais com a visão do social, ... um outro componente, a gente não entraria nessa. Depois a indústria “saiu de baixo”, não pode comprar nada e o cara tá lá afundando jogando produto fora e um pouco mais empobrecido.

Eu sinto que naquele momento eu me deixei levar pelas circunstâncias e as circunstâncias tiraram de mim, de eu ver até essa questão ambiental como um componente principal, a natureza naquela hora deixava de ser a natureza da vida, a natureza humana e passava a ser a natureza fria do dinheiro que viria para resolver um problema do produtor. E você, pelo lado egoísta do técnico dizia: se ele comprar um carro ele vai me parabenizar por ter implementado o maracujá; então, nessa hora, te pega... É aí que eu digo... a gente não é infalível Nunca é demais a gente estar estudando, trabalhando, relacionando porque a qualquer momento pode ser traído por uma coisa que ainda fica dentro da fraqueza e das circunstâncias. Porque a armadilha ainda é muito forte aí fora; de repente você tem que tomar uma atitude, você toma, vê seu ego massageado.

A natureza, o desenvolvimento rural, tudo era visto sob um prisma só, o dinheiro na mão do homem, o material. Então, é com certeza, naquele momento, o peso que teve o valor monetário com o valor social, ele suplantou em muito até para se raciocinar o que se faria. A atitude poderia estar sendo uma visão sob um prisma, de uma meta, por melhoria da qualidade de vida... falar em melhoria da qualidade de vida era muito pouco naquela época, falava-se em produção e produtividade.

Então o rural dentro dessa história, o desenvolvimento rural com a questão ambiental, com a natureza e tal, ela na realidade ficou como uma grande contradição na minha própria maneira de ser e de ver a vida; naquele momento eu tomei uma atitude que contradizia a minha relação... Podia ser até inconsciente, mas essa foi uma visão distorcida e contraditória.

A cidade entra na visão como consumidora dos produtos que nós orientávamos para ser plantado. Se você planta tanto a ponto de alimentar a cidade, a cidade cresce, a gente reconhece como quem colocou uma quantidade que compra mais barato; e você plantando, plantando o que vai vender, evita o êxodo rural. Então se fazia muito essa relação.

Quando você esmagava a laranja e o maracujá você já dava o salto para o exterior, os Estados Unidos, a exportação. Então, quando a gente está falando

de cidade é tirar de lá de dentro o produto e não perder e ganhar dinheiro e essa coisa toda. Só que na realidade, a valorização que a cidade dava para o campo era praticamente zero. Depois, nem imaginavam, nem procurava saber como é que nasce o feijão quanto mais a angústia e o trabalho que o produtor passa para aquele feijão chegar e que ele, nem, muitas vezes, come daquele feijão; ele troca por outros produtos e termina por comer de outro feijão pra deixar aquele lá...

Então, na realidade, essa visão que a gente tinha de sair daqui e ir para a cidade se alimentar, se dar bem, pagar os produtos, a cidade ir para o banco e o banco retornar isso em dinheiro para a gente aplicar no projeto para o produtor, muitas vezes... esse é mais ou menos um círculo, não é? Mas, como as políticas agrícolas vieram a fracassar, o produtor se endividava, quando produzia demais o preço caía na lei do mercado e descia. Quando tinha um caso que dava certo, agora tudo bem... No caso da laranja era esperar dar uma geadinha na Flórida; a desgraça do de lá era a sobrevivência do de cá, quer dizer é uma coisa contraditória.... Então, quando você começa a lembrar disso, chega a deixar a gente impotente com relação a determinadas questões, como se situar em determinadas questões” (Entrevistado nº3).

Essa história traz uma marca que foi universal entre os entrevistados: a experiência no trabalho possibilitou a cada um redefinir verdades mediante um diálogo entre saberes formais, valores de vida ou visões de mundo e o padrão de desenvolvimento social vigente. O padrão de desenvolvimento social, como elemento que qualifica relações, aparece de forma mais intensa nos vínculos que esses profissionais estabeleceram entre suas histórias e a vida na cidade. Desses vínculos, 91% guardam relação com o padrão de desenvolvimento, como a disponibilização de infra-estrutura e serviços urbanos, a inovação tecnológica como progresso, o aprendizado formal, o mercado e economia monetária como cultura urbana, os problemas ambientais e o desenvolvimento excludente do rural pelo poder público. Os problemas ambientais e o desenvolvimento excludente do rural foram também os vínculos que apresentaram maior frequência quando considerados isoladamente, com 38,0% e 15,5% respectivamente; reunidos, eles registram 53% de vínculos geradores de insustentabilidade.

Tabela 21 - Qualificações da cidade percebidas nas narrativas de experiências na atividade profissional - RMS 2002

Qualificações	Cidade	%
A - Infra estrutura urbana e serviços (P)	4	8,9
B - Inovação tecnológica, progresso (P)	4	8,9
C - Transcendente	1	2,2
D - Ambiental (problema) (P / S)	17	38,0
E - Aprendizado formal (P)	2	4,4
F - Intensidades	1	2,2
G - Rotina	1	2,2
H - Modo de vida para pessoas urbanas	1	2,2
I - Mercado/ economia monetária (P)	7	15,5
J - Desenvolvimento excludente do rural/ Poder Público (P / S)	7	15,5
Total de registros	45	100

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole" / RMS - 2002.

P = Padrão de desenvolvimento 41 = 91%

S = Insustentabilidade 24 = 53%

A monetarização da economia se equipara à excludência do rural, sendo também a maior frequência entre os indicadores que agreguei como expressão do padrão de desenvolvimento. Rotina, intensidades, transcendência e exclusividade de modo de vida para pessoas urbanas foram os outros vínculos estabelecidos com a cidade naquelas histórias (Vide Tabela 21).

Pensando o rural em suas histórias, os trabalhadores apresentaram vínculos que conectam rural e natureza, numa frequência aproximadamente de 80% (Vide Tabela 22),

Tabela 22 - Qualificações do rural e da natureza percebidos nas narrativas de experiências na atividade profissional - RMS 2002

Qualificações	Rural	%	Natureza	%
A - Produtivo (R e N)	23	36,0	4	11,4
B - Ambiental (religa) (R e N)	9	14,0	13	37,2
C - Desconhecido	6	9,4	1	2,8
D - Espacial (R e N)	10	15,6	1	2,8
E - Modo de vida mais natural (R e N)	2	3,1		
F - Fontes do desenvolvimento humano (R e N)	7	10,9	3	8,6
G - Desenvolvimento com carências (contradição)	6	9,4	1	2,8
H - Políticamente reacionário (lumpen)	1	1,6		
I - Transcendente			12	34,4
Total	64	100,0	35	100

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole"/ RMS - 2002.

A, B, D, E, F - qualificação que vinculam o rural à natureza = 79,6%

B, E - modo de vida mais natural e orgânico = 17,1%

sendo que a determinação de boa qualidade ambiental aparece como uma relação que emerge do rural como modo de vida mais natural e orgânico, em 17,1% dos vínculos estabelecidos. Na história relatada anteriormente, a natureza aparece qualificada pela vida, pelo humano e pelo dinheiro, revelando que diversas concepções de natureza estão

nos nexos estabelecidos com o rural e o urbano, devendo ser considerada também como relação cultural.

Na diversidade de concepções de natureza, encontro uma das dicotomias presentes nos tratamentos dados à relação campo e cidade ou, sendo mais precisa, a qualificação do campo em relação à cidade ou do rural em relação ao urbano, indo do paraíso vivido ou a ser recuperado ao arcaico a ser modernizado. Neste sentido é que elucida Vicente (1995) com a noção de natureza extrínseca, o pensar o conceito de natureza humana vinculado ao de natureza em geral, que no pensamento ocidental oscila do vilão ao herói.

Como vilão,

“... a natureza não tem valor, mas continua a ser, potencialmente, uma entidade ingovernável e ameaçadora, algo que muitos querem conquistar, controlar, manipular e explorar para fins humanos.” Como herói *“a natureza pode ser um recurso valioso, mas somos nós que a avaliamos assim. Pode até mesmo ser considerada valiosa, mas apenas em relação aos seres humanos. A natureza torna-se, assim, valiosa por causa da natureza humana”* (Vicent, 1995: p.221).

Certamente, essas noções advêm da experiência humana, tanto em relações diretas com os ordenamentos citadinos e campestres quanto em relações abstratas mediadas pelos conhecimentos científicos, filosóficos, teológicos, entre outros. Contudo,

“...apesar do fundamento comum na experiência da natureza, a concepção de natureza é extremamente complexa e muitas vezes contraditória. A natureza é imaterial e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é um Dom de Deus e é um produto de sua própria evolução; é uma história universal à parte, e é também o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim. ...todos esses significados sobrevivem hoje, mas mesmo em sua complexidade eles são organizados em um dualismo essencial que domina a concepção de natureza.”(Smith, 1984: p28).

O dualismo a que Smith (1984) se refere nessa citação é relativo à natureza exterior e universal da natureza, o que remonta a dicotomias filosóficas em Kant que, segundo o autor, diz ser

“a natureza interior dos seres humanos compreendia suas paixões cruas, enquanto a natureza exterior era o ambiente social e físico no qual os seres humanos viviam.”(Smith, 1984: p29).

E, na concepção adequada à abordagem complexa, a natureza humana é compreendida na totalidade da natureza, o que coloca a questão da sustentabilidade em termos de uma visão de convívio em que se reaprende a viver com e não contra a natureza.

Neste ponto, em que o contemporâneo nos coloca em contato com nossa dimensão telúrica, como lugar e como não-lugar, e, portanto, como uma unidade dialética que nos recoloca na origem, é fundamental a noção de Ser Humano Natural como Bensaïd (1999) retoma em Marx, a interconexão entre humano e natural, articulando-o dos Manuscritos de 1844 ao Capital, quando concordou em considerar o trabalho como o pai e a natureza como a mãe da riqueza material, seguindo Willian Petty na concepção de valor. (Marx, 1979: p. 50).

“Enquanto ser natural humano, ‘o homem é imediatamente ser da natureza’. De um lado, enquanto ser natural vivo, ele é ‘provido de forças

naturais, de forças vitais'. De outro lado, enquanto ser natural 'de carne e osso, sensível, objetivo, ele é tal como os animais e as plantas, um ser passivo, dependente e limitado. ... O fato de o homem pertencer à natureza ou, mais exatamente, seu 'ser natural', significa que sua força de trabalho consumida no processo de produção é, originalmente, força vital. O ser natural é 'um ser natural humano'. Nessa humanidade, a determinação natural nega-se sem se abolir" (Bensaïd, 1999: p. 434 e 435).

A questão da concepção de natureza não se esgota, por certo, nessa unidade relacional; ao contrário, carrega-se de complexidade na relação quando a pretensão de coexistência requer que se dê sustentabilidade ao convívio entre homem e natureza. A sustentabilidade não só se refere ao uso material dos recursos, mas também ao sentido do desenvolvimento no qual se situa o conflito entre o homem e Deus, já mencionado ilustrativamente com o mito de Adão e Eva.

"De um lado, a natureza é externa, uma coisa, o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade. A natureza exterior é primitiva criada por Deus, autônoma; é a matéria-prima da qual a sociedade é construída, a fronteira que o capitalismo industrial freqüentemente faz recuar.... Por outro lado, a natureza é também claramente concebida como universal....Em contradição à concepção exterior da natureza, a concepção universal inclui o humano com o não-humano da natureza. A natureza exterior e a universal não são inteiramente conciliáveis, pois ao mesmo tempo que a natureza é considerada exterior à existência humana, ela é simultaneamente tanto exterior quanto interior" (Smith, 1984: p.28).

Talvez isto torne compreensível a predominância da externalidade da natureza a ser dominada, quando a pretensão é compreender o existir humano como cultura. Assim é que

"... das mais de trezentas definições que o conceito de cultura experimentou em vários momentos da interpretação antropológica, poder-se-ia afirmar que, em todos eles, a cultura sempre foi entendida como dominação explícita da natureza, como algo que seria próximo de um operador de domesticação de forças incontidas" (Carvalho, 1995: p.49).

Essa "domesticação de forças incontidas" ou domínio da natureza, embora tenha sua grande expressão no avanço tecnológico, não é exclusividade da modernidade como técnica industrial. Na verdade, vem das experiências rudimentares da vida no campo.

"As transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas e animais aparece como um momento marcante: o homem mudando a Natureza, impondo-lhe leis. A isto também se chama técnica" (Santos, 1996: p 188).

No processo de conquista que expandiu o capitalismo do Velho para o Novo Mundo, a natureza transitou da cidade ao campo e do campo à cidade sendo desvalorizada e revalorizada. No séc. XIX,

"o natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização. ...O desbravamento da natureza ensejou sua dissecação mais cuidadosa nas mãos da ciência; o fascínio substituiu o temor. ..Enquanto a natureza selvagem da fronteira era hostil, a natureza humanizada exaltada pelo movimento de "volta à natureza", do século dezenove, era a quintessência da amizade. Hostil ou amiga, a natureza era exterior; ela era um mundo a ser conquistado ou um lugar para o qual retornar" (Smith, 1984:p 37).

Nessa condição de natureza exterior está o nexo com o rural identificado como base produtiva, o que ocorreu entre os entrevistados numa frequência de 36,0%. Antes de estabelecer outros nexos, é preciso esclarecer que a maioria dos entrevistados que atuam diretamente com o rural está desenvolvendo produção orgânica ou sendo iniciado nesse padrão produtivo. Desse modo, é possível compreender que a única menção feita ao rural como ambiente degradado, desertificado, esteja vinculada ao padrão produtivista da economia monetária já identificado como cultura urbana, ao lado dos 53% anteriormente mencionados como vínculo de insustentabilidade na relação com a cidade. Com isso, é também possível inferir das reflexões desses trabalhadores, ao longo de suas vidas profissionais, um forte nexo entre cidade e insustentabilidade ambiental. Do mesmo modo, se a reflexão foi motivada pela natureza, isto é, se a questão é “como você vê a natureza na sua história”, então é o meio ambiente que se vincula às experiências profissionais como sinônimo de natureza, numa frequência de 37,2%. A condição da natureza como externa ao homem aparece ainda em sua dimensão imaterial, como de origem divina ou espiritualmente, em 34,4% das qualificações. Agregando a questão ambiental como algo externo mas capaz de religar o ser humano à sua condição de ser da natureza, às qualificações transcendentais, a frequência de 71% deixa longe a mobilização dos pensamentos sobre a natureza como recurso produtivo (11,4%).

Como elucidado pela existência de diversas concepções de natureza, esses vínculos revelam uma interconexão na realidade concreta vivenciada, que torna problemática a classificação isolada dessas dimensões. Interno e externo se constituem dimensões inseparáveis. O conhecimento e a experiência sobre a natureza ficam mais complexos diante da identificação da natureza com a dimensão transcendente da realidade objetiva. Nessa dimensão, a natureza é reconhecida como a fonte do desenvolvimento humano, a criação divina, o todo sagrado, o espaço de reconciliação pelo homem com sua dimensão natural, o determinismo diante do que ainda é desconhecido como também uma filiação como construção humana, social, política e culturalmente determinada.

A instauração da questão ambiental na relação entre homem e natureza, como um problema de sustentabilidade que se conecta com as múltiplas dimensões da realidade objetiva e subjetiva, coloca a dimensão natural no desenvolvimento humano como dimensão comum, entre rural e urbano. Coloca ainda o urbano metropolitano em interação com o rural metropolitano como o espaço social em que múltiplas determinações amadurecidas na realidade social tornam fenomênica a sustentabilidade como uma resposta do rural ao padrão de desenvolvimento vigente, numa coexistência em condição subalterna frente ao urbano.

Desse modo, o rural que parece invisível na RMS ganha visibilidade através das ações públicas em torno do meio ambiente. Situado institucionalmente na Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC, o Centro de Recursos Ambientais – CRA está desenvolvendo um processo de Descentralização da Gestão Ambiental, com o objetivo de municipalização. Definiu para isso Áreas de Preservação Ambiental – APAs envolvendo os dez municípios da Região Metropolitana de Salvador. As unidades ambientais de referência são as Bacias Hidrográficas; os municípios, como unidade política, estão agregados nas regiões econômicas. Entre os municípios da RMS, Lauro de Freitas (o primeiro a ser habilitado) e Candeias já operam com autonomia a gestão ambiental dos seus territórios, conforme o Relatório de novembro de 2002, da Coordenação de Ações Regionais e Municipalização – CAREM. As placas demarcando APAs nos trajetos urbanos da RMS, compondo sua paisagem, são expressões visíveis do rural metropolitano que nas histórias das experiências profissionais, aparece

idealizado, “algo purificado para as gerações sucessivas”, “tranquilidade”, “paz” e “espaço de reencontro e aprendizado familiar”, anunciando uma sociabilidade em que os modos de vida rural e urbano estão em disputa e cooperação.

A questão da sustentabilidade faz emergir os recursos naturais como um elemento fundamental do desenvolvimento que na Economia Política ficou desconsiderado, ou desprivilegiado. Nessa consideração, uma gama de concepções, de dimensões e de escolhas normativas que aparentemente estão em harmonia, na verdade estão em disputa nebulosa, no sentido de imprecisa, a nebulosa ambientalista, noção cunhada por Moreira (1993), para explicitar o falso consenso em torno da sustentabilidade que esconde os diferentes interesses e visões de mundo que estão por trás das correntes político-sociais que a debatem.

De forma sintética, tomo as proposições de dois autores Moreira (1999) e Cavalcanti (1997), que em conjunto, expressam a incompletude do conhecimento mesmo numa episteme de complexidade, e contemplam grande parte e gama de vínculos que os entrevistados estabeleceram entre o rural, a natureza e a cidade⁶.

Para Moreira, (1999) as dimensões a serem consideradas no desenvolvimento sustentável seriam:

- a do cálculo econômico e da esfera sócio-política que *“envolve o embate e o interesse de forças conservadoras e progressistas, sejam eles globalistas ou nacionalistas e ambientalistas e não-ambientalistas”*;
- a biofísica que *“aglutina o embate entre não-ambientalistas e ambientalistas, sejam eles globalistas ou nacionalistas e conservadores ou progressistas”*;
- a dimensão territorial e cultural onde se dá o *“embate de forças e interesses nacionalistas e globalistas, sejam eles conservadores ou progressistas e ambientalistas ou não-ambientalistas”* (Moreira, 1999: p.247).

Para Cavalcanti, olhando princípios que garantiriam a sustentabilidade em políticas de desenvolvimento, teríamos:

- a busca do desenvolvimento sustentável decorrente da incompetência da moderna economia em superar a pobreza e considerar finitude, entropia e dependência ecológica.
- uma escala absoluta de fluxos de recursos naturais que deve ser considerada quanto à expansão da economia. A questão da escala deve ser interpretada como *“... uma condenação aos ricos para fazer face à obrigação moral da divisão do bolo...”* (Cavalcanti, 1997: p.26).
- a conservação de mais capital natural para futuras gerações, implica finitude e auto-restrição. É uma questão ética porque envolve distribuição de riqueza numa dimensão temporal: finitude x globalização x futuras gerações.
- *“... Dispor de um sistema consistente de informação para medir o desempenho econômico de um país ou região”* (Cavalcanti, 1997: p.28). Os indicadores de sustentabilidade são os de qualidade de vida. Rever a contabilidade nacional, que trata o consumo de capital natural como renda, por uma que internalize a depleção e a degradação de recursos.

Por certo, os elementos da sustentabilidade são contemplados nas duas abordagens, contudo, com diferentes principalidades, a de uma economia política complexa, e a de uma biofísica também complexa, o que se desdobra em diferentes privilegiamentos. Não aparece aí explicitado o sentido de transcendência que mencionei ter sido identificado pelos entrevistados como sentido da natureza em suas experiências

⁶ Poderia incluir outros exemplos como Eduardo Viola (1996) no livro Incertezas de Sustentabilidade na Globalização.

de vida (34,4%), e que na RMS é particularmente objetivado nas práticas religiosas, como o candomblé, que reúne as ancestralidades africanas e de nossos índios com correspondência a seres da natureza (Ex: Oxum e as águas doces).

A dimensão espiritual que incluo na representação de transcendência foi mencionada também na prática agroecológica, a exemplo da compreensão de um extensionista rural, que explica a dinâmica da natureza na dinâmica espiritual de constituição cósmica:

“... o homem lá em cima, Ele não tem a mão física dele pra vir aqui arrancar aquela planta para que você não consuma o alimento em desequilíbrio, porque inclusive faz mal a sua saúde. Você sabe que nitrogênio em excesso na planta é potencialmente no teu organismo, um cancerígeno. ... Muita gente hoje padece, ...doenças próprias de gente com idade avançada, hoje grassa na idade jovem, tipo: derrame cerebral, a própria diabete juvenil, a diabete infantil, que antigamente não se registrava, era coisa rara, raríssimo que acontecia, hoje é comum.

Então, o Homem lá em cima criou tudo na mais perfeita ordem e deu para que você vivesse e você – você que eu falo seus ancestrais, nossos ancestrais ou até a gente mesmo, que a gente já passou por várias vidas, sei lá – é que entendeu que havia de produzir muito e tal e tal. O homem começou a praticar atos de subversão a mãe natureza. Ai eu digo para o pessoal, a mãe natureza é uma mãe dócil, adora os seus filhos, ela é afável, ela é uma mãezona, entretanto, quando você começa a maltratá-la, ela aí se torna uma mãedrasta, da pior qualidade, daquela que pisa no pescoço do filho, do enteado, né. Deus não tem mão física, então ele bota o inseto para te dizer que tem alguma coisa errada. A gente que não consegue entender isso. E tem até uma sabedoria Védica que fala,- eu acho que eu posso aqui falar também-, tem a ver com a natureza, quando os insetos aparecerem nos seus campos cultivados, eles são mensageiros do céu te informando que sua terra está doente. Se tudo começa do solo...!?

...Porque todo mundo tem inteligência, então, o inseto está ali, justamente dizendo que o solo está doente, que a planta está em desequilíbrio, então ele vai para a planta. ... O inseto sabe exatamente a planta que está doente. A gente com esses dois olhinhos que a terra nunca há de comer, a gente olha para a planta acha que ela está sadia, no entanto ela está doente, ela está com distúrbios fisiológicos que levam que o inseto vá lá, que a doença apareça.

As mudanças na natureza... A natureza demora milhões de anos para construir um solo. O homem destrói em poucos anos. Se você for fazer uma analogia cronológica, você vai ver que dez anos para milhões de anos é um pulso. E o homem destrói o solo em dez anos, só que na visão do homem dez anos é um tempo muito elástico e ele não consegue perceber essa transformação; quando ele consegue, é que a coisa já chegou num extremo. As intervenções na natureza, elas devem ser feitas, por que nós precisamos continuar produzindo alimentos, o mundo está crescendo, a população cresce... mas observe, existe formas de você produzir sem você agredir tanto” (Entrevistado n°27).

4.2 Vivências de Disputa e Cooperação em torno do Rural

Para saber sobre experiências em torno do rural, nada melhor do que deixar que falem aqueles que têm, em si, a experiência de construção cotidiana do

processo do seu existir.

Um produtor rural de Camaçari diz que

“Eu acho que tudo que aconteceu antes na minha vida, eu como trabalhador rural, pra mim é uma coisa que ficou marcado, sabe? Cada carreira de abelha que eu tomei! (risos) Que a primeira vez que fui furar uma abelha, eu não tinha experiência e cheguei todo mordido em casa. Fui montar cavalo, torci o pé. Tudo isso para mim é uma coisa que eu fui convivendo e aprendendo. Hoje, eu vou tirar uma abelha hoje, já sei que não vou levar aquele monte de picadas. Eu monto no cavalo hoje, eu sou um profissional

...Se eu vivesse a vida inteira da terra, eu tenho certeza que eu não teria passado esse vexame... Mas por questão de procurar o desenvolvimento, porque meus parentes achavam que na capital tem tudo, porque você vai conseguir aprender mais. Mas uma coisa eu lhe digo: aprender, a gente aprende, mas e a sua sobrevivência? Se você puder conciliar as coisas, a sobrevivência e o aprendizado, melhor. Porque não digo que quando você vive em um lugar e não tem como você aprender... você tem que deslocar seus filhos de uma roça para uma cidade; mas que você não deixe de incentivar eles a criar, a produzir.

Eu tenho um filho de quatro anos, cinco anos. Ele, o sonho dele é ser um fazendeiro... Ele hoje veste uma máscara e vai criar abelha comigo. Ele ontem estava no curso (promovido pela Prefeitura). Ele estava aqui. Então se você perguntar a ele hoje o que é a criação de abelha, ele já lhe sabe dizer. Tem cinco anos de idade, mas ele já sabe, porque eu sento com ele, eu ensino, eu levo ele pro campo comigo. Se você perguntar a ele hoje o período de que o pé de alface está bom para colher, ele sabe lhe dizer. Porque hoje tem médicos que não sabe lhe dizer, basta viver na cidade para que não saiba lhe dizer o que é. Então, se você chegar hoje e disser assim: Ariel, o que você mais gosta de fazer na roça? Criar abelha e criar bode e criar cavalo. Ele |||ele já escolhe porque eu incentivo. O incentivo que a gente dá pra ele é... a galinha tirou dez pintos, você têm quatro pintinhos desse aqui, tome a ração para cuidar. É seu! É seu início de vida. A cabra pariu ali, o cabrito é de Adriele. Tome Adriele, você vai criar esse aqui pra você tomar e era assim que meus avós faziam e meus pais faziam assim comigo.

Então por quê que eu tenho amor hoje a agricultura? Porque eu tive incentivo dos meus pais. Eles me levavam para a roça, eu não sabia fazer muito, mas eles me ensinavam, eu ficava olhando. Na época de fazer um caçua e um balaio, eu aprendi com meu pai. Eu ia fazer, meu pai ia fazer farinha e aí eu ficava de cá olhando. Pegava uma faca e ia raspar a mandioca também com ele. Hoje, eu sei fazer tudo isso porque eu agradeço a ele. Então tudo isso eu tenho que passar para meus filhos. E nem só para meus filhos, como para as outras pessoas. O ano passado, nós levamos o curso de artesanato, porque eu vejo que é uma coisa que está morrendo no campo agrícola hoje, por falta de incentivos. Ainda ontem, eu estava discutindo porque em Barra do Pojuca há quinze anos atrás existiam dez ou doze ou quinze pessoas que sabiam fazer esteira e fazer chapéu. Hoje, hoje só se encontra três pessoas e não tem o incentivo de uma entidade pra que possa levar o curso; pra que estas três pessoas que ainda restam possam ensinar aos jovens possam ensinar numa comunidade agrícola, até numa comunidade urbana que ela possa aprender aquilo pra que amanhã não venha se acabar de vez. A maioria das tradições da roça se acabaram por causa disso: não tem incentivo pra que fosse dado um curso.

Antes, o que é quê se fazia... era uma troca. Todo mundo sobrevivia. Um

não precisava de você ter uma aquisição financeira alta, porque seu filho aprendia sem curso, sem custo. Hoje, não. Se seu filho tem que aprender alguma coisa, você tem que ter uma aquisição financeira maior, porque um curso hoje, por menos que seja, são duzentos, trezentos, reais. Então, meu filho hoje aprende natação de graça (risos). Eu ensino meu filho. Eu tenho um rio dentro da minha roça, meu filho já toma banho, já nada sozinho lá sem que eu bote ele numa natação pra pagar cem reais, porque lá o curso mais barato é cem reais” (Entrevistado nº 11).

Outros potenciais de desenvolvimento humano no trabalho com o mundo rural foram relatados por um trabalhador do rural como atividade meio, nessa coexistência entre diferentes atividades e entre os modos de vida rural e urbano.

“Sempre eu vivi aqui no meio dos amigos, tinha grandes amizades e o meu forte, o meu esporte, que até hoje eu gosto, é futebol, que até hoje ainda brinco o ‘babinha’, futebol e também seresta. Não gosto de dançar forró. E uma certa vez, eu num temporal, e sempre eu gostava de jogar bola e fui escolhido aqui pelo time profissional de Salvador chamado ‘Feira de Março’ e ele disputou um campeonato... e nessa deu um temporal. Eu tinha uma horta de quiabo enorme, e aí, eu tinha que catar o quiabo, se não, o quiabo sem catar, no outro dia endurecia. Aí, tinha um empresário aqui, chamado Arnaldo e o dono do time chamava Luís, e aí, vieram atrás, tal e tal pra ver esse jogo, que era um jogo de campeonato, que era com o Internacional de São Francisco do Conde, onde jogava aquele Baiaco aquele pessoal todo e saiu de manhã sem café e com chuva bastante.

Foi tanta chuva que uma cabeceira da ponte do rio Joanes, a água levou e aí, nós passamos a cavalo, com cinco caçuázão de quiabo chegamos até lá. Chegou lá, está o seu Luis. Seu Luiz: ‘Rapaz, hoje nós temos jogo.’, ‘Eu não posso ir de maneira nenhuma, estou aqui cansado, sem nada, tal, gripado.!’’, ‘Não, você tem que ir, tem que ir.’ Tanto ele insistiu pra eu ir, eu tava com outro primo que não era inscrito no time, chamado Inácio: ‘Eu só vou se Inácio vai também.’, disse: ‘Não, vai Inácio também.’ Aí, nós rumamos. Chegamos na Sete Portas, já enjilhados, tomamos aquele café quente, e aí partimos para Fonte Nova. Era uma preliminar de Bahia e Galícia. Chegamos lá, a única coisa: faltou um jogador. Inácio que jogava na ponta direita, jogava pela meia, aí, fiz o quê? Tipo gato, né? Inácio assinou por Arnaldo, e aí, entrou nesse jogo, né? E no jogo foi indo, foi indo, o placar, com poucos minutos, e aí fiz um gol. Aí foi um a zero. Tal lá e eles empataram. Terminado o jogo, eu entrei na área de novo e fizeram pênalti e nós ganhamos o jogo de dois a um.

Aí hoje, eu conto essa história, que eu era feliz e não sabia, jogava muita bola, e hoje, a gente vê uns pernas-de-pau aí jogando bola, que faz até raiva, ganhando milhões e mais milhões em dinheiro, e não tem nada. E naquele tempo, eu era feliz e nem sabia, jogava bola pra caramba, brincava, tinha um preparo físico bacana, fazia preparo físico sem saber, entrava na roça e tal, corria, montava cavalo, um bocado de coisa. Fazia um preparo físico sem saber, sem conhecimento. E hoje tem médico, concentração, tem dinheiro, tem passagem de avião, tem o repórter botando aquele mundo e eu não vejo nada.

Então isso mais ou menos foi uma coisa que marcou. ...

... Seria bom se eu visse a cidade incorporar a natureza. Muitas coisas faz a cidade e acaba com a natureza. Eu vejo muitos lagos, muitos brejos que hoje em dia estão mortos. Aqui mesmo, tem um chamado Pauaçu, que nós tomávamos banho na nossa infância; hoje em dia virou um riacho, então,

cresceram os loteamentos e jogaram todos aqueles detritos e matou. Não tem mais peixe, não tem mais nada. Quando vê é aquela gordurada... Então, se viesse a cidade e protegendo a natureza, seria ótimo. Tem aí um Sr. Gusmão, que é parte dos tropeiros, que tem nove ou dez açudes, aonde eles criam peixe; eles não querem nem que mate um grilo e é uma coisa fantástica. Nós já levamos lá pessoas da faculdade para visitar, aonde nós até encontramos uma cobra pelo caminho, então a gente teve que tanger ela para ir embora. Ele não quer que mate, nem sabiá, nem passarinho, nem caça, nem nada. E tudo que era natureza, que era antigamente, e hoje o que é?! Inclusive, uma igreja, ali de Abrantes, aonde tinha um cemitério indígena, coisa e tal. Então, se continuar a cidade e o rural, tudo, sem acabar, seria ótimo, mas o que se vê são as serras gritando nas matas e acabando as matas. Se não tivesse aqui o seu Gusmão, e outros e outros, tivessem ainda esses quatrocentos hectares que ele tem de mata, já não teria mais nada aqui no distrito de Abrantes. Camaçari é muito grande, ainda tem aqui pelo lado de Monte Gordo, ainda tem muita coisa, mas também está chegando a imobiliária pra lá e hoje, só se vê hotéis e condomínio. Sempre o mais agredido é a natureza, o meio rural” (Entrevistado nº 15).

As duas histórias trazem significativa diversidade de atividades e de implicações nas relações sociais decorrentes dos modos de vivenciar o trabalho no mundo rural e no mundo urbano. Os dois casos, entretanto, dizem respeito a relações não assalariadas de trabalho, por se tratarem de produtores rurais familiares. Contudo, expressam afirmação de modos de vida e valores de relacionamento que se requalificam diante das experiências que conectam urbano e rural na intensidade metropolitana; experiências que podem ser compreendidas no âmbito das transformações que conformam o capitalismo no momento contemporâneo.

Nesse sentido, Castells (1999) enfatiza no âmbito social do novo padrão organizacional, que

“As culturas e as instituições continuam a dar forma aos requisitos organizacionais da nova economia, em uma interação entre a lógica produtiva, a base tecnológica em transformação e as características institucionais do ambiente social” (Castells, 1999: p.212),

assim como Sennett (1999) enfatiza no âmbito pessoal, ou privado como diria Marx, que esse padrão que envolve controle e flexibilidade, causa (principalmente pela flexibilidade) impacto sobre o caráter das pessoas.

“O termo caráter concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. Da confusão de sentimentos em que todos estamos em algum momento em particular, procuramos salvar e manter alguns; esses sentimentos sustentáveis servirão a nossos caracteres. Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem” (Sennet, 1999: p.10).

A lógica dominante e configurante numa organização social, seu modo de produção, produz também significados, valores culturais, à medida que se reproduz universalizando conceitos. No capitalismo, procura tornar exclusiva a compreensão do que significa “trabalho” em seu “modo de produção”, universalizando “uma forma social” do trabalho: o produtivo capitalista” (Maar,1995: p.79) A consideração do trabalho produtivo capitalista como forma social universal do trabalho impossibilita que as experiências dos trabalhadores que compõem a amostra dessa pesquisa sejam consideradas como experiências de trabalho ou experiências produtivas, tanto para os

que são empregados no Estado quanto para os que são autônomos. Na medida em que são consideradas experiências de trabalho estão qualificadas teoricamente e, como forma social hegemônica e não universal, no âmbito de uma sociedade capitalista.

Universalizar ou homogeneizar formas sociais de organização capitalista não constitui um processo autônomo em que a lógica ou o mercado tem ação própria, mas sim uma composição de forças performativas que incluem as imagens, os significados e as institucionalizações sociais da ciência, da proteção, do Estado etc., que tornaram hegemônica e não universal essa forma social de trabalho no capitalismo globalizado.

A economia enquanto *oiko*, no entanto, por se constituir em instância imediata de sobrevivência do ser humano e, portanto, de sociabilidade desde os primórdios da exclusividade da coleta ou da principalidade da produção agrícola como meio de desenvolvimento, respalda o recurso ao trabalho como inspirador da busca de um entendimento da sociedade contemporânea, referenciado na relação com a natureza mediada pelo conhecimento científico. O trabalho assim considerado está contemplado metodologicamente nas diversas atividades desenvolvidas pelos entrevistados, inserindo-se na compreensão do rural pela produção material e imaterial da vida, como desenvolvido por Moreira (1999b)⁷ teorizando a Economia Política da Sustentabilidade, na interação entre ciência e cotidiano, criando novos sujeitos sociais ou recriando antigos como o camponês, os bóias frias, o produtor familiar, o pluriativo entre outros.

O trabalho é, nesse âmbito, determinação principal da natureza humana, das condições planetárias e das relações sociais em sentido amplo, que inclui o sociológico, o antropológico, o econômico, o político etc., como constituinte das diferentes dimensões objetivas e subjetivas da vida material, historicamente subordinado ao ordenamento capitalista. Problematizo o trabalho complexo na relação campo e cidade, rural e urbano, enquanto espaço social que intercambia sociabilidades diversificadas por suas autoreferências e identificadas pelo embate à conformação de um padrão geral de sociabilidade, pretensamente universal, e que se remete à divisão social do trabalho.

Em que pese a inquestionável força do âmbito global como mais recente norteador da conformação das sociedades, o trabalho no sentido complexo, como aqui considerado, continua a ser fundamental, como também continua fundamental a relação com o local, de modo que

“a esmagadora maioria da força de trabalho dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento permanece presa à nação. Na verdade, para dois terços dos trabalhadores do mundo, emprego ainda significa emprego rural nos campos, geralmente, de suas regiões.” (Castells, 1999: p 256).

Contudo, antes de chegarmos a essa condição contemporânea do trabalho, é preciso recuar no tempo histórico para reencontrar a pluriatividade como um dos nexos da relação entre o campo e a cidade, no sentido de dar condições de sobrevivência material e social. A atividade produtiva, no campo, longe de ser monoativa tem sido, ao longo da história, pluriativa, quando olhada em unidades produtivas onde as famílias produziam quase tudo que consumiam. Inversamente, na organização do trabalho fabril e daí à ordem industrial, apenas um produto era produzido em uma unidade de produção, o que também vem se modificando na organização em rede da produção industrial e da gestão do trabalho.

⁷ “... uma reinterpretação do trabalho produtivo não apenas como trabalho produtor de bens materiais – próprio da concepção do capitalismo industrial – mas também como trabalho produtor de bens imateriais – como, por exemplo, as imagens na propaganda, os valores culturais na indústria cultural.” (Moreira, 1999b: p 251).

Ainda assim, temos em decorrência da centralidade do trabalho no desenvolvimento da existência humana, ou ainda das formas de gestão do trabalho na organização social, desdobramentos em termos do que se come e onde se habita até a qualidade do que se come e em que condições habita, passando pela produção de autonomia e de alienação pessoal e individual como também social.

É ao longo desse processo histórico, que se vai dando ao mercado a condição de dominação;

“...uma grande transformação que começa na época de Diderot; ali, a casa separava-se do local de trabalho. Até meados do séc. XVIII, a família atuava como o centro físico da economia. No campo, as famílias faziam a maioria das coisas que consumiam; em cidades como Paris ou Londres, os ofícios também eram praticados na morada familiar. Na casa de um padeiro, por exemplo, diaristas, aprendizes e a família biológica do padeiro “faziam as refeições juntos, e dava-se comida a todos juntos, pois se esperava que todos dormissem e vivessem na mesma casa”, como observa o historiador Herbert Applebaum; “o custo da fabricação do pão... incluía a habitação, alimentação e roupa de todas as pessoas que trabalhavam para o amo. Os salários em dinheiro eram uma fração do custo”. ... “A fábrica não oferecia habitação aos trabalhadores em suas instalações; na verdade, essa fábrica foi uma das primeiras na França a recrutar trabalhadores de tão longe que eles tinham de ir a cavalo para o trabalho, em vez de andar a pé” (Sennet, 1999: p 36 e 37).

E para não me alongar mais,

“Os cercamentos seriam um progresso óbvio se não ocorresse a conversão às pastagens. A terra cercada valia duas ou três vezes a não-cercada. Nos lugares onde se continuou a cultivar a terra, não diminuiu o emprego e o suprimento de alimentos aumentou de forma marcante. ...a conversão de terras aráveis em pastagens, ... a despeito da destruição de habitações e da restrição de empregos que ela acarretou. ... A indústria caseira já se difundia na segunda metade do século quinze, e um século mais tarde ela já era um aspecto marcante no campo. A lã produzida na fazenda de carneiros dava empregos a pequenos posseiros e agricultores sem terra, e os novos centros de indústria de lã garantiam a renda a uma quantidade de artesãos.”(Polanyi, 1980: cap.3).

Submetido a esse processo de dominação em que a dimensão material mediatiza todas as realizações como se fosse autônoma, como se as relações sociais não fossem as dinamizadoras desse processo, contraditoriamente, o ser humano transita entre autonomia e alienação, do domínio de si e do condicionamento pelo outro, no embate entre verdades operacionalizadas racionalmente ou irracionalmente nas instituições sociais. Desse modo, a constituição de uma identidade social atua como uma determinação na forma de inserção produtiva pelo sujeito. Por exemplo, múltiplas atividades são desempenhadas por pequenos produtores rurais para manterem-se enquanto tais, efetivamente preenche de cultura, valores, caráter. Enfim, de sentido para além do mercado tido como modelador exclusivo das relações sociais.

Além das contradições de ordem imaterial, na sociedade sob a hegemonia do trabalho produtivo capitalista, o paradoxo está na qualidade de vida que não expressa possibilidade de satisfação material para todos, nem realização pessoal como prazer decorrente do trabalho quer urbano ou rural. Destarte, se universalizado, o trabalho produtivo capitalista diluiria as diferentes identidades sociais numa identidade de massa, certamente urbana e industrial.⁸

⁸ “Domenico de Masi diz que: “na realidade, a sociedade industrial não só fez com que, para muitos, se tornasse inútil o cérebro, como também fez com que somente algumas partes do corpo fossem utilizadas.

Contudo, o próprio processo histórico que gerou a especialização do trabalho, a separação entre pensar e fazer e o trabalho sem prazer, tem resgatado a pluriatividade anterior à especialização e a produção material e social de vida por meio de atividades que são prazerosas, não impostas e por isso representadas como não trabalho ou como ócio e que considero, nos termos dessa pesquisa, como trabalho, na medida em que produz a vida material e social dos seus sujeitos, dando sentido ao desenvolvimento humano daí resultante. Nesses termos, o trabalho concreto sem deixar de ser veículo material do valor de troca, como mercadoria enquanto objeto externo, passa a ser adicionalmente veículo imaterial (conhecimento, informação, serviços etc.) de valor de troca e de sentidos do desenvolvimento humano, que podem estar direta ou indiretamente subordinados à dinâmica do capital.

De modo a perceber nuances do desenvolvimento humano centrado no trabalho, procurei identificar, nas histórias dos entrevistados e considerando o campo de atividade com o rural que adotei como universo amostral, recursos de relativa autonomia, para o que delimiti coletivos. Trabalhar com coletivos me permite conectar indivíduo e sociedade; pessoa e instituição. Conectando-se mediante disputa e cooperação que estão matizadas por coletivos institucionais (instituições públicas, escolas, técnicos em equipes de trabalho) e por coletivos pessoais (cooperativas, associações, pescadores num mesmo barco, ou num ponto de desembarque, produtores em unidades familiares).

No que estou chamando de coletivos institucionais, rural e urbano estão estabelecidos na missão do órgão ou nas atribuições das gerências tecendo o campo, em torno do qual, a atuação profissional de cada trabalhador deve se constituir em processo de cooperação, metamorfoseando as diferentes visões de mundo em perfis técnicos avaliados pela competência desses profissionais. A flexibilidade ou a resistência, ditadas pelas visões de mundo, darão o tom das disputas nessa cooperação em que as conquistas devem ser de interesse público.

Mesmo sendo estabelecidos institucionalmente, rural e urbano entram na disputa a partir das ênfases ou das diretrizes que marcarão a atuação profissional. Desse modo, ao mesmo tempo em que as diretrizes oficiais focalizam o urbano e o industrial para espaços regionais ainda não metropolizados, na própria região metropolitana um dirigente de secretaria municipal, que partilha do poder político da situação no governo do Estado, afirma que “É um erro pensar que a RMS é apenas cidade e industrial”.

Também no escalão técnico a perspectiva de não dar exclusividade à dinâmica de acumulação acelerada de capital, viabilizada pela forma social do trabalho produtivo capitalista, pelo privilegiamento de determinadas atividades econômicas, se confronta com as diretrizes oficiais mesmo no âmbito das atividades rurais.

“Muitas coisas que eu colocava que eu entendia como importante,... para a visão das pessoas que ficavam em cima, ela se diminuía. Para mim tinham uma dimensão, para determinados grupos que estavam comandando aqui o trabalho ela era pequena, ela não alcançava produtividade, ela não aparecia.”(Entrevistado nº 3).

Essa situação, vivenciada por um agrônomo da extensão rural ocorreu quando ele retornava à empresa de origem após capacitação em nível de mestrado, frente à sua escolha de permanecer atuando em áreas rurais ao tempo em que a empresa o escalava para a sede do órgão em Salvador, pela sua qualificação profissional.

São interesses e olhares diferentes em cooperação, mas também em disputa pelo que deveria dar diretriz ao desenvolvimento, dando conteúdo às experiências e às

Isto era diferente da sociedade rural na qual o camponês, para usar a enxada ou a pá, assim como o pescador para pescar, além de utilizar o corpo inteiro, usava talvez um pouco mais o cérebro”. (O ócio criativo, RJ, Sextante, 2000).

representações sobre elas. O pensar (planejar exclusivamente na cidade metropolitana) e o fazer (atender exclusivamente produtores no campo e nas cidades interioranas), assim separados, são institucionalizados como dicotomia onde a cidade assume o papel de fonte dos ordenamentos econômicos e sociais, e o campo, objeto a ser performado.

Nos coletivos que estou chamando pessoais, a instituição existe em função dos interesses particulares que se expressam objetivamente nos níveis de participação, por exemplo, nas associações de agricultores, criadores ou pescadores assim como nos engajamentos políticos com implicações de benefícios diferenciados. Uns trabalhadores declaram que sua categoria profissional recebe ajuda do governo, outros dizem que não.

Uma produtora rural diz que

“A gente fundou uma associação e eu sou a presidente da associação de agricultores. E aí no meio dessa reunião, nós decidimos. Eu fiz uns cursos através daqui da GEAP, eu fiz um curso de piscicultura, mas fiz vários, aí eu me apaixonei pelos peixes e aí resolvemos fundar tipo uma cooperativa dentro da associação. Aí começamos com cinqüenta pessoas, cavamos um tanque na mão, colocamos uns peixes e aí passamos a cavar outro, terminamos semana passada o outro. Mas só que de cinqüenta, agora só tem vinte pessoas, ninguém agüentou muito o tranco não, mas nós temos peixe já e já dá pra tirar”. (GEAP é a Gerência de Agricultura e Pesca na Prefeitura de Camaçari). (Entrevistado nº 19).

Um pescador em Salvador, diz

“...nós temos no nosso estado mesmo, uma empresa aí que é a Bahia Pesca que tem feito muito pelo pescador, tem lutado muito esse governo que tá aí, feito muito, Seu Paulo Souto, o próprio senador o Sr. Antônio Carlos Magalhães, o presidente da Bahia Pesca, alguns políticos tem se empenhado muito e graças a Deus e graças a eles a nossa colônia aqui é uma colônia que é dos olhos dos governantes atuais. O Sr, César Borges por exemplo fez muita coisa aqui nessa colônia, botou câmara frigorífica, reformou essa colônia; o próprio prefeito Antônio Imbassahy tem nos ajudado, nós temos médico aqui, temos pessoas decentes. ... a própria capitania dos portos está aí, o capitão dos portos está aí e se prontifica, ajuda, faz tudo pelas colônias de pesca, agora precisa que as autoridades e os governos, os governantes, também vejam isso de uma forma mais eficiente pra melhorar a condição da vida desses homens. (Entrevistado nº 9).

Mas, fora de associações, aparecem discursos como o de um pescador antigo que também trabalhou na Marinha:

“O governo não olha muito a gente aqui, porque ele não dá apoio. O pescador mesmo não recebe nenhum apoio. Quando larga alguma coisa é coisa muito “micha” que às vezes não dá nem pra fazer nada; agora, ele deveria incentivar mais um pouco; não dá nada. Aqui o pescador é esquecido, às vezes quando sai numa reportagem assim, é quando existiu um naufrágio, uma coisa assim, virou um barco, morreram tantos pescadores. Depois disso ele é um tanto esquecido pelas autoridades...” (Entrevistado nº 5).

Ou ainda o depoimento de outro pescador

“Nossos governantes,... nas eleições eles chegam aqui oferecendo coisas pra gente, oferecendo muitas coisas. O que nós estamos necessitando hoje, é de um óleo mais barato, uma isca mais barata que a gente não tem; aqui um quilo de sardinha está custando três reais. Quer dizer, nós vamos sair para pescar aí, quando chega com os peixes às vezes miúdo, querem pagar a mesma coisa, até mais baixo do que a sardinha.

Então é uma dificuldade muito grande; nós deveríamos de ter aqui, sabe o que é? Um, Um,... pelo menos um tonel ou um pequeno posto de combustível aqui pra gente; todas as colonias de pesca aí pra cima tem o óleo e a gente não tem. É uma dificuldade de se deslocar daqui, deslocamos daqui pra comprar no posto, cada vez tudo mais caro e as coisas do pescador tudo caindo. ... nossa tecnologia de pesca aqui é muito baixa, tudo atrasado.

Cada ano, nos países europeus eles tem uma tecnologia diferente e aqui.... quando lá eles estão cansados e não querem mais, aí é que vem aqui pra gente. Nossos governantes não olham esse lado da pesca; quando nós fizemos esse financiamento aí eu pensei que alguma coisa iria melhorar. (o pescador se refere a financiamento de barcos pelo BNDES) .

Nós passamos até dificuldade, também, é no inverno. No inverno o pescador passa muita dificuldade por causa disso aqui (mostra o mar revolto), porque o mar engrossa e o pescador não pode sair e nós não temos outro meio de vida pra sair. Não pode sair porque o mar está grosso e os nossos governantes não vêem isso. Eles pensam que o pescador... chegam aqui em tempo de eleição, é pegar 4, 5 caixas de cerveja ... o pescador não quer isso; quer uma qualidade de vida melhor, que eles ajudem porque quando eles querem ser eleitos eles vêm aqui e são bem apoiados.

Às vezes o erro é até nosso porque não sabemos... se nós procurarmos olhar nosso direito... porque nossa classe também não é uma classe unida, porque se nossa classe fosse uma classe unida a coisa seria outra; também porque nós lutávamos pelos nossos direitos e agente conseguiria. Mas, devido nossa classe também não ser unida muitas coisas caem por água abaixo". (Entrevistado nº 6).

As falas contêm nuances aparentemente contraditórias de avaliação em relação à ação pública. Antes de serem contraditórias elas são expressão de interesses sob tensão nas dimensões particular e social que operam em correlações de forças desiguais na relação público/privado. Requisitos organizacionais (Castells, 1999) e caráter (Sennett, 1999) que dão conteúdo aos coletivos institucionais e aos pessoais respectivamente.

O rural e o urbano estão aí condicionados ao que está estabelecido nos coletivos institucionais e o que é determinante na composição do coletivo é a melhoria da qualidade de vida e dos ganhos econômicos e sociais. Para isto que os coletivos pessoais reivindicam a consideração diferenciada do modo de ser rural estando na região metropolitana. É o caso de pescadores que têm barco e apetrechos financiados sem que o financiamento considere as características de uma produção condicionada diretamente pela dinâmica da natureza. Também é o caso da não inclusão de produtores de cacau da RMS no programa de recuperação dos cacauais afetados pela vassoura de bruxa por não estarem na região reconhecida como produtora de cacau.

O nível pessoal desses coletivos envolve a disponibilidade desses trabalhadores em se comprometerem com múltiplas atividades geradoras de renda ou de melhoria de vida por ações solidárias. No desenrolar das entrevistas pude observar que há uma identificação direta entre trabalho e produção da vida material imediatamente remunerada tendo sido necessário que eu esclarecesse, para todos os entrevistados, que atividades não remuneradas também estavam incluídas no meu questionamento para apreender a participação desses trabalhadores, por exemplo, na liderança de associações de produção ou em trabalhos voluntários de quaisquer conteúdos técnicos. O senso comum já incorpora também a compreensão do trabalho como sinônimo de assalariamento ou como principal atividade de produção em relação à comercialização do produto dessa atividade, como pude observar com os ambulantes em feiras livres

vendendo produção própria. Para eles, o trabalho era o de produção, de cultivo do quiabo que estavam ali vendendo.

As categorias trabalho e pluriatividade ganham matizes no quadro teórico do pensamento complexo. O trabalho assume duplo sentido: o de dínamo da vida humana e o de configuração histórica da produção material e social da existência, identificado contemporaneamente com a pluriatividade. Por sua vez, a identificação dos diferentes envolvimento dos trabalhadores em atividades de produção material e imaterial de vida, estabelece um diferencial na pluriatividade já reconhecida, cientificamente, em torno da composição da renda familiar do pequeno produtor rural. Por um lado, essa pluriatividade se estende aos demais trabalhadores com o rural que atuam como atividade meio e como atividade fim, na configuração de sua identidade social de produção. Por outro, revela uma dimensão de sociabilidade na pluriatividade compondo uma identidade social de humanidade. Na construção das duas identidades são apropriados os conhecimentos inerentes a cada uma delas, mutuamente. Assim, o agrônomo utiliza seu conhecimento científico no trabalho voluntário como se apropria da sua vivência cultural religiosa na ação de extensão rural.

Nesse rural pluriativo, econômica, social e culturalmente falando, pude observar a ocorrência de um elenco de mais de vinte atividades⁹ que compõem a dinâmica da vida dos entrevistados, tanto os que trabalham com o rural como atividade fim quanto os que trabalham com o rural como atividade meio (Tabela 23).

⁹ Considerei três agrupamentos de atividades: A- que são remuneradas ou implicam em melhoria de renda (construção civil, pequena agroindústria, mergulho profissional, cozinha; administração de associações ou outras organizações; música; medicina; política; liderança comunitária; ensino; artesanato; feirante e agropecuário); B- que geram perspectivas de melhoria de renda (estudo) e, C – não decorrem de interesse monetário (prática espiritual sem militância; militância religiosa; voluntariado em obras sociais, comunitárias, movimentos sociais e orientação profissional, prática de esportes).

Tabela 23 - Outras atividades desenvolvidas simultaneamente por trabalhadores do rural com ou sem remuneração - RMS 2002

Atuação no rural Atividades	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio					Sexo	
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	ONG/ empresa	Planejamento	Extensão	Ensino	Ambulante	Administrativo	Homem Mulher
Construção civil		3		1					4
Pequena agroindústria	1								1
Mergulho profissional (petróleo)		1							1
Cozinheiro(a)		1							1
Administração de associação/ organizada	2	2	1	2	1			1	8 1
Música		1							1
Medicina					1				1
Política				1				1	2
Prática espiritual sem militância	2	1			1				1 3
Liderança comunitária	2	1						1	3 1
Pequeno empresário				2					2
Militância religiosa	4	2		5	2			1	10 4
Consultoria				1					1
Voluntariado em obras sociais/ comunitárias/ associação			1	4	3	1		1	6 4
Ensino/ educação ambiental e outros			1	2	1				4 1
Artesanato	2								1 1
Esporte					2		1		1 2
Estudo/ leitura	1	1							1 1
Ambulante/ feirante	4								1 3
Agropecuária				4			1	1	6
Outras	2	1		1					4

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole" / RMS - 2002.

O envolvimento, com outras atividades é diferenciado e pode contemplar mais de uma atividade além daquela que dá identidade profissional ao trabalhador.

Desse modo, 45,1% dos envolvimento em outras atividades o são na perspectiva de composição da renda familiar. Quando desagrego os percentuais considerando atividade fim ou atividade meio eles são de 57,0% e 37,2% respectivamente. (Tabela 24)

Tabela 24- Condição de remuneração das outras atividades desenvolvidas por trabalhadores do rural - RMS 2002

Atuação no rural Condição das atividades	Trabalham o rural como atividade fim				Trabalham o rural como atividade meio								Total registro	Frequência %
	Agropecuária Pesca/ mariscagem	%		ONG/ empresa Planejamento Extensão Ensino Ambulante Administrativo	%									
		Absoluto	Relativo		Absoluto	Relativo								
A- Remuneradas	9	7	16	57,0	1	11	2		1	1	16	37,2	32	45,1
B- Com perspectivas de remuneração	1	1	2	7,1		1				1	2	4,6	4	5,6
C- Não remuneradas	10		10	36,0	2	11	9	1	1	4	25	58,2	35	49,3
Total	20	8	28	100	3	23	11	1	2	6	43	100	71	100

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole" / RMS - 2002.

A frequência da participação se inverte quando se trata de atividades que não decorrem de interesse monetário, ficando 36,0% e 58,2% para rural atividade fim e rural atividade meio. Essas frequências reafirmam a já sabida baixa remuneração das atividades primárias em nível de pequena escala de produção, mas apontam o desenvolvimento humano por meio do trabalho contendo as dimensões privada e social enquanto unidade dialética que dinamizam a vida humana.

Dentre as diversas atividades mencionadas, a militância religiosa foi a que mais se repetiu, com quatorze (14) registros (Tabela 23). Somados aos registros de prática espiritual, esse número se eleva para dezoito (18). A atividade mais mencionada, em 2º lugar, foi de voluntariado social, com dez (10) registros.

Não há diferenças percentuais significativas de envolvimento com outras atividades tanto para os trabalhadores em atividade fim quanto para os em atividade meio, quando a questão é a militância religiosa. Predominam entre eles os católicos seguidos dos espíritas e depois dos adventistas. É curioso que tendo sido a pesquisa realizada numa região em que o candomblé é ícone cultural, nenhum entrevistado tenha se declarado com essa identidade religiosa que perpassa a religião católica na maioria dos festejos populares como as conhecidas festas de largo, em que tanto N.S. da Conceição da Praia, padroeira da cidade de Salvador e dos pescadores quanto Iemanjá, também protetora dos pescadores, é homenageada.

A religiosidade que compõe a cultura brasileira e no caso específico, a baiana, e mais especificamente a existente na atual Região Metropolitana de Salvador, surge desde a colonização portuguesa constituindo um forte amálgama social quer através da ação dos jesuítas quer através dos cultos indígenas e africanos, reconhecidamente coadjuvantes das regulações sociais do período colonial.

Esse perfil não ficou apenas no período colonial, mas integra a cultura da sociedade brasileira de diferentes maneiras, adequadas às diferentes identidades sociais. Sorj (2000), analisando a nova sociedade brasileira, entre outros elementos de igual importância, chama a atenção para o fato de que

“As novas identidades possuem um forte componente de auto-ajuda

(embora não assumido geralmente como tal), de fortalecimento da auto-imagem e da capacidade individual de enfrentar o mundo. Se a classe média baixa e os grupos mais pobres buscam... referências e orientação na religião, as camadas médias e altas encontram este apoio nas terapias profissionais e na literatura de auto-ajuda. ...

“Um dos fenômenos socioculturais mais importantes das últimas décadas é o crescimento dos grupos evangélicos. Expressão de um complexo movimento social, é um dos mais bem-sucedidos instrumentos de integração dos grupos populares dentro de valores de auto-ajuda, autocontrole, solidariedade social, dedicação ao trabalho e à família. É igualmente um dos casos mais impressionantes de capacidade e criatividade empresarial dos líderes religiosos de algumas denominações, que transformaram suas Igrejas, nascidas no Brasil, em verdadeiras multinacionais...

A Igreja “progressista” ocupa... vários espaços importante na sociedade brasileira, especialmente em círculos da liderança do PT e do MST.

Inclusive os grupos ecologistas e os grupos de promoção da consciência negra e das raízes africanas podem ser considerados parte dessa tendência de formação de novas identidades com ênfase nas dimensões subjetivas e culturais que mobilizam pessoas que buscam uma alternativa pessoal de vida.”(Sorj, 2000: p 91 e 92).

As sociabilidades parecem acolher cada vez mais as diferenças e cada vez mais diferenças, coexistindo, transcendendo os objetivos imediatos das atividades que se desenvolvem envolvendo sentidos de transcendência religiosa. Como desdobramentos da prática social diversificada, em atividades econômicas e não econômicas, muitos sentimentos são internalizados conforme declarado por estes sujeitos sociais (Vide Tabela 25).

Tabela 25 - Como os trabalhadores do rural sentem as diferentes atividades que desenvolvem na vida pessoal - RMS 2002

Atuação no rural Sentimentos	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio					Sexo	
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	Planejamento	Extensão/ ONG/ empresa	Ensino	Ambulante	Administrativo	Homem	Mulher
Complementam-se objetivamente (condição de vida)		4	4					8	
Realizam como pessoa/ gratifica	2	3	3	1	1		1	8	3
Produzem bem estar, saúde		1	1					1	1
A diversão que tem	1								1
Poder estar em atividade com os filhos	1							1	
Prazeroso por fazer o que gosta	1	1	2					3	1
Realiza por ajudar e ser ajudado (solidariedade)	1	1	1	2	1		1	5	2
Complementam-se subjetivamente/ coração	1	1	3	3				8	
Múltiplas habilidades		2	1					3	
Processo de desenvolvimento humano geral (troca de saberes/ integra socialmente)	1		3	2				5	1
Integra a pessoa, mas ainda com coisas a fazer			3					2	1
Certeza de superação do capitalismo			1					1	

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole" / RMS - 2002.

Listei doze condições desses sentimentos e posteriormente agrupei-as numa relação de alteridade (Tabela 26)

Tabela 26 - Relação de alteridade percebida nos sentimentos decorrentes da realização de outras atividades por trabalhadores do rural - RMS 2002

Atuação no rural Relação de alteridade	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio					Frequência	
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	Planejamento	Extensão	Ensino	Ambulante	Administrativo	Absoluto	%
Em relação a si mesmo	5	11	15	4	1		1	37	67,4
Em relação a outro	2	1	1	3	1		1	9	16,3
Em relação a si e ao outro	1	1	4	2				9	16,3
Total								55	100

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole" / RMS - 2002.

que revelou 67,4% dos sentimentos mobilizados decorrente dos impactos na vida da própria pessoa que realiza a atividade por estarem complementando as condições objetivas de vida; realizando-os como pessoa; divertindo; sendo prazeroso por possibilitar fazer o que gosta; complementando emocionalmente o ganho material; possibilitando múltiplas habilidades; integrando a própria pessoa mas ainda incompleto. Os sentimentos não são excludentes tendo ocorrido entre os trabalhadores rurais a associação entre a complementação de renda e o divertimento devido à impossibilidade de acesso a atividade de lazer.

Percebo que atividades profissionais e atividades não profissionais de pessoas cujas vidas estão referenciadas no mundo rural promovem desenvolvimento humano em nível pessoal, quer seja atividade dirigida a si mesmo, quer seja atividade dirigida ao outro, como ocorre com os profissionais cujo trabalho principal é o rural como atividade meio, mas que atuam simultaneamente em trabalhos voluntários, embora 37,2% (Tabela 24) dos envolvimento desses profissionais também ocorram como complemento de renda.

Nesse âmbito se insere a frequência de 32% (Tabela 26), que se refere a sentimentos diretamente relacionados aos impactos que a atividade promove na vida de outras pessoas. Embora a atividade se desdobre em benefícios para a própria pessoa, foram sentimentos expressos privilegiando o outro, conscientemente assumido como o que mobiliza o indivíduo para a atividade que está produzindo bem estar e saúde, realizando por ajudar e ser ajudado (solidariedade), realizando um processo de desenvolvimento humano pela troca de saberes e de visões de mundo (integrando socialmente), possibilitando estar em atividades com os filhos e contribuindo para a superação do capitalismo. Isto sugere que a consideração do outro na condição do desenvolvimento humano exerce um forte apelo na qualidade de vida revelando a importância da pessoalidade nas relações sociais.

A subjetividade também revela forte apelo na constituição do ser humano tendo em vista que dos sentimentos que advém dessa pluriatividade, 62,7% estão na dimensão subjetiva (Tabela 27), em atividades para si mesmo e para os outros.

Tabela 27 - Ênfases percebidas no sentimento pessoal de realização de outras atividades por trabalhadores do rural - RMS 2002

Atuação no rural Ênfases	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio					Frequência	
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	Planejamento	Extensão/ ONG/ empresa	Ensino	Ambulante	Administrativo	Absoluto	%
Subjetividade	6	7	12	8	2		2	37	62,7
Conhecimento	1	2	6	2				11	18,6
Qualidade de vida melhor	2	4	4					10	16,9
Política			1					1	1,8
Total								59	100

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole" / RMS - 2002.

Seguem-se a essas, com 18,6%, as que estão numa dimensão cognitiva, com 16,9% as que expressam melhoria imediata na qualidade de vida (material, familiar e lúdica) e, por fim, com 1,8%, as que remetem a transformações de projetos políticos para a sociedade como um todo.

No caso, dos profissionais pescadores há distinção entre a identificação de sua própria vida como identidade social e a da identidade formal da atividade profissional. Os pescadores distinguem os enquadramentos oficiais da profissão, daquilo que é sua representação própria. Desse modo, a antiga vinculação da aposentadoria na pesca ao Funrural, não fez com que a pesca seja, para eles, uma atividade rural, a qual é freqüentemente identificada como atividade da roça; é apenas um meio de disponibilizar um benefício ao pescador e não uma identidade. Em relação à carteira de pescador que a marinha exige e para a qual habilita o profissional mediante curso, sente-se a força de uma identidade formal sobre uma identidade subjetiva quando homogeneiza todos os que capturam peixe como pescadores, encobrindo, por exemplo, uma habilidade específica que é a de mergulhar. Ser capaz de mergulhar é motivo de distinção entre eles que se orgulham da vitalidade que suas habilidades revelam; apontam a disseminação de hábitos de uso de fumo e de drogas como incompatíveis com a profissão de pescador e suas habilidades.

As habilidades requeridas para cada atividade produtiva, na terra e na água, são consideradas como o jeito de cada um, um potencial natural: "tem gente que dá para a pesca, tem gente que não dá" e a cidade é "para quem é mesmo da cidade". O ritmo acelerado da cidade tem sido apontado como um diferencial de tal modo internalizado que dificulta e até impede o convívio com as duas realidades, aquela mais condicionada pelo ritmo da natureza e aquela mais condicionada pela intensificação de eventos, de tecnologias e de expectativa de mais velocidade nos retornos de ganhos produtivos. Quando o termo de comparação das atividades é o ritmo de vida, os trabalhadores conectam as atividades na água e na terra como rurais, e o rural com a natureza, inclusive nas dificuldades produtivas decorrentes da dinâmica natural.

As metamorfoses que se operam no trabalho produzem distinção social entre os trabalhadores, enquanto a conexão com a natureza produz identificação entre eles.

A experiência de ruralidade parece-me bastante complexa. É apreensível no âmbito local, principalmente quando articula na experiência de trabalho o vasto leque de atividades que torna, os que trabalham com o rural, sujeitos pluriativos e que aqui requisito enquanto constituintes de significado. Desse modo, as atividades se metamorfoseiam em significados a partir da finalidade imediata do seu produto para o consumidor. A atribuição de sentidos desloca como não-lugar um segmento do rural produtivo para a cidade em lazer; é o caso da ida à praia ou à pesca.

Guardando as características de cada local, na RMS essa interação entre rural e urbano ocorre de forma disseminada e, como nesse exemplo que escolhi verifica-se em Itaparica, em Vera Cruz, em Lauro de Freitas, em Camaçari, lugares em que o lazer dos moradores locais é a secular “rinha” de galos ao lado do futebol, da televisão, das cartas e do dominó, enquanto a praia, fonte de renda e sobrevivência tradicionais no local, através da pesca, que mesmo em decadência continua relevante, é, ao lado da praça, lazer de veranistas que buscam a beleza natural das praias e a água considerada medicinal.

Entre os significados que emergem das atividades produtivas no mundo rural está o de festividade que também pode vir associado ao de reverência mística como as festas que comemoram a fartura, homenageiam a fertilidade ou pedem proteção para as atividades produtivas. Entre essas festas estão a de São João, São Pedro, São José, de Iemanjá, oferendas de caruru. Muitas vezes esses são os únicos momentos de lazer das comunidades em zonas rurais mais afastadas da zona urbana, principalmente as festas religiosas em devoção aos santos padroeiros. Em todos os municípios da RMS há essas festas sendo que em Candeias a romaria pelos milagres da N.S. das Candeias envolve a população local e romeiros de todo o Recôncavo. Salvador tem na festa a Iemanjá que é promovida pelos pescadores da Colônia Z1, do Rio Vermelho, um evento que já se constitui cartão postal das festividades que antecipam o carnaval e que reúne milhares de baianos e turistas. Também a colônia Z-6, de Itapuã faz festa de Iemanjá no mesmo dia, preparando-se para outra festa que é a da baleia e que culmina com a lavagem da Igreja de N.S. da Conceição de Itapuã, padroeira do bairro e dos pescadores, num claro convívio entre a religiosidade de origem africana com a religião católica oficial.

Além das festas já mencionadas, os entrevistados declaram gostar e participar de vaquejadas, festas de vaqueiros, rodeios, samba de roda, bem como daquelas que eles consideram da tradição familiar como natal, ano novo, aniversários, ou ainda festas dançantes com ou sem forró (nem todos gostam de forró) e serestas. O carnaval e as festas de largo perdem adeptos com o avanço da idade, e não está incluída entre as festas dos que trabalham o rural, como atividade fim, pelo excesso de agitação e ocorrência de violências. Mesmo entre os pescadores do mar há preferência pela parte religiosa das festas de largo.

Com um elenco de festividades, (Tabela 28) entre os entrevistados, 79,2% participa de festas. Aqueles que são adeptos de religiões evangélicas são menos dados a festas embora tenham explicitado que não é por causa da religião. Apenas 20,8% declarou que não gosta de festas embora identifiquem o jeito festeiro como uma característica de baianidade. É também avaliada a apropriação mercantil dessa cultura festeira que tem mudado a fisionomia de umas festas e contribuído para preservar a memória cultural em outras. Para uns isto é olhado de forma severa tendo em vista que as mudanças que são inerentes ao processo histórico social de transformação da base produtiva vêm sendo subordinadas politicamente. Para outros, trata-se de algo que pode e deve ser preservado para além da atribuição de ser atração turística, por se constituir

memória viva da cultura e, portanto um componente socioambiental na sustentabilidade complexa.

Tabela 28 - Festas que trabalhadores do rural gostam de participar - RMS 2002

Tabela 20 - Festas que trabalhadores do rural gostam de participar - FINE 2002										
Atuação no rural	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio					Sexo		Frequência %
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	ONG/ empresa	Planejamento	Extensão	Ensino	Ambulante	Administrativo	Homem	
Festas										
São João, São Pedro	2	1	1	2	3				7	2
Familihares/ religiosas	1			3	2				5	1
Aniversários				2					2	
Carnaval				2	4				6	
Tradicionais	1	1		1	2				4	1
Vaquejadas/ festas do vaqueiro/ festas rurais/ rodeios			1	2	3				5	1
Espiritualistas	2	2		2	2				5	3
Tradição local; samba de roda, caruru, etc.	2		1						1	2
Dançante/ forró/ serestas/ barzinho		5		3	1				9	
Com amigos, que possa conversar		1		4	2			1	7	1
Viagens, excursões, acampamentos, caminhadas				1						1
Festas de largo		1	1	1	1				4	
Não gosta de festas (violência, agitação)	5	3		1		1			5	5
Não gosta da mercantilização das festas tradicionais	2	1		1					4	

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole" / RMS - 2002.

Número de declarantes: 48 (Referência para o cálculo).

A crítica ao processo de transformação cultural revela uma disputa de visões de mundo que se dá no âmbito dos que trabalham o rural onde as bases produtivas na cidade e no campo são reivindicadas como base material de uma “cultura baiana”.

Numa perspectiva de transformações sociológicas politicamente apropriadas, um extensionista avalia que

“... esse aspecto cultural, claro, está aí, não tem como se negar que é forte, influência do candomblé, ... das questões do candomblé como um todo, das questões da dança, das questões da música, das questões até da culinária; é forte. Agora, no fundamental, isso, a tendência disso, não fosse o processo de exploração turística disso, a tendência disso seria desaparecer, porque o mundo se transforma. ... Imagine que hoje já se coloca até salada dentro do acarajé. A mudança seria muito mais forte se não houvesse o processo de exploração, de fazer os guetos, às vezes reacionários, ... são reacionários, iniciados como

movimentos até, e hoje, como é que vivem lá, fazendo caridade, porque aquilo ali é um absurdo. ...

... Mas a questão na Bahia da cultura está sendo hoje um núcleo fechado de exploração política. Claro que tem as aberturas,...e tem mais um detalhe: como a sociedade, a base que gerou aquela cultura mudou, esses grupos do chamado Axé já exploraram tudo que existia antes: as músicas que eram tocadas no cais do porto, nos cantos da fábrica, aqueles samba de roda, samba duro e eles não sabem fazer outro porque não vivem mais aquilo, e como são pessoas de pouco nível educacional que estão metidas nisso, nem sequer conseguem fazer isso por uma forma trabalhada racionalmente, ...(Entrevistado nº26).

Numa leitura de base ambiental que mescla múltiplas dimensões da realidade, a crítica cultural é de que

“...a gente, por não conhecer a origem de cada movimento, de cada coisa, o porquê de cada coisa dessa, o que veio realmente da senzala, mas o que veio também da praça, da comemoração, independentemente da condição de escravo, que se misturou com o português, que se misturou com isso e com aquilo, por não conhecermos o detalhe da origem dessa coisa toda, a gente termina admitindo a cultura da bunda como sendo cultura baiana. Então, isso foi sendo empurrado e isso viabiliza um retorno financeiro a uma enorme máquina econômica, aonde estão gravadoras, aonde estão todas as bandas, os artistas, os trios, o isso, o aquilo, a hotelaria, o turismo e lá vai, o carnaval, não sei o que, entendeu? Eu acho isso extremamente errado, isso me incomoda profundamente, isso me deixa triste, dá, assim, tristeza de ver essa cultura baiana que só existe nesse lugar chamado Bahia.

A mistura de culturas que aconteceu aqui não existe em outro lugar no mundo, não existiria obviamente, mas também aqui no Brasil não existe; se a gente for daqui para Aracaju, aqui junto, é diferente. Então isso é um patrimônio incalculável que na hora em que o mundo está se plastificando nessa internacionalização da economia, onde tudo passa a ser ‘kits’, aonde tudo passa a ser estandardizado, quem tem uma coisa genuína, autêntica, diferente, exótica como nós temos, ganha um destaque, era para estar ganhando um destaque, assim, de primeiríssimo quilate, ao invés disso, a gente bota a bunda da mulher baiana para poder ser esse destaque. Não tinha necessidade disso, a bunda da mulher baiana é muito bonita, é muito bacana, é muito tudo, apareceria naturalmente dentro do processo, assim como é bonita a nossa praia, como é bonito o nosso manguezal, as nossas dunas, o nosso Abaeté, o nosso isso, o nosso aquilo, não precisava disso. ...

Então, eu acho que a cultura baiana está passando por um momento, assim, muito perigoso, porque exagerou na dose do mercantilismo, de transformar em mercadoria, o que é prazer, emoção, história, herança transcendental, tudo isso que esse povo tem tão forte, tudo isso virou mercadoria. Tem que dar uma segurada nisso para retomar o tal equilíbrio... que em tudo precisa ser retomado, é de fundamental importância” (Entrevistado nº 25).

As duas narrativas críticas, por dois olhares com ênfases distintas sobre a realidade empírica, trazem elementos que foram identificados nas entrevistas como características de baianidade: uma singularidade decorrente do acolhimento a diferentes manifestações de culturas, lugares e bases produtivas; o reconhecimento de transcendentalidade religiosa católica e de candomblé em várias manifestações culturais

(nas lavagens de igrejas, no acarajé, no uso de ervas sagradas, etc.), mesmo pelos entrevistados que se declararam sem religião, ou ainda pelos que consideraram que o culto a quaisquer imagens é “coisa do diabo” e que, para serem baianos, não precisam adotar essas crenças. Diversidade e transcendentalidade estão presentes em quase toda a lista de características do que os entrevistados entendem por cultura baiana ou jeito baiano de ser. Isto é vivenciado por eles nas festas que freqüentam, onde alimentação e musicalidade são pontos marcantes e muitas vezes expressão de força, fé e resistência. Trazem através do tempo valores de pertencimento e sociabilidade pessoalizada, aceita como característica do modo de vida rural, embora na contemporaneidade esteja no cotidiano do modo urbano na RMS, trazida pela migração do interior do Estado.

A coexistência de urbanidade e ruralidade, para efetivar melhoria na qualidade de vida e conseqüentemente melhor desenvolvimento humano e regional, mesmo que a condição urbana continue a ser o alvo performativo até mesmo no aspecto físico – urbanístico da região, requer que: se torne visível o rural na região; sejam valorizados seus conteúdos culturais; admitida a economicidade da sua dimensão mesmo que não atendendo a ganhos competitivos interregionais, mas possibilitando a produção material e social da vida de homens e mulheres e, com isso, contribuindo para a “governabilidade” social e para a não desfiliação. Nessa coexistência, O conteúdo da disputa e da cooperação compõe o relacionamento dos sujeitos sociais cujo trabalho de produção da vida material está relacionado ao mundo rural.

É assim, portanto, que prefiro falar de pluriatividade no campo. Algo que não é novo e que vem ganhando sentido adicional ao de constituir um padrão organizacional da sociedade no que se refere à atividade produtiva, qual seja o de reconhecimento de uma identidade social complexa em que o trabalho não perde a centralidade nem sua complexidade, como alerta Mingione.

“El término “trabajo” se asocia generalmente con empleo, normalmente con el empleo oficial, hasta tal punto que los dos conceptos se superponen casi por completo. De esta forma, el trabajo se há convertido en um concepto estrecho y relativamente preciso. Es una consecuencia obvia de la distinción característica en las sociedades industriales entre las esferas económica e social de la vida humana” (Mingione, 1991: p 113)

“En las sociedades preindustriales, el trabajo tenía un significado mucho más amplio y menos preciso. Las actividades laborales se asociaban a la fatiga y a la realización de unas tareas inevitables, como algo opuesto al ocio, la comida o el reposo.....No existía una separación clara entre el tiempo de trabajo y el tiempo de no trabajo, ni tampoco una división del trabajo acorde com unas líneas precisamente demarcadas, al menos para la abrumadora mayoría de la población. No es sorprendente que la definición, realizada en un contexto industrial, de los campesinos preindustriales como “trabajadores agrícolas” sea altamente problemática” (Mingione, 1991: p. 114)

O tratamento sinónimo entre rural e agrícola em oposição a urbano e industrial tem produzido equívocos do ponto de vista subjetivo da identidade social diante da objetividade dessa identidade tomada a partir de um olhar linear sobre a inserção produtiva de homens e mulheres. Isto é, tanto a agroindústria doméstica pode estar compondo como atividade não-agrícola uma identidade social rural, como a produção de conhecimento científico sobre o setor agrícola pode estar viabilizando uma identidade social urbana. O que está em jogo é a construção de identidades sociais por inspiração científica no cumprimento de sua tarefa classificatória. A riqueza do processo

de relação entre o conhecimento científico e as vivências de identidades tensiona qualquer pretensão de neutralidade axiológica¹⁰.

A lógica da mercantilização capitalista da sociedade, cristalizada na organização dos setores industrial e comercial e contrarrestada pela organização familiar da produção rural, embora indiretamente subordinada a ela, pode ser lido ainda em Castells como a formação de um novo sentido para as atividades oriundas do campo, situadas no setor ocupacional que mais cresce em termos de absorção de trabalhadores, o de serviços, como sendo

“... importante observar que, embora o nível de emprego rural devesse declinar para 2,5% do total de empregos, espera-se que as profissões relacionadas à agricultura cresçam. Isso porque, enquanto se estima que haja uma redução de 231 mil trabalhadores rurais, espera-se um aumento de 331 mil empregos para jardineiros e conservadores de áreas verdes: a suplantação do emprego do setor rural pelo emprego em serviços ligados a esse setor na área urbana...” (Castells, 1999: p.212)¹¹.

Efetivamente, essa dinâmica é possibilitada pela ampla flexibilidade do capitalismo enquanto organicidade sistêmica, que se apropria das alternativas geradas pelas lógicas que se opõem à lógica capitalista, no embate das lutas de classes e categorias sociais, em torno da principal contradição do processo de acumulação que é a apropriação do valor produzido.

Estrategicamente, as novas formas de trabalho e a produção de mercadorias “imateriais” (conhecimento, cultura, valores, estética), em que parte dos meios de produção pertence aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que propiciam autonomia relativa a esses trabalhadores são mantidas subordinadas indiretamente à lógica do capital, de modo a não perturbar o crescimento capitalista.

Aqui, o surgimento de novas formas de inserção produtiva, novas relações de produção (desregulamentação do trabalho, terceirização, trabalho autônomo, trabalho informal), constrói novas identidades sociais, sobredeterminadas quer pela dimensão econômica quer por dimensões meta-econômica da existência humana em sua complexidade, onde se inscrevem a identidade social e o projeto de vida de homens e mulheres. Além da inserção produtiva no sentido econômico há inserção social ou humana na composição das novas identidades sociais. Necessariamente, consideramos avanços tecnológicos como conquista humana, para o bem e para o mal; e a coexistência entre rural e urbano como redescoberta da dimensão natural, na condição de ser humano, bem como da natureza humana na condição ambiental do planeta, também para o bem e para o mal, enquanto qualidade de vida geral.

¹⁰ Para o caso específico do rural a experiência do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA é rica em ilustração, como demonstrado por Moreira, 2002.

¹¹ Nessa reflexão, Castells está explicitando a condição pós-rural assumida pelas sociedades informacionais, o que não está aqui sendo problematizado.

CAPÍTULO V – SINAIS DE UM NOVO PADRÃO CIVILIZATÓRIO

Tapa de luva:
Os
animais
e as flores
silvestres
reunidos
decidiram:
O HOMEM
NÃO MERECE
SER
EXTINTO.”
(Damário Dacruz)

A síntese poética, em epígrafe, do poeta baiano Damário Dacruz, me faz calar o que a demonstração científica cobra que eu fale e convença: de que nos sujeitos urbanos e rurais o ser natural humano, inteiro, mas aberto e contemplando o outro, está pronto para acolher essa sentença e cumprir o que ela determina, demonstrando que escolheu um projeto social que não mais põe em risco a espécie humana.

É possível falar assim, num tom universal, porque vivemos, efetivamente, num ambiente planetário de intensas interrelações entre nações e o Brasil é um dos espaços do planeta Terra que experiencia essas interrelações desde que se constituiu como tal. Constituiu-se assim em decorrência mesmo daquilo que então se configurava como o momento das grandes navegações. O Brasil nasce com o uso político das ciências pelo poder de Estado e permanece com a força do Estado até nossos dias, com domínio na correlação de forças que se opera num processo de lutas populares, mesmo que esse domínio tenha se travestido de neoliberalismo.

A Bahia, um dos estados da atual República Federativa do Brasil, é emblemática nesse perfil. É emblemática como espaço cuja dinâmica e até mesmo divisões geopolíticas se sobrepõe umas às outras conforme sejam as prioridades desenvolvimentistas dos governos; também como espaço de privatizações de patrimônios em que a presença de grandes capitais multinacionais continua sendo capitaneada pela ação governamental. Simultaneamente, contudo, como em todo o resto do planeta, ações não governamentais contra-hegemônicas vão ganhando regularidade por meio de organizações formais atualmente reconhecidas como constituindo um terceiro setor ao lado do setor público e do setor privado.

Toda essa introdução é para enunciar que, quando busco sinais de um novo padrão civilizatório, não estou buscando algo autóctone quer como signo quer como atitude. Busca atitudes cujos sentidos expressem uma contra-hegemonia à dinâmica hegemônica, que permanece configurada nas interrelações entre nações, ou ainda, na linguagem contemporânea, configurada na relação entre o global e o local. O próprio recorte do objeto de estudo desta tese, tanto em sua dimensão teórica quanto em sua dimensão empírica, pode ser olhado como um desses sinais, ou seja: buscar pelo pensamento complexo, uma certa ruralidade onde se revela uma urbanidade metropolitana, catalisada pelo Estado que olha a região como urbano industrial. Parece um remar contra a maré, como também o é pretender redefinir o padrão hegemônico dominante.

Nesse contexto, e tendo considerado o desenvolvimento enquanto dinâmica do processo histórico da humanidade, no enfrentamento de problemas que essa mesma humanidade levanta em torno das condições efetivas e potenciais do seu existir, a

década de 90 do século XX pode ser identificada pela tomada de consciência de problemas do desenvolvimento acompanhada de tentativas de enfrentamento, refazendo um caminho já percorrido, diante do relativismo e da incerteza decorrentes do reconhecimento do caráter desigual do desenvolvimento e do problema ambiental na globalização.

Ensaiaando uma interpretação em torno de ruralidades e globalização, Moreira, (2002a), destaca a leitura de Boaventura de S. Santos¹ sobre os modos de globalização hegemônicos, o que também acolho não só como elucidativo sobre os temas entre o local e o global, mas também como sinal de novo padrão civilizatório no renascimento rural.

Na globalização, o problema ambiental, que considero uma dimensão da ruralidade contemporânea, é experienciado como no contexto de uma única sociedade, contudo, verificam-se processos de renascimento rural, tanto por iniciativas oficiais quanto por movimentos socioculturais, em que subjaz o resgate da localização em meio à globalização.

Assim é que na globalização, onde os processos se dão em escala planetária, o problema ambiental é experienciado como no contexto de uma única sociedade, verificando-se processos de ruralização, ou renascimento rural tanto por iniciativas oficiais quanto por movimentos socioculturais, processos esses em que subjaz o resgate da localização em meio à globalização.

“Questionado por uns, que o viam apenas como a expansão dos espaços suburbanos e, portanto, da própria cidade, ou um fenômeno passageiro de caráter conjuntural, o renascimento rural se confirma nos países desenvolvidos, não apenas nas áreas rurais maiores, mas também nos pequenos municípios e, não apenas nas áreas rurais sob influência direta das cidades próximas, mas também naquelas mais distantes e relativamente isoladas. Por outro lado, a vida no meio rural atrai hoje tanto pessoas idosas, aposentadas, quanto jovens em plena atividade produtiva” (Wanderley, 2000: p.98).

Ruralização está aqui entendida como difusão e gradual assimilação de uma série de comportamentos, sistemas de valores, atividades ocupacionais e atitudes voltadas para a consideração do rural.

“No Brasil da atualidade, sob amparo dos discursos do desenvolvimento rural sustentável, a ambiência daquela hegemonia globalizada impulsiona

¹ “Aos modos de globalização hegemônicos contrapõem-se para santos (2002) os modos de globalização de resistência do cosmopolismo e do patrimônio comum da humanidade. A primeira forma de resistência consiste em tentar transformar trocas desiguais em autoridade partilhada. Como exemplo, estariam os movimentos de associações indígenas, ecológicas e artísticas em busca de valores culturais alternativos e contra-hegemônicos. A Segunda forma constrói-se em uma noção que recorre ao direito internacional, identificando o patrimônio comum da humanidade. Como exemplos, teríamos o caso das lutas pela proteção e desmercadorização dos recursos, entidades, artefatos e ambientes cuja sustentabilidade só pode ser garantida em escala planetária – um interesse mundial –, entre elas as lutas ambientais e pela preservação da biodiversidade. Estas últimas em particular constroem novas imagens de rural, como as já citadas dos jardineiros da natureza e dos guardiões da natureza e da tradição. Nessa perspectiva, poderíamos ainda incluir os agricultores orgânicos, agroecológicos e os artesãos que atualizam receitas e artefatos tradicionais. O sucesso dos resistentes depende de redes transnacionais de uma sociedade civil e política global, entre as quais as organizações não governamentais progressistas transnacionais e suas alianças com as organizações e movimentos locais. O cosmopolismo e o patrimônio comum da humanidade são, para o autor, movimentos contra-hegemônicos. Globalismos de baixo-para-cima que assumem o papel de resistência aos fenômenos de localismos globalizados e globalismos localizados (Santos, 2002:70-71). Os fenômenos de globalização não existem como entidades estanques, alimentam-se das lutas que se travam em diversas dimensões, não têm caráter pacífico e consolidado, e atingem o campo social, tensionando, portanto, as identidades sociais em disputa” (Moreira, 2002a: p.21).

processos nacionais de compreensão do espaço agrário como um novo mundo rural. Este passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que, no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológico e cultural). A revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias associa-se à valorização da cultura local e de etnias e ao apoio à produção de artefatos os mais diversos, como conservas, artesanatos e manufaturas ligados à natureza e a cultura popular e tradicional, bem como à dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares. Esses processos de revalorização do mundo rural consolidam atividades rurais e urbanas em cidades interioranas, reduzem – podendo mesmo reverter – o processo de migração rural-urbana e estão associados à consolidação de processos participativos de planejamento e de gestão nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural” (Moreira, 2002a: p.22).

Esse processo traz como elementos complexificadores os próprios conteúdos que o geraram e que agregam à ruralidade novos sentidos. Assim, da disseminação do urbano aliado à globalização, emerge a ruralidade como construção social heteronômica e sem território tão claro como tradicionalmente o era. Paralelamente, as crises no meio rural nessa ordem globalizada e orientada pela racionalidade científico, tecnológica e burocrática fazem emergir mais três ruralidades:

a) ruralidade – como construções sociais dos urbanos tendentes a simbolizar alternativas a suas insatisfações e aspirações vitais;

b) ruralidade – reivindicada por movimentos ecologistas como espaço a ser apropriado, como forma de vida ou modelo alternativo de sociedade inspirador de um projeto coletivo para enfrentamento dos problemas sociais e econômicos contemporâneos;

c) ruralidade – para os agricultores e camponeses como experiências dos problemas e incertezas postos pela sociedade global.

A ruralidade inscrita na concepção de sustentabilidade complexa extrapola os limites do renascimento do rural e aponta para novo padrão civilizatório, objetivamente expresso na presença de Organizações Não Governamentais – ONGs que na Região Metropolitana de Salvador – RMS, atuam com essa perspectiva. A título de exemplo menciono a UNISER (Camaçari) que focaliza “o desenvolvimento do SER, para a expansão da consciência e para o emanar de uma nova maneira de viver, religando-se à natureza e exercendo a plenitude”; na mesma direção há a Fundação Terra Mirim (Simões Filho), e direcionada para uma sustentabilidade produtiva, a organização Jesuíta Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais – FUNDIPESCA (Salvador e Camaçari), além da Fundação Onda Azul (Baía de Todos os Santos) que atua na questão ambiental.

Também reconheço esse sinal nas mudanças de denominações de órgãos públicos para inclusão da questão ambiental, a exemplo do que ocorre nas prefeituras de Lauro de Freitas, cuja Secretaria de Planejamento é também de Turismo e Meio ambiente, tendo aí um departamento de Gestão Ambiental; de Camaçari, com a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente na qual se insere a gerência de Agricultura

e Pesca; na de Candeias, que está migrando as atividades de agropecuária e pesca, da Secretaria de Ação Social para uma Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura; na de São Francisco do Conde, que já está com Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca; na de Madre de Deus com Secretaria de Saúde e Meio Ambiente...

Esse não é, contudo, um movimento linear nem na gestão pública nem na formação dos profissionais que aí atuam.

São espaços institucionais que emergiram de tensões e que continuam tensionados. Carregam máscaras, mas também interesses legítimos por novo padrão de desenvolvimento.

As tensões continuam também no âmbito das formações científicas. Assim, em que pese o surgimento de cursos de graduação cujos nomes alavancam a questão ambiental, como o de Engenharia Ambiental, o de Administração com Gestão Ambiental, ao mesmo tempo em que cursos tradicionais processam transformações epistemológicas e, conseqüentemente de perfil dos profissionais a serem formados, aqueles cursos novos reproduzem a tradição epistemológica com cultura capitalista instrumentalizando a sustentabilidade do capitalismo com melhor gestão dos recursos naturais. Simultaneamente, cursos de nível médio ou sequencial que transitaram do perfil tecnicista para um perfil de humanização da tecnologia em uso integrado, voltam a privilegiar a tecnologia desta vez fragmentando setorialmente a sua aplicação, a exemplo da formação técnica agropecuária que passa a ser formação tecnológica em agricultura ou pecuária ou agroindústria. De todo modo é a expressão de um processo de construção de uma nova hegemonia em que a cultura contra-hegemônica subalterna, não fica desconhecida; antes, é reconhecida e mantida sob negociação pela cultura hegemônica.

Eu diria que esse processo repete aquele que transformou a expressão de força e fé numa característica da cultura baiana. Possibilitou, sob negociação sempre renovada, a coexistência das religiões católica e africana com a ancestralidade nativa dos índios brasileiros enquanto religião popular. A religião popular está disseminada dos rituais nos lugares sagrados até aos quitutes vendidos no tabuleiro da baiana e nos nomes de centros comerciais e salas de convenções. Constitui uma apropriação cultural da natureza em suas imanência e transcendência, mesmo que apenas expresso como resgate histórico.

O aprendizado de convívio com a natureza, reconhecendo-se a si mesmo como natureza, pode ser ilustrado pela experiência de um agrônomo que faz extensão rural em Dias D'Ávila e enfaticamente considera que

“Hoje, a gente observa, decorrente desse tempo, dessa visão crítica em relação à formação acadêmica e até pela própria conjuntura econômica em nível mundial mesmo, que a agricultura química tem os seus dias contados. Agricultura química é essa que tem muitos agrotóxicos, muito pesticida, que usa muito adubo químico; tem seus dias contados em função de que ela é cara, está na contra-mão da história. O mundo clama preservação ambiental e ela vai, colide frontalmente com essas questões da ecologia e que, realmente, por ser dependente estrita da indústria, ela tem seus preços também dolarizados. Isso sobrecarrega principalmente a pequena unidade de produção, em função da descapitalização do setor primário como um todo. Então, a gente observa que a agricultura ecológica, a agroecologia, a cultura natural, tudo aí, os tipos – a gente não vai entrar em detalhes –, que a agroecologia é uma tendência mundial, não é uma onda, não é uma ‘wave’, como se chegou a dizer: é uma realidade.

É uma realidade que vem, numa hora boa, quando a gente tenta fazer tudo para melhorar o ambiente, o planeta, a gente vê, agora mesmo, os jornais estamparam aí, a questão do el niño, que el niño está chegando. Então, a agricultura ecológica tende a corrigir algumas dessas distorções que foram criadas ao longo, por interesses diversos, econômicos, principalmente, que hoje a gente vê. Dentro dessa visão, a gente observa que ela é realmente uma agricultura aplicada a uma realidade, a uma conjuntura; principalmente porque ela trabalha, basicamente, com o que se chamaria agricultura de baixa utilização de insumos, inclusive, parte desses insumos são oriundos da própria unidade de produção, visando a integração vegetal e animal. Então, tudo isso a gente entende que é uma coisa que está acontecendo não pela vaidade de um técnico, uma onda,... É, é como diz, chegou ao limite extremo. O homem tem que repensar; e nós como técnico, como agente de mudanças, como difusor de tecnologias temos que começar a nos adequar a esse momento. Então, pensando nisso, eu principalmente, dentro dessa visão crítica, comecei a me interessar mais por essas coisas, minhas práticas foram me dando essa garantia, a convicção do técnico, enquanto técnico.

Porque ... o técnico... e o produtor... hoje se está vivendo num sentido mais equilibrado dessa relação. Onde a agroecologia está mais avançada; sabe-se que o agricultor, principalmente aqueles mais idosos, são muito respeitados nas opiniões. Porque o saber popular também tem que ser apropriado pelo técnico” (Entrevistado nº 27).

De fato, achei curioso que os agricultores que entrevistei declarassem com orgulho que fazem cultivo natural, ou orgânico diante da presença da Monsanto no município de Camaçari, inclusive como parceira num programa de arborização da sede municipal. Contudo, um pouco mais de conversa revelou que ainda há resistência de alguns agricultores em desaprender o que os extensionista das décadas anteriores haviam ensinado e reaprender suas práticas tradicionais de cultivo agora, cientificamente potencializadas. Do mesmo modo se revelou o fato de que à Monsanto não interessam esses pequenos produtores rurais; eles não têm área nem escala que mobilize a multinacional da produção química. Há aí um espaço de relativa autonomia que precisa ser ocupado. Certamente, nessa tensão, o espaço possível ainda está em condição subalterna.

É um processo de crítica que envolve crítica ao conhecimento científico e à prática cultural por ele inspirada como processo que emerge e se consolida na própria experiência. A formação na área das ciências naturais e exatas dos cursos dirigidos à produção no setor primário da economia nas décadas de 1970 e 1980 em que foi formada a maioria dos profissionais que atuam no rural na RMS, como atividade meio, não deixou dúvidas de que a difusão de tecnologia, com a perspectiva de ganhos de produtividade seria a melhor maneira de atuar profissionalmente no mundo rural.

“Uma formação voltada a todo um sistema de produção agrícola para a aplicação dos ditos insumos modernos, mecanização da terra, um perfil ortodoxo mesmo, bem técnico ortodoxo. Naquela época a gente ainda estava vivendo aquela coisa da revolução verde, do Brasil: ame-o ou deixe-o, aquela coisa toda do governo militar. Era uma formação voltada para a indústria, de agroindústria, exatamente, dos produtos químicos solúveis, do agrotóxico” (Entrevistado nº 27).

Na década de 1990, consequências ambientais dessa formação inspiram ação do estado que é manchete de jornais como a veiculada pelo jornal A Tarde de 15/04/97, nas

notícias locais, de que o “Governo quer declarar guerra aos agrotóxicos”, embora o tom da matéria deixe transparecer o constrangimento da tal guerra para o Governo...

“Depois de a Bahia ter vários de seus produtos agrícolas, especialmente os hortifrutigranjeiros, recusados por importadores de outros continentes devido ao excesso de resíduos de produtos químicos, a Secretaria da Agricultura, em parceria com as secretarias da Saúde e do Meio Ambiente, resolveu cumprir a legislação e declarar uma verdadeira guerra ao abuso de aditivos químicos agropecuários, muitos dos quais nocivos à saúde humana. ... Cássio Peixoto, gerente de defesa sanitária vegetal do DDA, admite que na Bahia sempre houve abuso de substâncias agrotóxicas o que já provocou a devolução de material comprado por outros países. ‘Com a fiscalização, além de coibir esse abuso vamos poder monitorar os produtos utilizados...’” (Jornal A Tarde, in outras notícias de local, 15.04.1997).

Não sem razão, todos os entrevistados, questionados sobre o que seria a melhor maneira de contribuir para a vida no mundo rural fizeram proposições decorrentes da revisão de suas práticas profissionais requalificando as intervenções (Tabela 24). Objetivamente, de uma longa lista de sugestões 38,6% (Tabela 30) legitima o Estado como agente de desenvolvimento com inversão de foco para a reconsideração, do rural e dos seus sujeitos, para os quais pede valorização como cidadãos e profissionais. Nessa reivindicação a ação pública nos níveis federal, estadual e municipal deve efetivar comprometimento pela cidadania e pelo país, num claro reconhecimento da força da globalização sobre a localização das experiências de vida. Os sujeitos enquanto cidadãos dariam o sentido último à atuação do Estado.

Tabela 30 - Melhor maneira de contribuir para a qualidade de vida no mundo rural, referida no conhecimento científico e na experiência - RMS 2002

Década de graduação por área	Pelas ciências naturais e exatas			Pelas ciências humanas e sociais			Pela experiência	Pelos colegas			Frequência (%)
	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1990	Concordam	Majoria concorda	Majoria discorda	
Contribuições											
Difusão de tecnologia (geral, Brasil, agricultura familiar, orgânica)	3	4	2				12	3	4	1	9,4
Realidade como um todo (social, psicológica, espiritual, política, etc.)							8	1	1	4	6,3
Recursos materiais e organizacionais do pequeno produtor							16	8	1		13
Capacitação (requalificá-la com artes, respeito humano, cultural, teoria e prática)							9		1	1	7,1
Ação pública							33	10	2	1	26
Serviços urbanos							11	3	1	1	8,7
Respeito humano, cultural/compromisso						1	15		1	1	12
Sustentabilidade ambiental							14	6			11
Cidadania política/comprometimento político							5				3,9
Lógica mercantil							4	1			3,1
Total							127				100

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole"/ RMS - 2002.

OBS: Melhorias que requerem compromisso público = 49 / 36%

Além da cidadania, o desenvolvimento privilegiando a condição humana está no cerne dessa busca de melhores condições de vida. Tenho a consciência de estar trazendo, simultaneamente, o debate acadêmico que demarca o desenvolvimento humano enquanto área de estudo: se sinônimo de antropologia ou se constituído por demarcações próprias;

“uma área de estudo que busca investigar todas as relações entre o ser humano e os contextos no qual ele se desenvolve” (Krebs, et alii, 1996).

O desenvolvimento humano é considerado como o estudo dos processos de mudanças, no contexto teórico em que o debate o distingue de uma disciplinaridade, exclusiva da Antropologia, com o que concordo. Esta perspectiva difere da consideração que adoto; nela as mudanças são pressupostos do desencadeamento desse processo de construção humana, que ocorre na realidade concreta do cotidiano, ou seja, na prática social. Isto é, posiciono-me pelo desenvolvimento como dinâmica dialética do movimento em fluxo contínuo, de onde se constituem as mudanças qualitativas.

Esta perspectiva difere também daquela que formata o modelo heurístico do desenvolvimento humano como estágios de aperfeiçoamento, e que (Castro-Gómez, 2001) sintetiza como sendo o da maioria dos teóricos sociais dos séculos XVII e XVIII². E se adequa, metodologicamente, à categoria de metamorfose, enquanto expressão de conteúdo processual, histórico e contraditório³.

Se nos séculos XVII e XVIII, os estágios de aperfeiçoamento davam a tônica da compreensão sobre o desenvolvimento, no meado do século XX, o eixo explicativo decorria da posição dos protagonistas, conforme Gita Sem e Caren Grown (1988) pesquisando o desenvolvimento de modo a incluir as mulheres pobres do terceiro mundo também como protagonistas.

“Os debates sobre o desenvolvimento durante as últimas três décadas foram conduzidos a partir do ponto de vista de protagonistas diversos. As posições contrárias e conflitantes que dominaram questões cruciais como a do crescimento econômico versus desenvolvimento centrado no indivíduo, crescimento com prioridade para as exportações versus aumento da produção voltada para o mercado interno, os problemas do capital internacional, o verdadeiro papel e funcionamento das empresas multinacionais e a oportuna ou não modernização tecnológica refletem, todas elas, interesses e preocupações de diversos agentes nos processos de transformação econômica e social. Entre estes protagonistas encontram-se, habitualmente: interesses nacionais ou regionais diversos e, algumas vezes, conflitantes, empresas nacionais ou

² “...(Hobbes, Bossuet, Turgot, Condorcet) coincidían en que la “especie humana” sale poco a poco de la ignorancia y va atravesando diferentes “estadios” de perfeccionamiento hasta, finalmente, obtener la “mayoría de edad” a la que han llegado las sociedades modernas europeas. El referente empírico utilizado por este modelo heurístico para definir cuál es el primer “estadio”, el más bajo en la escala de desarrollo humano, es el de las sociedades indígenas americanas tal como éstas eram descritas por viajeros, cronistas y navegantes europeos”. (Castro-Gómez, 2001: p. 154)

³ É elucidativa a caracterização teórico-metodológica de metamorfose feita por Castel (1999), em torno da eleição da desfiliação como núcleo da delimitação do seu objeto de estudo: “... dialética do mesmo e do diferente: evidenciar as transformações históricas desse modelo, sublinhar o que suas principais cristalizações comportam, ao mesmo tempo, de novo e de permanente, ainda que sob formas que não as tornam imediatamente reconhecíveis”...“A palavra metamorfose não é, pois, uma metáfora empregada para sugerir que a perenidade da substância permanece sob mudança de seus atributos. Ao contrário: uma metamorfose faz as certezas tremerem e recompõe toda a paisagem social. Entretanto, ainda que fundamentais, as grandes mudanças não representam inovações absolutas quando se inscrevem no quadro de uma mesma problematização” (Castel, 1999: p. 27 e 28)

transnacionais, diferentes grupos de camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras na agricultura e na indústria e grupos de pessoas sem terra e sem emprego” (Sem & Grown, 1988: p. 29).

A desigualdade do e no desenvolvimento é por fim admitida embora não o seja em unanimidade, principalmente quando estão em questão os motores desse processo, particularmente no âmbito econômico, donde emerge a industrialização como um seu sinônimo e o liberalismo como requisito de eficácia.

Nesse debate crítico à pretensão da economia e de economistas de chegar a uma identidade entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento em geral ou humano, uma pretensão que a interdisciplinaridade ajuda a superar, e que está ricamente resenhado por Maluf (2000), é também criticado o papel do Estado ao mesmo tempo em que é reconhecido que

“Ao Estado seguiria cabendo um papel central, apesar de ‘público’ não ser, no caso, sinônimo de governamental e englobar instâncias de regulação compartilhadas com a sociedade civil” (Maluf, 2000: p 82).

Acrescento a compreensão de que o desenvolvimento é uma noção operacionalizada pelo Estado mediante a implementação de políticas com apropriação das representações produzidas pela ciência.

“Sin el concurso de las ciencias sociales, el Estado moderno no se hallaría en la capacidad de ejercer control sobre la vida de las personas, definir metas colectivas a largo y a corto plazo, ni construir y asignar a los ciudadanos una ‘identidad’ cultural” (Castro-Gómez, 2001: p.147).

Todo esse debate revela ser imperativo colocar como problema a natureza do desenvolvimento, diante da qualidade de vida da espécie humana que ela própria constrói. As estatísticas dos tempos de globalização ilustram incontestavelmente a questão, onde de um lado se tem fusões de empresas ampliando a acumulação e a concentração de capital, a transnacionalização de empresas homogeneizando identidades nacionais pelo nexo da financeirização subordinada à hegemonia Americana e, por outro, crescente exclusão social que congrega em movimentos sociais os sem teto, os sem terra e outros sem cidadania. Nesse contexto, a qualidade de vida é relegada a um plano secundário diante da elegância dos modelos científicos e da exuberância do potencial tecnológico⁴.

Considero que o desenvolvimento humano, na contemporaneidade, ainda se insere no tempo da modernidade⁵, que agora é super, nos marcos do capitalismo. A principal contradição do processo de acumulação capitalista é a apropriação do valor produzido; é em torno dela que surgem as alternativas geradas pelas lógicas que se opõem à lógica capitalista no embate das lutas dos diferentes sujeitos sociais, organizados ou não enquanto classes.

⁴ Ilustram essa situação os dados trazidos por Fiuza de Mello (1999) citando R. Kurz e o Time: “A Ásia continua sendo, com seus 700 milhões de pessoas vivendo abaixo dos limites da pobreza, o maior asilo de mendigos do planeta, e que somados às outras tantas centenas de milhões de excluídos da África e das Américas, compõem um quadro dramático onde um terço da humanidade, a despeito das conquistas hi-tec de última geração, despenca rumo ao calabouço da miséria absoluta e estrutural, condenado a viver, às portas de um novo milênio, o flagelo máximo da aniquilação moral, sem a mínima perspectiva de reversão a curto prazo. Homeless crescem a cada dia nos países mais ricos do mundo, como na Inglaterra e na Alemanha... Em Nova York, as pessoas marginalizadas vivendo em becos, pontes e parques ... muitas vezes sob condições materiais e expectativa de vida abaixo do nível da Somália – o que faz pensar que o Terceiro Mundo também “globalizou-se” nas entranhas das capitais mais abastadas do planeta” (Mello, 1999: p.261).

⁵ Com Kurmar (1997) e Moreira (2002) modernidade diz respeito aos processos associados à revolução científica, à revolução burguesa e a revolução industrial.

A ampla flexibilidade do capitalismo, enquanto organicidade sistêmica, possibilita que essas lutas sejam apropriadas homeostaticamente. Contudo, eles continuam a existir e se expressam como cotidiano, em múltiplas escalas reivindicativas.

Entre os entrevistados desta pesquisa, as sugestões para a melhoria da qualidade de vida no mundo rural são reivindicações que vão do nível macro ao nível dos indivíduos humanos e suas culturas. Reivindicam respeito e compromisso, com uma frequência de 12%. A reivindicação de disponibilização de recursos está no mesmo patamar, com 13%, e a de sustentabilidade ambiental com 11%. A partir daí é retomada a produção e difusão de tecnologia acrescida dos interesses da agricultura familiar e orgânica além dos interesses nacionais, com 9,4%. A reivindicação específica de mudança no olhar sobre a realidade de modo a percebê-la como um todo social, econômico, natural, cultural, político e espiritual teve frequência de 6,3%. Nesse contexto, é de outra capacitação que se precisa, requalificada com a arte, o respeito humano e cultural e a articulação entre teoria e prática, conforme 7,1% das sugestões de melhoria para a vida no mundo rural metropolitano.

Mudança paradigmática na construção do conhecimento científico e a consideração do ser humano em suas múltiplas dimensões, foram requisitos que identifiquei em quase todas as sugestões para melhor qualidade de vida no mundo rural. Tentando depurar as sugestões, poderia dizer que, fragmentadamente, os serviços urbanos e a lógica mercantil (8,7% e 3,1% respectivamente) estariam fora desse requisito. Contudo, houve a consideração dos serviços urbanos como humanização das condições de vida, enquanto a lógica mercantil era reivindicada por um cientista natural que busca diálogo com as ciências sociais aplicadas.

Temos, portanto, um processo contemporâneo de construção de padrão civilizatório em que o conhecimento científico, o ser humano e a natureza cobram serem olhados com outros olhos, reintegrando dimensões como a cultural, a espiritual, aqui incluindo o transcendente, e o psíquico, como inerentes ao desenvolvimento humano. O conhecimento científico, o ser humano e a natureza, requalificados pelo retorno da realidade concreta empírica à realidade concreta abstrata, ou concreto pensado, carregam a possibilidade de se constituírem em três indicadores para mudanças civilizatórias à medida que emergem da reflexão das pessoas sobre sua própria prática social, sob a égide de um padrão civilizatório que agregou conquistas favoráveis e desfavoráveis à qualidade de vida. A reflexão motivada pela avaliação do uso dessas conquistas, no laboratório da própria vida, na experiência de trabalho nos últimos trinta anos do século XX, possibilitou triar aquelas a serem incorporadas favoravelmente nessa crítica.

5.1 O Ser Humano para Novo Padrão Civilizatório

O ser humano, em torno do qual problematizo o padrão civilizatório contemporâneo, é um ser concreto que tem identidade, que trabalha e pensa, apesar dos constrangimentos impostos pela necessidade de produção material de sua sobrevivência⁶.

A hegemonia da modernidade como modo de vida fez com que a produção continuada de novas tecnologias materiais (envolve máquinas e equipamentos) e

⁶ Rica discussão filosófica é desenvolvida por H. Arendt que estabelece uma reconsideração da condição humana, “à luz de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes”, tomando como centralidade o labor, o trabalho e a ação. (Arendt, 2001)

imateriais (envolve processo de gestão) assumisse a primazia da importância do trabalho. Isto é, o conhecimento utilizado como recurso de inovação passa a padronizar os processos produtivos em detrimento das singularidades dos diferentes trabalhos. Desse modo, no duplo caráter do trabalho, o abstrato “pensa” o concreto enquanto modo de vida ao tempo em que imprime modelos de produção.

Contudo, a experiência de vida na condição de ser humano manteria tensionados os dois caracteres do trabalho. No âmbito desta pesquisa, nos sentidos que trabalhadores do rural atribuem aos trabalhos que cada um desenvolve, a difusão de tecnologia perdeu primazia: apenas 4% dos entrevistados elegem a difusão de tecnologia como um elemento que dá importância ao seu trabalho. Poder-se-ia pensar que esta é uma visão idealista e que a fome, como má conselheira reverteria esse perfil. Adotei, então, dois procedimentos de quantificação das respostas dos 50 entrevistados, considerando que elas não são excludentes, o que gerou 65 registros que foram agregados em 6 condições, conforme Tabela 31 (os registros desagregados estão na Tabela 32 em anexo).

Tabela 31 - Importância que trabalhadores do rural atribuem ao seu trabalho em decorrência da sua experiência profissional - RMS 2002

Atuação no rural Importância	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio					Frequência		
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	ONG/ empresa	Planejamento	Extensão	Ensino	Ambulante	Número de registro	%	
									Registros	Entrevistados
Difusão de tecnologia (B)					2			2	3,0	4
Cidadania (B)				6	2			8	12,3	16
Sustentabilidade (B)	2	5	1	3			1	12	18,5	24
Respeito e valorização humana e social (B)			1	4	2			7	10,8	14
Produção da vida material (A)	7	4		1	4			16	24,6	32
Produção da vida social (B)	4	1		8	6		1	20	30,8	40
Total								65	100	50

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole"/ RMS - 2002.

Obtive a maior frequência de significado para a condição de importância por contribuir para a produção de vida social (40% dos entrevistados e 30,8% dos registros)⁷. Seguem-se a esta, as condições de produção da vida material, com 24,6% e sustentabilidade, com 18,5%. Embora a sustentabilidade tenha sido contabilizada separadamente, ela perpassa e supõe a produção da vida material e da vida social. Sendo este um momento de coexistência, a agregação desses três sentidos em interação dá à base material uma relevância que se expressa em 73,9% da importância atribuída por esses trabalhadores ao seu próprio trabalho, o que desconfigura os novos sentidos enquanto sentidos românticos, destituídos de concretude.

⁷ O escore mantém a graduação para os dois cálculos. Por isso, mencionarei, a partir de agora, apenas a frequência com base nos entrevistados.

O ser humano também aparece nesse quadro de sentidos atribuídos ao trabalho de cada um, em que cidadania (12,3%) e respeito e valorização humana e social (10,8%) mesclam objetividade e subjetividade. Chamou-me a atenção ainda que, ao considerar todas as condições olhando-as a partir do beneficiário da importância que os trabalhadores atribuem às suas atividades profissionais, apenas a produção da vida material pode ser considerada como gerando retorno exclusivamente para o trabalhador e seus familiares (24,6%). Todas as outras importâncias ou sentidos do trabalho⁸ envolvem benefícios às outras pessoas, à espécie humana, totalizando uma frequência de 75,4%, percentual que se equipara àquele que dá objetividade aos significados, ou concretude aos sentidos potencialmente românticos.

Diante dessas constatações o mundo rural no qual está referenciada a experiência humana não pode continuar sendo considerado um espaço social onde não se promove o desenvolvimento humano. Ao contrário, na medida em que, apesar dos modelos científicos dicotomizados, rural e urbano existem em interação. Emergem possibilidades de uma práxis transformadora, na direção de um padrão civilizatório que possibilita somar as conquistas humanas favoráveis à melhoria da qualidade de vida humana, no campo e na cidade. Rural e urbano assim considerados constituem uma realidade social rica em determinações, exemplos e contra-exemplos do desenvolvimento humano que se quer construir com as inúmeras conquistas produzidas pela espécie humana a partir da tríade ser humano, conhecimento e natureza.

Uma das histórias relatadas pelos entrevistados traz esses três elementos no contexto da cultura capitalista hegemônica do ordenamento econômico e social em que vivemos.

“É uma experiência interessante, um pouco desagradável, mas bem em nível de aprender e de conviver...., na verdade, a maior escola é a vivência do campo. ... Eu estagiei em uma fazenda, uma mega fazenda... O dono, um político bem equilibrado financeiramente acredito, pra ter uma estrutura daquela,.... Fomos cinco rapazes e eu de mulher; eu fui responsável pelo gado de leite. Ele tinha um sistema fiscal que é um sistema alemão que foi adaptado aqui no Brasil, de gado de leite e eu trabalhava com isso. Só que ele tinha muito dinheiro, mas não investiu em mão-de-obra; não investia no ser humano, não investia na capacitação dos seus funcionários. Ele tinha um funcionário para fazer mil coisas e na verdade, o que eu senti foi simplesmente exploração, porque nem comida (...) tinha que sair do trabalho para preparar. E a fazenda era uma coisa que o que você imaginar em agropecuária ele tem lá ... não é coisa em pequena escala não, é coisa de médias e grandes escalas. Estábulo para gado de leite, capril, suíno, e outras coisas mais. Mas o quê que acontece: o capitalismo. Parece que quanto mais as pessoas têm, mais elas querem. Então o capitalismo dele me chamou muito a atenção, porque ele não deu condição nenhuma de trabalho, nem pra nós que éramos estagiários, muito menos para os funcionários dele, nem para qualificar a mão-de-obra dele. Sendo que, se ele qualificasse a mão-de-obra dele, com certeza, o funcionário iria render mais, iria ficar mais estimulado a produzir, a produção iria aumentar e não teria tantos problemas quanto eu tive lá. Porque ele tinha vinte vacas em lactação, fora as que já estavam descartadas por uma doença chamada ‘mastite’ e aí, uma pessoa só para ordenhar todas essas vacas, lavar, porque lá ele tem um sistema de ordenhadeira mecânica. Então, antes de você colocar a

⁸ Foram atribuídas importâncias ao trabalho por: atuar no social / respeito e valorização do ser humano, difundir tecnologia, capacitar o pequeno produtor a ficar no campo, reintegração no todo / encontro com a natureza/ educação ambiental, oportunidade de ação cidadã crítica, favorecer potencialidade de desenvolvimento do país, levar benefícios econômicos e sociais, favorecer e dispor de vida saudável.

ordenhadeira, tem todo um processo de higienização e de dez em dez dias você tem que desmontar toda a ordenhadeira para lavar, desinfetar. É um processo bastante demorado, tem que ser à “risca”. E essa ordenhadeira, para começo de história, só era desmanchada de vinte, vinte e cinco dias, trinta dias no máximo e ele tinha assim: de vinte vacas, quinze, dezoito com mastite, clínica e sub clínica. E isso me chamava a atenção, me incomodava e tal.

Uma vaca girolanda linda, enorme, uma grande vaca; o ordenhador não ordenhava. Ela tinha quatro tetas, só funcionavam duas, (...) esse animal está sentindo dor. Eu vou ver qual é o problema dessa vaca. Ele disse: essas duas tetas já estão descartadas, ela já teve mastite, já não tem mais nada aí. Nessa discussão, quando eu fui tentar ordenhar a vaca, ela começou a pular, deu um coice na minha mão, quando ela começou a se bater, eu recuei e fiquei entre ela e outra vaca. Ela se acalmou, e eu disse: vamos apeá-la novamente, reforçada, e o senhor vai ordenhar essas duas tetas que estão descartadas porque eu quero ver isso. Ele fez, com toda boa vontade... a teta da vaca só expelia sangue e pus. Quando nós fizemos o teste de CMT⁹, deu noventa e cinco por cento dos animais com mastite.

O que acontece: todo esse leite era misturado, porque elas eram ordenhadas, vão diretamente para um mesmo vasilhame, daí... acabava misturando e era levado para a câmara fria e resfriado e processado para os derivados como todos os leites e passados para a comunidade. Na verdade, nessa época, esse laboratório de derivados, ainda estava em fase experimental. Então, todos esses alimentos que eram produzidos eram doados para os amigos que iam lá.

O que me chamou a atenção e me deixou um pouco indignada foi a questão de ter, vários órgãos que oferecem cursos de capacitação de vaqueiros, técnicos e tal, serem gratuitos; outros são pagos, sim, o investimento na qualidade da mão-de-obra e ele, simplesmente, se omitiu a isso. Sendo que, não é um pequeno produtor rural e, na verdade, ele tem e teria condição para isso, até de conseguir esses cursos gratuitos, pelo fato da posição política dele e não se interessar por isso. Seria quase um regime escravista o que tinha lá.

Na relação entre o rural, a natureza e a cidade eu vejo uma contradição quando se trata de pessoas que não tem amor pelo que fazem, porque, na verdade, eu acredito que ele não tem nenhum vínculo de vivência. Ele fez toda aquela estrutura, uma questão de ego. Eu acho que por uma questão de ego e de acúmulo de riqueza... Que seja bem vindo, mas que seja feita de forma correta. Não agredir o rural que seriam as pessoas que trabalham naquilo ali, e não agredir a natureza, não agredir o ambiente, só isso. Então, o que entra é uma contradição dentro das pessoas que podem fazer melhor e que, por alguma questão, não o fazem, e acaba criando consequências para os demais fatores que na verdade trabalham juntos, atrelados. Acho que as pessoas da cidade amam menos. A verdade é essa: às vezes não sei, você pode dizer: não tem nada a ver, você está saindo do assunto e tal, mas amam menos. Eu acredito muito no querer” (Entrevistado nº 15).

A entrevistada pareceu adivinhar que a vigilância epistemológica não poderia deixar passar em brancas nuvens sua declaração e alertou:

“... você pode dizer: não tem nada a ver, você está saindo do assunto...”.

⁹ CMT – Californian Matist Test.

Contudo, considerando meus informantes na condição de sujeitos dessa realidade e que, de outra feita já haviam declarado amor pelo trabalho rural (quase 52% declarou amar o que faz), é preciso tentar deslindar as causas sob o efeito.

Considero as transformações ocorridas nos espaços locais como decorrência de interações entre espaços sociais, num movimento contrarrestante à tendência homogeneizadora da expansão do capitalismo. Isto tem constituído espaços mais complexos em termos das diversidades econômica, sociais e culturais, formadoras de novas identidades locais onde elementos antigos resistem, ou se redefinem ou ainda são extintos, numa continuidade histórica não linear. Neste sentido, Elias (1994) esclarece que

“Cada pessoa nesse turbilhão faz parte de determinado lugar. Tem uma mesa à qual come, uma cama em que dorme; até os famintos e sem teto são produtos e componentes da ordem oculta que subjaz à confusão. Cada um dos passantes, em algum lugar, em algum momento, tem uma função, uma propriedade ou trabalho específico, algum tipo de tarefa para os outros, ou uma função perdida, bens perdidos e um emprego perdido” (Elias, 1994: p.21).

Lidar com a complexidade do presente na perspectiva da crítica a esse presente, tem se revelado metodologicamente complexo, não só pela já admitida complexidade da realidade social contemporânea, mas também pelos significados que se imprimem ao passado. A referência no tempo se atrela a um espaço e se expressa como mito, como idealização de um lugar para a própria identidade, de um modo geral, e no que diz respeito a essa tese, para a identidade rural ou urbana.

O alerta que Featherstone (1996) traz sobre esse procedimento dirige-se aos mitos criados em relação à classe operária, mas que também é pertinente quando o objeto de estudo é a vida no meio rural, quando a ênfase é o privilegiamento da dimensão local, onde se vê ter existido

“...uma comunidade menos violenta, mais respeitosa das leis e mais harmoniosa no passado da sua influência ou na de seus pais. À medida que se recua no tempo, encontram-se deslocamentos sucessivos desses anos dourados nos anos 50, nos anos 30, em 1900, em 1870, e assim por diante. Gerações sucessivas investiram numa forma de nostalgia em que o passado é visto numa imagem de coerência e ordem, algo que era mais simples e mais gratificante emocionalmente, com relações mais diretas e integradas. Supõe-se que a nossa própria identidade, assim como a dos outros, está ancorada num local específico emocionalmente carregado e sedimentado com associações simbólicas até que se torna um lugar” (Featherstone, 1996: p.15).

E a vigilância epistemológica, então volta a insinuar sua extrema necessidade para esta pesquisa na medida em que o centro do interesse científico está em compreender o conhecimento científico e a experiência que vivemos como construtores de uma realidade social que inspira crítica ao tentarmos olhá-la pela interconexão entre o campo e a cidade metropolitana em que,

“as correntes da vida, quer seus fenômenos individuais nos toquem de forma simpática, quer de forma antipática, transcendem inteiramente a esfera para a qual é adequada a atitude de juiz. Uma vez que tais forças da vida se estenderam para o interior das raízes e para o cume do todo da vida histórica a que nós, em nossa efêmera existência, como uma célula, só pertencemos como uma parte, não nos cabe acusar ou perdoar, senão compreender” (Simmel, 1987: p 25).

Quis então saber dos sentimentos que a vida na cidade inspira aos trabalhadores que entrevistei. Encontrei 54% das sensações enunciadas, decorrentes do padrão de desenvolvimento, para o bem e para o mal, sob a égide da monetarização das relações econômicas e sociais. (Tabela 33). Essas sensações são de cansaço, de excesso de

trânsito, de agitação, de estresse, de aprisionamento pela violência, de poluição, tensão e rotina, de segregações sociais, de ser boa apenas para o comércio, menos livre devido à monetarização, mais difícil devido à monetarização, onde o dinheiro é o valor maior, assim como sendo o lugar onde se viabiliza moradia, com condições normais de vida desde que se observe cuidado em relação a possíveis violências. (Tabela 34 – em anexo).

Tabela 33 - Origem dos sentimentos de trabalhadores do rural em relação à vida na cidade - RMS 2002

Atuação no rural Origem dos sentimentos	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio						Frequência		
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	ONG/ empresa	Planejamento	Extensão	Ensino	Ambulante	Administrativo	Registros	%	
										Registros	Entrevistados
Decorrem da relação com a natureza	1	3	1	3	1				9	7,2	18
Decorrem da relação com o rural produtivo	1								1	0,8	2
Decorrem do avanço do conhecimento	4	10	1	13	9	2	1	1	41	33,2	82
Decorrem de satisfação subjetiva				3					3	2,4	6
Decorrem do padrão de desenvolvimento *	12	16	3	21	10	2	2	1	67	54,0	134
Decorrem da agregação social				2	1				3	2,4	6
Total									124	100	50

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole" / RMS - 2002.

Cálculo: % sobre o número de registros e registros sobre o número de entrevistados.

Agregação * reúne diversos sentimentos de insatisfação decorrentes do padrão de desenvolvimento. Chama a atenção quanto cada pessoa os vivencia. É o item de maior intensidade de motivação, infelizmente, negativa.

Considerando que a cidade inspira também a sensação de ser o lugar da diversidade de eventos e de serviços, entre os quais se inclui a educação formal, associei a isto, em interface, sensações já relacionadas com o padrão de desenvolvimento como o excesso de ritmo, a rotina e a viabilização da moradia e qualifiquei como decorrentes do avanço do conhecimento científico, donde obtive uma frequência de 33,2% das sensações percebidas.

Com esse critério de quantificação há uma interseção entre sentimentos que considerei como inspirados pelo padrão de desenvolvimento e pelo avanço do conhecimento. Há sentimentos que incidem de mais de uma maneira sobre os indivíduos; por exemplo, os 50 entrevistados registraram 67 vezes diferentes sentimentos em relação à vida na cidade, que traduzi como tendo origem no padrão de desenvolvimento: a única que excede o número de entrevistados.

Lembrando a interseção já mencionada (que amplia a dupla incidência) – e admitindo a predominância como um critério cientificamente legítimo para demarcar uma representação –, posso inferir que o desenho da cidade metropolitana que se tem a

partir dessas percepções, por certo expressa em estado concentrado, a condição de desenvolvimento em que se insere a história relatada, que é uma história de dominação, mas que enfrenta resistência de quantos põe em xeque essa lógica com suas práticas sociais. Na mesma direção está a compreensão de outro entrevistado sobre a cidade.

“Eu acho que a cidade hoje é o maior reflexo ou o retrato mais doloroso da injustiça social, porque ela mostra de forma muito evidente a diferença no transporte, no vestir, no morar, no se alimentar e ainda por cima traz, de maneira cruel, o resultado disso que é a violência urbana instalada na forma que está. Quer dizer, existe o crime organizado por traz?”

Existe. Mas por que ele consegue se instalar e ter o poder que tem? Porque a nossa comunidade está muito carente, está muito abandonada, o Estado abandonou durante quinhentos anos e esse novo Estado que é o Estado que manipula a droga, chegou oferecendo oportunidade de trabalho, oportunidade de lazer, de poder. O jovem de quatorze, quinze anos, quando coloca uma automática na cintura, no morro do Rio de Janeiro, ele está se sentindo realizado, é uma forma de realização, quando o nome dele sai no jornal é outra forma de realização, para quem era marginalizado, quem não era cidadão, não tinha direito a nada...

Então é preciso, urgentemente, até por uma questão de sobrevivência dessa classe dominante que ela, nesse momento, reconheça que já chegou ao limite máximo. Ou pára para redistribuir as oportunidades de vida ou já era. Nós estamos caminhando para o caos total”. (Entrevistado nº25).

No campo, onde as ocorrências são mais dispersas, as sensações predominantes são inspiradas na relação com a cidade, 27,9% (Vide Tabela 35), (mais livre devido à não monetarização, sem agitação, com pertencimento, em transformação a partir das relações com a cidade e de onde se quer sair para buscar conforto) e na satisfação subjetiva da vida rural 25,8% (felicidade, lazer, relaxamento, higiene mental, prazer, relações mais humanas, sem causar prejuízo a outrem, com felicidade na contradição). As inspirações desses sentimentos são, em sua maioria, positivas, dando uma predominância de 53,7% dos sentimentos sobre a vida no campo.

Tabela I.1 - Origem dos sentimentos de trabalhadores do rural em relação à vida no campo - RMS 2002

Atuação no rural Origem dos sentimentos	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio						Frequência		
	Agropecuária	Pescaria/mariscagem	ONG/empresa	Planejamento	Extensão	Ensino	Ambulante	Administrativo	Registros	%	
										Registros	Entrevistados
Decorrem da relação com a natureza	4		3	7	5		1	1	21	21,6	42,8
Decorrem da relação com a cidade	4	7	2	7	7				27	27,9	55,1
Decorrem do avanço do conhecimento		2		2	2			1	7	7,2	14,3
Decorrem de satisfação subjetiva	2	2	1	12	5	1	1	1	25	25,8	51
Decorrem de padrão de desenvolvimento	3	7		2	3			2	17	17,5	34,7
Total									97	100	

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole"/ RMS - 2002.

Número de entrevistados 50 - Leitura: em x % dos entrevistados há y sentimento.

A relação com a natureza vem em seguida, com 21,6%, inspirando sensações de vida saudável, renascer, oportunidade viver sem agrotóxicos, também de pertencimento e de fonte da vida para o campo e para a cidade. Só depois, com 17,5%, vêm as sensações que classifiquei como decorrentes do padrão de desenvolvimento, como uma vida cansada pela intensidade e peso do trabalho direto na atividade primária, excluída dos benefícios sociais, produtivos e das conquistas da humanidade, sem condições de sobrevivência, concorrendo em condições desiguais com os grandes, morrendo por poluição. (Tabela 36 em anexo).

As sensações que agreguei como sendo decorrentes do avanço do conhecimento são todas socialmente excludentes e estão associadas ao padrão de desenvolvimento e às inspirações da cidade como a dificuldade de usufruir as conquistas da humanidade, a exclusão dos benefícios sociais e produtivos, o morrendo pela poluição por grandes empresas e de onde se quer sair para buscar o conforto. Uma tripla interseção.

A partir dos sentimentos inspirados pela vida urbana e pela vida rural, em pessoas que trabalham com o rural, é possível perceber a insatisfação e a satisfação que marcam essas pessoas como seres humanos. Desse modo, é preciso então reconhecer que tanto o campo como a cidade, ou tanto o rural como urbano, carregam em si condição de possibilidades como espaços em que a espécie humana promove seu desenvolvimento e que nos modos de vida rural e urbano há ensinamentos do que é favorável e do que é desfavorável ao ser humano.

“... Como experiência qualquer de vida no campo a gente fica se questionando, se perguntando o que fizemos nos últimos séculos? Não é possível uma coisa dessas; você chega no campo e vê o velho que todo mundo pensa que só serve para pedir a bênção fazendo menino, se casando de novo e a velhinha que parece que só serve para pedir esmola quando está no centro urbano, lá ela pega na enxada e cultiva a mandioca dela na maior felicidade e de noite ainda vai para o samba de roda e fica batendo o pé e fazendo aquela brincadeira toda.

Quer dizer, o ser humano não foi feito realmente para esse modelo de cidade que está aí; a natureza não projetou essa máquina para viver dentro de um automóvel, dentro de ar condicionado e sentado em cadeira o dia inteiro, isso já está comprovado, o corpo não aguenta. Aí a pessoa corre para academia para compensar, menos mal, e a cabeça? Os consultórios terapêuticos estão aí, correndo atrás, tentando aliviar a pressão, mas não dão conta também, não vão conseguir dar conta porque já está chegando na idade infantil, já tem criança com estresse. Que loucura é essa? Criança com estresse? Como é que pode?! Depressão! Tudo o mais.

Eu acho que é preciso repensar isso, eu acho que tem que ter um equilíbrio entre o campo e a cidade, acho que a vida no campo – é claro que a gente não pode ficar no tempo da forma como ele corre no campo, porque tem um outro mundo girando numa outra velocidade –, mas é preciso buscar o equilíbrio em tudo e aqui no Brasil parece que nós somos os campeões mundiais de ignorar o equilíbrio em tudo, tudo é muito desequilibrado, tudo é muito louco, ou é oito ou é oitenta. O Brasil ou é o pior do mundo ou quer ser o melhor do mundo em tudo, é o maior isso, e o maior naquilo, é o primeiro lugar nisso, é o primeiro lugar naquilo, não existe isso, acho que temos que buscar unir” (Entrevistado nº 25).

O tom de indignação que aparece nas falas de uns encontrou “frieza objetiva” em outros; ambos recolocando o ser humano na natureza e a natureza mediando o

encontro do homem consigo, com os outros e com a condição de insustentabilidade do modo de vida configurado pelo capitalismo contemporâneo.

5.2 A Natureza para Novo Padrão Civilizatório

A experiência humana produziu inúmeras culturas em todos os pontos do planeta. Diferentes relações com a natureza se expressam nessas culturas, com mais ou menos sintonia com o seu ritmo, com mais ou menos tecnificação dos instrumentos mediadores dessas relações. A idéia do progresso perpassa essas relações que configuram padrões civilizatórios.

É possível perceber que diferentes ritmos de uma cultura tecnificada distinguem o ritmo do progresso condicionado pela divisão do trabalho – anunciada por Adam Smith em *A Riqueza das Nações* em 1776 e potencializada por Taylor e Tayol com “Princípios da Administração Científica”, no início do séc. XX – do ritmo da natureza. Neste contexto é que se dá o desenvolvimento da cultura moderna, com sujeito e objeto imersos na condição de aventura e rotina nos modos de modernização, predominando o espírito objetivo sobre o espírito subjetivo e a transferência da subjetividade para os objetos.

Nessa imersão situo as possibilidades de interação entre condições objetivas de vida e sentidos do desenvolvimento humano pela ruralidade enquanto advindo da relação entre campo e cidade. Daí também a possibilidade de inferir que a ruralidade, por estar mais próxima do ritmo da natureza, como uma subjetividade sem tempo para ser expandida na relação com a cidade, estaria tendendo a transformar-se em externalidade estética, em subjetividade transferida para os objetos, portanto, como uma modernidade objetivada na experiência de cidade metropolitana.

Contudo, busquei na ruralidade como possível expressão dos indicadores de novo padrão civilizatório, uma subjetividade que já tivesse expressão objetiva. A pesquisa apontou a sustentabilidade complexa como elemento síntese nesse novo padrão, tanto por expressar que chegamos a um ponto limite, onde é preciso fazer o retorno, como por suscitar avaliações e soluções que privilegiem o caminho do meio, uma coexistência, que resgate o ser natural humano a favor de si mesmo e da própria espécie, com as conquistas empreendidas pelo próprio ser humano.

“A natureza, eu acho que se perguntarmos hoje para cada cidadão de bom senso, todos gostariam de estar vivendo hoje diante da natureza. Todos. Por que eu analiso isso? Porque talvez no passado remoto, talvez, não, todos tivemos nossos ancestrais nessa origem: ou de africanos, índios, ou mesmo de europeus, na história do Brasil, principalmente, todos nós viemos do campo. Nascemos em fazenda, pais, mães, avós, todos nós viemos do rural, então a natureza, ela está presente no coração, na mente e no desejo de cada um ... gente sente isso pelas crianças, o contentamento que é uma criança que mora num apartamento em Salvador chegar aqui diante da natureza que a gente oferece, ela se sente outra. Então, a natureza recria, a natureza reformula, a natureza refaz o ser humano na sua essência, se bem que não são todos que tem essa sensibilidade, mas eu acredito que para a maioria que tem sensibilidade a natureza é algo que temos que preservar, porque ela é parte natural do próprio ser.” (Entrevistado nº47).

Encontrar o ponto de equilíbrio entre o “que temos que preservar” e as condições de sobrevivência é um desafio da sustentabilidade complexa. Requer busca interior da pessoa humana, mas também requer tornar efetivas, as condições de possibilidades de

comunidades carentes enfrentarem desemprego, a deseducação formal e ambiental, a fome; e de não carentes enfrentarem o seu poder de usar os recursos naturais. A educação ambiental nos coloca de frente com essa diversidade de situações que evidenciam a necessidade de ações conjuntas, de ajuda mútua, de mutirão, ou nos termos da contemporaneidade, de articulações em rede.

“Tem um encontro de surfistas em nível nacional, que vem jovens de outros países, inclusive, durante quinze dias convive utilizando a prática daquele esporte, mas para orientar a questão a preservação dos rios e das matas. É uma entidade que defende a natureza a partir dos rios e das águas e, além disso, fui morar numa propriedade rural com muito verde e próximo ao rio capivara que ainda não é poluído e me encantou demais aquele lugar e me incomodava ver ali em frente a minha casa famílias de nativos desmatando a área para fazer carvão vegetal e ali, em vez de denunciar ao IBAMA, preferi procurar aquelas famílias, me familiarizar com elas, dar a ser conhecido por elas e depois de um ano passei a fazer um trabalho social a partir delas mesmo de ver que seria possível fazer para ter a renda sem precisar desmatar a essa área de mata nativa e detectei que a única fonte de renda deles seria ou ser caseiro na região, ou migrar ou fazer carvão. Então, eu estou conseguindo em São Paulo com a própria entidade que eu iniciei em São Paulo, uma fábrica de farinha, que está vindo de volta, que veio daqui, mas em São Paulo não tem a prática da farinha de mandioca, se utiliza muito na região do interior de São Paulo se utiliza muito a farinha do milho, essa fábrica de farinha está vindo para cá e será implantada, porque foi só adquirida aqui, também tem horto medicinal que está sendo elaborado, tem também um grupo de amigos que pretendem fazer com eles uma atividade de artesanato, ou seja, uma coisa que possa fazer com eles que não desmate essa restinga, aqui ao longo da Estrada do Coco.” (Entrevistado nº47).

Com a perspectiva de encontrar equilíbrio na sustentabilidade, Nascimento (1992) discute medidas mitigadoras do problema ambiental urbano.

“Por exemplo, se você está trabalhando no meio ambiente numa área urbana, é muito mais importante, às vezes, sanear uma favela, uma invasão, do que propriamente deixar meia dúzia de árvores em pé, porque as favelas são focos de endemia. Salvador, por exemplo, é endêmica em focos de hepatite infecciosa, em tuberculose, diarreia e uma série de outras doenças que são indicadoras da perda de qualidade de vida. A questão é começarmos a deslocar o eixo do discurso ecológico das pacas, veados e tatus, aroeira e buritis, para a realidade social em que vivemos” (Nascimento, 1992: p.32).

Nas publicações científicas editadas na RMS na década de 1990, que examinei com o intuito de identificar as leituras que estão compondo a cultura científica local com possíveis nexos em torno da ruralidade, encontrei a sustentabilidade perpassando o foco de análise. Embora não explicitado, percebo essas leituras em sintonia com a perspectiva da Economia Política da Sustentabilidade (Moreira, 1999b), que também inclui como um olhar para pensar um padrão civilizatório que aponta para a melhoria na qualidade de vida planetária e humana, especificamente.

Nos autores examinados encontrei a identificação de problemas como: a desqualificação da agricultura familiar e os consequentes impactos sociais quando os interesses do capital e do Estado são a agro-industrialização (Gonçalves e Machado, 1996); a introdução de atividades econômicas de grande capital que requerem destruição da base produtiva de pequeno capital, legitimada pelo conhecimento científico e pelo Estado (Moura, 1990; Gonçalves e Machado, 1996; Sampaio, 2001); o

destaque a múltiplas conseqüências sociais dos impactos nos recursos naturais (Nascimento, 1992; Gonçalves e Machado, 1996; Azevedo, 1998). Por outro lado, identifica mecanismos utilizados pela população para administrar sua condição de vida, como a apropriação da oposição entre terra e mar no processo de sobrevivência na relação entre o ambiente e os seres humanos (Machado e Cardoso, 1996), além de percepções individualizadas de eco-atitudes no cotidiano (Silva e Fernandes, 1996). Na focalização da sustentabilidade encontrei também a indicação da necessidade de se considerar elementos da realidade social que têm sido pouco valorizados na compreensão da questão ambiental: a ecologia devendo ser considerada como preservação e conservação natural e antrópica no patrimônio histórico, cultural e arqueológico (Nascimento, 1992; Silva e Fernandes, 1996); a valorização do sagrado em decorrência do impacto nos recursos naturais pela intensificação do urbano (Lima, 1998; PANGA, 1998; Serpa, 1998); o sagrado nos sentidos da vida cotidiana (Reesink, 1998; Serpa, 1998; Serra, 1998); e a gestão ambiental como função organizacional indispensável (Silva e Fernandes, 1996).

Enfim, a natureza tomada como referência para um novo padrão civilizatório é experienciada e pensada em decorrência de múltiplos aspectos culturais, que vão do poder de Estado à transcendência espiritualista. De modo algum, a natureza considerada como algo intocável num extremo, ou como algo a ser submetido, em outro extremo contempla melhor qualidade de vida.

É reconhecida a sua apropriação cultural, em condições sociais concretas, bem como a presença de sua dimensão imanente, inclusive no ser humano. Neste contexto, se insere o rural referenciado na natureza e compreendido, para além do verde, como

“constituído de uma riqueza imensurável, o rural detém ainda os valores que a sociedade brasileira não pode perder, esses valores por essência. Os valores por essência só se encontram hoje no mundo rural ou em pequenas comunidades pelo interior, então, eu definiria isso, a essência da cultura está presente no mundo rural” (Entrevistado nº 47).

5.3 O Conhecimento Científico para Novo Padrão Civilizatório

Considerações sobre separação epistemológica entre sujeito e objeto, dicotomias, fronteiras disciplinares, hierarquização de saberes, exclusão da vida, nas representações científicas da realidade, foram percebidas na ruralidade da Região Metropolitana de Salvador, como referência de relação entre rural e urbano metropolitanos. A transição do século XX para o século XXI se apresenta como momento de consciência crítica em direção à superação das radicalizações de mútua exclusão. Momento de anseio em superar as dicotomias que até então marcaram as diretrizes do desenvolvimento em geral.

Posso inferir, a partir da avaliação feita pelos entrevistados, sobre a importância do trabalho que desenvolvem no rural quer como atividade meio quer como atividade fim, que ganha concretude a integração dos termos das dicotomias. Neste sentido, a difusão de tecnologia que era o maior sentido atribuído ao trabalho com o rural, passou a representar apenas 3% das declarações de importância do trabalho desenvolvido, como pode ser visto na Tabela 31 anteriormente citada. Outros sentidos de relevância do trabalho com o rural, são vivenciados em coexistência com a difusão de tecnologias sabidamente produzidas pela razão instrumental na ciência moderna, construindo teorias e práticas e inspirando ações políticas e técnicas, com sujeito e objeto separados.

Na prática social do cientista também se redefinem as importâncias do seu trabalho frente às necessidades de intervenção na realidade, o que pude observar nas contribuições científicas que examinei e que trouxeram a inquietação dos autores com o objetivo de contribuir para orientar políticas públicas identificando problemas que geram inadequações quando da formulação dessas políticas e, portanto, precisando ser revistos.

Entre eles está a manutenção para novas avaliações e intervenções, dos mesmos indicadores de desenvolvimento, quando não se efetiva melhoria da qualidade de vida e da renda da população local frente as articulações internacionais (Sampaio, 2001; Veiga, 2001; Couto e Dufumier, 1998); está também a adoção de abordagens normativas na caracterização do rural obscurecendo a diversidade da dinâmica local na relação com a cidade (Veiga, 2001; Olivieri, 1999); nos dois casos está implícito um reposicionamento em relação à dinâmica entre o global e o local se a pretensão for a internalização de benefícios para a população local, como também está considerada a valorização de parceria comunitária para um novo padrão produtivo rural integrado em rede e com o global (Fávero, 1998; Baiardi, 1998). Ainda entre os autores que estão direcionando suas contribuições para a renovação das políticas públicas existem as preocupações, já mencionadas, de considerar a ecologia como preservação e conservação natural e antrópica no patrimônio histórico, cultural e arqueológico (Nascimento, 1992; Silva e Fernandes, 1996), e de valorizar o sagrado em decorrência do impacto nos recursos naturais pela intensificação do urbano (Lima, 1998; PANGEA, 1998; Serpa, 1998).

Desse modo, no âmbito da produção científica identifiquei elementos favoráveis a um novo padrão civilizatório, a serem operacionalizados por Políticas Públicas, como o cotidiano percebido com o sentido de temporalidade na tessitura das relações sociais de dominação e de autonomia ou contra-hegemonia (Costa, 1991), a gestão ambiental como função organizacional indispensável (Silva e Fernandes, 1996); a multidimensionalidade objetiva e subjetiva na formulação de representações (Araújo, 1995; Baiardi, 1998; Couto e Dufumier, 1998; Sampaio, 2001; Nascimento, 1992; Barreto, 2000); a cidadania, a comunicação interpessoal e a proposição participativa comunitária (Araújo, 1995; Fávero, 1998; Rubin, 1998), a subjetividade na sustentabilidade social (Serpa, 1998; Silva e Fernandes, 1996; Olivieri, 1999; Serra, 1998); bem como a articulação entre rural e urbano sob a sustentabilidade complexa (Machado e Cardoso, 1996; Serpa, 1998; Baiardi, 1998; Couto e Dufumier, 1998; Silva e Fernandes, 1996; PANGEA, 1998).

Eu diria que nestas contribuições está subjacente a imperiosa necessidade de o conhecimento científico contemplar a vida, cuja mediação,

“realizada pelo trabalho de produção da existência foi captada pela ciência da economia clássica como elemento fundamental da produção da riqueza material, reduzindo a vida humana à produção de riqueza. ... Desse modo, sob o olhar da ciência da economia, passamos a ver o rural a partir do trabalho de produção material da vida, perdendo o seu lado imaterial. Cumpre recuperar o sentido amplo da vida humana em suas interações com a ciência, com o cotidiano e com o imaterial. Essa recuperação nos levaria a visualizar novos sujeitos sociais, ou a recriação de antigos sujeitos sociais (camponês, bóia fria, produtor familiar, pluriativo, entre outros) agora compreendidos como produto da cultura e não só dos processos produtivos materiais”(Alencar & Moreira, 2002: p 27).

Seguramente, o desenvolvimento se dá em desequilíbrio – o que já é reconhecido teoricamente mesmo quando o olhar privilegia a dimensão econômica –,

embora preservando os interesses do capital, fiscalizado pela organicidade sistêmica que suportará reproduzir-se até mesmo com taxa de lucro setorial baixa, não só em atividades com lógicas oponentes, como a da pequena produção agrícola, ou sem lucro em gastos públicos, mas também em setores integrados à lógica capitalista. Nesse processo de oposição entre a lógica dominante e as lógicas subordinadas, o capitalismo vai sendo transformado à medida que se tornam regulares e se expandem as formas de produção e reprodução da existência humana organizadas em lógicas oponentes (solidárias, cooperativas, coletivas), deslocando o trabalho da subordinação direta para a subordinação indireta ao capital, quer no campo ou na cidade.

No desequilíbrio em que se dá o desenvolvimento, e que expressa aspectos de sua complexidade, é preciso reconhecer que já não cabem dicotomias como as que estabelecem fronteiras impenetráveis entre o campo e a cidade. Superar dicotomias é um requerimento, por exemplo, da questão social e da globalização como processos e problemas experimentados no contexto de uma única sociedade ou de um setor da sociedade. Examinar o todo ou examinar as partes revela, de um modo, problemas comuns e, de outro, conexões comuns de problemas diferenciados, quando o pensamento complexo orienta o exame. Além disso, no capitalismo, a complexidade do desenvolvimento ganha contornos específicos quando a questão é a sustentabilidade como sua natureza mais recente. Isto é, a sustentabilidade constrangida por antagonismos inerentes às lógicas, natureza e cultura capitalistas.

Permitindo o diálogo entre conhecimento científico e experiência de ruralidade, considerando com a mesma validade a expressão científica e a expressão da vida dos sujeitos cientistas e não cientistas é possível agora reconhecer os caminhos que essas pessoas consideram como os melhores caminhos para enfrentar os problemas que a própria espécie humana se colocou no seu processo de desenvolvimento. Um dos caminhos é a produção de um novo conhecimento científico para que se processem mudanças favoráveis à qualidade de vida no rural metropolitano. Nesse novo conhecimento científico é imprescindível a consideração do ser humano em suas múltiplas dimensões, da biofísica à transcendente, passando historicamente pelas dimensões social, econômica, política e cultural. Ciência e experiência devem estar legitimamente mediadas pelo Estado como agente social capaz de operacionalizar em políticas públicas esses caminhos.

Trata-se de integrar sem hierarquização as múltiplas dimensões constituintes do ser humano em suas experiências objetivas e subjetivas, o que vem ao encontro do interesse em pensar uma categorização de campo e cidade metropolitanos como uma noção inteira. Implica em abrir possibilidades políticas na direção de ordenamentos sociais favoráveis a um padrão de desenvolvimento que integre múltiplas dimensões do ser humano em condições materiais, sociais, psíquicas, culturais etc..

Parece-me imprescindível que a contribuição do conhecimento científico para essa perspectiva performativa incorpore como saber legítimo as experiências de ruralidade e de urbanidade que têm se constituído em recursos contrarrestantes aos problemas decorrentes da metropolitização do modo de vida.

Por certo essa incorporação requererá aos cientistas transcender às suas disciplinaridades e às experiências bem sucedidas dos saberes formais em favor de melhores indicadores da superioridade civilizatória da espécie humana.

Se as experiências vivenciadas constroem alternativas para os modelos científicos, mal sucedidos, quando aplicados à realidade, é porque a atitude crítica não é prerrogativa metodológica da ciência e os sujeitos que implementam aqueles modelos, são reais, estão fora dos modelos. No que tange a ciência, contudo,

“Não temos como deixar de ver a falsificabilidade, cujas origens remotas estão nos elencos socráticos, e o incansável combate ao dogmatismo, como componentes fundamentais de uma atitude racional geral que qualquer pessoa hoje deveria assumir diante do mundo e de seus problemas. Não se justifica concebê-los como peculiares à atividade científica ou como disposições modelarmente encarnadas pelos cientistas. Quando muito, pode se constatar que estão mais fortemente presentes na pesquisa científica. A crítica, tão enfatizada por várias correntes filosóficas, não tem como ser erigida como um traço distintivo da racionalidade científica.” (Oliva, 1999: p183).

A crítica, mediada pela experiência vivida por cientistas e não cientistas, gerou um processo contemporâneo em que, pelos sujeitos sociais que os constituem, o conhecimento científico, o ser humano e a natureza cobram ser olhados com outros olhos, reintegrando dimensões, reconectando homem e natureza na sua condição de ser natural humano. Mais do que outros olhos, o comprometimento com o encontro desses caminhos indica direções para um projeto de relação entre objetividade e subjetividade, imanência e transcendência enquanto ordenadores de um padrão civilizatório. Portanto, uma resposta à sentença dos animais e demais seres da floresta que, reunidos, decidiram que “o homem não deve ser extinto”.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ALENCAR, CMM e MOREIRA, RJ. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. Alasru, RGS, 2002. CD-Rom.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Conhecimento científico e experiência de ruralidade na Região Metropolitana de Salvador – RMS . – Relação campo e cidade na conformação da RMS na última década do sec. XX. Exame de qualificação ao doutorado – CPDA/ UFRRJ. Rio de Janeiro, Mimeo, 2001.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador. In: Revista Veritati, UCSAL, Salvador-BA, 2002a (no prelo).

AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. República em migalhas, história regional e local. Marco Zero/CNPq, São Paulo, 1990.

ARAÚJO, Roberto Paulo correia de. Odonto-rural uma proposta alternativa de saúde bucal. In: UFBA. Seminário Geral Interdisciplinar. Cadernos do IFUFBA. Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia. V.7 Ano 10. Salvador, BA. Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

ARENDT, Hannah. A Condição humana. Rio de Janeiro, Forense, 2001.

AUGÉ, Marc. Não-Lugares; introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Coleção Travessia do Século, Papirus, Campinas, 1994.

AZEVEDO, Fernando de. A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos. São Paulo, Melhoramentos, 1962.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Parque cívico natural de Pirajá-Cobre. In: Formigli, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. Parque Metropolitano de Pirajá: História, natureza e cultura. Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu. Salvador, 1998.

BACHELARD, G. O novo espírito científico. R.J, Civilização Brasileira, 1978.

BAHIA – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI/ Bahia Pesca/Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste/IBAMA. Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina da Bahia – 1998. Tamandaré, agosto de 1999.

BAHIA – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI/ Bahia Pesca. Perfil do setor pesqueiro. Salvador, janeiro de 1994.

BAHIA. Macrorregião de Salvador. Série Estudos e Pesquisas. Salvador, outubro de 1995.

BAHIA. Novos mundos rurais baianos. Série Estudos e Pesquisas. Salvador, junho de 1999.

BAHIA, Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER. Perfis Municipais. SEPLANTEC/CONDER, 1992.

BAHIA, CONDER/Prefeitura Municipal de Candeias, documento de informações básicas sobre a Região Metropolitana de Salvador, 1992.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana – CONDER. Relatório preliminar do município de Itaparica. Salvador, 1977a.

- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana – CONDER. Relatório preliminar do município de Vera Cruz. Salvador, 1977b.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana – CONDER. Termos de referência para elaboração do Plano Diretor da Ilha de Itaparica. Salvador, Jan. 1978.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana – CONDER. Relatório preliminar do município de Lauro de Freitas. Salvador, 1977c.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana – CONDER. Relatório preliminar do município de Candeias. Salvador, 1977d.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana – CONDER. Relatório preliminar do município de São Francisco do Conde. Salvador, 1977e.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana – CONDER. Relatório preliminar do município de Simões Filho. Salvador, 1977f.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador-CONDER. Projeto Metropolitano. Investimentos urbanos na Região Metropolitana de Salvador. Salvador – 1985.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Mudanças sociodemográficas recentes: Região Metropolitana de Salvador. Salvador, SEI/UFBA, 1999, Série Estudos e Pesquisas, 41
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Mudanças sociodemográficas recentes: Região Metropolitana de Salvador. Salvador, SEI/UFBA, 1999, Série Estudos e Pesquisas, 41.
- BAIARDI, Amílcar. Neoprodutivismo, neoassociativismo e turismo campestre: outras faces do novo rural. In: UFBA. Faces do novo rural. Caderno CRH n. 28 Salvador, EDUFBA, 1998.
- BARRETO, Theo. A categoria trabalho e a constituição do sujeito pós-moerno. In: Nação e identidades. Cadernos CRH n. 33, Salvador-BA, EDUFBA, 2000.
- BENJAMIN, W. Obras Escolhidas III. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. SP, Editora Brasiliense, 1994, 3ª edição.
- BENSAÏD, D. Marx, o intempestivo. R J, Civilização Brasileira, 1999.
- BERGER, P L. e Luckmann, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes. 1985.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura antropológica da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo, Companhia das Letras, 1982.
- CAMPANHOLA, Clayton e Silva, José Graziano da. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas. São Paulo, Embrapa/UNICAMP. V 4, 2000.
- CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas. São Paulo: Ed. Da USP, 2000.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo, Círculo do Livro, 1982.
- CARNEIRO, M J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: Estudos Sociedade e Agricultura nº 11, out. 1998. CPDA/UFRRJ.
- CARVALHO, Edgard de Assis. O Homem renaturalizado in: Liberalismo e Socialismo: velhos e novos paradigmas. (vários autores) São Paulo, Ed. UNESP, 1995
- CASTEL, Robert. As Metamorfoses da questão social. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.
- CASTELLS, Manuel. A empresa em rede: a cultura, as instituições e as organizações da economia informal in: A Sociedade em Rede. Paz e Terra, São Paulo, 1999. 2ª ed.

CASTELLS, Manuel. A Teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo. RJ, Paz e Terra, 1979.

CASTORIADIS, C. Feito e a ser feito. As encruzilhadas do labirinto V. RJ, DP&A, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. RJ, Paz e Terra, 1982.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del, otro”, in: Lander, Edgardo (compilador). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericana. Secretaria Ejecutiva CLACSO. 2001.

CAVALCANTI, Clóvis. Política de Governo para o desenvolvimento sustentável. In: Clóvis Cavalcanti (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CONDER/Prefeitura Municipal de Candeias, documento de informações básicas sobre a Região Metropolitana de Salvador, 1992

COSTA, Beatriz. A força do cotidiano. Cadernos do CEAS n.136. Salvador-BA, Edições Loyola, nov./dez. 1991.

COUTINHO, C N. Cultura e sociedade no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

COUTO, Vitor de Athayde e DUFUMIER, Marc. Neoprodutivismo.in: UFBA. Faces do novo rural. Caderno CRH n. 28 Salvador, EDUFBA, 1998.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde (Coord.) e MACHADO, Gustavo Bittencourt. Novos mundos rurais baianos. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais/ SEPLANTEC-BA. 1999.

D’AMBRÓSIO, Ubiratan. Educação para uma sociedade em transição. Papirus, SP, 1999.

DEMO, Pedro. Conhecimento Moderno sobre ética e intervenção do conhecimento. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em Ciências Sociais. São Paulo, Atlas, 1981.

DURÁN, F E. Velhas e novas imagens sociais de ruralidade. Revista Sociedade e Agricultura, nº 11. CPDA/ UFRRJ. Rio de Janeiro, 1999.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. Os Estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar.2000.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1994.

FAVERO, Celso Antônio (UNEB). A globalização e as novas experiências dos agricultores. In: UFBA. Faces do novo rural. Caderno CRH n. 28. Salvador, EDUFBA, 1998.

FEATHERSTONE, Mike. Localismo, globalismo e identidade cultural. In: Sociedade e Estado, Vol. XI, nº 1, Jan./Jun., 1996.

FONSECA, Humberto José. Urbanismo renascentista: a construção do espaço colonial (o caso de Salvador), in: Con(s)ciência. Revista cultural, técnica e científica. Nº4 UESB. Vitória da Conquista - BA. 1993.

FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. Parque Metropolitano de Pirajá: História, natureza e cultura. Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu. Salvador, 1998.

GABRIELLI, José Sérgio. Palestra proferida na Faculdade de Ciências Econômicas da UCSal, 1998.

- GODINHO, Luis Flávio Reis. Globalização e Estado Nacional. In: UFBA. Faces do novo rural. Caderno CRH n. 28. Salvador, EDUFBA, 1998.
- GODOY, R M. Região e História. in: SILVA, Marcos A da. República em migalhas, história regional e local. Marco Zero/ CNPq, São Paulo, 1990.
- GONÇALVES, Tosta Múcio e MACHADO, Carlos Wagner da Costa. “Reflorestamento” e mudanças nas condições de vida no Litoral Norte da Bahia. Cadernos do Ceas nº 161, Salvador – BA, 1996.
- GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, 3ª edição, RJ, Civilização Brasileira, 1979.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de. Forma de dominação e espaço social; a modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas. São Paulo, Ed. Marco Zero; MCT/CNPq, 1998.
- HODGSON, Geoffrey M. Economia e evolução. O Regresso da vida à teoria econômica. Portugal, Celta Editora, 1997.
- IANNI, Octávio. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD.
- IVO, Anete Brito Leal. O poder da cidade. Salvador – BA, Edufba, 2000.
- JAMESON, F. Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio. SP, Ática, 1996.
- JAMESON, Friedric. As sementes do tempo. São Paulo: Ática, 1997.
- KREBS, Rj.; Vieira, L.F.; Vieira, J.L.L.; Beltrame, T.S. Desenvolvimento Humano, CEFD/UFSM, 1996.
- KUMAR, Krishan. Da Sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- MAAR, Wolfgang Leo. Fim da sociedade do trabalho ou emancipação crítica do trabalho social. In: Vários Autores. Liberalismo e Socialismo: velhos e novos paradigmas. SP, UNESP, 1995.
- MALUF, Renato S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. In: Estudos Sociedade e Agricultura, nº 15, UFRRJ/CPDA, RJ, outubro de 2000.
- MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, v 1.
- MASI, Domenico de. O Ócio criativo. Rio de Janeiro, Sextante, 2000.
- MATTOSO, Kátia M de Queirós. Bahia do século XIX. Uma Província no Império. Rio de Janeiro, Editora Nova Alvorada, 1992. 2ª edição.
- MELLO, Fiuza de. Marx e a globalização. São Paulo, Bomtempo Editorial, 1999.
- MINGIONE, E. Las Sociedade fragmentadas. Una sociologia de la vida económica más allá del paradigma del mercado. Minist. de Trabajo y Seguridad Social. España. 1991.
- MIRANDA, Ana. Boca do Inferno – romance, São Paulo, Companhia da Letras, 1989. 4ª edição, 3ª reimpressão, p 13.
- MOREIRA, Roberto J. e GAVIRIA, Margarita R. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na comunidade de Taquari. In: Estudos Sociedade e Agricultura, n. 18, abr. 2002b.
- MOREIRA, Roberto José. A Gênese da formação interdisciplinar de pesquisadores do CPDA. UFRuralRJ/ CpdA. Apresentado no XII Congresso Nacional de Sociólogos. Curitiba:UFPR, 2002c.

- MOREIRA, Roberto José. Agricultura familiar: processos sociais e competitividade. RJ, Mauad, 1999a.
- MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde no Brasil. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 15; 39-52; out.,2000.
- MOREIRA, Roberto José. Disputas paradigmáticas nos programas de pós-graduação em economia e desenvolvimento rural. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 6, junho de 1966.
- MOREIRA, Roberto José. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: L.F.C. Costa, R.J. Moreira e R. Bruno (org.). Mundo rural e tempo presente. RJ, Mauad, 1999b.
- MOREIRA, Roberto José. Pensamento científico, cultura e Eco-92: alguns significados da questão ambiental. In: Reforma Agrária Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, v. 23, 1, (14-39) jan/ abr. 1993 e In: Universidade e Meio Ambiente, n. 5 Revista do NUMA, UFPA, 1993.
- MOREIRA, Roberto José. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. In: Estudos Sociedade e Agricultura. n. 4, 89-111, jul., 1995.
- MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalização: ensaiando uma interpretação. CPDA/UFRRJ, Caderno Ruralidades, RJ, 2002a.
- MOREIRA, Roberto José. Vivências de ruralidades no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, RJ, Caderno Ruralidades/ CPDA, 2002.
- MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro, Bertreand Brasil, 1996.
- NASCIMENTO, Jorge Glauco Costa. A dimensão social do discurso ecológico. Entrevista. Salvador –BA. Ceas nº 137, 1992.
- NASCIMENTO, Rita de Cácia Mota. Riscos e acidentes ambientais no Pólo de Camaçari: para além dos muros das fábricas. Dissertação. IPPUR/UFRJ, 2001.
- OLIVA, Alberto. Ciência e sociedade. Do consenso à revolução. Coleção Filosofia, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.
- OLIVEIRA, Josildete de. Meio Ambiente e sistemas de resíduos industriais, Bahia, BDA, 1996.
- OLIVIERI, Alberto Freire de Carvalho. O desenho da mudança social na arquitetura de “invasão”. Salvador, UFBA, 1999.
- PANGEA – Centro de Estudos Sócio-ambientais. Ecoscambio. Relatório-síntese da avaliação sócio-ambiental da Bacia do Cobre. Salvador-BA, Pangea, 1996.
- POLANYI, Karl. A Grande transformação. Tradução de Fanny Wrobel. Editora Campus Ltda. Rio de Janeiro, 1980.
- REESINK, Edwin. Curiosidades em torno de Canudos. UFBA. Faces do novo rural. Caderno CRH n. 28 Salvador, EDUFBA, 1998.
- RIBEIRO, Sônia Pereira. Espacialização e expansão da territorialidade baiana na próxima década. In: Bahia Análise & Dados. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia –SEI,1998.
- ROTANIA, Alejandra. De bioéticas e feminismos na modernidade, in: Rotania, Alejandra (org). Bioética – vida e morte femininas. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira dos Ostromizados/ Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 2001.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Comunicação, sociabilidade e mal-estar da/na modernidade ou dos poderes da comunicação: anotações primeiras para uma reflexão teórica.
- SÁ, Ariane Norma de Menezes. Superando a delimitação do urbano e do rural. in: Consciência. Revista cultural, técnica e científica, nº3. Vitória da Conquista, UESB, 1992.

SAMPAIO, Elias de Oliveira. Desequilíbrios regionais e políticas de desenvolvimento no Brasil: uma reflexão sobre a necessidade de uma reinterpretação do “problema do Nordeste”. In: Bahia, Análise & Dados. V.10 nº 4, Salvador, SEI, março de 2001.

SANTOS, B S. Os Processos de globalização. In: Santos, B Sousa (org.). A globalização e as ciências sociais. SP, Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice. O Social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez, 1995.

SANTOS, Milton. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In: A natureza do espaço. São Paulo, Hucitec, 1996.

SCHUMACHER, E. F. O negócio é ser pequeno. R J, Zahar, 1983. 4ª edição.

SEM, Gita e GROWN, Caren. Desenvolvimento, crise e visões alternativas. Perspectivas das mulheres do terceiro mundo. Rio de Janeiro, Co-edição Editora Espaço e Tempo e DAWN/MUDAR. 1988.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter. Editora Record. Rio de Janeiro. 1999.

SERPA, Angelo. O ponto convergente de utopias e culturas: o parque são Bartolomeu. in: Formigli, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. Parque Metropolitano de Pirajá: História, natureza e cultura. Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu. Salvador, 1998.

SILVA, Paulo Pontes da & SOARES, Vera Lúcia Sales. Perfil da nova agropecuária da Bahia. Salvador – BA, Fundação CPE. 1994

SILVA. J Graziano. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1996.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) O Fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.

SMITH, Neil. A ideologia da natureza. A produção da Natureza In: Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1984.

SORJ, Bernardo. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, Tradução de Waltensir Dutra.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula. Rio de Janeiro, Autores associados, 2002.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. In: Bahia, Análise & Dados. V.10 nº 4, Salvador, SEI, março de 2001.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. SP/RJ.: DIFEL, 1979.

VICENT, Andrew. Ecologismo. In: Ideologias políticas modernas. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1995.

WAGNER, Eugênia Sales. Hannah Arendt & Karl Marx: o mundo do trabalho. São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.

WANDERLEY, M N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. In: Est. Soc. e Agric., 87-146; out., 2000.

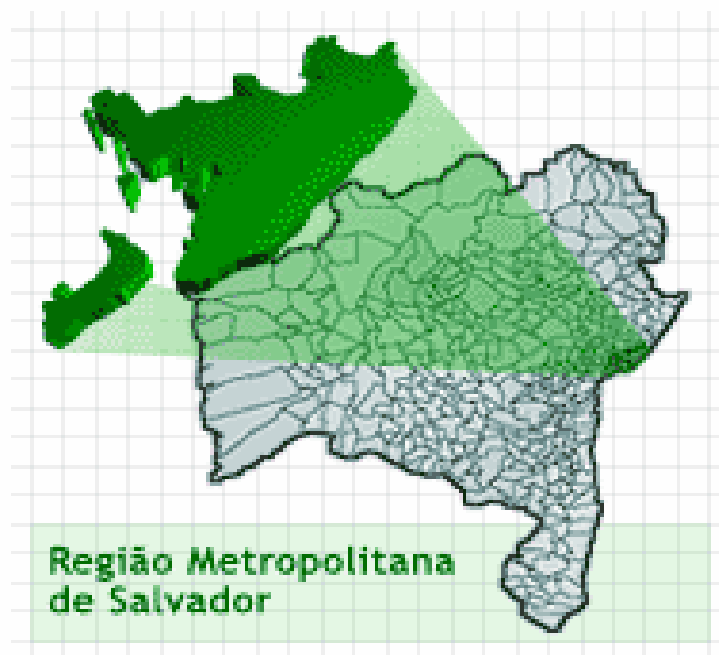
WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Britto, Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

Eletrônicas

BAHIA. (On line). Disponível através do URL: <<http://www.bahia.ba.gov.br>>
CANDEIAS (On line). Disponível através do URL: <<http://www.candeias.ba.gov.br>>
CRA. (On line). Disponível através do URL: <<http://www.cra.ba.gov.br>>
FUNDIPESCA (On line). Disponível através do URL: <<http://www.fundipesca.com.br>>.
IBGE (On line). Disponível através do URL:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censo..conceitos.sht>>
INCRA (On line). Disponível através do URL:
<http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/estat/1998/com.htm>
REVISTA BAHIA AGRÍCOLA (On-line). Disponível através do URL:
<<http://www.seplantec.gov.br>, 2002>.
SEAGRI (On line). Disponível através do URL:
<http://www.seagri.ba.gov.br/mapa_agricola.asp?qact=rge&rgeid=1>
SEAGRI (On line). Disponível através do URL:
<<http://www.seagri.ba.gov.br/legislacao.asp>>
UNISER (On line). Disponível através do URL:
<<http://www.uniserbahia.hpg.ig.com.br>>
URBANISMO (On line). Disponível através do URL:
<<http://www.urbanismo.hpg.ig.com.br>>

Anexo 1

Região Metropolitana de Salvador – municípios e produtos/ Legislação no *site* da SEAGRI



CAMAÇARI

Coco Verde - Jaca - Laranja

CANDEIAS

Banana - Cupuaçu - Graviola - Jaca - Jenipapo - Laranja

DIAS D'ÁVILA

Jaca

ITAPARICA

Coco Verde - Cupuaçu - Graviola - Jaca - Jenipapo

LAURO DE FREITAS

Coco Verde - Jaca

MADRE DE DEUS

Cupuaçu - Graviola - Jaca - Jenipapo

SALVADOR

Banana - Jaca

SÃO FRANCISCO DO CONDE

Banana - Cupuaçu - Graviola - Jaca - Jenipapo - Laranja

SIMÕES FILHO

Jaca

VERA CRUZ

Coco Verde - Cupuaçu - Graviola - Jaca - Jenipapo

http://www.seagri.ba.gov.br/mapa_agricola.asp?qact=rge&rgeid=1

Legislação Básica

Legislação Básica Estadual e Federal de Meio Ambiente Atualizada de acordo com o Dec. Est. Nº 7.639, de 28/07/1999; Lei Federal 3858, de 03/11/1980; Dec. Federal 99274, de 06/06/1990; Lei Estadual 3858, de 03/11/1980; Dec. Estadual 7639, de 28/07/1999 (.DOC)

Legislação Básica Estadual e Federal de Meio Ambiente Atualizada de acordo com o Dec. Est. Nº 7.639, de 28/07/1999; Lei Federal 3858, de 03/11/1980; Dec. Federal 99274, de 06/06/1990; Lei Estadual 3858, de 03/11/1980; Dec. Estadual 7639, de 28/07/1999 (.ZIP)

Legislação Federal

Lei Federal Nº9.605, de 12/02/98 - Lei de Crimes Ambientais (.DOC)

Lei Federal Nº9.605, de 12/02/98 - Lei de Crimes Ambientais (.ZIP)

Lei Federal Nº7.347, de 24/07/85 - Disciplina ação civil pública de responsabilidade por danos ao meio ambiente (.DOC)

Lei Federal Nº7.347, de 24/07/85 - Disciplina ação civil pública de responsabilidade por danos ao meio ambiente (.ZIP)

Lei Federal Nº9.985, de 18/07/00 - Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (.DOC)

Lei Federal Nº9.985, de 18/07/00 - Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (.ZIP)

Lei Federal Nº7.754, de 14/04/00 - Medidas para proteção de florestas em nascentes de rios (.DOC)

Lei Federal Nº7.754, de 14/04/00 - Medidas para proteção de florestas em nascentes de rios (.ZIP)

Lei Federal Nº4.771, de 15/09/65 - Código Florestal (.DOC)

Lei Federal Nº4.771, de 15/09/65 - Código Florestal (.ZIP)

Decreto Federal Nº3.179, de 21/09/99 - Sanções aplicáveis à conduta e atividades lesivas ao meio ambiente (.DOC)

Decreto Federal Nº3.179, de 21/09/99 - Sanções aplicáveis à conduta e atividades lesivas ao meio ambiente (.ZIP)

Decreto Federal Nº750, de 10/02/93 - Sobre corte, exploração e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados ou médios de recuperação de Mata Atlântica (.DOC)

Decreto Federal Nº750, de 10/02/93 - Sobre corte, exploração e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados ou médios de recuperação de Mata Atlântica (.ZIP)

Decreto Federal Nº2.519, de 16/03/98 - Convenção sobre a diversidade biológica (.DOC)

Decreto Federal Nº2.519, de 16/03/98 - Convenção sobre a diversidade biológica (.ZIP)

Resolução CONAMA Nº13, de 06/12/90 - Normas referentes ao entorno das Unidades de Conservação (.DOC)

Resolução CONAMA Nº13, de 06/12/90 - Normas referentes ao entorno das Unidades de Conservação (.ZIP)

Resolução CONAMA Nº3, de 13/06/88 - Participação em atividades de fiscalização em Reservas Ecológicas Públicas ou Privadas, Áreas de proteção Ambiental, Estações Ecológicas, e outras de interesse ambiental (.DOC)

Resolução CONAMA Nº3, de 13/06/88 - Participação em atividades de fiscalização em Reservas Ecológicas Públicas ou Privadas, Áreas de proteção Ambiental, Estações Ecológicas, e outras de interesse ambiental (.ZIP)

Legislação Estadual

Lei Estadual Nº6.569, de 17/01/94 - Política Florestal no Estado da Bahia (.DOC)

Lei Estadual Nº6.569, de 17/01/94 - Política Florestal no Estado da Bahia (.ZIP)

Lei Estadual Nº7.556, de 20/12/99 - Altera Leis 7.357, 7.014 e 3.956. Revoga dispositivos nas Leis 4.493 e 7.435 (.DOC)

Lei Estadual Nº7.556, de 20/12/99 - Altera Leis 7.357, 7.014 e 3.956. Revoga dispositivos nas Leis 4.493 e 7.435 (.ZIP)

Lei Estadual Nº7.753, de 13/12/00 - Modifica a redação das Leis 3.956, 7.014 e 7.599 (.DOC)

Lei Estadual Nº7.753, de 13/12/00 - Modifica a redação das Leis 3.956, 7.014 e 7.599 (.ZIP)

Decreto Estadual Nº6.785, de 23/09/98 - Aprova regulamento da Lei Nº6569 (.DOC)

Decreto Estadual Nº6.785, de 23/09/98 - Aprova regulamento da Lei Nº6569(.ZIP)

Decreto Estadual Nº7.396, de 04/08/98 - Sobre o Programa de Fomento Florestal do Estado da Bahia(.DOC)

Decreto Estadual Nº7.396, de 04/08/98 - Sobre o Programa de Fomento Florestal do Estado da Bahia(.ZIP)

Portaria Estadual Nº23, de 28/01/00 - Registro obrigatório das Pessoa Jurídicas e Físicas junto ao Diretoria de desenvolvimento Florestal - DDF(.JPG)

Portaria Estadual Nº68, de 25/04/00 - Sobre o valor básico por árvores dos Optantes de Reposição Florestal(.JPG)

<http://www.seagri.ba.gov.br/legislacao.asp>

Anexo 2

Tabelas

Tabela 13 - Estabelecimentos e pessoal ocupado, por atividade econômica, segundo municípios baianos - 1996

Classificação nacional de atividade	Camaçari		Candeias		Dias D'Ávila		Itaparica		Lauro de Freitas		Madre de Deus		Salvador		São Francisco do Conde		Simões Filho		Vera Cruz	
	Número de unidades	Pessoal ocupado	Número de unidades	Pessoal ocupado	Número de unidades	Pessoal ocupado	Número de unidades	Pessoal ocupado	Número de unidades	Pessoal ocupado	Número de unidades	Pessoal ocupado	Número de unidades	Pessoal ocupado	Número de unidades	Pessoal ocupado	Número de unidades	Pessoal ocupado	Número de unidades	Pessoal ocupado
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	17	353	8	27	1	x			9	35	1	x	170	1027	1	x	8	59	3	5
Pesca	1	x											20	138			1	x	1	x
Indústria extrativas	17	45	1	x	3	6			3	7			55	584			6	119		
Indústria de transformação	213	11667	46	1960	44	1288	7	50	260	2022	5	91	2623	29758	8	209	183	7855	22	55
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	9	307	3	29	3	7	2	34	1	x	1	x	37	7206	1	x	3	29		
Construção	191	2227	54	986	68	546	5	11	135	1094	13	97	1563	26004	72	1609	86	1082	9	36
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	916	3140	413	1463	222	843	46	243	1023	3810	44	159	18419	103314	90	435	417	2216	162	557
Alojamento e alimentação	157	876	55	285	50	1656	29	88	124	342	13	51	3108	20688	16	181	64	367	50	504
Transporte, armazenagem e comunicações	100	805	72	997	40	199	6	64	54	368	6	15	1273	36646	13	348	89	1695	14	52
Intermediação financeira	17	363	10	122	3	110	1	x	29	168			893	16538	1	x	9	117	2	3
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	240	2911	56	454	103	2339	47	207	465	12931	8	85	7477	71824	11	15	73	502	27	220
Administração pública	5	5159	1	x	2	1300	2	196	2	1019	1	x	127	173071	2	1830	2	3656	2	731
Educação	76	210	21	69	14	32	2	7	60	566	4	30	1481	25975			18	196	1	x
Saúde e serviços sociais	42	378	24	161	11	78			33	197			2157	27925	3	3	12	103	2	10
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	91	952	42	53	14	50	4	5	99	490			2501	21913	8	32	39	99	32	60
Serviços domésticos									2	14			3	8						
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	4	8	1	x					1	x			32	113			2	3		
Total	2096	29401	807	6606	578	8454	151	905	2300	23063	96	528	41939	562732	226	4662	1012	18098	327	2233

Fonte: IBGE Censo Cadastro

Tabela 32 - Importância que trabalhadores do rural atribuem ao seu trabalho em decorrência da sua experiência profissional - RMS 2002

Atuação no rural	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio				
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	ONG/ empresa	Planejamento	Extensão	Ensino	Ambulante
Importância							
Atuar no social/ respeito e valorização do ser humano integral			1	5	2		
Difundir tecnologia					2		
Atuar no urbano o ambiental				1			
Garantir a sobrevivência profissionalmente (bom salário)	2	1		1	3		
Possibilita usufruir melhor qualidade de vida	1			1			
Satisfação, amor ao trabalho rural	2	1		2	4		
Possível estudar mais				1			
Trata o stress							1
Capacita o pequeno produtor a ficar no campo/ condições gerais					1		
Sobreviver como proprietário	2						
Não ter alternativa	1						
Reduz a dependência monetária	1						
Vida saudável (sem agrotóxico)	1	1					
Aprende coisas diferentes da cidade	1						
Sobreviver sem escolaridade		3					
Encontro com a natureza/ educação ambiental (o todo; espiritual)		3	1	1			1
Oportunidade de ação cidadã crítica/ comunidade				6	2		
Sobreviver e produzir alimentos		1					
Potencialidade de desenvolvimento do país	1			3	1		
Levar benefícios econômicos e sociais (gerar riqueza)				3	1		

Fonte: Pesquisa para tese "Campo e rural na metrópole"/ RMS - 2002.

Tabela 34 - Sentimentos de trabalhadores do rural em relação à vida na cidade - RMS 2002

Atuação no rural Sentimentos	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio					
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	ONG/ empresa	Planejamento	Extensão	Ensino	Ambulante	Administrativo
Cansaço							1	
Difícil adaptação para quem trabalha na roça	1							
Devastadora (vida corrida, trânsito, agitação, stress)	3	7	1	8	5	1	1	1
Mais difícil devido a monetarização	2	1						
Menos contato com a natureza	1			1		1		
Menos livre devido a monetarização								
Dormitório	1			1				
Aprisionadora pela insegurança (violência)	3	2	1	5	2			
Formal/ superficial/ sem simplicidade		2			1			
Possibilidade do anonimato				2				
Valorização do dinheiro		2						
Sem saúde desde o espiritual				1				
Normal; com cuidados que devem ser observados		1						
Poluída/ clima ruim	1	1	1	1				
Tensa				1	1			
Rotina		1		1		1		
Diversidade de eventos/ serviços/ trabalho (educação)	1	2		6	3			
Possibilita ação comunitária				1	1			
Segregada socialmente		1		1	1			
Onde se dispõe das conquistas humanas				2	1			
Com pertencimento				1				
Algo que não faz bem		1						
Onde se viabiliza moradia/ emprego				2				
Boa só para o comércio	1							
É o lugar do ser humano				1				
Só com muito mais dinheiro					1			

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole" / RMS - 2002.

Tabela 36 - Sentimento de trabalhadores do rural em relação à vida no campo - RMS 2002

Atuação no rural Sentimentos	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio					Sexo	
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	ONG/ empresa	Planejamento	Extensão	Ensino	Ambulante	Administrativo	Homem Mulher
Felicidade, lazer, relaxamento, higiene mental, prazer	1	1		3	1		1	1	5 2
Saudável	1		1	5	3		1	1	8 3
Difícil usufruir as conquistas da humanidade		1		2					2 1
Pesada, cansada, com muita dificuldade sazonal, incerta	3	3			1				4 3
Relações mais afetuosas, humanas, hospitaleiras				5	1	1			4 3
Mais livre devido a não monetarização	1	1		1					2 1
Desapercebido pelo Estado				1					1
Viver novamente	1								1
Sem benefícios sociais e produtivos					1			1	2
Oportunidade de viver sem agrotóxico	1								1
Sem agitação, paz/ tranquilidade	1	6	1	3	3				10 4
Sem condições de sobreviver		1						1	1
Concorrência desigual com os grandes *		2			1				3
Morrendo pela poluição de grandes empresas		1							1
Sem causar prejuízo a outrem		1							1
Fonte da vida material e espiritual para o campo, para a cidade e para a pessoa		1	1	1	1				3 1
Simplicidade com crítica/ felicidade na contradição	1			3	2				3 3
Com pertencimento, cultura diferenciada			1	1	1				3
Em transformação a partir das relações com a cidade					1				1
De onde se quer sair para buscar conforto					1				1
Melhor que na cidade	2			2	1				5

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole" / RMS - 2002.

OBS: * Financiamento na sazonalidade só para pesca artesanal.

Creative Commons License

Thank you for using a Creative Commons License for your work "Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório"

You have selected the Atribuição 3.0 Brasil License. You should include a reference to this license on the web page that includes the work in question.

Here is the suggested HTML:

```
<a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/"></a><br /><span xmlns:dc="http://purl.org/dc/elements/1.1/" property="dc:title">Campo e rural na metr&#243;pole: sinais de um padr&#227;o civilizat&#243;rio</span> de <span xmlns:cc="http://creativecommons.org/ns#" property="cc:attributionName">Cristina Maria Mac&#234;do de Alencar</span> &#233; licenciado sob uma <a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/">Licen&#231;a Creative Commons Atribui&#231;&#227;o 3.0 Brasil</a>.
```

Ao Portal Domínio Público

Salvador, 07 de abril de 2010.

Eu, Cristina Maria Macêdo de Alencar, autora da tese de doutoramento em Ciências Sociais pela Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, defendida em 2003, autorizo a sua publicação no Portal Domínio Público, conforme licença abaixo:

Thank you for using a Creative Commons License for your work "Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório"

You have selected the Atribuição 3.0 Brasil License. You should include a reference to this license on the web page that includes the work in question.

Here is the suggested HTML:

```
<a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/"></a><br /><span xmlns:dc="http://purl.org/dc/elements/1.1/" property="dc:title">Campo e rural na metr&#243;pole: sinais de um padr&#227;o civilizat&#243;rio</span> de <span xmlns:cc="http://creativecommons.org/ns#" property="cc:attributionName">Cristina Maria Mac&#234;do de Alencar</span> &#233; licenciado sob uma <a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/">Licen&#231;a Creative Commons Atribui&#231;&#227;o 3.0 Brasil</a>.
```

Further tips for using the supplied HTML and RDF are here:

<http://creativecommons.org/learn/technology/usingmarkup>

Thank you!

Creative Commons Support

info@creativecommons.org

Cristina Maria Macêdo de Alencar